

**Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública**

***Informações em saúde:
Para Andarilhos e Argonautas de uma Tecnodemocracia
Emancipadora***

Tese apresentada ao Curso de Doutorado da
Escola Nacional de Saúde Pública da
Fundação Oswaldo Cruz como requisito para
obtenção do grau de Doutor.

**Doutoranda: Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes
Orientador: Prof. Dr. Moisés Goldbaum**

**1998
Rio de Janeiro**

IN MEMORIAN

A Michel Foucault:

Caminho na trilha aberta por ele, olhando em volta a partir de sua visão. Por isso lhe sou imensamente grata! Abriu-me novas possibilidades de "olhar" o mundo, de "olhar" minha própria prática profissional e meu espaço de atuação mais direta: as informações em saúde.

A Herbert de Souza - o Betinho:

Aquele que realiza a Humanidade em si e em todos... Inspiração para aqueles que buscam recuperar o encantamento da vida e a esperança na luta pela construção coletiva de um projeto nacional fundado na dignidade, na igualdade e na felicidade!

A Alberto Hämmerli - meu pai:

Por ter me ensinado a amar a vida, os livros, a música, a natureza... e a Saúde Pública. Por ter me mostrado que existe a opção de se viver a partir de valores calcados na busca infinita do respeito à singularidade de cada ser e à Humanidade.

Para mim, estão mais presentes do que nunca! Suas contribuições transcendem o curto tempo de uma vida, apesar de infelizmente já não podermos contar com eles para nos acompanhar na difícil travessia contemporânea, superando os desafios!

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Moisés Goldbaum que, apesar da distância, sempre representou um porto seguro a me orientar pelos meandros de um processo de doutoramento.

À Prof^ª. Dr^ª. Maria Nélide González de Gómez por sua atitude da mais sincera 'generosidade científica', me recebendo de braços abertos e mãos estendidas a me guiarem pelos caminhos que levam à compreensão da 'Informação'.

Ao Prof. Dr. Miguel Murat Vasconcellos, pelo seu rigor científico e paciência ao proceder uma leitura crítica e meticulosa de todo o texto, contribuindo de forma significativa para a melhoria do produto final.

À amiga Sílvia Regina F. Rangel dos Santos, pelo carinho e solidariedade em diferentes momentos na elaboração desta investigação. A certeza de poder contar com seu apoio, compreensão e com seu profundo conhecimento sobre as informações em saúde foi sempre fundamental para mim.

Aos Professores Jairnilson Paim, M^a. Cristina Botelho de Figueiredo, Nelson Senra e M^a. Nélide González de Gómes que fizeram parte do *Grupo de Experts* consultado (Capítulo II) mas que foram além das expectativas, enviando críticas e sugestões que denotam seu comprometimento com processos científicos que demandam solidariedade.

Ao Prof. Dr. Adauto José Gonçalves de Araújo pelo apoio institucional, sem o qual não teria o tempo necessário para terminar esta investigação.

Ao Prof. Dr. José da Rocha Carvalheiro por sempre ter me estimulado, reconhecendo o esforço dedicado à 'Informação em Saúde', nunca se furtando ao debate.

Ao Prof. Dr. Rui Laurenti pelo apoio oferecido ao aceitar, prontamente, as solicitações e convites para exposição de suas idéias, contribuindo criativamente na construção de um 'pensamento brasileiro' sobre as Informações em Saúde.

Ao Prof. Paulo Sabroza por ter me mostrado que o melhor caminho para a consolidação do campo temático das Informações em Saúde está no aprofundamento radical das pesquisas, desenvolvimento tecnológico e docência em torno deste campo.

À Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Moura Silva Soboll que, além do carinho, demonstrou sempre uma humildade ímpar em torno de sua importante contribuição para as Informações em Saúde, seja ao estruturar o primeiro Centro de Informações em Saúde de uma Secretaria Estadual de Saúde (SP), que serviu de modelo para as discussões sobre gestão e organização dos Sistemas de Informações em Saúde, seja posteriormente através de estudos, pesquisas e dos inúmeros alunos aos quais "ofereceu" sua larga experiência. Agradeço suas observações e críticas sempre tão ponderadas!

À Prof^a. Áurea M^a. da Rocha Pitta, por sempre enfatizar a importância dos Conselhos de Saúde, suscitando algumas das reflexões desenvolvidas nesta investigação.

Aos membros (antigos e atuais) do Grupo Técnico de Informações em Saúde e População (GTISP) da ABRASCO, no qual, através de um longo processo de interlocuções e troca de idéias, criou-se um terreno fértil para todos nós amadurecermos um novo "modo de pensar" as Informações em Saúde no Brasil.

À Sr^a. M^a. Zenilda Moreno Folly, pelo cuidado com que tratou o texto, digitando-o atenciosamente, mantendo a boa vontade e a presteza em cada uma das inúmeras correções necessárias.

Aos demais membros do CEDOC/ENSP (Ana Cristina da Matta Furniel, Cristina Valente Manasfi e José Iturri de La Mata) que com zelo profissional deram continuidade, no último ano, às atividades do CEDOC, de forma a que pudesse me dedicar a escrever esta tese sem as preocupações institucionais rotineiras.

Enfim, agradeço ao meu companheiro Miguel, pela força, paciência e amor dedicados e por não ter permitido que eu desistisse no meio do caminho como me vi tentada a fazê-lo diversas vezes.

À minha filha Clarisse por ter compreendido minha "ausência", principalmente no decorrer deste último ano, que significou uma etapa de desafios também para ela:

vestibular!

À minha mãe - Irene (sanitarista da primeira turma de mestrado em Saúde Pública da ENSP, 1967) e à minha irmã Áurea pelo apoio e compreensão.

Às minhas queridas amigas Branca, Bruna e Bárbara pelo carinho.

Faz parte do ritual acadêmico a elaboração autoral solitária. Mas sinto que na realidade é uma pseudo-solidão, pois os companheiros de luta profissional com quem cruzei em meu caminhar (estudando, aprendendo, construindo junto) estão presentes, de algum modo, neste trabalho. A eles rendo as mais profundas homenagens!

"O Andarilho - Quem chegou, ainda que apenas em certa medida, à liberdade da razão, não pode sentir-se sobre a Terra senão como andarilho - embora não como viajante em direção a um alvo último: pois este não há. Mas bem que ele quer ver e ter os olhos abertos para tudo o que propriamente se passa no mundo; por isso não pode prender seu coração com demasiada firmeza a nada de singular; tem de haver nele próprio algo de errante, que encontra sua alegria na mudança e na transitoriedade. Sem dúvida sobrevêm a um tal homem noites más, em que ele está cansado e encontra fechada a porta da cidade que deveria oferecer-lhe pousada; (...) Bem pode ser que isso aconteça às vezes ao andarilho; mas então vêm, como recompensa, as deliciosas manhãs de outras regiões e dias, em que já no alvorecer da luz ele vê, na névoa da montanha, os enxames de musas passarem dançando perto de si, em que mais tarde, quando ele tranqüilo, no equilíbrio da alma de antes do meio-dia, passeia entre árvores, lhe são atiradas de suas frentes e dos recessos da folhagem somente coisas boas e claras, os presentes de todos aqueles espíritos livres, que na montanha, floresta e solidão estão em casa e que, iguais a ele, em sua maneira ora gaiata ora meditativa, são andarilhos e filósofos. Nascidos dos segredos da manhã, meditam sobre como pode o dia, entre a décima e a décima segunda badalada, ter um rosto tão puro, translúcido, transfiguradamente sereno: - buscam a filosofia de antes do meio-dia."

- Friedrich Nietzsche -

Humano, Demasiado Humano - Um livro para espírito livres.

O homem a sós consigo.

1878

RESUMO

Como as Informações em Saúde podem contribuir para um processo democrático emancipador do Homem brasileiro na passagem para o terceiro milênio? Este é o problema a partir do qual esta investigação se desenvolve. Representa mais uma etapa no processo de aprofundar a compreensão em torno da informação, produzida e gerida pelo aparato estatal, considerada de interesse para a Saúde.

Trabalha-se com a hipótese de que os marcos genealógicos encontrados na atual lógica organizativa das informações de interesse para a Saúde encontram-se no final do século XVIII e início do século XIX, com o surgimento do exercício de um poder disciplinar que se expressa capilarmente em todo o campo social, de um biopoder que nasce *pari passu* à medicina moderna (com o pensamento anátomo-clínico e patológico), desenvolvendo dispositivos eficazes para seu pleno exercício. Firma-se, assim, enquanto analítica central, o poder. Não qualquer poder, mas o poder vigilante que institucionaliza as informações em saúde como parte integrante dos dispositivos de governo de controle da população. Procura-se demonstrar as implicações de tal racionalidade sobre as informações em saúde apoiando-se nos estudos de Michel Foucault. Enfatiza-se a necessidade de politizar este campo de relações de poder e produção de saber que é, politicamente, reduzido a um campo do império da tecnicidade.

Discute-se a apropriação pública das informações e o seu alcance no que se refere a sociedades democráticas na luta pela repartição e aproveitamento dos recursos e saberes elaborados pelo empreendimento coletivo dos Homens. Apresentam-se alguns princípios e propostas que vêm sendo construídos no Brasil em torno da essencialidade da definição de uma Política de Informações em Saúde. Conclui-se pela necessidade desta Política ser estabelecida a partir de um processo de negociações contínuas, propiciado pela conquista de uma participação ampliada em mecanismos coletivos de gestão da informação.

Na busca de pensar alternativas que ampliem a capacidade argumentativa de novos "sujeitos informacionais" no processo de interlocuções, no processo de negociações que conformam 'pactos de governamentalidade', propõe-se o entendimento que o município constitui uma totalidade (local) de referência multifacetada e expressão do contraponto local/global. Elabora-se uma abordagem metodológica que visa agregar valor de uso às informações em saúde, seja para os gestores de saúde, gestores de informações e/ou representantes da população organizada.

Assim, no presente trabalho são apresentadas reflexões inseridas em uma dimensão

de análise genealógica e sócio-política, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre: i) o que, desde o princípio, sistematiza e norteia a atual configuração das informações em saúde (Capítulo I); ii) uma delimitação conceitual da informação em saúde no contexto da contemporaneidade (Capítulo II); iii) o modo de gerir a informação em saúde na perspectiva de pensar em alternativas de ações políticas (Capítulo III); iv) a organização das informações em saúde no âmbito municipal, tendo por referência a democracia e o processo da globalização (Capítulo IV) e v) a construção de uma 'cidadania informacional' (Capítulo V).

Palavras-chave: Informação em Saúde

Gerenciamento de Informação

Organização e Políticas Governamentais

Sistemas de Informação

SUMÁRIO

	pg.
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I -RACIONALIDADE NORTEADORA DAS INFORMAÇÕES EM SAÚDE: UM OLHAR GENEALÓGICO	6
1. A Questão do Poder Iluminando a Compreensão sobre a Informação em Saúde.....	9
2. O Poder sobre o Corpo: O Biopoder Vigilante.....	13
3. A Institucionalização das Informações em Saúde.....	30
CAPÍTULO II – INFORMAÇÃO EM SAÚDE E UM OLHAR CONTEXTUALIZADOR	49
1. Informação.....	50
2. Ciência da Informação.....	70
3. Informação em Saúde.....	87
3.1. Produção do Conhecimento sobre Informação em Saúde.....	101
CAPÍTULO III - POR UM NOVO MODO DE GERIR A INFORMAÇÃO EM SAÚDE: UM OLHAR POLÍTICO	110
1. Informação: direito de todos e dever do Estado.....	113
2. Política (Nacional) de Informações em Saúde.....	117
2.1. Por uma 'Ética Informacional'.....	128
2.2. Por um Novo Arcabouço Jurídico-Legal.....	132
2.3. Informação em Saúde: um Bem Público a Ser Comercializado?.....	137
3. " <i>Qui Custodiet Custodes?</i> " Mecanismos Coletivos de Gestão da Informação em Saúde.....	146
4. Disseminação: Compromisso Primordial da Gestão da Informação em Saúde.....	159
4.1. Disseminação e Política da Verdade.....	159
4.2. Disseminação: a Concretização do Dever do Estado de Informar.....	166

CAPÍTULO IV- POR UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE	
INFORMAÇÕES EM SAÚDE.....	177
1. O Município enquanto Expressão do Contraponto Local/Global.....	177
1.1. O Processo de Globalização.....	179
1.2. A Globalização e a Informação.....	184
1.3. O Local e o Global: Totalidades Históricas do Processo Civilizatório Contemporâneo.....	188
2. O Local como Espaço de Produção de Novos Saberes e de Novas Relações de Poder.....	193
3. O Debate Democrático em torno de uma Política Municipal de Informações em Saúde.....	200
3.1. Nos Marcos da Emancipação e da Democracia Participativa.....	200
3.2. Nos Marcos de uma Tecnodemocracia.....	208
4. Mecanismos Municipais de Gestão Coletiva da Informação em Saúde: uma Proposta Política.....	213
5. O Desafio de Agregar Valor às Informações em Saúde: Uma Proposta Metodológica.....	218
 CAPÍTULO V - PELA UTOPIA DE UMA 'CIDADANIA	
INFORMACIONAL'.....	241
 CAPÍTULO VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	262

TABELAS

- Tabela 1: Distribuição Temporal da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde - Brasil - 1980 - 1997..... 105
- Tabela 2: Distribuição Espacial da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde - Brasil - 1980 - 1997..... 105
- Tabela 3: Distribuição da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde segundo o Tipo de Material - Brasil - 1980 - 1997..... 106
- Tabela 4: Distribuição da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde segundo Blocos Temáticos Definidos - Brasil - 1980 – 1997... 107

QUADRO

- Quadro 1: Atividades Componentes do Setor Primário (ou Mercantil) de Informações..... 59

ESQUEMA

- Esquema 1: Sistema Municipal de Informações Estratégicas para a Saúde - SMIES..... 222

INTRODUÇÃO

"Lembra-te dos traços do mais pobre e abandonado dos homens que já te foi dado ver e pergunta se o ato que planejar lhe será de algum proveito."

- Mahatma Gandhi -

(1924)

Como as Informações em Saúde podem contribuir para um processo democrático emancipador do Homem brasileiro na passagem para o terceiro milênio? Este é o problema a partir do qual esta investigação se desenvolve. Parte do princípio de que a Informação em Saúde deve ser trabalhada no sentido de reforçar os direitos humanos, de contribuir para a eliminação da miséria e das desigualdades sociais e ao mesmo tempo subsidiar o processo decisório na área da saúde em prol de uma atenção com efetividade, qualidade e respeito à singularidade de cada indivíduo. Assim, esta linha investigativa vincula-se a uma preocupação com a intervenção no mundo real, enquanto expressão de uma dupla obrigação: política e científica.

Esta opção implica reconhecer que o trabalho científico não expressa suas qualidades apenas pelas respostas que dá, mas sobretudo pelas perguntas que faz, pelos problemas que formula. Isto pode trazer o sentimento de frustração ao término de sua elaboração caso não estejam claros, tanto os limites do conhecimento para fazer frente aos desafios contemporâneos, quanto a diversidade e o conflito de opiniões como meio para sua sempre incompleta superação. Deste modo, o presente estudo não apresenta respostas à questão inicial formulada. Sua contribuição reside no descortinar de pistas de possíveis caminhos que podem levar à construção de respostas. Estas, para serem soluções, pressupõem estarem inscritas na agenda coletiva de luta daqueles que sofrem com a fragilidade de um processo democrático massificador e limitado aos cânones formais da representatividade eleitoral.

Ao atrelar a indagação central desta investigação a um dos problemas fundamentais postos pela sociedade – a construção de um projeto de democracia emancipadora – fica implícito o desafio de pensar propostas de ação política e científica viáveis e factíveis sem, no entanto, perder a liberdade do livre pensar ao analisar, a partir dos limites deste real, as potencialidades de superá-los. Este é o estreito caminho através do qual o presente trabalho se desenvolve: entre os limites do real e a radicalização de alternativas comprometidas com a mudança.

Otávio Ianni, em palestra proferida na Faculdade de Saúde Pública da USP, em 1996, afirma que o único modo para se transformar uma dada situação é compreendê-la em todas as dimensões permitidas pelo instrumental dos saberes humanos. Perscrutando a origem, seu significado no presente e as implicações que se apresentam para o futuro: “*Eis onde se encontram nossas munições para enfrentarmos uma situação de luta por transformações em nossa sociedade*”. Por comungar com Ianni desta idéia, este estudo representa mais uma etapa no processo de aprofundar a compreensão em torno da informação, produzida e gerida pelo aparato estatal, considerada de interesse para a Saúde.

É importante ressaltar a noção de um processo continuado na busca de um entendimento cada vez mais ampliado sobre Informação em Saúde. Muitas das afirmações e questões estruturadas no presente estudo são fruto de análises já desenvolvidas em trabalhos anteriores, dentre os quais destaca-se a publicação: “*Informação em Saúde: da prática fragmentada ao exercício da cidadania*” (1994), onde se delineia a racionalidade norteadora das informações em saúde. A partir deste delineamento surgiu a necessidade de se estender o olhar investigativo para sua história constitutiva, buscando identificar os marcos genealógicos que fincaram suas raízes de tal modo que podem ser encontrados na atual lógica organizativa das informações de interesse para a Saúde.

Trabalha-se, então, com a hipótese de que esses marcos encontram-se no final do século XVIII e início do século XIX, com o surgimento do exercício de um poder disciplinar que se expressa capilarmente em todo o campo social, de um biopoder que nasce *pari passu* à medicina moderna (com o pensamento anátomo-clínico e patológico), desenvolvendo dispositivos eficazes para seu pleno exercício. A hipótese, que orienta toda a linha argumentativa da investigação, centra-se no entendimento de que as informações em saúde, nos moldes como se expressam até os dias atuais, vêm se consolidando como instrumentos estratégicos imersos nesse processo, ao amplificar e atualizar, paulatinamente, o “olhar do médico” sobre o corpo do paciente para o “olhar dos aparelhos de Estado” sobre os corpos das populações, constituindo-se em espaço de disputas de relações de poder e produção de saber. Neste esforço firma-se, enquanto analítica central, o poder. Não qualquer poder, mas o poder vigilante que institucionaliza as informações em saúde como parte integrante dos dispositivos de governo de controle da população.

Neste sentido, tem-se como foco de análise buscar o significado que historicamente este campo temático – informação em saúde – vêm ocupando na atenção à saúde em sociedades, como a brasileira, orientadas por uma racionalidade fragmentadora da

realidade (Moraes, 1994), onde o Estado formula e implementa Políticas em um processo de expansão hegemônica do modelo capitalista de produção. Trata-se de um estudo que tenta extrair, da espessura de acontecimentos históricos, as significações mais profundas que possam estar ocultas na atual *práxis* informacional em saúde. Procura-se demonstrar as implicações de tal racionalidade sobre as informações em saúde, basicamente apoiando-se nos estudos de Michel Foucault, relacionando esta análise à constituição dos acervos informacionais, para entender as relações historicamente determinadas entre a gestão da vida e a gestão das informações em saúde.

Esta tentativa de aproximação a uma genealogia da lógica norteadora das práticas informacionais em saúde também tem por objetivo constituir-se em um primeiro delineamento conceitual do que poder-se-ia considerar como o campo temático da ‘Informação em Saúde’. Esta análise serve de base para os estudos que buscam compreender as mutações contemporâneas que vêm ocorrendo em torno da ‘Informação’, enquanto um objeto que passa a ocupar uma posição estratégica no modo de organização material e simbólica das sociedades, bem como suas repercussões para a área da saúde, procurando desvendar suas diferentes significações, participando da construção coletiva de bases cada vez mais consistentes para a consolidação de um pensamento brasileiro sobre as informações em saúde.

Ao buscar compreender o significado das Informações em Saúde nas sociedades atuais, enquanto instrumento potente e potencial a serviço de um conhecimento voltado para a emancipação do Homem no terceiro milênio, trabalha-se com o entendimento de que a ‘Informação’ vem se constituindo em um artefato complexo, representação da complexidade da vida contemporânea, produzido historicamente de acordo com as relações de poder e produção de saber que vão sendo construídas. ‘Informação’ que só se efetiva em processos de interlocução. Assim, ao apresentar alternativas para ampliação dos espaços de interlocução em torno da Informação em Saúde, busca-se enfatizar a necessidade de politizar este campo de relações de poder e produção de saber que é, politicamente, reduzido a um campo do império da tecnicidade. Ressalta-se o quanto do político existe no cotidiano da produção e disseminação de informações no Brasil.

Nesta perspectiva, discute-se a apropriação pública das informações e o seu alcance no que se refere a sociedades democráticas na luta pela repartição e aproveitamento dos recursos e saberes elaborados pelo empreendimento coletivo dos Homens. Apresentam-se

alguns princípios e propostas que vêm sendo construídos no Brasil por diferentes sujeitos sociais, em torno da essencialidade da definição de uma Política de Informações em Saúde. Esta Política necessita ser estabelecida a partir de um processo de negociações contínuas, propiciado pela conquista de uma participação ampliada em mecanismos coletivos de gestão da informação, considerada então como um bem público.

Na busca de pensar alternativas que ampliem a capacidade argumentativa de novos "sujeitos informacionais" no processo de interlocuções, no processo de negociações que conformam 'pactos de governamentalidade', algumas análises e propostas são elaboradas a partir do entendimento que o município constitui uma totalidade (local) de referência multifacetada e expressão do contraponto local/global. Propõe-se uma abordagem metodológica que visa agregar valor de uso às informações em saúde, seja para os gestores de saúde, gestores de informações e/ou representantes da população organizada.

Assim, no presente trabalho são apresentadas reflexões inseridas em uma dimensão de análise genealógica e sócio-política, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre: i) o que, desde o princípio, sistematiza e norteia a atual configuração das informações em saúde (Capítulo I); ii) uma delimitação conceitual da informação em saúde no contexto da contemporaneidade (Capítulo II); iii) o modo de gerir a informação em saúde na perspectiva de pensar em alternativas de ações políticas (Capítulo III); iv) a organização das informações em saúde no âmbito municipal, tendo por referência a democracia e o processo da globalização (Capítulo IV) e v) a construção de uma 'cidadania informacional' (Capítulo V).

Uma das expectativas subjacente ao esforço de elaboração deste estudo é a vontade de compartilhar a urgência por compreender o contexto das 'informações em saúde' no Brasil, procurando contribuir, não exatamente através das propostas *in per se* aqui contidas, mas por tentar demonstrar novos "modos de olhar" que impliquem como seu pressuposto a possibilidade de transformações, fruto da crítica radical aos mecanismos de um determinado tipo de poder que se pretende perene, sem fim. Ao demonstrar que a atual forma de organização da informação não existe desde sempre, que tem uma determinada história, uma gênese, significa que nem sempre foi assim e portanto pode ser diferente! E que o diferente nem sempre quer dizer, necessariamente novo. Muitas das propostas que são apresentadas como novas têm sua gênese em lutas anteriores, mesmo que não tenham se tornado realidade à época.

O principal exemplo pode estar na própria Revolução Francesa que fecunda a emergência de novas formas de percepção médica e que, no dizer de Hobsbawn (1996), cunhou o projeto emancipatório de sociedade que até hoje é perseguido pela humanidade: liberdade, igualdade e fraternidade!

Há quem não cruze os braços e procure saídas, preocupando-se com o presente, no interior do qual todos estamos. O que faz sentido nesta atualidade compartilhada? É a certeza de que ela não é inexorável e que no bojo de uma sociedade altamente complexa como a brasileira, as alternativas de mudanças estão sendo geradas nos gestos cotidianos e simples dos homens e mulheres. Nos enfrentamentos diários, nos embates por princípios, por propostas extremamente simples por sua obviedade: buscam a melhoria da vida em sociedade. Lutam por uma vida com liberdade (onde as diferenças sejam respeitadas em suas singularidades), com igualdades entre os homens (de direito e de fato) e com fraternidade (ou no dizer mais contemporâneo - com solidariedade).

Luta e solidariedade diárias, lados de uma mesma utopia: vida digna que respeita a humanidade que há em todos, em cada um e no outro.

CAPÍTULO I: RACIONALIDADE NORTEADORA
DAS INFORMAÇÕES EM SAÚDE: UM OLHAR GENEALÓGICO

"Meu corpo pessoal é a atualização temporária de um enorme hipercorpo híbrido, social e tecnobiológico. O corpo contemporâneo assemelha-se a uma chama. Frequentemente é minúsculo, isolado, separado, quase imóvel. Mais tarde, corre para fora de si mesmo, intensificado pelos esportes ou pelas drogas, funciona como um satélite, lança algum braço virtual bem alto em direção ao céu, ao longo de redes de interesses ou de comunicação. Prende-se então ao corpo público e arde com o mesmo calor, brilha com a mesma luz que outros corpos-chamas. Retorna em seguida, transformado, a uma esfera quase privada, e assim sucessivamente, ora aqui, ora em toda parte, ora em si, ora misturado. Um dia, separa-se completamente do hipercorpo e..."

- Pierre Levy -
(1996)

A gênese da racionalidade organizativa de bases informacionais de interesse para a área da Saúde pode ser encontrada na constituição de um “biopoder” que ecoa até os dias atuais. Ao buscar os fundamentos genealógicos de constituição das informações relacionadas às doenças, às condições das mortes, ao nascimento dos indivíduos e das populações, ou seja, à essência das chamadas informações em saúde, se recuar no tempo, defronta-se com o período que Foucault delimitou como sendo do Nascimento da Clínica e, por conseguinte, da fundação da doença nos moldes conhecidos hoje.

A hipótese deste trabalho está centrada na afirmação de que os saberes e práticas constitutivas das informações de interesse para a saúde surgem *pari passu* à constituição de um novo tipo de prática médica, no final do século XVIII e início do XIX, e que se reflete na atual *práxis* informacional. Ou seja, buscam-se os fundamentos genealógicos das Informações em Saúde atuais na ruptura de uma medicina clássica para uma medicina moderna, que se funda no pensamento anátomo-clínico e nos princípios da patologia.

Esta ruptura marca definitivamente a forma como as sociedades ocidentais, daí para frente, irão desenvolver dispositivos que lidam com as questões relacionadas à vida, à gestão da vida. Dentre estes dispositivos, segundo a linha de raciocínio aqui apresentada, encontra-se a implementação, paulatina e contínua, de inquéritos, levantamentos e/ou coletas de dados relacionados aos indivíduos e às populações.

A doença, considerada anteriormente a este período como portadora de uma essência abstrata, passa a ter sua significação corporificada no indivíduo: o portador do corpo doente. Isto implica a constituição de saberes específicos, classificatórios, que darão a base para a classificação das doenças e a conseqüente possibilidade de constituição de acervos estatísticos comparáveis no tempo e no espaço. A constituição gradual de sistemas de informações como um processo de coleta, tratamento, análise e disseminação de informações, passa a ser um instrumento fundamental para o próprio desenvolvimento dos saberes médicos. Este processo organizativo está profundamente vinculado às transformações político-sociais da época, em especial a da Revolução Francesa e ao próprio papel da instituição hospitalar na constituição do pensamento médico moderno, ou seja, articula-se a constituição de saberes à estrutura social, política e econômica, conforme propugna o pensamento foucaultniano.

Vale ressaltar, como parte inerente à gênese das informações de interesse para a saúde, a tese central exposta por Foucault em seu livro “As Palavras e as Coisas” (1995), onde afirma que só pode haver ciência humana a partir do aparecimento de ciências empíricas (século XIX) que tematizaram o homem como objeto e como sujeito de conhecimento, abrindo a possibilidade, dentre outras, de constituição de bases informacionais centradas no indivíduo enquanto corpo doente (estatísticas de morbidade), mas também enquanto portador da possibilidade da morte (estatísticas de mortalidade referidas às doenças) e da vida (estatísticas de nascimento). Ou seja, o que pretende-se enfatizar é que o aparecimento de novos saberes referidos à coleta, processamento, tratamento, análise e armazenamento de informações relacionadas a situações de saúde remete a condições de sua possibilidade externas a estes próprios saberes, não como efeito ou resultante, mas como elementos imanentes de dispositivos de natureza essencialmente estratégica.

Isto significa situar a existência e transformação porque vem passando o processo informacional em saúde como parte intrínseca de relações de poder e produção de saber,

entendendo-o como um dispositivo político de atuação do Estado.

Ao seguir esta linha de raciocínio, defronta-se com a constatação de que para compreender o significado da categoria ‘Informação em Saúde’ nos dias atuais é condição *sine qua non* imbricá-la à questão do poder, como um instrumento de análise capaz de explicar a produção desses saberes que se formaram e se formam em torno dela. O Poder passa, assim, a ser a categoria chave para se entender a produção de saberes, historicamente determinados, em sua dimensão política. Busca-se em Foucault o entendimento em torno da questão do poder.

1. A QUESTÃO DO PODER ILUMINANDO A COMPREENSÃO SOBRE A INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Foucault não considera o Poder como algo que possua uma essência com características universais a serem decifradas. Não existe uma realidade global e unitária chamada poder.

*“O Poder não é alguma coisa que se adquire, se subtrai ou se divide, alguma coisa que se guarde ou que se deixe escapar - sem dúvida há que ser nominalista: o poder, isso que não é uma instituição, não é uma estrutura, não é determinada capacidade da qual alguns seriam dotados: é o ícone que se dá a uma **situação estratégica** complexa numa determinada sociedade. (...) Aí onde há poder, há resistência e no entanto, ou até por isso mesmo, ela já não está em posição de exterioridade em relação ao poder.” (Foucault - 1982:74)*

Este autor não localiza o poder em nenhum ponto específico da estrutura social, ninguém possui o poder no sentido de propriedade e nesta perspectiva, o poder não existe. Existem práticas ou relações de poder que se exercem de forma complexa, múltipla e estratégica, por toda a estrutura social. Nada escapa a esta rede de relações tensas, sempre em atividade. Em Foucault, o poder é exercido enquanto efeito de conjunto das posições estratégicas ocupadas tanto pela classe dominante quanto pelo efeito manifestado (e às vezes reconduzido) pela posição dos que são dominados.

Este entendimento abre novas perspectivas para se pensar propostas de mudança frente situações onde a manutenção do *status quo* não atende mais às necessidades de parcelas significativas da sociedade. Se poder é uma relação, então as lutas e resistências ao seu exercício constituem também poder! Ou seja, faz parte das relações de poder a disputa por sua direcionalidade e usos. Há sempre um movimento complexo de fluxos e refluxos, de avanços e recuos em disputa. Há focos de instabilidade, riscos de conflitos, de interesses múltiplos disputando hegemonia em situações estratégicas que se formam e transformam, cotidianamente, perpassando todos as ações e expressões da vida social, política, econômica, cultural, afetiva e de prazeres da sociedade, conformando uma rede de micropoderes.

"A derrubada desses "micropoderes" não obedece portanto à lei do tudo ou nada; ele [o Poder] não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições; em compensação nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra". (Foucault, 1977:29)

E o que se procura demonstrar neste trabalho é que a constituição organizativa da informação em saúde em seu contorno atual, não foge a esta afirmação! Ela é tanto expressão deste complexo processo de micropoderes, quanto tem um papel ativo de contribuição efetiva, como parte inerente e fundamental de dispositivos de poder, de vigilância, especialmente no que se refere aos dispositivos de biopoder. Mas, paradoxalmente, traz também a possibilidade, em diferentes, móveis e transitórios pontos, espalhados pela estrutura de saúde consolidada pelo Estado brasileiro, de resistência, de luta, de transformação e de busca criativa de novas *práxis* informacionais. E é aqui que se ancora a afirmação de que a informação em saúde vem se constituindo em espaço estratégico fundamental de disputa entre modelos de gestão e, conseqüentemente, de organização das informações em saúde. Propostas em disputas que repercutem, direta ou indiretamente, tanto na própria direcionalidade da Política de Saúde quanto nos padrões de conscientização construídos na relação Estado-Sociedade. Enfim, repercute no próprio processo de democracia em construção no Brasil.

Denunciar o quanto de controle e vigilância estão embutidos na *práxis* informacional é tão importante quanto perceber o potencial de positividade, de possibilidade de se constituir em instrumento a serviço de um processo emancipatório do homem brasileiro. Foucault traz luz a essa aparente bipolaridade, ao agregar uma dimensão nova ao poder: há positividade no poder!

"Temos que deixar de descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele 'exclui', ele 'reprime', ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. De fato, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. " (Foucault, 1977:172)

Entender o poder apenas em sua feição negativa, de coerção, opressão, violência, não

dá conta de toda a complexa realidade encontrada na sociedade, apesar deste entendimento ser o mais comumente aceito. Machado (In: Foucault, 1982, pg. XV-XVI) afirma que os estudos foucaultnianos demonstram que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão, sendo preciso refletir sobre o lado positivo, produtivo e transformador presente nas relações de poder.

Outra dimensão do Poder desvendada por Foucault e importante para a presente análise em torno da questão da informação em saúde se refere a uma não sinonímia entre Estado e poder. Machado, na Introdução (pg. XI e XII) do livro "Microfísica do Poder" de Foucault (1982), enfatiza como condições de possibilidades políticas de saberes específicos (como os saberes em torno de um processo informacional relacionado a questões da saúde) podem ser encontradas, não por uma relação direta com o Estado, considerado como um aparelho central e exclusivo de poder, mas por uma articulação com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação, que Foucault analisava em termos de instituição. A evidência fornecida por seus estudos (o surgimento da instituição carcerária, da instituição hospitalar, do dispositivo de sexualidade) aponta para a existência de formas de exercício de poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis a sua sustentação e atuação eficaz. Desvenda uma mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo formas locais e concretas, inseridas em instituições, materializando-se em técnicas de dominação.

A clareza sobre a existência de uma rede de poderes que impera em uma sociedade é fundamental para o momento de se pensar alternativas de luta contra relações de poder comprometidas com o controle, com a vigilância sobre as diferentes dimensões da vida humana e com a manutenção de um *status quo* que vem acentuando as desigualdades sociais.

Foucault, ao denunciar que o "*aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa*" (Machado, In: Foucault, 1982, pg. XIII), enfatiza que as propostas visando apenas o controle dos aparelhos de Estado, para superação da rede de relações de poder, não são suficientes. Abre, portanto, espaço para a necessidade de utilização de um instrumental de análise mais abrangente e ao mesmo tempo minucioso para dar conta da compreensão das complexas relações de poder existentes nas sociedades contemporâneas e de propostas mais complexas para suas transformações.

Foucault não minimiza o papel do Estado nas relações de poder, mas quis, sim, denunciar a estreiteza de visão e a falácia contida na idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder do qual emana a rede de poderes que estende seus efeitos, seus prolongamentos sobre a sociedade. Tal entendimento nega qualquer possibilidade da existência de especificidade de poderes que se exercem para além dos poderes do aparelho de Estado. E Machado (In: Foucault, 1982, pg. XIV) explica assim:

"O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado."

São relações de poder que perpassam, em níveis variados e em pontos diferentes da vida cotidiana, desde as grandes decisões de políticas de Estado até os gestos diários e rotineiros nas relações interpessoais e locais. Daí a importância de uma reflexão aprofundada sobre a configuração política, técnica e ideológica do modelo de gestão descentralizada da informação. Esta análise contribui muito para uma melhor compreensão das bases informacionais vinculadas à saúde que vêm se organizando ao longo da história no mundo ocidental. Ela permite a afirmação de que as informações em saúde vêm se constituindo, e ainda se constituem, como um dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder e que incidem diretamente sobre a produção dos saberes relacionados ao complexo processo informacional em saúde. Processo este que possui tecnologia e história específicas relacionadas com o nível mais geral de poder prevalente na relação Estado-Sociedade e que se articulam mais especificamente à constituição do "biopoder" nas sociedades ocidentais.

2.O PODER SOBRE O CORPO: O BIOPODER VIGILANTE

A mecânica de poder desvendada por Foucault torna transparente uma verdadeira rede de poderes que penetra na vida cotidiana das pessoas e vai além, penetrando a realidade mais concreta de todo ser humano - o seu corpo. E produz o que ele denominou de tecnologia política do corpo. O corpo aparece imerso num campo político, onde as relações de poder tem um alcance imediato, em um verdadeiro investimento político do corpo, a partir de relações complexas e recíprocas, que visa sua utilização econômica (força de produção: poder e dominação; força de trabalho: sujeição), útil enquanto corpo produtivo e corpo submisso.

Essa tecnologia política do corpo se expressa a partir de uma instrumentação multiforme, não localizável em um aparelho de Estado específico, posto que permeia as práticas em geral de sujeitos sociais. Trata-se de uma rede de poder posta em movimento pelos aparelhos e instituições, que ganha materialidade, dentre outros dispositivos, através da constituição de bases de dados sobre as condições de vida do homem. Refere-se a um corpo político, entendido como um "*conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber.*" (Foucault, 1977:30)

Este micropoder, em suas extremidades, se realiza através de minuciosos procedimentos técnicos, expressão de saberes, que realizam um controle detalhado do corpo. Todo um saber, técnicas, procedimentos, discursos científicos (dentre eles os informacionais, os estatísticos, os demográficos...) se entrelaçam com as práticas de poder: punir, controlar, dominar, vigiar, mas também, criar, fomentar, provocar...

Como e quantos nascem, de qual sexo, como vivem, como adoecem, quantos filhos têm, como morrem? São alguns exemplos das questões que orientam, até hoje, a arguição dos dispositivos informacionais sobre o corpo social do indivíduo e da população, através, por exemplo, da instituição hospitalar, da rede de serviços de saúde, quando esquadrinham as populações que lhes são "tecnicamente" adscritas.

Para Foucault, este verdadeiro 'biopoder' tem por objetivo gerir a vida dos indivíduos.

Não necessariamente para bloqueá-la em suas atividades, mas para que seja possível aproveitar ao máximo suas capacidades.

"Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilização econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política."
(Machado, In: Foucault, 1982, pg. XVI)

A questão que se coloca é entender o desenvolvimento do papel das informações em saúde neste processo, significando uma relação específica de poder sobre os indivíduos, uma tecnologia própria de controle encontrada, por exemplo, nas instituições hospitalares e nos atuais centros de saúde e distritos sanitários em suas propostas de cadastramento das famílias, dos residentes, enfim dos adscritos a sua área de abrangência. Qualificando-os como "aptos ao atendimento" e conseqüentemente "desqualificando" o restante: não residente, não cadastrado, etc.

Aquele que aceita se submeter ao cadastramento ganha um novo *status* - inclusive sendo portador de uma documentação própria que o identifica e o diferencia do restante: o cartão do paciente! Para o indivíduo ter acesso ao atendimento que a Constituição brasileira afirma ser seu direito, é preciso primeiro responder ao questionário do cadastramento e mais, comprovar "se fala a verdade" com algum comprovante de residência, por exemplo.

Com isso as instituições de saúde ampliam e detalham seus acervos informacionais, sobre a saúde, sobre a vida das pessoas, aperfeiçoando, cada vez mais, a sua função enquanto parte dos dispositivos de poder. Dispositivos de um poder específico a que Foucault chamou de **poder disciplinar**.

"... são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade - utilidade..." (Foucault, 1977:127)

O poder disciplinar constitui mecanismos que atuam enquanto uma teia que penetra os corpos de tal modo a produzir o tipo de homem necessário à sociedade capitalista. Será preciso, também, ter um controle sobre seu pensamento, seu comportamento, enfim, seu modo de vida, mantendo-se informado tanto sobre as enfermidades quanto as inaptações, os efeitos do meio ambiente ou hereditários. É um poder sobre o corpo e sobre a mente, onde ambos passam a ser objeto e alvo de poder.

Estes mecanismos surgem, deste modo, aderidos ao fenômeno da explosão demográfica do século XVIII e ao crescimento do aparato produtivo industrial, como requisito estratégico: dominação política do corpo para que se torne força de trabalho - utilidade e docilidade. Sabe-se que o corpo, de um modo ou de outro, sempre foi alvo de mecanismos de limitações, proibições, obrigações. O que caracteriza de diferente este período/estas técnicas de poder sobre o corpo?

Para Foucault (1980:125 a 130) a novidade pode ser encontrada na escala deste controle, de modo a trabalhá-lo detalhadamente, de exercer um poder sem folga: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. Em seguida, o novo está no próprio objeto deste controle: a organização interna, a eficácia dos movimentos, a economia do corpo, o exercício a que o corpo se sujeita. Por fim na modalidade deste poder que implica numa coleção ininterrupta sobre os processos da atividade, que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Todas essas técnicas são denominadas de disciplinas, que se tornaram, a partir deste período, fórmulas gerais de dominação, passando a ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. O corpo humano passa a fazer parte de uma engrenagem de poder que o esquadrinha, o desarticula (ao nível de sua estrutura genética) e o recompõe: uma anatomia genética política do detalhe.

"A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)."(Foucault, 1977:127)

A disciplina organiza o espaço onde a vida se processa e fiscaliza o tempo de tal modo a alcançar o máximo de rapidez e eficácia para a produção. Estabelece o controle sobre as mais diferentes dimensões humanas desenvolvendo mecanismos de vigilância que

atuam de forma contínua, abrangente, insidiosa. É quando surge o modelo de "sociedade panóptica" - a partir do projeto arquitetônico do Panopticon de Bentham (1789), do olhar invisível que permite ver tudo permanentemente sem ser visto. Vigilância que deve funcionar de tal modo que impregne o vigiado, que passa a introjetar esse 'olho invisível' para dentro de si mesmo.

Emerge, então, uma racionalização utilitária do detalhe na contabilidade moral e no controle político. Minúcia dos regulamentos, no olhar das inspeções, no controle de mínimas dimensões da vida e do corpo que se materializam em diferentes instituições disciplinares: escola, quartel, hospital. História do detalhe que atravessa a pedagogia, a medicina, a tática militar, a economia, a demografia... Que atravessa as políticas governamentais na utopia de estabelecerem dispositivos de poder que permitissem identificar até o menor acontecimento no Estado governado.

Observações minuciosas do detalhe, que devem estar devidamente registradas e arquivadas de tal modo que se constituam em instrumentos precisos para serem acionados com a agilidade necessária. Registros que, mais tarde, irão compor os sistemas de informações em saúde enquanto dispositivos de poder a quem nada deve escapar. Informações de Estado voltadas para a arte de governar: controle e utilização dos homens através de todo um arsenal de técnicas, processos e saberes de coleta, descrição, registro e armazenamento de informações. Desses esmiuçamentos de um poder disciplinar nasce o homem do humanismo moderno. (Foucault, 1977:129-130)

Em várias de suas obras, Foucault descreve o surgimento desse "olhar capilar", enfatizando, neste processo de conformação de uma "sociedade panóptica", o olhar loquaz que o médico põe sobre os pacientes e as "coisas" a sua volta. Relaciona, de forma viva e extremamente bela, o nascimento da medicina moderna (últimos anos do século XVIII e início do século XIX) às transformações ocorridas na forma de olhar o sofrimento dos homens.

"O espaço da experiência parece identificar-se com o domínio do olhar atento, da vigilância empírica aberta apenas à evidência dos conteúdos visíveis. O olho torna-se o depositório e a fonte da clareza; tem o poder de trazer à luz uma verdade que ele só recebe à medida que lhe deu à luz; abrindo-se, abre a verdade de uma primeira abertura: flexão que marca, a

partir do mundo da clareza clássica, a passagem do "Iluminismo" para o séc. XIX." (Foucault, 1980, pg. XI)

Esta passagem, em toda sua complexidade, inclui uma mutação essencial no saber médico existente até então, com a retomada do tema clínico, que aparece, para a experiência do médico, como um novo perfil do perceptível e do enunciável. Observa-se uma nova racionalidade de (re)organizações que, identificadas com o aparecimento da Clínica, se expressam em novos saberes, novos instrumentos, enfim, novos dispositivos, como por exemplo: prontuários clínicos (dossiê individual) e bases informacionais que vão se constituindo sob a égide deste novo olhar.

"... Nova distribuição dos elementos discretos do espaço corporal (...), reorganização dos elementos que constituem o fenômeno patológico (...), definição das séries lineares de acontecimentos mórbidos (...), articulação da doença com o organismo..." (Foucault, 1980, pg. XVII), que acabam marcando também a (re)organização das informações em saúde.

Com a Clínica se instaura a soberania do olhar! Mas não é qualquer olhar; é um olhar que sabe e por conseguinte decide - detêm poder! Funda-se um novo modo de se organizar o olhar. O portador deste olhar não é qualquer observador, trata-se agora do olhar de um médico, detentor de um saber validado por seus pares, institucionalizado, com poder de intervenção. Um olhar que não deve se restringir a observar uma estrutura que se dá a ver, mas sim, deve perscrutar, ir além do aparente visível.

"Não foi, portanto, a concepção da doença que mudou primeiramente, e em seguida a maneira de reconhecê-la; nem tampouco o sistema de sinais foi modificado em seguida a teoria; mas todo o conjunto e, mais profundamente, a relação da doença com este olhar a que ela se oferece e que, ao mesmo tempo, ela constitui." (Foucault, 1980:10)

Neste período, a doença se apresenta ao observador segundo sintomas e signos que marcam a formação do método clínico; método que enunciará, por uma sintaxe inteligível do significante (sintomas e signos) o próprio ser do significado - o cerne da doença. A doença é vista como a coleção de sintomas, que se tornam, em sua totalidade, significantes da doença.

Essas abordagens preliminares sobre os sintomas são importantes pois são em torno deles que as observações se dão e são registradas em uma linguagem inteligível para aqueles que possuem o código de decifração que transforma o sintoma em signo de uma doença: calor, dor, palpitações que tornam-se signos de fleimão^(*), compondo, assim, o citado "dossiê individual" (prontuário clínico), alicerce importante para a paulatina organização de bases informacionais em saúde.

Olhar que vê, observa, registra o sintoma que, a partir de uma atividade que vem de fora (o saber, que totaliza, compara os organismos, classifica, registra), torna-se signo de uma doença, deixando claro que a totalidade dos sintomas nunca chegará a esgotar a realidade do signo. Radicalizando esses conceitos, Foucault afirma que para um médico, detentor de todos os conhecimentos existentes, todos os sintomas poderiam se tornar signos, isto significa dizer que todas as manifestações patológicas falariam uma linguagem clara e ordenada, basta ter-se o saber - a chave - que decifre os sintomas e que enuncie - fale - em uma linguagem inteligível, a doença. É a intervenção de uma consciência que transforma o sintoma em signo. Olhar que não apenas vê mas fala também!

Esta consciência se torna uma operação que torna visível a totalidade do campo da experiência em cada um dos seus momentos passíveis de observação e de registros em uma linguagem própria, clara, de forma a dissipar todas as estruturas ainda existentes de opacidade. Operação que pressupõe uma forma específica de sintaxe lingüística que expresse os sintomas em signos, meros dados (soltos, sem referenciais explicativos) em informações plenas de conteúdos, formados a partir de um conhecimento que "vem de fora" do ato em si do exame: o saber médico.

Neste processo, o registro informacional e mais precisamente a informação em saúde, é incorporado como prática da Clínica. Na hipótese desenvolvida neste trabalho, situa-se, na ligação definitiva da informação em saúde com a Clínica, as bases genealógicas dos atuais sistemas de informação em saúde, que vão cada vez mais ocupando um papel importante e estratégico na estrutura de atenção à saúde.

O médico, gradualmente, vai delegando a outros profissionais, não necessariamente médicos, que passam a ser os responsáveis pela execução das atividades relacionadas à

(*) Fleimão - Med. Inflamação do tecido conjuntivo subcutâneo e subaponeurótico, que conduz a ulceração e abscesso.

organização e manutenção de bases informacionais, mas sempre segundo a racionalidade e o olhar clínico. Estas práticas informacionais vão se constituindo em práticas institucionalizadas, detentoras de poder e produtoras de um saber específico: o saber informacional. Em seu horizonte aparece a busca, de possibilidades tecnológicas e políticas de desvelamento de "todos os sintomas" implícitos em um processo de gestão da vida (social, econômica, política, ideológica, cultural e prazerosa) dos Homens; enfim, seu "jeito de viver a vida."

Esta profunda (re)organização do conhecimento médico é um dado histórico e transitório, o que significa que houve e haverá outras (re)organizações ao longo da história da humanidade, do mesmo modo que haverá outras formas de se organizar as informações em saúde. Como por exemplo, pode-se destacar o olhar clínico, que faz coincidir o 'corpo' da doença com o corpo do homem doente, como sendo apenas uma das maneiras da medicina espacializar a doença, que se desenvolve no decorrer do período em que surge a medicina clínica já com as contribuições da anatomia patológica (século XIX); período que se caracteriza pela soberania do olhar. É importante pensar sobre esta específica forma de espacialização da doença, pois ela também contribui para a forma como as informações em saúde acabam sendo organizadas a partir desta época. Principalmente acrescida da lógica que norteia o que Foucault (1980) chamou de "medicina classificatória", que representa uma forma do pensamento médico que precedeu, no tempo, o método anátomo-clínico e o tornou historicamente possível.

A regra classificatória adotada domina a teoria e a prática médicas, se implanta como a lógica imanente das formas mórbidas, aparece como sendo a portadora da chave de decifração do enigma proposto pela doença e se coloca como a regra semântica a ser utilizada na sua definição.

Antes de ser "vista" no corpo, a doença recebe uma organização hierarquizada em famílias, gêneros e espécies que são rigorosamente registradas, com a finalidade de aprendizagem, conformando acervos das observações feitas (principalmente ao pé do leito do paciente - entendido como campo de investigação) constituindo, assim, verdadeiras bases informacionais em saúde, classificadas e configuradas segundo as taxonomias adotadas. Um dos principais exemplos deste período, que perduram até hoje, é todo o esforço internacional dispendido em torno de uma classificação das doenças aceita universalmente. Refiro-me à CID - Classificação Internacional de Doença.

Para os médicos, a partir do século XVIII, a doença passa, muito mais, a ser uma experiência 'histórica' do que a busca de um saber filosófico. Filosófico será o conhecimento que põe em questão a origem, o princípio, as causas, em oposição ao histórico que refere-se "aquilo que se dá ao olhar". A verdade é encontrada na superfície em que o relevo, ao mesmo tempo, se manifesta e se anula - o retrato. Onde a ordem natural da doença (ordem geral da natureza) é apenas um decalque do mundo da vida.

Foucault (1980:6) lembra que a racionalidade da vida é idêntica à racionalidade daquilo que a ameaça. Natureza e contra-natureza se ajustam e se superpõem em uma ordem natural que lhes é comum. Reconhece-se a vida na doença. É a lei da vida que funda o conhecimento da doença, visando monitorá-la, controlá-la, superá-la.

Isto é claramente observado nas principais bases de informações em saúde desenvolvidas até os dias atuais. Afinal, não é a partir dos estudos sobre a morte, com os dados sobre as condições que envolveram o óbito, que historicamente se vem produzindo saberes que apontam para formas de controle e prevenção? As informações de morbidade hospitalar não vêm servindo de instrumento fundamental para a produção de saberes que vêm embasando o pensamento sobre as melhores alternativas terapêuticas? Ambas (mortalidade e morbidade) não vêm subsidiando o processo político de decisões em saúde, em um planejamento, que a bem da verdade, nem sempre prioriza as necessidades de saúde da maioria da população, mas que vêm servindo, por exemplo, para instrumentalizar decisões que selecionam perfis mórbidos como de predileção para os hospitais privados em função de maior rotatividade, pagamento desembolsado pelo Estado versus gasto efetivo realizado, etc., de tal modo a garantir não uma otimização de recursos alocados, mas sim a extração de lucros crescentes?

Mas são exatamente essas mesmas bases informacionais (mortalidade, morbidade) que subsidiam análises de denúncia da incompatibilidade da oferta de serviços de saúde face o perfil epidemiológico da maioria da população brasileira. São, também, essas informações que vêm possibilitando novos estudos, novas abordagens na busca de superação deste quadro sanitário com o planejamento de ações de maior impacto para a promoção de saúde.

"A experiência clínica ... - foi logo tomada como um confronto simples, sem

conceito, entre um olhar e um rosto, entre um golpe de vista e um corpo mudo, (...) pelo qual dois indivíduos vivos estão 'enjaulados' em uma situação comum mas não recíproca." (Foucault, 1980, pg. XIII)

Até que ponto as atuais bases informacionais em saúde, não são exatamente isso? Um olhar (que não se sabe bem de onde vem) de alguma instituição do Estado sobre 'corpos' mudos, em uma relação não recíproca. Pois apenas 'um' olha e pergunta (o chamado agente de informação!) e o 'outro' (objeto de informação!) se permite ser olhado e responde. Este 'outro' na grande maioria das vezes, não sabe que estará servindo de quantitativo para algum banco de dados. Não saberá jamais o uso que será feito das suas respostas e do que foi observado. Abstrai-se o indivíduo. Paradoxalmente o doente (que está internado, ou que morreu) é apenas um fato exterior em relação aquilo de que sofre que será o evento central de registro.

Daí a hipótese que vem sendo trabalhada nesta investigação: as atuais bases informacionais constituem o efeito de uma ampliação do "olhar do médico sobre o corpo do indivíduo (século XIX)", para o "olhar das instituições de Estado sobre o corpo social das populações (século XX)", integrante dos dispositivos de um poder disciplinar, especificamente de um biopoder capilar, sutil, múltiplo, presente no cotidiano das inter-relações de uma sociedade.

Pode-se, talvez, considerar como uma das bases de sustentação instrumental deste biopoder o que é chamado hoje como o Prontuário Clínico do Paciente, assim descrito por Sournia (1962, *apud* Foucault, 1980, pg. XIX):

"Para poder propor a cada um de nossos doentes um tratamento perfeitamente adaptado à sua doença e a si próprio, procuramos formar, de seu caso, uma idéia objetiva e completa, recolhendo em um dossiê individual (sua observação) a totalidade das informações que dispomos a seu respeito. Nós 'observamos' do mesmo modo que observamos os astros ou uma experiência de laboratório".

A partir do olhar - sempre o olhar, o que é visível e enunciável - são coletadas observações que são transformadas em informações registradas no "dossiê individual". As bases informacionais em saúde, com variações de níveis de agregação e abrangência, nada

mais são que um conjunto de "dossiês individuais".

Obviamente, com o avanço de um processo democrático nas sociedades, paulatinamente vêm sendo colocados limites a usos dessas informações. Mas limites ainda frágeis, pois a informação, por exemplo, sobre a identificação do paciente/indivíduo existe registrada e a qualquer momento pode ser recuperada - como já ocorre quando se refere ao monitoramento de fraudes, onde os auditores precisam confirmar com o paciente se um determinado procedimento hospitalar efetivamente foi realizado.

Mais uma vez destaca-se que não se está propondo o fim dessas bases de dados, como uma leitura rápida pode parecer induzir. Definitivamente não! Pretende-se enfatizar a necessidade de ampliação dos mecanismos sociais de controle sobre a gestão da informação nas sociedades contemporâneas, principalmente com o avanço tecnológico que abre possibilidades infinitas em termos de capacidade de processamento e arquivamento da informação. Antes, as limitações operacionais impunham o abandono de determinadas variáveis a serem coletadas, em nome de dificuldades tecnológicas de operação. Gradualmente estas dificuldades estão sendo superadas. É preciso pois entender e enfatizar o poder político implícito ao se discutir e gerir bases informacionais e mais, pensar propostas, também políticas, técnicas e éticas de um maior controle democrático sobre elas. É o que se pretende detalhar em capítulos posteriores.

Além da questão do poder que envolve o uso e destino de uma informação já coletada-registrada, há também, e tão importante quanto, o processo que antecede a própria coleta: refere-se a decisões sobre o que coletar, sobre opções que irão reger critérios e definições de todo o processo informacional; a informação sobre a informação, a própria meta-informação. Por que observar este comportamento, esta dimensão da vida humana, esta variável e não outra? O olhar seleciona *a priori*. Há política no olhar! A racionalidade vigilante norteia as opções pelas formas adotadas de observação desta questão e não de outra, da opção por estes critérios de classificação, com a adoção padronizada de uma determinada taxonomia.

É sempre bom lembrar, que as opções adotadas representam a negação de outras possibilidades. Não tinha que ser assim, necessariamente. Sempre há alternativas diferentes em disputas. São condições históricas que definem domínios práticos de experiência (como a constituição de saberes, científicos ou não) e a estrutura da racionalidade norteadora.

A relevância que passa a ter para a sociedade, agora disciplinar (final do séc. XVIII e início do séc. XIX), o desenvolvimento de mecanismos que permitam operacionalizar esta vigilância implica em pelo menos dois grandes processos que se entrecruzam até os dias de hoje. Com a mesma gênese, paulatinamente, vão se configurando em técnicas, procedimentos e conhecimentos cada vez mais sofisticados e complexos tecnologicamente, a ponto de constituírem-se em saberes específicos, mas que se confundem, ficando difícil definir com clareza os seus limites, delimitar onde começa e termina o outro.

Um desses processos refere-se à constituição das chamadas "informações oficiais/governamentais" de acordo com a racionalidade vigilante, afinal, para que o poder disciplinar se exerça é preciso todo um dispositivo de registro contínuo do que é observado. Esta racionalidade está presente nas atuais bases de dados estatísticas e administrativas do aparato estatal brasileiro. Este processo no Brasil constitui o objeto de estudo do presente trabalho. Descortiná-lo, desvendar suas nuances e significações atuais, seus limites e possibilidades de superação, eis o propósito deste estudo.

O outro processo é mais abrangente e por isso envolve o primeiro. Como Foucault descobriu, o exercício de poder produz um saber. Em sua grande maioria, o olhar invisível que controla é o mesmo que coleta, anota, registra, armazena e distribui as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder. E, paralelamente, produz um conhecimento referente tanto ao *modus faciendi* de extração de informação a partir da realidade, quanto aquele que se forma a partir da análise das informações já coletadas, acrescidas de outras informações advindas de novos olhares observadores da realidade. Especificamente de um olhar sobre o Homem (indivíduo), que passa a ser objeto e sujeito de conhecimento. É o advento das Ciências Humanas (já no séc. XIX), onde aparece, enquanto figura singular, individualizada, o Homem, como produção do poder e objeto de saber, de um específico saber oriundo das técnicas disciplinares: técnicas de individualização.

"Se as ciências humanas têm como condição de possibilidade política a disciplina, o momento atual da análise [de Foucault] parece sugerir que o 'biopoder', a 'regulação', os 'dispositivos de segurança' estão na origem de ciências sociais como estatística, a demografia, a economia, a geografia, etc.". (Machado, In: Foucault, 1982, pg. XXIII)

E perguntaria: Neste aspecto, não podem estar também na origem da Ciência da Informação, nos moldes como vem se configurando nos dias atuais? Apresenta-se esta pergunta apenas para levantar a questão na perspectiva de futuros estudos.

Biopoder e biosaber com o objetivo de controlar e vigiar, utilizando dispositivos que permitem observar, registrar, distribuir, avaliar. Mas, para tal, se faz necessário especificar, classificar, ordenar, arquivar, recuperar as observações, criando mecanismos eficazes de identificação singular dos elementos observados no específico universo institucional. É necessário "criar" os indivíduos (nascimento das ciências humanas). É necessário registrar as informações de forma sistematizada e contínua: organizam-se e ampliam-se bases informacionais (oficiais/governamentais).

É o que Foucault (1977) chama da arte das distribuições dos indivíduos no espaço. Para isso a disciplina utiliza diferentes técnicas onde exige a especificação de um local heterogêneo em relação ao restante. Mas esta distribuição tende a dividir o espaço em tantas parcelas quantos corpos ou elementos do específico universo existirem a repartir. Estabelece procedimentos que permitam identificar, conhecer e controlar, quer nos colégios, nos quartéis, nas prisões ou nos hospitais: cria o espaço das disciplinas que é no fundo celular. Organiza um espaço analítico: um quadro.

Cada vez mais o espaço passa a ser organizado: endereços, ruas, números das casas, registros civis são estimulados em larga escala, definem-se regulamentos mais claros para os enterramentos, incluindo a "cerca" em torno dos cemitérios e, obviamente, permeando todo esse processo, a organização dessas informações, que inseridas na lógica disciplinar, vão adquirindo, cada vez mais, uma função estratégica: relação de poder e produção de saber.

A premissa subjacente a este processo é a criação de espaços úteis. Esta preocupação aparece claramente nos hospitais, principalmente no que poderia ser considerada a gênese de uma vigilância marítima (Vigilância dos Portos) e militar (Vigilância dos Transportes e das Comunicações). Aí, a vigilância médica das doenças e contágios se dá *pari passu* a uma série de outros controles: militar (desertores), fiscal (mercadorias), administrativo (remédios, alimentos, etc.)

"[Nos hospitais] *as distribuições da vigilância fiscal e econômica precedem*

as técnicas de observação médica: localização dos medicamentos em caixas fechadas, registro de sua utilização [almoxarifado, dispensação de medicamentos]; um pouco mais tarde é estabelecido um sistema para verificar o número real de doentes, sua identidade, as unidades de onde procedem [censo hospitalar]; depois regulamentam-se suas idas e vindas, são obrigados a ficar em suas salas [movimento diário hospitalar]; a cada leito é preso o nome de quem se encontra nele [identificação do indivíduo]; todo indivíduo tratado é inscrito num registro que o médico deve consultar durante a visita [prontuário do paciente]; mais tarde virão o isolamento dos contagiosos, os leitos separados [por enfermarias em clínicas diferenciadas: geral, obstetrícia, pediatria]. Pouco a pouco um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas [o que inclui o esboço do Serviço de Arquivo Médico-Estatístico - SAME]. Nasce da disciplina em espaço útil do ponto de vista médico." (Foucault, 1977:132)

A disciplina cria as bases referenciais para uma organização sistematizada que permitiu o levantamento, o registro, o armazenamento de observações - a produção da informação em saúde. Em nome da disciplina, as observações coletadas se dão a partir de uma individualização, que localiza os corpos sem os fixar, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.

O processo de identificação por uma localização do indivíduo foi fundamental, pois ao determinar lugares individuais (casa de residência, leito hospitalar, sala de aula, seção da fábrica), tornou factível o controle de cada um. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem, de atendimento médico, de trabalho. E organizou espaços arquiteturais complexos, funcionais e hierárquicos: repartir os doentes, dividir com cuidado o espaço hospitalar, classificar as doenças... e para todas essas providências está presente a necessidade de organização de bases informacionais como instrumentos táticos e estratégicos - como técnica de poder e um processo de saber. Procura-se organizar a multiplicidade, se obter um instrumento para permeá-la e controlá-la: impôr uma determinada "ordem" - a ordem vigilante.

A organização das informações se dá de tal modo a permitir ligar o singular e o

múltiplo. A permitir recuperar a informação de tal modo que seja possível caracterizar o indivíduo enquanto indivíduo e ao mesmo tempo inseri-lo em uma ordem, em uma série, em um conjunto de uma multiplicidade dada. Este aspecto organizacional é condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: "*a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar celular*". (Foucault, 1977:136)

Esta característica vem se mantendo na maioria das bases de informações em saúde existentes. Hoje pode-se identificar, através do Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS), em qualquer hospital público ou privado contratado pelo Ministério da Saúde, o relatório das internações realizadas em um determinado dia, semana, período, com os mínimos detalhes envolvidos, como por exemplo: médico responsável, procedimentos realizados, diagnóstico principal... . Sendo necessária (dentro das ressalvas legais e éticas existentes, de modo diverso, nos hospitais brasileiros) a informação individualizada, base primeira dos bancos informacionais, ela existe, ou seja, está passível de ser acessada. Se quer aqui enfatizar a contemporaneidade das técnicas de individualização, cuja genealogia pode ser encontrada no bojo do complexo processo de instauração de um biopoder vigilante.

Organização da multiplicidade que vem se dando, no Brasil, às custas de uma perda da diversidade, pois o que se observa, é uma tendência generalizada ao uso de uma informação que pode ser caracterizada como voltada para a homogeneização das diferenças individuais *pari pasu* ao escamoteamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Esta tendência a uma homogeneização das singularidades está coerente com a formação de grandes "quadros" que subsidiem processos analíticos de comparações, classificações de padrões, índices, níveis. Para tal é importante se manusear a informação de modo a decidir: onde será feito o "corte divisório"? Qual será a característica-chave em torno da qual se formarão os quadros de análise, as segmentações, a homogeneização das individualidades?

Paradoxo da contemporaneidade: ao mesmo tempo que necessita da individualização, precisa também pasteurizar, neutralizar as diferenças, afinal, valores extremos "desequilibram" a conformação dos "quadros de análise".

O 'quadro' ... "permite a medida das quantidades e a análise dos movimentos. (...) tem por função caracterizar (e em conseqüência reduzir

as singularidades individuais) e constituir classes (portanto excluir as considerações de número). (...) tratar a multiplicidade por si mesma, distribuí-la e dela tirar o maior número possível de efeitos."(Foucault, 1977:136)

Entre as positivities (ao retirar-se qualquer juízo de valor moral ou político sobre o conceito de positividade) implícitas à instauração do poder vigilante no fim do século XVIII e início do século XIX, encontra-se a afirmação foucaultiniana, aparentemente contraditória, de que o poder produz a individualidade. Foucault enfatiza o fato de como um modo específico de sujeição (poder/disciplinas) pôde dar origem ao Homem enquanto objeto de saber, para um discurso com *status* científico: fundação das ciências humanas.

"O indivíduo é uma produção do poder e do saber. (...) Ele não pode ser considerado uma espécie de matéria inerte anterior e exterior às relações de poder que seria por elas atingido, submetido e finalmente destruído. Tornou-se um hábito explicar o poder capitalista como algo que descaracteriza, massifica; o que implica a existência anterior de algo como uma individualidade com características, desejos, comportamentos, hábitos, necessidades, que seria investida pelo poder e sufocada, dominada, impedida de se expressar. De fato, não foi isso que aconteceu. Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadrinhamento disciplinar [dentre os quais a organização de bases de dados sobre os indivíduos, a partir de diferentes instituições] faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual emerge [o indivíduo] como alvo de poder. (...) O poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos." (Machado, In: Foucault, 1982, pg. XX)

Obviamente não é todo e qualquer tipo de poder que individualiza, mas este específico a que Foucault denominou de disciplinar. As práticas políticas disciplinares impulsionam, enquanto necessidade estratégica, um incremento de levantamentos e organização de informações, constituindo bases informacionais sobre os indivíduos da sociedade. As informações assumem uma função estratégica na aritmética política da sociedade disciplinar. Não toda e qualquer informação, mas sim aquela que faz emergir o

indivíduo, que passa a ser o cerne em torno do qual as informações se conformam.

Daí a "utopia contemporânea" dos atuais gestores (políticos e técnicos) da informação de constituição de amplos cadastros informacionais, cada vez mais abrangentes, universais, onde toda a população de uma sociedade estará identificada (eficazmente numerada), localizada, caracterizada e portanto passível de ser monitorada. Bancos cadastrais que caracterizem o indivíduo detalhadamente, compondo bases que possam servir a um mercado crescente de "clientes" potenciais, sejam governamentais ou empresariais e comerciais. O próprio avanço tecnológico, que abre a possibilidade de protocolos de comunicação entre bases informacionais, vem ao encontro da operacionalização desta "utopia contemporânea": dispor de informações cada vez mais detalhadas sobre a população.

De uma certa maneira, esta "utopia" já foi alcançada potencialmente. Há cadastros cada vez mais ampliados, com informações detalhadas sobre aspectos relevantes da vida de segmentos populacionais: Cadastro de Pessoa Física (CPF), Cadastros dos Segurados da Previdência Social, Cadastro dos Correntistas Bancários, RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), Registro Civil, Censo Populacional. Em relação às informações em saúde, há iniciativas importantes procurando estabelecer bases informacionais compatibilizadas que permitam o monitoramento das populações (adscritas?), de seu nascimento (Sistema de Informações sobre Nascimento - SINASC), até sua morte (Sistema de Informação de Mortalidade), incluindo, as intercorrências ambulatoriais (Sistema de Informações Ambulatoriais) e hospitalares (Sistema de Informação Hospitalar). É bom esclarecer que não se está fazendo uma crítica radical à existência desses sistemas, ao contrário, sempre é bom defendê-los, considerando propostas de mutilação dessas bases informacionais.

É também fundamental, para embasar as propostas que serão apresentadas mais adiante, desvendar as relações de poder e produção de saber implícitas nas bases informacionais, e especificamente nas de saúde. Esta constatação não é original, mas é fundamental aprofundar os estudos sobre sua gênese e suas repercussões sobre as atuais bases de informações, sob pena de se reduzir a questão da gestão das informações a seus aspectos técnicos-operacionais e com isso escamotear sua significação enquanto parte dos dispositivos do poder disciplinar e da produção de um saber: o saber de um determinado "olhar" - o vigilante!.

Foucault traz mais uma grande contribuição ao desvendar que todo saber tem sua gênese em relações de poder que lhe constituem. Não é pura e simplesmente pela ação do sujeito de conhecimento que o saber seria produzido, favorecendo ao poder porque o serve ou porque lhe seja útil, mas sim o poder-saber, enquanto processos de luta que o permeiam, que determinam as formas e as possibilidades de campos de conhecimento. Daí pode-se afirmar que não há saber neutro, pois todo saber é político. Foucault enfatiza que *"saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. (...) E, em contrapartida, todo saber assegura o exercício de um poder. (...) é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto é saber que tem poder."* (Machado, In: Foucault, 1982, pg. XXII).

Mais do que nunca observa-se a necessidade do poder se tornar competente. As sociedades atuais vivem sob o império da competência, do expert. Esse processo inicia-se no século XIX, quando todo agente do poder se torna também um agente de constituição de saber, com o compromisso de encaminhar o saber adquirido, por sua experiência no exercício do poder, àqueles que o escolheram para tal cargo/função.

Todas estas características do poder disciplinar são aspectos inter-relacionados, entrelaçados, interdependentes, onde as diferentes técnicas de vigilância e os respectivos saberes que se formam se adaptam às necessidades inerentes de diferentes instituições que, cada uma a sua maneira, realizam o objetivo, do ponto de vista político, de tornar o homem "útil e dócil".

3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM SAÚDE

Cabe também destacar que o poder disciplinar, em sua dimensão de biopoder, expande sua atuação para além do corpo do indivíduo passando a regular as populações. Biopoder que age sobre o conjunto da espécie humana. É aí que fica mais clara a função estratégica das informações consideradas como "em saúde", pois passam a ser instrumentos fundamentais para o objetivo de assegurar a existência e a continuidade da população de uma sociedade.

Foucault, em sua análise histórica (século XVIII e século XIX), aponta todo um jogo de espacialização da doença que vai mudando, de uma região de homologias em que o indivíduo não podia receber estatuto positivo (é abstraído), para um segundo momento, em que a doença emerge na relação existente entre o médico (o olhar que espreita e decifra) e o doente (o que “mostra” as formas da doença). Chega-se a um terceiro momento em que há uma espacialização institucional da doença e a medicina das espécies se perde. Mas sempre fica algo remanescente que é transformado, atualizado, transmutado face às novas racionalidades, como por exemplo, a contribuição das classificações para o ordenamento do pensamento clínico e conseqüentemente das classificações clínicas, utilizadas nas bases de informações em saúde.

A terceira espacialização da doença é fundamental na gênese do ordenamento das informações em saúde nos moldes adotados até hoje, segundo o “ponto de vista” aqui apresentado. Foucault assim descreve este terceiro momento:

“... é o conjunto dos gestos pelos quais a doença, em uma sociedade, é envolvida, medicamente investida, isolada, repartida em regiões privilegiadas e fechadas, ou distribuída pelos meios de cura, organizados para serem favoráveis. (...) ela implica um sistema de opções que diz respeito à maneira como um grupo, para se manter e se proteger, ao medo da morte, recalca ou alivia a miséria, intervém nas doenças ou as abandona a seu curso natural. (...) é o lugar de dialéticas diversas: instituições heterogêneas, ... lutas políticas, reivindicações e utopias, pressões econômicas, afrontamentos sociais. (...) ela é o ponto de origem dos questionamentos mais radicais. A partir dela, a experiência médica oscilou

e definiu, para sua percepções, dimensões mais concretas e um novo solo."

(Foucault, 1980:16)

A Saúde ingressa na agenda política das sociedades. Cada vez mais passa a ser uma questão do Estado, a demandar Políticas específicas que refletem o modo como, naquele específico momento histórico, os conflitos dos diferentes interesses envolvidos se confrontam. No andamento histórico, entram em disputa diferentes concepções sobre como e quanto a medicina deveria estar ligada ao Estado, onde fosse praticada uma política permanente diferenciado-a de assistência.

Por exemplo, ainda no início da Revolução Francesa, Menuret propõe um modelo que contemple atendimento médico gratuito à população, uma vez que o governo indenizaria os médicos através das rendas eclesiásticas (Menuret, *apud* Foucault, 1980:21). Nesta proposta está inclusa a necessidade de um controle sobre os médicos, pois a "boa medicina" seria validada como tal pelo Estado: cabe ao Estado atestar a "verdadeira arte de curar". Inicia-se (fim do século XVIII) o desenvolvimento de uma estrutura controlada de atenção à saúde que tem por meta recobrir todo o espaço social. É a institucionalização da doença, que permeia também a racionalização da organização institucional das informações em saúde, fortalecendo o seu papel estratégico neste processo enquanto informação oficial/governamental.

O nascimento e a morte, as condições de saúde, moradia, água e esgoto passam a ser questões importantes em um projeto maior de sociedade que adote o objetivo de gerir a vida do corpo social produzindo homens "úteis e dóceis", como visto anteriormente.

Os dispositivos do biopoder não substituíram o indivíduo pela população. Ambos foram alvos de diferentes mecanismos, complementares, que os instituíram como objeto de saber e poder. As noções de doença, com referência ao indivíduo e de epidemia, com referência à população, representam movimentos importantes no pensamento médico do século XVIII. Principalmente, para o presente estudo, os conceitos que caracterizam o que era considerado como doença endêmica e epidemia, por suas influências para o ordenamento das informações em saúde.

A doença individual passa a ser vista como um fenômeno histórico e geográfico, sem ter, no entanto, maiores diferenças de natureza ou espécie com um fenômeno epidêmico.

Tudo não passa de uma questão aritmética, onde a doença tece uma trama comum, mas singular, variando em função do tempo e do lugar.

Mas, do mesmo modo que para a doença individual é preciso monitorar e registrar todas as observações possíveis, diante de um fenômeno, como uma epidemia, coletivo e histórico (portanto singular) será preciso lançar mão de um método mais complexo de observações, que inclua instrumentos que permitam o cruzamento de perspectivas, que contemple a descrição detalhada de dados coletados/observados por muitos. Olhares múltiplos sobre um processo único!

Somente um volume grande de informações constantes, que se repetem e se complementam, poderá levar a uma aproximação do que seja o essencial ou fundamental em um "fenômeno epidêmico". Encontram-se, aí, as bases genealógicas de organização de bases permanentes de informações em saúde.

Logo após Foucault (1980:107) afirmar que o "*ser da doença é inteiramente enunciável em sua verdade*", ele relata a introdução de noções relacionadas à incerteza e à probabilidade no pensamento clínico. Para tal, comenta texto de Cabanis (1819) apresentando os principais momentos deste processo. Aqui destaca-se o momento denominado "a percepção das frequências" por seu impacto para a organização das informações em saúde.

Constitui uma etapa onde as atividades referidas ao registro e forma de organização das observações para posterior recuperação são fundamentais. O conhecimento médico só alcança um patamar de certeza em função do número de casos atendidos, o que significa que quanto maior for o tamanho do universo das observações, maior será o grau de certeza. Esta se constitui não a partir da individualidade completamente observada, mas de uma multiplicidade inteiramente percorrida de fatos individuais. O grau de multiplicidade determina a probabilidade de índices de convergência entre as observações extraídas dos exames clínicos realizados.

É fundamental, para que todo esse processo analítico da clínica se dê, a existência de arquivos informacionais, bem organizados, atualizados, de fácil manuseio, onde rapidamente se encontre a "memória das observações clínicas", facilitando o pensamento médico a decidir sobre a melhor conduta a ser tomada. É preciso que essas bases

informativas assegurem a possibilidade de estudos dos fenômenos mais frequentes, da ordem de suas relações, de suas sucessões no tempo e no espaço, que os analisem segundo os princípios de uma complexidade combinatória e de analogias entre os elementos observados, onde determinadas variações individuais se anulam por integração.

A descrição desse processo poderia nos induzir a pensar na necessidade de um super observador, dotado de uma sagacidade e "acuidade visual" que transcenderia a capacidade dos homens em geral. Mas Foucault (1980:116) rapidamente destaca:

"É preciso, (...), abandonar a idéia de um expectador ideal e transcendente de cujo gênio ou paciência os observadores reais poderiam, mais ou menos, aproximar-se. O único observador normativo é a totalidade dos observadores: seus erros de perspectivas individuais se repartem em um conjunto que tem seus próprios poderes de indicação. E mesmo suas divergências fazem aparecer, neste núcleo em que apesar de tudo se cruzam, o perfil de irrecusáveis identidades: Vários observadores jamais vêem o mesmo fato de maneira idêntica, a menos que a natureza lhes tenha realmente apresentado da mesma maneira".

Esta "totalidade dos observadores" constitui a "rede de olhares" que, paulatinamente, vai sendo ocupada, por delegação, por profissionais não necessariamente médicos. Esta rede se constitui, gradualmente, em uma rede não só de coletadores de observações, mas vai sendo composta por profissionais que irão produzir saberes específicos sobre melhores formas de tratar a informação coletada, armazená-la, fazer fluí-la para os centros de agregação e totalização das observações. Assim, institui-se uma verdadeira rede de informações em saúde (gênese dos atuais sistemas de informações em saúde), a partir de um processo complexo de relações de poder e produção de saberes.

É, enfim, o olhar do médico sobre o corpo do indivíduo, que amplia-se para o olhar institucionalizado, de uma rede de observadores "oficiais" sobre o "corpo da população", sobre o campo social. Rede de informações integrantes dos dispositivos de poder e saber nas sociedades modernas, com seus reflexos que perduram até os dias atuais.

Cabe uma profunda distinção entre o olhar delegado pelo médico a outros profissionais, que passam a integrar a "rede de olhares" e o olhar direto do médico sobre o

indivíduo. O primeiro é um olhar que observa mas que não intervém, de forma direta, sobre o corpo doente ou sobre a população. É um olhar sem gesto! Já o segundo, é um olhar que se faz acompanhar por um gesto, por uma intervenção direta, sem intermediários! Este poder de intervenção direta faz uma grande diferença nas relações de poder intrínsecas ao chamado "setor saúde", principalmente no que tange ao papel político e social ocupado pelo profissional médico, tanto na sociedade como um todo, quanto no interior das próprias estruturas de comando existentes nas instituições de saúde. O médico é hegemônico! Seu poder, advindo de uma gestão da vida (e morte), estabelece um papel central nos dispositivos de um biopoder instituído.

Mas em ambos, posto que inerente ao próprio pensamento clínico, encontra-se uma propriedade paradoxal: um olhar que ouve uma linguagem no momento mesmo em que observa um fenômeno patológico, a que Foucault chama de "espetáculo". "Espetáculo" que necessita ser registrado, mas de tal modo que utilize uma linguagem inteligível para aquele que possua a "chave" no olhar, que permita ouvir o que esta linguagem tem a falar. Este tipo de observação, a observação clínica, pressupõe a organização de dois domínios articulados, que influenciaram bastante a própria organização das informações em saúde, quais sejam: o domínio hospitalar e o pedagógico.

No domínio hospitalar, a doença é trabalhada enquanto um acontecimento singular, que compõe um conjunto de frequências. Para que o método clínico possa ser exercido em sua plenitude, se faz necessário a organização de um espaço neutro, homogêneo, para que seja possível a comparação, a analogia, a percepção de frequências ... É necessário que neste espaço tudo seja possível e possível do mesmo modo. É necessário um nível de organização da memória dos acontecimentos observados neste ambiente neutro, que põe de lado o extrínseco, como se fosse possível buscar a verdade da doença fora dos acontecimentos sociais humanos. E aqui Foucault articula o domínio hospitalar com o pedagógico, ao afirmar:

"A gênese da manifestação da verdade é também a gênese do conhecimento da verdade. Não existe, portanto, diferença de natureza entre a clínica como ciência e a clínica como pedagogia. Forma-se, assim, um grupo, constituído pelo professor e seus alunos, em que o ato de reconhecer e o esforço de conhecer se realizam em um único movimento. (...) tem agora um sujeito coletivo; ... é feita solidariamente por aquele que descobre e aqueles

diante dos quais se descobre. O enunciado é o mesmo; a doença fala a mesma linguagem a uns e aos outros."(Foucault, 1980:125)

É interessante ler os relatos que Foucault faz sobre os diferentes esforços de definição sobre uma forma estatutária de correlação entre o olhar e a linguagem. Na Clínica de Edimburgo, a observação clínica (a anamnese?) consistia em uma série extensa de questões apresentadas ao paciente (desde idade, sexo, temperamento, profissão, sintomas, origem e desenvolvimento da doença, causas longínquas e acidentes anteriores) que por si só asseguram o lugar da linguagem, da palavra e do tempo, Na clínica de Montpellier, o olhar se fixa em todas as infinitas modificações visíveis do organismo.

Para Pinel, ambas (linguagem e olhar) levam o pensamento clínico para o caos, pois abrem possibilidades infinitas, o que impede a adoção de uma organização metodológica. E Pinel (1815:4 *apud.* Foucault, 1980:126) propõe que tanto a interrogação (linguagem) quanto o exame (olhar) se articulem um sobre o outro, definindo ao nível de um código que lhes é comum, o 'lugar de encontro' do médico com o doente. A partir deste encontro se elabora um 'quadro geral', com uma função analítica, onde cada observação/questão visível e enunciável adquire um valor significativo. A mesma noção de organização de um espaço analítico, conforme já descrito.

O quadro - conjunto de dados/informações, não revela a estrutura analítica da verdade; esta é anterior a ele. As possíveis correlações e analogias entre cada sintoma - signo e seus valores sintomatológicos estão definitivamente fixadas em um *a priori* essencial construído em um espaço conceitual previamente definido.

Esta é uma questão fundamental, pois contribui, segundo o marco teórico adotado neste trabalho, ao trazer luz sobre um certo espaço de sombras onde não se consegue afirmar, categoricamente, até onde a informação não se confunde com o conhecimento. Qual o limite entre uma informação e o saber referencial que lhe dá significado?

Utilizando referenciais foucaultnianos, pode-se afirmar que as informações, apesar de sua função aparentemente analítica, só tem como papel repartir o visível no interior de uma configuração conceitual já dada. A opção por esta ou aquela forma de observação e posterior organização de informações coletadas representa, pura e simplesmente, uma redistribuição de fenômenos observados a partir do que já estava dado por uma extensão

perceptível daquele *a priori*. Enfim, a informação em saúde não faz conhecer, permite, quando muito e desde que esteja "iluminada" por um conhecimento prévio, reconhecer determinado aspecto da realidade visível e enunciável.

Mesmo radicalizando ao extremo na busca do ideal de um rigor descritivo exaustivo, que seja o "*resultante de uma precisão no enunciado e de uma regularidade na denominação*" (onde a linguagem exerce a função denominadora que permite a correlação entre cada elemento, a comparação, a generalização, a colocação no interior de um conjunto, a classificação, etc.) ainda assim será preciso mais para que se chegue a uma análise significativa do percebido, que a organização de informações, por mais complexa que seja, não chegará a assegurar. É neste sentido que não se pode confundir informação com conhecimento, informar com conscientizar! É por isso que afirmo que o acesso às informações é necessário, mas não suficiente em um processo de construção de democracia no Brasil. Nos próximos capítulos esta idéia está desenvolvida.

As relações de poder e produção de saber desta época indicaram que lidar com a epidemia pressuporia intervenções não só constantes, como descrito anteriormente, mas também coercitivas. Foucault (1980:27) afirma: "*Só poderia haver medicina das epidemias se acompanhada de uma polícia*". Olhares não apenas múltiplos, mas também complexos e fundamentalmente vigilantes!

A análise foucaultniana é definitiva ao desvendar, detalhadamente, os liames genealógicos da medicina moderna ocidental (tanto individual quanto coletiva) com a polícia. E abriu caminho, em suas entrelinhas, para uma análise dos liames, também existentes, entre as informações em saúde e esta racionalidade vigilante, conforme tenta-se demonstrar neste trabalho.

Já não representa mais uma novidade a constatação dos liames entre as práticas da saúde e práticas de controle. Mas é sempre bom lembrar, a título de ilustração, que os próprios termos utilizados remetam ao universo policial de controle, como por exemplo: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Vigilância à Saúde, distrito sanitário, agentes de saúde, e outros. Quais são os limites dessas relações? Até onde vão as relações coercitivas, controlistas das práticas diárias das instituições de saúde? Dá para se saber em que ponto algumas ações governamentais deixam de ser uma prática de saúde e passam a ser uma prática de controle e coerção? Como no texto em que Foucault (1980, p. 28)

afirma:

"... seria necessário que depois de um estudo detalhado de todo o território [esquadrinhando-o] se estabelecesse, para cada província, um regulamento de saúde para ser lido "na missa ou no sermão, todos os domingos e dias santos", e que diria respeito ao modo de se alimentar, de se vestir, de evitar as doenças, de prevenir ou curar as que reinam: (...)"

A história demonstra que os limites são dados somente a partir de processos de lutas, na maioria das vezes perversas e cruéis, entre aqueles que vigiam e aqueles que são vigiados. Os limites se convertem, assim, em conquistas dos que são vigiados, que passam a reivindicar mais liberdades, invocando princípios éticos e democráticos que vêm representando limites concretos a este olhar vigilante!

A própria conquista das oito horas diárias de trabalho significa, entre outras tantas coisas, uma diminuição da exposição do homem ou mulher trabalhadores ao olhar do chefe de seção ou supervisor de fábrica, ou como hoje em dia dos "olhares" das câmaras filmadoras (cada vez menores e mais sutis e por isso mais eficazes) que monitoram os espaços de produção. Onde não se sabe se o vigilante está 'a postos' - afinal basta um só na sala de controle e as câmaras fazem o resto. Não será o Panopticon de Bentham atualizado para a era da microeletrônica?

A necessidade de implementar instrumentos que operacionalizassem uma rede complexa e múltipla de "observadores" exigiu a criação de um corpo de "inspetores de saúde" - médicos a quem era confiado um departamento territorial circunscrito (distrito sanitário?). Esses inspetores faziam as anotações de tudo que julgassem passível de relevância, mas a partir de uma visão abrangente, a qual poder-se-ia denominar de interdisciplinar e intersetorial, pois deveriam abordar aspectos relacionados tanto à medicina, quanto à física, química, história natural, topografia e astronomia, tomariam as decisões relacionadas à gestão da saúde para a "sua" região, e seriam também os responsáveis pelo trabalho dos demais médicos (seria o 'chefe' do distrito sanitário?) É a institucionalização definitiva das práticas de saúde!

Para que esta proposta seja operacionalizada é necessário adotar uma visão globalizante, totalizante do que seja saúde, pois é solicitado aos médicos que compõem a

Rede de Olhares regionalizados e hierarquizados, que incluem em seus registros de observações *"cuidados sumários sobre a região, as habitações, as pessoas, as paixões dominantes, os vestuários, a constituição atmosférica, as produções do solo, o tempo de sua maturidade perfeita e de sua colheita, assim como a educação física e moral dos habitantes da região."* (Demangeon, Paris, Ano VII e Ranvière, Paris, ano II, *apud* Foucault, 1980:34). Aproxima-se, sobremaneira, ao que ficou conhecido como "conceito ampliado de saúde", expressão cunhada na VIII Conferência Nacional de Saúde (1986, Brasília).

Fica-se tentado a afirmar que talvez, naquele período, encontram-se as fontes de algumas das mais importantes propostas de mudanças e aperfeiçoamentos do atual modelo de atenção à saúde existente no Brasil: implantação de uma rede de atenção médica que não deixe nenhuma região sem cobertura; que seja regionalizada e hierarquizada, esboçando o conceito de distrito sanitário; a adoção de fluxos ágeis, confiáveis e eficientes de informações, com uma larga abrangência, de tal modo que contemplem o conceito ampliado de saúde e outras. Todas propostas que carregam um significado importante de luta e conquista a serem incluídas na pauta de uma Política de Saúde no Brasil!

O período que compreende o final do século XVIII e início do XIX assiste à definição de um estatuto político da medicina e a constituição, no âmbito do Estado, de uma consciência médica que tem a responsabilidade pela execução de ações permanentes de informação, controle e coação. Responsabilidades que envolvem questões tanto relativas à polícia, quanto propriamente as de competência da medicina. Esse processo deixa sua marca indelével, a partir deste período, na organização das informações que se processam no âmbito das práticas de saúde. Estão lançadas as bases genealógicas de uma racionalidade ancorada na noção de controle e vigilância.

O poder vigilante, o biopoder, que está se conformando neste período, pressupõe a montagem de uma verdadeira rede institucionalizada de "olhares" que se entrecruzam em um espaço populacional regionalizado e hierarquizado. Obviamente, as observações realizadas precisam ser encaminhadas a instâncias governamentais diretivas. Desenvolve-se, assim, o esboço de sistemas de informações por onde fluem as informações coletadas, basicamente pelo "exército" do pessoal vinculado às práticas de saúde: os inspetores de saúde (por analogia aos inspetores de polícia?), os médicos provinciais, locais, os hospitais, seus funcionários e auxiliares. Esta poderosa "teia de olhares", em fase de instalação, está

imersa em relações de poderes locais - micropoderes e de produção de saberes, dentre os quais a preocupação em melhorar o fluxo das informações coletadas, agilizando o processo de “subida e descida” da informação.

Esta rede rapidamente se transforma em poderoso dispositivo de governo que a utiliza claramente, para outros objetivos para além daqueles especificamente sanitários. As epidemias que se multiplicam na segunda metade do século XVIII, além de sofrimentos, medos e mortes, acarretam problemas de ordem econômica, com um impacto negativo sobre o processo produtivo. As comissões médicas que são encaminhadas, em nome do governo, para estudarem e descreverem as características das diferentes epidemias e os métodos curativos que obtiveram melhores resultados, são também incumbidas, pelo Controlador das Finanças, de elaborarem relatórios, a partir de inquéritos sobre a situação financeira/econômica das províncias.

O governo estabelece que esta rede, em formação de acordo com uma lógica capilar e múltipla, precisa de um duplo controle: um político, instituindo instâncias políticas sobre o exercício da medicina e outro ideológico, regido pela razão técnica, ao criar um corpo médico privilegiado sobre o conjunto dos práticos e demais médicos.

Paulatinamente, vão se criando mecanismos, como a Sociedade Real de Medicina (criada em 1776), que garantam a constituição de um *locus* de centralização do saber, e que seja também uma instância de registro e julgamento das atividades médicas. Este *locus* deve, dentre suas atribuições, recolher as informações coletadas de forma esparsa, armazená-las adequadamente e compará-las, extraindo o saber validado, que adquire a chancela de verdade. Na França, basicamente esta função foi delegada à Sociedade Real de Medicina (como dito, criada pelo governo) que passa a ser o órgão oficial de uma consciência coletiva dos fenômenos patológicos; é quem determina o que é doença, o que é patológico; poder - saber que se manifesta tanto na prática médica quanto no saber. Refere-se à própria forma de percepção médica sobre a vida e a morte. (Foucault, 1980: 29 a 31).

Como parte das transformações ocorridas na forma de percepção médica, destaca-se, em função dos objetivos do presente estudo, a tentativa de compor quadros descritivos e analíticos dos processos epidêmicos de forma aberta, em um *continuum* indefinido. Esta busca é importante porque ela requer um fluxo de informações constantes e constantemente revisadas, visando a totalização dos acontecimentos e seus determinantes e

não fechar o saber em uma forma sistematizada. A necessidade de totalização face às observações esparsas impulsiona um desenvolvimento tecnológico sobre a informação, pois é fundamental que esta esteja assegurada. Daí a conhecida justificativa para a constituição de *locus* centralizadores de informações, que teriam a atribuição de divulgá-las ("garantindo o retorno"), para todo o território da nação, mas também de alertar para os pontos ainda obscuros que demandam pesquisas e novos estudos.

Afirma-se, assim, que a base do nascimento da clínica, enquanto dispositivo de controle político, de vigilância e de exercício de um biopoder sobre a sociedade e sobre o próprio saber médico, está assentada sobre um complexo processo de instrumentos informacionais.

"O que constitui agora a unidade do olhar médico não é o círculo do saber em que ele se completa, mas esta totalização aberta, infinita, móvel sem cessar, deslocada e enriquecida pelo tempo, que ele percorre, sem nunca poder detê-lo: uma espécie de registro clínico da série infinita e variável dos acontecimentos. Mas seu suporte não é a percepção do doente em sua singularidade é uma consciência coletiva de todas as informações que se cruzam, crescendo de uma ramagem complexa e sempre abundante, ampliada finalmente até às dimensões de uma história, de uma geografia, de um Estado. (...) ... o espaço médico pode coincidir com o espaço social, ou melhor, atravessá-lo e penetrá-lo inteiramente." (Foucault, 1980:32 e 34)

É a presença generalizada dos médicos e seus auxiliares em todos os lugares, durante o maior tempo possível; é uma vigilância constante, múltipla, diferenciada, paulatinamente introjetada. É o "grande olho" a espreitar a todos, pois todos em princípio podem potencialmente adotar um "comportamento maléfico para o seu semelhante". É o "controle informacional" da saúde e da vida!

É o uso de uma concepção ampliada de atenção à saúde por um biopoder vigilante, que procura um controle amplo, sutil, sobre os mais diferentes aspectos da vida humana. Tudo em nome da necessidade de melhor compreender e controlar as doenças, permitindo ao médico e demais profissionais de saúde que vão se formando esquadriharem o campo social ao qual estão adscritos. Este poder vigilante do saber médico está legitimado pelo

medo da morte, da dor, do sofrimento que todos têm - o médico é o detentor do saber válido (validado por seus pares e pelo governo) e do poder (institucional) que podem controlar esses males. Essa situação leva a que a população, o indivíduo, fiquem em posição subalterna, a contraface de quem detém o poder, o outro pólo da relação de poder.

Foucault demonstrou que no poder há positividade, há paradoxos, há contradições. A "rede de olhares" não é apenas, como propõe Lespagnol (Projet d'établir trois médecins par district pour le soulagement des gens de la campagne, 1790) implantar médicos pelas diferentes regiões do país. De uma certa perspectiva, é pedido que a sociedade em geral participe deste processo de seu próprio controle, pois desenvolve-se uma série de ações que estão voltadas para um trabalho junto à consciência de cada indivíduo, de tal modo que esteja "medicamente alerta". Por mais que sejam instalados médicos nas regiões, não serão suficientes para o tipo de controle capilar pretendido. Para tal, é preciso que *"cada cidadão esteja informado do que é necessário e possível saber em medicina. E cada prático deverá acrescentar à sua atividade de vigilante uma atividade de ensino, pois a melhor maneira de evitar que a doença se propague ainda é difundir a medicina."*(Bacher, ano XI, pg. 38. *Apud*: Foucault, 1980:35)

Estratégia poderosa, pois atinge corações e mentes, medo e dor, cooptando toda a sociedade para uma consciência médica generalizada, consciência validada pelo governo e por uma elite privilegiada de médicos (por exemplo a Sociedade Real de Medicina), que legitima o saber que penetra de forma *"difusa no espaço e no tempo, aberta e móvel, ligada a cada existência individual, mas também à vida coletiva da nação, sempre atenta ao domínio indefinido em que o mal trai, sob seus aspectos diversos, sua grande forma."* (Foucault, 1980:35)

Paradoxo! Imerso no projeto de controle das populações há o esboço de um movimento cujos ecos ressoam, mais do que nunca, nos dias atuais. Movimento que hoje destaca a importância de disseminar informações e torná-las acessíveis a todos, como forma de contribuir para um processo de divulgação do conhecimento enquanto premissa básica para o avanço da democracia - até agora única forma criada pela humanidade, de possibilidade, em potencial, de impor limites ao próprio poder vigilante.

Amplia-se a importância estratégica das informações em saúde, ao longo de todo o processo de surgimento da Clínica, exatamente no momento em que a doença passa a ser

considerada como um todo indivisível que precisa ser restituída, ao nível das palavras, em uma história que recobre seu ser total. E desvendar a doença passa pela linguagem; através dela se observam as diferenças, as freqüências dos sintomas e demais observações registradas, que vão se constituindo nas bases informacionais em saúde.

*"A presença exhaustiva da doença em seus sintomas corresponde a transparência sem obstáculos do seu patológico à sintaxe de uma linguagem descritiva. (...) O ato descritivo é ... uma apreensão do ser e, inversamente, o ser não se mostra nas manifestações sintomáticas, portanto, essenciais, sem se oferecer ao domínio de uma linguagem que é a própria palavra das coisas. (...) na Clínica, **ser visto e ser falado** se comunicam de imediato na verdade manifesta da doença, de que é precisamente todo o **ser**. Só existe doença no elemento visível e, conseqüentemente, enunciável."* (Foucault, 1980:108)

Enfim, os marcos da realidade na Clínica são delineados segundo o modelo da linguagem. Esta mesma linguagem que define os contornos das bases informacionais. Assim, informação em saúde e a linguagem clínica se imbricam, de forma definitiva, até os dias atuais. Ambas pressupõem uma idêntica estrutura de objetividade. Objetividade problemática quando o mundo real passa a ser análogo ao expresso pela linguagem, quando o processo saúde-doença passa a ser considerado como expressão das informações em saúde existentes. A vida no cotidiano institucional se reduz ao que é passível de ser observado, registrado, classificado, armazenado, disseminado.

Percebe-se na dinâmica da "Rede de Olhares" o uso de um vocabulário aproximado, onde há uma circulação comunicativa entre saberes, com noções em que se pode reconhecer conceitos oriundos da estatística (erro, desvio, limites, valor da média etc.), da área de informações (coleta, registro, organização de acervos, prontuários hospitalares, armazenamento, fluxo de dados, acesso etc.), da demografia (população, crescimento populacional, fecundidade, etc.) e outras. Todos estes conceitos indicam que a visibilidade do campo médico adquire uma estrutura quantitativa ou quantificável. A Clínica, neste período - fim do século XVIII e início do século XIX, ainda está abrindo um espaço de visibilidade, na medida em que introduz, no domínio patológico, estruturas de uma linguagem e de probabilidades (estatísticas, quantificáveis). Abre-se para o olhar médico um campo de iluminada visibilidade.

"O modelo gramatical, aclimatado na análise dos signos, permanece implícito e envolvido sem formalização no fundo do movimento conceitual: trata-se de uma transferência das formas de inteligibilidade. O modelo matemático está sempre explícito e invocado; está presente como princípio de coerência de um processo conceitual que se realizou fora dele: trata-se da contribuição dos temas de formalização. Mas esta ambigüidade fundamental não é como tal experimentada. E o olhar que se põe sobre este domínio aparentemente liberto pareceu, durante algum tempo, um olhar feliz." (Foucault, 1980:120)

Foucault (1980:128-133) complexifica o processo de delimitações quando trata a linguagem, ou melhor, o labor implícito da linguagem, como sendo a estrutura *mater*, ora utilizando-a como estrutura gramatical, palavra, registro informacional, ora como sinonímia de conhecimento, saber. Para ele cabe à linguagem a função de transformar o sintoma em signo, o doente em doença, do individual ao conceitual. É pela linguagem que se estabelece o vínculo entre o campo aleatório dos fenômenos patológicos e o domínio pedagógico no qual estes formulam a ordem de sua verdade. Imbrica definitivamente o ver, dizer, saber e ensinar a ver - saber ver, porque ao dizer o que se vê, o integra espontaneamente ao saber, que é também ensinar a ver. Pois, não é qualquer um que consegue perceber a partir do visível, o que é preciso ver, é preciso ter tido acesso, antes, à "chave" de uma linguagem que domina o visível.

Faz parte da "chave" desta linguagem as noções trabalhadas na *práxis* informacional. Também não é qualquer um que consegue penetrar nos labirintos de relatórios extensos, de acervos infindáveis... é preciso ter a "chave" que ordena as "saídas inteligíveis", sob pena de mesmo tendo o acesso às bases informacionais, não se alcançar o objetivo colimado: ter a informação necessária para tomar decisões menos empíricas e casuísticas, ou situar-se diante de cenários conflituosos para posicionar-se politicamente enquanto cidadão, ou inúmeras outras situações onde a informação seja necessária, mas nem sempre suficiente.

Subjacente a este processo paira um grande mito: "o mito do puro olhar, que seria pura Linguagem: olho que falaria". Este Grande Olho, por exemplo, abarcaria todo o domínio hospitalar, cada vez mais e melhor, abrangendo todos os acontecimentos singulares que nele se produzem, registrando tudo, organizando imensas bases informacionais fundamentais para o próprio processo clínico. Assim, o Grande Olho se

faria palavra que enuncia e ensina. O mito do puro Olhar que fala seria o servidor das coisas e mestre da verdade. Mas também o Grande Olho de um poder vigilante e disciplinar!

Depara-se aqui com um determinado esoterismo médico que, como lembra Foucault (1980:130), pode *"se reconstituir após o sonho revolucionário de uma ciência e prática absolutamente abertas: só se vê, de agora em diante, o visível porque se conhece a Linguagem; as coisas se oferecem a quem penetrou no mundo fechado das palavras; e se estas palavras se comunicam com as coisas, é que elas obedecem a uma regra que é intrínseca à sua gramática."*

A descrição rigorosa e exaustiva dos fenômenos patológicos não visa, definitivamente, ampliar a capacidade de compreensão sobre o processo saúde-doença das populações. Ao contrário, tem um caráter de *iniciação* na verdade das coisas, que divide o mundo entre os que sabem - ou seja, possuem a chave de uma linguagem esotérica, e os que não sabem, não apenas por não terem a chave, mas também porque não têm capacidade de alcançarem o entendimento.

"Sejam quais forem os preceitos dados sobre matéria tão delicada, esta continuará sempre acima do alcance da multidão". (Amard, 1821:65, *apud*: Foucault, 1980:131)

Vale lembrar o que foi discutido anteriormente quando se analisou a necessidade de um "chamamento à população" para que participasse também da "rede de olhares", tão necessária a um poder disciplinar em vias de instituir-se. Ou seja, sempre uma parcela deste conhecimento clínico será "passado" para a população, segundo os interesses que estão em jogo. Por exemplo, a relação entre diarreia e/ou verminoses em crianças pobres, com o "andar descalço pisando no esgoto exposto a céu aberto e/ou beber água não fervida". Esta noção foi insistentemente trabalhada em diversos programas de Educação para a Saúde no Brasil recente (décadas de 70 e 80), só que o enfoque, em geral "culpabilizava" as mães, colocando-as como elo "ignorante" neste encadeamento causal. A mãe é que era "culpada" pela diarreia do filho, por sua ignorância, preguiça ou relaxamento ao não comprar um sapato ou não ferver a água. Não se enfatizava a total ausência de políticas governamentais em termos de levar saneamento básico para as populações mais carentes; não se lembrava que provavelmente a mãe dispunha de poucos recursos para a

aquisição de um bujão de gás, economizando ao máximo seu uso, fora o imenso desgaste físico que implica subir um morro, na maioria das vezes, após um dia de trabalho, com latas d'água que acabariam rapidamente caso fossem utilizadas para "lavarem as mãos antes de toda refeição."

Mas, voltando à questão do esoterismo da clínica médica, que Foucault lembra ser diferente em sua estrutura, em seu uso, em seu sentido, por isso o considera como um novo esoterismo. Esta novidade está no fato de que não se trata de simples manutenção de privilégios corporativos de uma profissão, mas sim de *"adquirir um domínio operatório sobre as coisas, por um justo uso sintático e uma difícil familiaridade semântica com a linguagem. A descrição, na medicina clínica, ... [tem o sentido] de fazer falar o que todo mundo vê sem vê-lo, e de fazer falar apenas aos iniciados na verdadeira palavra. (...) Um olhar que escuta e um olhar que fala: a experiência clínica representa um momento de equilíbrio entre a palavra e o espetáculo. Equilíbrio precário, pois repousa sobre um formidável postulado: que todo o visível é enunciável o que é inteiramente visível, porque é integralmente enunciável."* (Foucault, 1980:131)

O olhar soberano da Clínica vê e fala claramente o que é visível e enunciável sobre a vida das pessoas: gestão da vida - biopoder. As informações em saúde se constituem e são constituídas enquanto parte estratégica destes dispositivos. Consolidam-se enquanto uma rede de olhares que vê e fala, mas não intervém diretamente, pois vêem e falam para um alguém que irá intervir. As informações são coletadas no espaço vivo do social, registram-se o visível e enunciável sem nada mudar, para então, a partir de um *Logos* - espaço conceitual pré-definido, fazerem ver, fazerem reconhecer. Tanto para um monitoramento do "desviante da norma", quanto para desvendar, por exemplo, as desigualdades sociais prevalentes entre sujeitos históricos, concretos, que sofrem os efeitos de políticas governamentais excludentes.

O saber clínico está assentado em uma sensoriabilidade acurada, em uma sensibilidade cada vez mais refinada, tanto para o aparente visível, quanto para o profundo (ofertado pela anatomia-patológica), que devem ser revelados tanto pelo olhar que desliza pela superfície do corpo, quanto pelo golpe de vista que atinge um ponto, vai direto, vai além do que vê, apalpa as profundezas dos órgãos, do foco, das causas. É a Clínica ordenada pela anatomia patológica.

A Medicina Clínica Anátomo-Patológica aprofunda e refina os instrumentos de

percepção e enunciação. Ampliam-se seus potenciais de monitoramento e controle da gestão da vida, tanto em sua dimensão individual quando coletiva. Busca-se, avidamente, cada vez mais e melhores indicadores, mais sensíveis, com grande sagacidade, destreza e ao mesmo tempo paciência para que possam completar(!) o esquadramento do campo social.

Informações em Saúde mais eficazes e de melhor qualidade ganham materialidade na medida em que, ao mesmo tempo, são instrumentos de poder, mas também vetores de poder sobre o corpo (seu funcionamento biológico) e sobre a alma: tecnologia do poder sobre o corpo que a *"tecnologia da alma"(...) não consegue mascarar nem compensar, pela boa razão de que não passa de um de seus instrumentos.* " (Foucault, 1977:32). "Tecnologias da alma" trabalhadas aqui como sendo a dos educadores, dos psicólogos, dos psiquiatras, dos gestores de informações, dos comunicadores, dos artistas, dos intelectuais, dos formadores de opinião, da mídia em geral, das informações (em saúde ou não) veiculadas.

Há inúmeros eventos que podem traduzir momentos de lutas, de resistências a esta tecnologia do poder sobre o corpo/alma: revoltas contra a prescrição intensiva de medicamentos tranquilizantes e outras formas de tratamento sem o consentimento do paciente; contra o isolamento; contra a exposição de seu corpo sem o cuidado devido a sua privacidade; contra um atendimento médico não dialógico, unilateral, meramente prescritivo... Revoltas contra a informação falseada, as 'meia-verdades', contra a não-informação, contra a alienação... Contra o excesso de instrumentos de vigilância monitorando o "andar da humanidade!"

"A câmera tornou-se nosso melhor inspetor", declarava John F. Kennedy. Frase que traduz, emblematicamente, a expansão da acuidade de um olhar, antes limitado às possibilidades do olho humano, hoje ampliada pelo potencial das câmeras; mas permanece a hegemonia do "olhar fundante da realidade". A observação direta dos fenômenos visíveis vem sendo substituída por uma teleobservação na qual o observador não tem mais necessidade de manter um contato imediato com a realidade observada. Este distanciamento oferece a possibilidade de abranger as mais vastas extensões jamais percebidas, ampliando as condições de esquadramento e monitoramento da vida.

"Câmera" que exemplifica instrumentos tais como a câmera ultra-rápida capaz de

apreender um milhão de imagens por segundo, equipamentos de teledetecção, câmera de alta definição decimétrica dos satélites, termografia infravermelha, imagem de radar e outros... Facilmente passa-se do *infinitamente pequeno* (com o olhar penetrando no interior do corpo humano, observando seu funcionamento *ao vivo*) para a percepção do *infinitamente grande*, da imediata proximidade do visível para a visibilidade do que está para além do campo visual.

É o mesmo sentido da "Rede de Olhares" só que ampliada na ânsia de um olho ubíquo capaz de ver tudo ao mesmo tempo: um tempo real da televigilância. A aparência sensível dos corpos sofre a transmutação da teleobservação e da telecomunicação dos dados da imagem, que visa suplantar as percepções imediatas. Os países que detêm a hegemonia dos processos informacionais no mundo contemporâneo estruturaram uma verdadeira rede de varredura eletrônica no planeta "*como se a fusão/confusão do infinitamente grande com o infinitamente pequeno tivesse origem no declínio das dimensões físicas, declínio das representações analógicas do espaço, em benefício único das figuras de representação digital...*" (Virilio, 1993:26)

"Na virada do século, quando a realidade virtual for amplamente difundida, ela não será considerada como um meio de apreensão da realidade física, mas antes como uma realidade suplementar. A realidade virtual nos abre um novo continente" (Lanier, 1989), sobre o qual será preciso um controle social. Ou como adverte Virilio (1996) afirmando que o homem do futuro não escapará mais por muito tempo a um controle do ambiente que o seguirá passo a passo, como um míssil perseguido pela defesa inimiga, tanto no mundo exterior quanto no interior dos corpos.

A institucionalização das informações em saúde não só se mantém como vêm sendo desenvolvidos novos mecanismos que amplificam o mesmo "*olhar do médico*", não apenas a partir do "*olhar das instituições para as populações*" mas, sobretudo, através da sofisticação tecnológica, como acima apresentado. Os equipamentos de visualização médicos tornam transparente nossa interioridade orgânica na mesma proporção que os satélites monitoram as paisagens urbanas. Este saber-poder em desenvolvimento acelerado levam a um processo que Levy (1996) denomina do processo contemporâneo de 'virtualização dos corpos'.

A percepção do mundo está paulatinamente sendo externalizada pelos sistemas de

telecomunicação. A projeção da imagem do corpo é geralmente associada à noção da telepresença, pois os sistemas de realidade virtual transmitem mais que imagens: é uma quase presença. Certas funções do corpo, como a capacidade de manipulação ligada à retroação sensório-motora em tempo real, são claramente transferidas à distância, ao longo de uma cadeia técnica complexa cada vez mais bem controlada em determinados ambientes industriais. As imagens médicas permitem ver o interior do corpo sem atravessar a pele sensível, sem secionar vasos, sem cortar tecidos. O olhar do médico outrora restrito ao visível objetivado, agora faz surgir outras peles, dermes escondidas: Raios X, scanners, sistemas de ressonância magnética nuclear, ecografias, câmeras de pósitons virtualizam a superfície do corpo. Contudo, conclui Levy (1996:33), *"o limite jamais está definitivamente traçado entre a heterogênesse e a alienação, a atualização e a reificação mercantil, a virtualização e a amputação. Esse limite indeciso deve ser constantemente considerado, avaliado com esforço renovado, tanto pelas pessoas no que diz respeito a sua vida pessoal, quanto pelas sociedades no âmbito das leis."*

A virtualização dos corpos, das mensagens e da economia ilustra um movimento contemporâneo muito mais geral em direção ao virtual. Em relação aos corpos esta virtualização não altera, em essência, o mesmo olhar que procura desvendar os mistérios do corpo a partir agora da biologia molecular. A complexidade crescente das relações de poder e produção de saberes não vem dando mostras de superação da racionalidade vigilante, fundada no fim do século XVIII e início do XIX, correndo, assim, o risco de se ampliar para um controle, por exemplo, genético dos indivíduos e populações.

E neste contexto, mais do que nunca, cabe (re)colocar a questão: A partir das tecnologias informacionais, os mais diferentes aspectos e dimensões da vida humana vêm sendo coletados, registrados, armazenados, mas quem participa da decisão sobre o que, a forma, a abrangência e a qualidade da informação divulgada e veiculada pela sociedade? Cada indivíduo em sua singularidade ontológica é um sujeito histórico que precisa ser respeitado em sua diversidade e em sua possibilidade de constituir-se como sujeito autônomo, ao mesmo tempo em que faz parte de um coletivo cuja aspiração comum é uma vida plena com liberdade, igualdade e solidariedade. Estes são os princípios políticos que devem orientar os limites do avanço das tecnologias informacionais, enquanto parte dos dispositivos de um biopoder vigilante a ser controlado.

CAPÍTULO II - INFORMAÇÃO EM SAÚDE E UM OLHAR

CONTEXTUALIZADOR

No capítulo anterior procurou-se compreender onde se encontravam as bases genealógicas de uma determinada racionalidade que se fez hegemônica na organização das informações de interesse para a área de saúde. O eixo básico foi o pensamento "da saúde" ou melhor, do processo moderno de uma nova racionalização da "saúde" e como, a partir daí, foram sendo conformadas as chamadas "informações em saúde".

Aqui, pretende-se olhar a partir do que é "iluminado" pelo pensamento "da informação" e sua repercussão sobre a "informação em saúde"; mantendo coerência com o objetivo adotado de procurar subsídios para melhor compreender o significado da informação em saúde no Brasil contemporâneo. No processo de elaboração desta investigação ficou patente que, para compreender a 'Informação em Saúde' em sua complexidade, é condição *sine qua non* aprofundar o entendimento em torno da 'Informação' nas sociedades contemporâneas e dos embates/debates que vêm ocorrendo no campo da Ciência e da Tecnologia em suas relações no modo de produção capitalista.

Sem entrar na polêmica e profícua discussão sobre marcos epistemológicos e conceituais que está se dando em torno da "informação" e sua ciência - a Ciência da Informação (por não ser objeto do presente trabalho), penso ser relevante traçar um breve panorama sobre diferentes enfoques e abordagens, mais prevalentes no Brasil, ligados ao eixo de discussão deste estudo. Seguramente, este processo transborda para a área da saúde no que se refere às informações. Afinal, vive-se em um mundo complexo onde diferentes e inúmeros feixes de mudanças e interesses se entrecruzam, se entrechocam, se interdeterminam conformando a chamada "vida pós-moderna", criando conceitos, desenvolvendo novos modos de "olhar".

1. INFORMAÇÃO

"A INFORMAÇÃO é o único "relevo" da realidade, seu único "volume". (...) Em seguida às três fases do deslocamento - a partida, a viagem, a chegada - e depois do declínio da "viagem", é iminente a perda da "partida". A partir daí tudo chega sem que seja necessário partir, mas o que "chega" não é mais a etapa ou o objetivo da viagem, é somente informação, a informação - mundo, digo, a informação - universo! O reino da chegada generalizada se confunde então com a generalização da informação em tempo real, tudo se precipita sobre o homem, nem homem-alvo atacado de todos os lados e cuja salvação só pode estar na ilusão, a fuga diante das realidades do momento, perda do livre arbítrio cuja ocorrência Pascal evocava quando escreveu: "Nossos sentidos não percebem nada de extremo. Barulho demais nos ensurdece. Luz demais nos ofusca. As quantidades extremas nos são inimigas. Não sentimos mais, sofremos."

- Paul Virílio -
(1996)

A diversidade de conceitos e definições atribuídos à palavra informação aumenta na proporção dos interesses que se consolidam em torno dela, na chamada Era da Informação. Sejam interesses acadêmicos que disputam a primazia de "propriedade" deste objeto ou mesmo novas (?) organizações epistemológicas em busca de afirmação do *status* de ciência primordial da informação, sejam interesses econômicos, que enfatizam o caráter "pragmático" e operacional das 'atividades de informação', ou mesmo políticos e sociais que destacam a função estratégica, de dominação ou libertação que a informação vem ocupando na complexa sociedade contemporânea.

Percebe-se que o significado desta palavra se alterou profundamente, e de forma acelerada, nos últimos 50 anos. Tanto que, como lembra Pacheco (1995:23) há autores que já questionam a validade de se utilizar o mesmo termo para designar conceitos que cada vez mais vão se distanciando. Este aspecto é apenas um dos indicativos da dificuldade em

se analisar um objeto, que cada vez mais, se complexifica.

Não se trata de saber qual das abordagens é a certa, afinal todas fazem parte dos jogos de verdade - verdade mutável a cada "reviravolta" na história. Trabalha-se, aqui, com o entendimento de que os diferentes conceitos são constituídos a partir de distintos pontos de um mesmo plano, onde sujeitos sociais se colocam para "olhar" e que correspondem, na realidade, a dimensões de um mesmo problema profundamente conectáveis.

A assertiva de que a informação vem assumindo cada vez mais um papel de referência ímpar nas sociedades atuais, já está incorporada ao senso comum. Esta "ascensão da informação" transforma uma palavra (informação), em objeto complexo de estudos e indagações, que vem obrigando o pensamento ocidental contemporâneo a refletir profundamente sobre o espectro de repercussões deste 'fenômeno'. A informação passa a ser uma questão a ser desvendada e a demandar uma ação de gestão. Gestão esta que enfrenta a fragmentação crescente em torno das mais diferentes dimensões da vida nas sociedades contemporâneas.

O importante é compreender que o novo modo de olhar a informação, significando uma mudança na percepção que se tinha, no entendimento, na inteligibilidade, está dado em um processo histórico (mais ou menos há 40 anos) que transforma uma palavra - informação - em categoria sociológica, objeto crucial de debates, em um problema de investigação de várias áreas do conhecimento e em espaço estratégico crescente de disputa de relações de poder e produção de saber. Neste processo, em andamento, há mudança de plano, pois colocou a questão - a informação nos dias atuais - em um nível que até então não era historicamente pertinente, pois não possuía valorização (política, econômica, estética, moral ou histórica) suficiente que justificasse uma mudança anterior.

Segundo Pacheco (1992:131) a transformação da informação em uma categoria de estudo e objeto de demandas sociais é um fenômeno da modernidade (período após a revolução industrial), resultante do "*crescente alargamento da gestão dos saberes pelas esferas do Estado, da Ciência e do aparato produtivo capitalista*".

'Informação', no pensamento moderno, "*parece designar um operador de relação, a mediação de um agir relacionante que se sustenta num jogo contingente de previsão e imprevisão, de redundância e de diferenças. (...) Esse operador de relação indica o ponto*

ou momento sobre o qual se instalam as ações de transferência de informação, desdobrando-se em duas linhas principais de intervenção: através dos arcabouços sociais de transferência de informação e dos operadores informacionais da transferência." (González de Gómez, 1995:10-17)

A informação, a depender do enfoque que se queira lhe atribuir, possui diferentes dimensões explicativas e conceituais. Mas sempre é a representação de algo, "...é produzir um significado novo para algo"... (Fernandes, 1993:136), a partir de uma seleção no universo de saberes. Esta seleção se dá segundo determinados interesses ("olhares") que se sobressaem de acordo com as relações de poder e produção de saberes. Seleção que se dá a partir de específicos recortes da realidade, fragmentando-a segundo as intenções sobre o que destacar, camuflar, deturpar ... (Re)ligando os fragmentos sob uma determinada e específica ordenação.

Cada contexto histórico constrói os "sentidos" da *representação*. Radicalizando esta linha de raciocínio, pode-se afirmar que a história da informação é a "história das representações". Deste modo talvez se possa levantar a hipótese de que, nos tempos atuais, esta representação se dá em torno de uma busca pela teatralização virtual do mundo real. Mundo teatralizado virtualmente a partir dos interesses e "olhares" de grupos cada vez menores, gestores do complexo informacional contemporâneo, que decidem sobre a abusiva (ou não!) eloquência de números, de mensagens, de imagens ... de informações, que criam uma nova percepção do espaço e do tempo.

"Com a aceleração [a busca do tempo real!] não há mais o aqui e ali, somente a confusão mental do próximo e do distante, do presente e do futuro, do real e do irreal, mixagem da história, das histórias, e da utopia alucinante das técnicas de comunicação, usurpação informacional que durante muito tempo avançará mascarada pelas ilusões dessas ideologias de progresso purificadas de todo julgamento, sobre as quais Merleau-Ponty se perguntava ao fim de sua vida: "As mesmas palavras, idéia, liberdade, saber, não tendo aqui e ali o mesmo sentido devido à falta de uma testemunha única que as reduza ao mesmo denominador, como veríamos se desenvolver através das filosofias uma única filosofia?" (Virílio, 1996:39)

A palavra 'informação' em si traz esta idéia de ordenação, de um 'processo que

organiza a ação'; formatação de organização para dar a conhecer, tornar público; alcançando assim significado. Guarda a idéia de uma 'probabilidade de sentido', de algo potencialmente existente, mas que apenas se faz ao encontrar "seu interlocutor" - o outro. Deste modo, passa a ser pressuposto da informação a relação - inter-relações, interlocuções, sem as quais ela não se realiza, mantém-se em estado potencial, mas estéril. O entendimento de que faz parte da informação a noção de interlocução norteia o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, o desafio do presente estudo, dentre outros, é pensar a complexa questão da 'gestão da informação' de forma a contribuir para um projeto de luta na sociedade por uma vida mais igualitária social, política e econômica entre os homens. Ou melhor, o desafio é pensar quais as contribuições que a 'informação' pode representar para o cidadão e para sujeitos sociais - enquanto interlocutores informacionais, em um projeto político onde a humanidade existente em cada um e no outro tenham o mesmo sentido e valor.

Esta preocupação, por si só, já representa um primeiro grande recorte sobre o universo de estudo adotado neste trabalho: refere-se à informação que perpassa as inter-relações humanas (estando fora questões relacionadas, por exemplo, à informação genética ou àquela identificada com organização de sistemas de entidades inanimadas), em tempo(s) e espaço(s) historicamente determinados. Relações (interlocuções) entre homens que ocupam o papel de (ou de viabilizadores de) fontes geradoras, ora de destinatário, ora de veículo de (ou de organizador/provedor de) transferência de uma mensagem/conteúdo semanticamente compatível com a utilizada por todos os envolvidos na cadeia informacional.

O que se quer destacar com esta afirmação é que o Homem está presente em todas os momentos do processo informacional. Isto dito desta maneira parece reverte-se de uma obviedade extrema. Mas não é!

Encontram-se em muitas situações, sejam em debates acadêmicos, em conversas informais, ou mesmo em jornais e televisão, afirmações que passam, subjacente às falas, a idéia de que muitas vezes não há a necessidade de um emissor (sujeito histórico) ou mesmo um receptor (nem sempre consciente de ser também um sujeito histórico) dos dois lados de transmissão de um conteúdo informativo. É como se as "informações" pairassem sobre nossas cabeças, pertencentes a uma outra dimensão - virtual, asséptica, limpa, neutra,

efeito de uma tecnologia altamente sofisticada, como resultante independente da ação humana.

A ausência material de "rostos" (o corpo foucaultiano) seja do lado da emissão seja do lado do receptor, nas redes de comunicação contemporâneas, não elimina a sua existência real. É preciso denunciar essa forma de apresentar o "mundo das informações"! A informação que perpassa as interrelações entre os seres humanos continua se dando no terreno fértil de relações de poder e produções de saber, inseridas em uma sociedade disciplinar e vigilante, mesmo sem os sujeitos se conhecerem pessoalmente, ao utilizarem as complexas tecnologias de informação.

As definições de informação que minimizam ou mesmo excluem do processo seja o emissor ou o receptor, e valorizam as transferências em si (o suporte, o meio, o canal pelo qual a informação é transmitida) claramente estão a serviço de determinados interesses, aos quais é necessário muito mais ampliar o mercado de consumo de um *apparatus* (aparelhagem) informacional que difundir conteúdos informativos (Moraes, 1994). São as contínuas e crescentes inovações tecnológicas que, cada vez com maior velocidade, entram no mercado e precisam de compradores, como reflexos de um dos mais dinâmicos setores da era pós-moderna: o complexo industrial da microeletrônica.

Para os objetivos deste estudo, as mais relevantes definições de informação são aquelas que valorizam o receptor (potencial sujeito informacional), preocupando-se com o uso efetivo da informação como etapa primordial para a ação; e, aquelas centradas na melhor adequação, tanto da linguagem a ser utilizada quanto do canal a ser utilizado, para que o conteúdo informacional se relacione ao processo de produção de conhecimento por parte do "indivíduo-receptor".

A informação passa a ser um fato que pode trazer alterações para a própria consciência do homem em sociedade. Assim, *"deixa de ser uma medida de organização para ser a organização em si; é o conhecimento, que só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo mesmo e dentro do mundo em que sua história individual se desenrola."* (Barreto, 1994:3).

Vale destacar que neste estudo trabalha-se com o entendimento de que a informação

por si só não produz conhecimento. A informação não é sinônimo de conhecimento, mas é imprescindível para que o conhecimento se realize, ou seja, o conhecimento só se realiza se "passar" pela informação. Assim, a informação assume o papel de *"agente mediador na produção do conhecimento"* (Barreto, 1994:3)

São também relevantes as definições de informação que enfatizam o emissor, a fonte geradora: o produtor da informação. Este produtor opera a partir de uma dada racionalidade, que no caso das informações em saúde, está assentada sobre um biopoder, vigilante e disciplinar e vinculada ao pensamento da clínica anátomo-patológica (Capítulo I). Todas as atividades inerentes ao processo de produção da informação - coleta, classificação, tratamento, armazenamento etc., apontam para a organização, orientada a partir daquela lógica, de bases informacionais que Barreto (1994) denomina de "estoques de informações".

Mas há também uma outra dimensão desta racionalidade presente na organização das informações agregada à lógica específica descrita anteriormente. Trata-se de uma racionalidade técnica e produtivista, em busca de níveis de eficiência crescentes: *"... o maior número de estruturas informacionais deve ser colocado no menor espaço possível dentro de limites de eficácia e custo. Neste processo, são utilizadas técnicas próprias de redução estrutural da informação. Esta condensação representa uma diminuição semiótica do conteúdo e da competência das estruturas de informação em gerar conhecimento. Utilizam-se, neste processamento redutor, novas linguagens, estabelecidas pelos instrumentos transformadores da indústria da informação..."* (Barreto, 1994:4)

Todo esse processo pressupõe decisões políticas e econômicas eivadas de relações de poder e produção de saber. Decisões que em sua grande maioria são tomadas pelos produtores de informação sem "ouvir" as reais demandas da sociedade. Decisões que trazem conseqüências para o próprio processo de democracia de um povo, na medida que incidem na produção do conhecimento: científico e tecnológico e/ou social, político, econômico, ideológico, cultural, ou seja, na consciência do mundo que cerca os indivíduos.

Esses produtores conformam o complexo industrial de informação que, sancionados pela racionalidade tecnicista e produtivista, manipulam política e economicamente os estoques informacionais. Decisões políticas que se relacionam com a vida de um povo são transformadas em questões técnicas, a serem definidas por "especialistas", afastando-se o

cidadão de um processo decisório fundamental para o seu presente e seu futuro.

... "Assim, estoques institucionais de informação, processados, gerenciados e controlados para uso político e econômico, constituem uma infocontextura que convive e permeia uma super estrutura de informação, (...) Os produtores que se localizam na infocontextura são corporações públicas e privadas, que reúnem e elaboram informação transnacional para a produção e manipulação de estoques. Assim, quem detém a propriedade dos estoques de informação determina a sua distribuição e condiciona, potencialmente a produção do conhecimento" (Barreto, 1994:4). É preciso democratizar tanto poder!

O produtor de informação vêm decidindo sobre o que coletar, o que e como armazenar, como e para quem disseminar. Alguns mecanismos de disseminação são tão *... "intensivos em tecnologias emergentes que confundem-se com o conteúdo, ou então o canal é mais valorizado que a mensagem, como acontece com as redes eletrônicas de transmissão de mensagens" (Barreto, 1994:7)*. Decisões que acabam criando um certo esoterismo iniciático para acesso a determinadas informações, que certamente não são casuais.

Mas o produtor/gestor da informação não tem o poder de decidir sobre o efetivo uso da informação, o que significa que a ação implementada a partir de um conhecimento mediado pela informação foge do espaço direto de decisão do produtor. O processo de construção de um conhecimento e a posterior ação iluminada por este novo entendimento está no âmbito de decisão do indivíduo. A informação pode trazer o elemento de ligação, entre conhecimentos e experiências já vividas, que faltava para um novo "(re)arranjo mental", que tenha como efeito maior clareza em sua trajetória de construção de cidadania, se constituindo em sujeito de sua história.

Apesar de enfatizar o poder como a categoria central para o entendimento da informação, procurando desvendar/denunciar suas diferentes nuances, também vem se tentando demonstrar que onde há poder há resistência e luta, há positividade criativa. É inerente às relações de poder a possibilidade real de *ultrapassar a linha* e ir adiante, passando para o outro lado, rompendo com o que o poder diz ou faz dizer, lembrando Foucault (1977:16) que afirma:

"... o ponto mais intenso das vidas, aquele no qual se concentra sua energia, é exatamente onde elas se chocam com o poder, se debatem contra ele, tentam utilizar suas forças ou escapar às suas armadilhas."

E neste embate constituem-se experiências de lutas que vão se acumulando e tornando-se patrimônio dos que estão sob o controle de um Estado vigilante. Patrimônio de estratégias, táticas, alternativas, negociações que vêm sendo levadas a cabo nos micropoderes, nas lutas locais e específicas, descobrindo os paradoxos e contradições dos interesses, por exemplo, do complexo industrial da informação. Sua rede de influência tem se expandido de tal modo que alguns autores tentam caracterizar os tempos atuais como sendo o tempo da informação - Era da Informação ou mesmo Sociedade da Informação. Estes priorizam as análises a partir do eixo das formas de produção humana e tecnologias empregadas pela sociedade.

Novamente não se quer entrar na discussão sobre se a Informação representa ou não o eixo de referência para o mundo contemporâneo. Apenas levantar, para reflexão, algumas questões que se colocam como relevantes para se dar um passo adiante no aprofundamento da compreensão sobre a Informação nos dias atuais e suas repercussões para as informações em saúde.

Constata-se que o desenvolvimento dos países ocidentais vem se pautando pelo crescente papel que o conhecimento e a informação vem ocupando na organização do poder, levando a uma divisão internacional: os que detêm os processos de ciência, tecnologia e informação versus os que dependem dos anteriores. Cada vez mais o desafio está colocado em acompanhar a complexificação crescente dos processos produtivos a partir de novas formas de produzir e aplicar o conhecimento para gerar novos conhecimentos. Ou seja, a questão central passa a ser produzir e administrar o conhecimento em seu sentido mais amplo.

Neste contexto talvez possa-se utilizar no lugar de sociedade da informação, a formulação apresentada por Malin (1994) de uma sociedade que gira em torno de uma *economia da informação*, preferindo trabalhar com o conceito de *atividades de informação*, alegando seu caráter mais operacional.

O conceito de *atividades de informação* foi formulado pelo economista Marc Uri Porat (1976) que, segundo Malin (1994), inaugura uma abordagem de análise e mensuração da economia da informação e a concepção de políticas de Estado em matéria de informação, envolvendo questões vinculadas à burocracia, às mudanças nas formas de poder, à privacidade, aos fluxos de dados transfronteira, à construção do setor de infraestrutura das informações e dos setores de produção, organização e distribuição de conteúdos da informação propriamente dita.

"Porat, usando o instrumental da contabilidade nacional e da matriz de insumo-produto de Leontief, abre os setores primário, secundário e terciário e retira, de cada um, as atividades de informação, compondo o conceito de setor quaternário, informativo ou de informação." (Malin, 1994:12)

Depara-se assim com um grande setor de informações incluindo, em um mesmo quadro, atividades consideradas como inclusas em outros setores econômicos, como por exemplo: jornalismo, pesquisa científica, a produção de computadores e atividades exercidas pela burocracia (vide Quadro 1).

Quadro 1: Atividades Componentes do Setor de Informações

Atividades Componentes do Setor Primário (ou Mercantil) de Informações

1. Produção e distribuição de informações:

- produção de conhecimento e invenções: centros de pesquisa, laboratórios, serviços de consultoria, desenvolvimento de software, produção de literatura, etc.;
- distribuição e comunicação da informação: escolas, bibliotecas, rádio, televisão, jornais, BBS, serviços de bases de dados, etc.;
- pesquisa e coordenação de mercados: câmbio, commodities, agências de emprego, marketing, publicidade, associações de negócios e profissionais, etc.

2. Infra-estrutura da Informação:

- tratamento e transmissão: serviços de PD, tipografia, xerox, telefone, telex, telecomunicação;
- fabricação de bens informacionais:
 - não-eletrônicos: material de desenho e escrita, máquinas de escrever, papel;
 - eletrônicos: computadores, multiplexadores, discos, receptor de rádio, televisão, fax, etc.

3. Comércio de Bens de Informação:

- livrarias, venda de computadores e software, cinema, banca de jornal.

4. Suporte das Atividades Informacionais:

- Construção de prédios e equipamentos para escolas, centros de pesquisa, escritório, centrais de telecomunicação e aluguel de bens de infra-estrutura para informação.

Atividades componentes do setor não-mercantil de Informação

- Todas as atividades de informação que funcionam como áreas-meio para outras atividades-fim, o que inclui as burocracias pública e privada.

Fonte: OCDE: Politiques d'Information, d'Informatique et de Communications. "L'Économie de L'information: Tendances". PIIC, nº. 11. Paris, 1986. Apud: Malin (1994)

A(s) definição(ões) de 'informação' adotadas pela visão da Economia da Informação representa(m) apenas mais um dos modos de se olhar o mesmo objeto, mas vêm representando crescentemente uma abordagem utilizada em vários países que procuram uma estruturação mais direcionada das 'atividades de informação', enquanto atividades estratégicas que merecem ser objeto de Políticas de Estado. As seguintes considerações cabem ser mencionadas, a partir desta proposta de classificação das 'atividades de informação', pois têm permitido: (Malin, 1994:16)

- Observar que nas economias mais dinâmicas (geralmente dos países classificados como do Primeiro Mundo) as atividades de informações vêm se tornando, cada vez mais, em atividades-fim, com inúmeras empresas se especializando e colocando no mercado seus produtos e serviços. Já nas economias dos chamados países do Terceiro Mundo, as 'atividades de informação' ainda mantém um caráter de atividade-meio dentro do complexo das empresas.
- Explicitar a amplitude e complexidade imanente a esta verdadeira rede de organização social que vem dando sustentação a uma sociedade cada vez mais voltada para a informação, *"fugindo da visão caricatural da sociedade dos computadores."*
- Demonstrar a fragilidade de uma determinada visão (em alguns momentos ainda fortemente presente) de que as atividades de informação estão referenciadas ao mundo das idéias (brilhantes!) da ciência e do espírito, ao incorporar *"o lado massacrante e repetitivo da condição do operariado da informação."*

Deduz-se desta metodologia de análise o quão pode ser ampla a visão adotada para definir 'informação'. Esta parece ser a tônica do pensamento que vem sendo gestado em torno deste objeto: ora adotam-se definições amplas que permitem colocar junto atividades até então consideradas completamente diferentes, ora trabalha-se a partir de um esforço por melhor delimitar o seu entendimento, especificando cada vez mais possíveis campos de estudo.

Da abordagem anterior, cabe destacar, também, que está implícito nos marcos referenciais da Economia da Informação, o *status* de **recurso** estratégico conferido à 'informação'. Vale transcrever a distinção que Mostafa (1994:244) faz entre informação como *recurso* e informação como *mercadoria*:

..."Como recurso, a informação é despolitizada e se nos apresenta como

matéria-prima que agrega valor ao produto. Por aí vão todas as formulações neoliberais, as quais negam implícita ou explicitamente o caráter de classe da informação capitalista: ressalta-se apenas o lado informacional que aparece como desenvolvimento científico e tecnológico a ser incorporado em processos e produtos. (...) Na passagem de uma economia mercantil para um economia capitalista propriamente dita (onde, aí sim, a força de trabalho é também mais uma mercadoria com todas as peculiaridades tão bem descritas por Marx), a fraude ou a não-informação são vitais ao sistema. No capitalismo monopolista, a informação é degradada à condição de mercadoria e, como tal, sujeita às mesmas sutilezas de qualquer outra, acrescida ainda de peculiaridades próprias a sua impalpabilidade. (...) a informação capitalista é essencialmente uma informação de classe, apesar de, na aparência, ela se apresentar como informação de massa."

González de Gómez (em comunicação pessoal, jan/98) lembra que o tratamento da informação como mercadoria ("*commodity*") remete ao pós-guerra. Horkheimer e Adorno introduzem o conceito de "indústria cultural" justamente para se referirem a este fenômeno. De acordo com esse pensamento, as tecnologias de informação/comunicação (principalmente aquelas que podem ser caracterizadas como "de um a muitos": rádio, TV, cinema) e seu uso na economia de mercado têm, pelo menos, dois principais efeitos sobre a transmissão cultural: i) o produto cultural circula como mercadoria, conforme as regras do jogo econômico capitalista, e se transforma em um bem de consumo; ii) o bem cultural não só é regulado pelas regras do lucro e do consumo, mas também é usado para ativar e acelerar o ciclo do capital, na medida em que ao promover a homogeneização de modelos e valores, é um dispositivo fundamental de reprodução e expansão do sistema capitalista. Passa, assim, a constituir-se em um setor relativamente autônomo de atividades e organizações voltadas para a informação, que têm nela uma atividade-fim e não uma atividade-meio, conformando um novo campo industrial-econômico.

Em continuidade, González de Gómez explica que as chamadas novas tecnologias de informação que estão sendo gestadas por essa "indústria cultural-informacional" se referem a tecnologias que tendem a ser cada vez mais *interativas* (superando o modelo anterior: "de um para muitos"), *hipermídias*, *integradoras*, agregando meios e linguagens; som, imagem, texto; etc. As tecnologias de informação primeiro desenvolveram-se na esfera do

capital financeiro, depois na P & D, nas Empresas ("escritórios") e hoje sua expansão vêm se dando em múltiplas esferas da atividade institucional e cotidiana: saúde, educação, os "domicílios". De fato, não substituem de maneira completa outros desenvolvimentos (digitalização da informação, grandes bases e bancos de dados), mas os incorporam e agregam novas possibilidades/alternativas. A tendência à integração, ao acoplamento e à compatibilização de tecnologias e empreendimentos (da indústria cultural, da indústria eletrônica, das indústrias de comunicação e da informação) acelera o impacto das mudanças tecnológicas sobre as grandes populações e os múltiplos contextos de ação.

É preciso enfatizar que o desenvolvimento das tecnologias das informações no mundo contemporâneo (pós-moderno, pós-industrialista?) não elimina o caráter contraditório da informação no capitalismo. Por mais que se complexifique, tecnologicamente, os mecanismos de produção e disseminação de informações, ampliando a quantidade, isto não irá, necessariamente, eliminar a diferença qualitativa das informações veiculadas.

As novas tecnologias de informação no contexto econômico atual trabalham com a 'informação' enquanto um objeto técnico-econômico, que segundo Dollar (1994, apud González de Gómez, 1995:14) vem tomando as seguintes características:

- Ubíqua - pois pode estar em qualquer lugar ao mesmo tempo, aparentando uma liberdade e autonomia do contexto de geração, opaca sobre qualquer referência a sua origem.
- Anônima - devido à industrialização de sua produção dissolve-se a categoria de autor.
- Dependente - dos ambientes patenteados de processamento e transmissão da informação: agora são os códigos dos instrumentos (programas, interfaces) que condicionam as pragmáticas institucionais, antes soberanas em seu poder disciplinar.

Um outro ponto de localização, em um mesmo plano, para se olhar a questão da '*informação nos dias atuais*' e que vem sendo citado por vários pensadores, se refere ao entendimento de que a informação se tornou um *artefato*, cujo suporte de armazenamento tem sido, em geral, os bancos de dados. A informação como artefato é fruto e formadora de contextos, "*é espacial, temporal e morfológicamente contextualizada e que tal contextualização não é obra de um acaso estatístico.*" (Pacheco, 1995:20)

A autora claramente se contrapõe à visão de informação que surge durante a Segunda Guerra Mundial, quando Claude Shannon (1938), dos Laboratórios Bell, "descobre" uma

grandeza física observável, cuja utilização assegura uma melhor transmissão, batizada de 'Informação'. Este autor estabelece a disciplina da Teoria da Informação enquanto a Ciência das Mensagens. O trabalho de Shannon influenciou no modo pelo qual vários cientistas e técnicos passaram a utilizar a palavra 'informação'. Em sua teoria, a palavra 'informação' não está mais ligada ao conteúdo semântico das afirmações. Ao contrário, a informação passa a ser considerada uma medida apenas quantitativa de trocas comunicativas, especialmente aquelas que ocorrem através de algum canal que exige a codificação e, a seguir, a decodificação da mensagem, em impulsos eletrônicos.

A partir das definições de Norbert Wiener (1948), considerado o pai da cibernética, para o qual: "*A Informação não é nem a massa, nem a energia, a informação é a informação*", Virílio (1996) desenvolve o raciocínio crítico de que a informação se tornou a terceira dimensão fundamental da matéria e que, desde a década de 50, a questão da assimilação entre "informação" e "energia" se coloca. Depois da energia *na força* (potencial) e da energia *na ação* (cinética), surge a eventualidade de uma energia na informação (cibernética). Este autor vai além, ao afirmar que em um primeiro momento, onde prevalece a *informática de gestão*, o aspecto econômico da energia é o fator-chave da produção industrial mas, em um segundo momento, com o surgimento da *informática de simulação* e o progresso das telecomunicações (que favorece a *teleação*), a informação surge como energia autônoma. Esta fusão/confusão telemática entre energia e informação *ao vivo* alcançará, finalmente, a equivalência perfeita da eletrônica e da informática, como se a energia elétrica tivesse se transformado, sub-repticiamente, em energia informática.

Paul Virílio (1996:125) conclui que o objeto típico do século XX não é, por exemplo, a central nuclear, como temem os ecologistas, mas sim o acelerador de partículas: "*... e não compreenderemos nada do que se passa se nos recusarmos a aproximar esses dois estados "energético" e "informacional" do tempo histórico. O tempo que muda é a velocidade que se modifica e a história que muda de lugar e que atinge, finalmente, um limite insuperável de aceleração. (...) A história não é unicamente geopolítica dos povos que se sucederam ao longo das eras, ela é também o uso da energia disponível em cada um dos períodos considerados - ontem velocidade relativa, metabólica e depois mecânica e hoje velocidade absoluta como progresso dos sistemas eletromagnéticos.*"

A visão desenvolvida por Shannon e Wiener não leva em conta "*a subjetividade humana, intrínseca em qualquer um de seus produtos...*" (Pacheco, 1995:21). Ou seja,

carece de uma concepção mais social, política e histórica da informação, onde se leve em conta tanto o contexto de sua geração (em um tempo e lugar historicamente determinados a partir dos quais deve ser interpretada), quanto o contexto de interlocução receptiva - onde será utilizada. Assim, à concepção de Informação que implica em interlocução agrega-se a noção de que a informação se realiza em determinados contextos. Ou melhor dizendo, a informação se processa em contextos de interlocuções contínuas, em um processo dinâmico de recontextualização. Fica, então, relativizada a busca de uma objetividade absoluta nas bases informacionais existentes. Há subjetividade, há uma história subjacente a cada base informacional, quantitativa ou qualitativa. Há relações de poder e produção de saber. Há disputas e lutas por trás dos bancos de dados, desmitificando, assim, a noção de que há objetividade na Informação.

Enfim, considerar a informação como um artefato cultural (símbolo dos tempos atuais?) significa que, ao ser retirado de seu contexto de geração (produção da informação), adquire um novo sentido quando 'encontra' o espaço de sua recontextualização: o contexto do uso da informação disponibilizada - o contexto de um novo interlocutor.

Marteletto (1995) critica a visão que coloca a 'informação', em si mesma, como um mero instrumento que faz a mediação dos processos de produção e transferência de conhecimentos. Afirma que análises que tratam a 'informação' simplesmente como algo externo, ou seja, formatado, classificado e administrado enquanto recurso ideológico de transmissão e inculcação de determinados conteúdos importantes de serem distribuídos na sociedade, para a manutenção de em *status quo* de poder, não dão conta de entenderem as práticas informacionais.

Estas devem ser trabalhadas como modo de produção cultural nas sociedades ocidentais, sendo sociais e simbólicas e portanto, "... *supõem atos concretos, inesgotáveis de significação, para cada sujeito. ... Tanto a informação, quanto as práticas de sua produção, transferência e aquisição... constituem-se mutuamente. ... não como bits a serem decifrados, mas como algo que não é nem preciso, nem inteiro, nem claro, nem distinto, e que forma conhecimentos, sentidos, símbolos e remetimentos únicos para cada sujeito social.*" (Marteletto, 1995:21). Assim, a autora propõe que o foco dos estudos se dê sobre o receptor e suas práticas informacionais, entendendo que deste modo a 'informação', ao ser trazida para o plano material das práticas sociais e aparatos institucionais, deixa de

ser apenas *"um veículo das ideologias, elaborado pela modernidade, para se inserir no contexto político das negociações e regulações em torno dos sentidos: a dinâmica das práticas informacionais."* (Marteleteo, 1995:21)

Esta linha argumentativa reforça a noção de que a 'informação' não pode ser *"divorciada do contexto da ação em que ocorre"*, tanto do contexto de sua produção quanto de sua recepção. Esta visão, corrobora para desmistificar a noção de que há objetividade na 'Informação'. Noção tão cara às agências produtoras e gestoras de informação, pois estas procuram conferir uma aura de confiabilidade e credibilidade às suas bases informacionais ao imbricar, em torno do mito da objetividade, noções referentes ao científico, técnico, oficial, verdadeiro ... inquestionável!

Assim, afirma-se que a 'informação', seja ela estatística, administrativa, qualitativa e/ou científica, é *"eminente situacional, tomando conotações diferentes de acordo com a posição dos sujeitos nos processos comunicacionais em que se encontram envolvidos, o seu poder maior ou menor sobre os significados e a posse legítima dos meios para absorvê-los e interpretá-los"*. (Marteleteo, 1995:21). Com este entendimento os "atores" mais diretamente envolvidos na prática informacional: produtores e usuários, emissores e receptores, transformam-se em sujeitos do processo informacional, não necessariamente emancipados. Pois, como visto no capítulo anterior, sujeito cindido entre ação (implícita em uma relação de poder) e a sujeição (quando alvo do poder vigilante). Ação e sujeição cadenciadas pela dinâmica da vida contemporânea que, como lembra Teixeira (1995:39), está determinada pela lógica da produção capitalista.

Neste embate (ação e sujeição) a informação circula ora como produto, ora como 'meio para algo', mas sempre enquanto espaço de relações de poder e produção de saber. Poder e Saber que expressam as diversas 'leituras' da realidade, do próprio viver e existir. Poder-Saber: expressão, mas também, integrante ativo da própria constituição de contextos. Poder-Saber e Informação-Contexto devem ser pensados em sua pluralidade e em seu processo de constituição mútua. Contexto de sua instrumentalização (*"processos técnicos próprios aos modelos de recuperação, armazenamento e transferência da informação"*) e de sua institucionalização (*"espaços socialmente legitimados como produtores e/ou administradores da informação: o aparelho burocrático do Estado, as instituições de documentação, as instituições acadêmicas, etc."*) (Marteleteo, 1995:39). Mas acima de tudo, contexto de sua historicidade, como se tenta demonstrar no Capítulo I.

Informação historicamente produzida pelo Homem: artefato, que dialeticamente participa do processo de (re)criação do entendimento, dos olhares lançados sobre o mundo e o tempo vivenciados, através dos dois pólos (emissor/receptor) de um mesmo processo de interlocução e interpretação (*práxis* informacional). Para se realizar, a Informação pressupõe não só o contexto de interlocução, mas também o contexto de interpretação com suas diferentes leituras, olhares, falas - "*consciência de nossa ação como sujeitos "produtores": de instrumentos, de técnicas, de conhecimentos, de sentidos.*" (Teixeira, 1995:40). Intérpretes e interlocutores, mais ou menos, legitimados socialmente, a partir do lugar que ocupam no sistema de produção capitalista, que por sua vez, tem a ver com sua legitimidade nos espaços do saber e da política (Teixeira, 1995:40).

Remete ao lugar e ao tempo de onde "se olha" para "se falar" (ou "se calar"): sujeito produtor de palavra, de sentido de uma rede de significados que se (re) produzem no mundo vivenciado. Significados que variam na medida da especificidade histórica de cada tempo e espaço, transportando representações de um contexto a outro. A produção de uma informação e o conhecimento implícito ou gerado a partir desta informação estão sujeitos a condições específicas decorrentes de um inter cruzamento, de um mosaico de contextos. Quando se produz e dissemina uma informação, de fato o que está sendo produzido e disseminado (consumido, utilizado?) é todo o sistema simbólico e contextual, historicamente definido, na qual ela está imersa. Dificilmente seu significado será apreendido se for levado em consideração apenas a informação isolada de seu contexto. Ou seja, a compreensão de uma determinada informação, produzida e disseminada, depende da compreensão do contexto no qual ela se encontra, e antes de tudo, do contexto em que se encontra aquele que a está interpretando. (Pacheco, 1992:11-52)

Deve-se ficar atento ao fato de que para se aproximar cada vez mais de uma compreensão sobre um objeto - aqui no caso a 'informação', é importante, para não incorrer-se no mesmo erro de tantos, não valorizar somente o aspecto formal da informação, em suas características técnicas de processamento, armazenamento e disseminação, deixando de lado a dimensão histórica-contextual. Mas, há também o outro lado de uma mesma perspectiva empobrecedora, aquela que só valoriza a questão da compreensão do significado sem levar em conta sua organização técnica, negando a importância do suporte utilizado para esta ou aquela determinada 'informação', ..." *é da relação entre forma e conteúdo, que pode surgir a compreensão.*" (Pacheco, 1992:59)

"A tarefa da geração atual é construir uma história das coisas que faça justiça tanto ao significado como ao ser, tanto ao plano quanto à amplitude da existência, tanto ao esquema quanto à coisa. Esse propósito recria o familiar dilema existencial entre significar e ser. Nós estamos descobrindo aos poucos que o que uma coisa significa não é mais importante do que o que ela é, que expressão e forma são desafios equivalentes ..., e que negligenciar o significado ou o ser, essência ou existência, deforma nossa compreensão de ambos." (Kubler, 1962:126)

Uma vez que compartilho com esta visão, talvez valha a pena explicitar o motivo que me levou, nesta investigação, a enfatizar a questão do contexto e da busca do significado que envolve a compreensão da informação. Simplesmente porque esta noção não é a mais trabalhada e difundida, o que poderá ser confirmado ao se analisar, por exemplo, a produção científica brasileira sobre informação. Procurou-se apenas ressaltar uma dimensão pouco debatida, uma vez que o mito da objetividade informacional das bases, principalmente das estatísticas e administrativas produzidas pelas agências governamentais, ainda está bastante presente. A produção científica e técnica vem dando demasiada atenção ao suporte da informação, quando se deveria ater-se também ao seu conteúdo.

Enfim, ao se enfatizar a importância de um processo contínuo de busca do significado da Informação nos dias atuais, se quer também ressaltar que este (significado) se altera em função do contexto do qual se olha, se fala, a utiliza. Sem que esta focalização represente um "menosprezo" às tecnologias de processamento, armazenamento e disseminação, enquanto dimensões importantes para a compreensão da informação no mundo atual. Contextualização, recontextualizações contínuas conferindo significados diferentes daqueles presentes no decorrer do processo de produção da informação. Como Pacheco (1992) demonstra em sua dissertação, a informação será sempre uma representação que implica em recontextualização, a partir, pelo menos, do contexto de emissão para o contexto da recepção - recontextualização automática.

Em resumo, a compreensão de uma informação, seja na dimensão de um significado ou na de seu suporte tecnológico, dependerá sempre de seu contexto de emissão, recepção e da posição dos sujeitos informacionais neste contexto. O conceito de informação está

totalmente vinculado a estas dimensões que formam ... *"um todo, que, se fragmentado, danifica o conceito. Ou seja, produção, transmissão, indexação e recuperação da informação são processos que dependem totalmente uns dos outros. O estudo de qualquer um deles isoladamente será um estudo descontextualizado, e conseqüentemente fadado ao equívoco. ... não se pode compreender nada fora de seu contexto, porque é ele que imprime o significado. E isso se dá porque nenhum significado é imanente, todos são construídos e atribuídos."* (Pacheco, 1992:110)

Assim, talvez possa-se dizer que a Informação apesar de ser tão antiga quanto o ser humano, sua relevância ou real importância social, política e econômica é que vem mudando. Suas novas conotações ou significados se referem menos ao fluxo de saberes oriundos da comunicação interpessoal dos homens na sociedade e mais em relação à informação da informação, à meta-informação (González de Gómez, 1990/1997), à informação que está sob a ação de uma gestão institucionalizada. *"Ou seja, o que hoje denomina-se como informação é o que foi selecionado, tratado, resumido, organizado por uma instituição [em seu sentido amplo - refletindo determinadas relações de poder e produção de saber] e encontra-se, a mim, disponível [ou não] para transmissão."* (Fernandes, 1993:20)

À guisa de uma breve síntese, apresenta-se, de forma sucinta, classificação conceitual desenvolvida por Fernandes (1993), a partir das mais representativas na produção brasileira, por trazer repercussões para a posterior discussão sobre Ciência da Informação. Assim, tem-se os seguintes grupos de definições de Informação:

- **"Teoria Matemática"** da informação, baseada na teoria de Shannon e Weaver, onde a informação é definida como um redutor de incerteza, onde é vista como um conceito preciso e quantificável (informação estatística e/ou administrativa).
- **Documentalista**, onde a informação é considerada como documento. As práticas informacionais são abordadas a partir dos referenciais dos sistemas de recuperação da informação que contêm os documentos (informações científicas e tecnológicas).
- **Processo**, onde a informação é vista como um processo que ocorreria na mente humana. A compreensão dos fenômenos informacionais concentra-se na 'mecânica' deste processo, no modo como se dá, não mais considerada como algo físico (informação

como processo de conhecimento).

Enfim, 'Informação' é um conceito em construção e, segundo a ótica aqui trabalhada, deve permanecer aberto para que seja capaz de crescer juntamente com a dinâmica do conhecimento e da política, ou seja, das relações de poder e da produção de saber que se estabeleçam no decorrer do processo de avanço da democracia, nas diversas dimensões da vida brasileira, de tal modo que se imbrique, definitivamente, no cotidiano das relações humanas.

"Em síntese, surgida na onda de uma crise da sociedade ocidental, a capacidade da informação de reprodução ou de mudança, depende de como fiquem posicionados nos espaços de produção e distribuição do saber e da informação, os agentes coletivos que melhor expressem as demandas e condições de um uso social da informação." (González de Gómez, 1987:166)

2. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

"O que os objetos são em si mesmos, fora da maneira como nossa sensibilidade os recebe, permanece totalmente desconhecido para nós. Não conhecemos coisa alguma a não ser o nosso modo de perceber tais objetos - um modo que nos é peculiar e não necessariamente compartilhado por todos os seres ..."

- Immanuel Kant -

Crítica da Razão Pura

(1781)

Entre os teóricos da informação não há consenso sobre o marco constitutivo e sobre os referenciais epistemológicos da Ciência da Informação (CI). Em geral, pode-se considerar que suas origens datam do período que sucede à II Guerra Mundial, inserida no processo de proliferação das atividades científicas e tecnológicas que caracterizam o capitalismo desta época.

Já para Shera (1968) tudo começou com a Biblioteconomia, considerada até o século XIX como a disciplina responsável pela coleção e organização do conhecimento humano registrado. A partir do século XIX, o caráter de erudição que marcava a Biblioteconomia foi compartilhado com o conceito de democratização da cultura, sendo considerada uma nova fase da Biblioteconomia, particularmente influenciada pelas tecnologias dos computadores, em período mais recente.

Conforme exposto anteriormente, a partir da segunda metade do século XX, a grande maioria dos autores reconhece que há um novo "(re)arranjo" nos saberes que se formam em torno de um processo que atribui novos valores à 'informação', relacionados a sua significação política, econômica e social no mundo real. É a chamada "explosão da informação": a Era da Informação!

A ampliação deste campo do conhecimento tem como base, do que se convencionou chamar de Ciência da Informação, os conhecimentos relacionados ao contexto dos processos informacionais em seus "... aspectos políticos, sociais e econômicos ligados aos

processos de geração, transferência e utilização da informação, incluindo sua dimensão comunicacional e cognitiva." (González de Gómes, 1982:52)

Processos informacionais que cada vez mais passaram a demandar uma gestão (por parte da Ciência, do Sistema Produtivo e do Estado) que se complexifica a ponto de impor seu estudo científico. O que se observou, então, foi ...*"uma espécie de partilha de um amplo campo de fenômenos, preservados focos de interesse e abordagens distintas. Concomitantemente, estabeleceram-se disciplinas voltadas para seu estudo e/ou para o desenvolvimento de meios mais eficazes para sua gestão. A CI surge neste contexto, com dedicação exclusiva à compreensão dos fenômenos informacionais e à geração de novos meios para seu controle e difusão."* (Fernandes, 1993:21)

González de Gómez (1995) trabalha a Ciência da Informação enquanto um campo de saberes que estão agregados por **questões** (tais como a Ecologia ou mesmo a Saúde Coletiva) e não por teorias ou conjuntos de leis, onde seu horizonte de problematização vincula-se mais a contextos de ações e menos a demarcações de disciplinas tradicionais, as quais seguem o modelo paradigmático de um núcleo central reconhecido e expandido por aplicações ou argumentações hipotético-dedutivas. Assim, a CI está orientada à otimização de processos formais e institucionais de informação e gestão do saber, constituindo uma nova esfera de especialização, onde serão modeladas, testadas e avaliadas as **ações de informação** capazes de dar conta, em nova escala, da geração, organização e circulação dos conhecimentos. Nesse quadro, a constituição de seu objeto oscilou entre a ênfase nos **canais** (otimização da transmissão da informação, entendido como sinal) e a ênfase na organização e processamento de **estoques** (otimização das funções de armazenagem, tratamento e recuperação da informação, internas a serviços ou sistemas de informação).

Mas surge com uma característica fundamental, que a distingue das demais ciências naturais ou humanas, dedicadas a "olharem" o mundo real das coisas e dos homens. A CI ...*"olha (ou reconstrói) o mundo construído, especialmente o construído por outras ciências (como o faz a própria epistemologia). (...) os enunciados explicativos gerados na CI falam de um objeto [informação] construído, ou melhor, que vai sendo construído pelos saberes humanos. O campo de observação da CI pode cobrir todos os fenômenos relativos ou relacionados com a representação que se faz do mundo, o dizer das coisas e do homem, seja esta representação científica ou não."* (Fernandes, 1993:37-39)

Depreende-se, então, que aquilo que confere a um determinado fato da realidade um estatuto de objeto de estudo da CI não é exatamente seu conteúdo implícito ou mesmo uma propriedade especial, mas sim sua forma representacional. Esta noção de representação do mundo reforça o entendimento de que, então, sempre há uma certa carga de intencionalidade, explicitada ou não, ou seja, há uma determinada visão de mundo que reflete como específicos segmentos da sociedade, em um período histórico definido, se vêem e percebem o mundo.

Esta representação é expressão da ação dos homens em suas relações de poder e produção de saber. Saber-poder enquanto princípio fundante e fundado na vida nas sociedades contemporâneas.

A partir de uma primeira aproximação a esta nova área do conhecimento, através do estudo de diferentes autores (vide capítulo de Referências Bibliográficas), percebe-se um campo onde coexistem conceituações e visões epistemológicas diversas. Apesar de, em geral, se considerar a **Informação** *lato sensu*, como sendo o objeto da CI, estudiosos da área destacam que este não alcançou ainda uma consolidação teórico-conceitual suficiente para a constituição de um paradigma, capaz de servir de sustentação para o conjunto das práticas da CI. (Jardim et Fonseca, 1995:46-7)

Segundo Borko (1968), a CI é interdisciplinar e investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o seu fluxo e a sua utilização, e as técnicas, tanto manuais como mecânicas, de processamento da informação para armazenagem, recuperação e disseminação ótimas.

Já Hoshovsky, no mesmo ano, destaca o outro pólo de um processo informacional (o receptor), para além do produtor, ao afirmar que a CI é um ramo do conhecimento que consiste em conceitos, teorias e técnicas que permitem situar as necessidades de informação da sociedade e defini-las. Este autor esboça um entendimento de que faz parte do universo de estudo da CI, as definições que delineiam Políticas de Informação, conforme se propõe na presente investigação.

Goffman (1970) afirma que a CI estuda os fenômenos da informação e o estabelecimento de princípios fundamentais ao conhecimento de todos os processos de comunicação e sistemas de informação a eles associados.

Enquanto para Mostafa (1994) o importante para a CI é estudar como lidar com o registro e a recuperação da informação; quais metodologias são mais eficazes para a geração e o uso de base de dados; como compatibilizar linguagens documentárias e, afinal, qual a melhor forma de transformar o conhecimento científico em metalinguagens para fins de acesso e uso. Acrescenta que os processos de registrar e recuperar informações e identificar padrões de comunicação científica foram e são muito valorizados pela CI, constituindo-a, inclusive, na origem. A presença destes temas na produção brasileira evidencia-se desde a década de 70. Já na década de 90, segundo a mesma autora, a ênfase está sendo dada à percepção da informação como fator de produção:

"Isso coloca problemas novos para o campo, que então deverá ampliar o seu núcleo epistemológico para o mercado, isto é, para os agentes econômicos. A partir dos anos 80, a Ciência da Informação volta-se para o gerenciamento dos recursos informacionais (...) Trata-se agora de produzir informações para a tomada de decisões." (Mostafa, 1994:25)

Alguns autores (dentre eles Deschâtelet, 1990) vêm enfatizando a transferência da informação como o objeto da CI, sendo, neste caso, os sistemas de informações o foco deste processo. Para o presente trabalho, este recorde valida o objeto de estudo definido: informações, de interesse para a área de saúde, produzidas por instituições oficiais/governamentais, que são organizadas, em sua grande maioria, segundo a ótica sistêmica.

Observa-se, também entre os estudiosos da área, uma preocupação, mais ou menos explicitada, com uma 'intervenção no mundo real'. Por isso, encontram-se muitas menções à Ciência da Informação (CI) como uma prática.

"A construção do objeto de estudo da CI depende da existência de práticas informacionais, para onde se olha, e do plano do conhecimento, de onde se olha. Mas, a existência de práticas informacionais independe do plano do conhecimento da CI, embora seja afetada por suas práticas intervencionistas. Ou seja, a CI apenas faz surgir tais práticas e seus resultados como um problema." (Fernandes, 1993:130)

Esta abordagem guarda coerência com a linha de investigação apresentada neste estudo, pois propõe, como objeto da CI, as práticas informacionais que fazem surgir 'a informação', a partir de um processo de interlocuções em (re)contextualizações contínuas e dinâmicas. Fernandes (1993:130) assim apresenta sua visão:

"Embora a CI seja apontada também como uma prática ...[ela] não pode ser considerada como a própria prática informacional. (...) Para intervir sobre elas [práticas informacionais], recriá-las e mesmo potencializá-las, a CI precisa gerar um saber sobre estas práticas. (...) o objeto de estudo da CI não pode ser a informação, mas sim estas práticas. (...) Isto não significa que a CI não tenha em seu campo de observação a 'informação', seu conceito-chave e central, mas que são confundidos dois planos interligados, interdependentes, mas distintos, implicando na má localização do objeto de estudo."

Esta vinculação crescente com práticas voltadas para uma intervenção no mundo real estabelece um papel estratégico fundamental para a CI nos dias atuais, na medida em que, para além de suas implicações e contribuições tecnológicas, vem adquirindo uma dimensão social, política e econômica crescente, no processo de avanço democrático das relações humanas.

Penso ser neste sentido que Fernandes (1995:29) propõe que o objeto da CI seja a *"gestão institucional dos saberes, enfim, as ações exercidas pelas instituições (...) modernas sobre o fluxo de saber produzido pela sociedade e seus reflexos sobre esta última. A informação, definida neste contexto, não é qualquer coisa, mas o artefato produzido como resultado desta ação..."*

O caráter pragmático desta área do conhecimento (CI) acarreta problemas de natureza epistemológica que dificultam explicitações conceituais e teóricas acerca de seus marcos referenciais e mesmo de seu objeto. Às vezes, observa-se que a tentativa de superação destas questões, advindas da relação estreita entre teoria-prática, vem sendo exercitada a partir de uma perspectiva interdisciplinar para a área, na busca de um discurso unificador. Mas, mesmo este esforço, não vem dando conta de responder a todos os problemas que a vida contemporânea vem colocando para um campo tão amplo quanto o da CI.

Entretanto, Ribeiro (1995:34-5) lembra que, apesar do caráter pragmático da CI estar inscrito em sua própria história constitutiva, não se pode aceitar posturas que reneguem a teoria, ou superestimem a prática, enquanto elementos diferenciados e não reelaborados teoricamente. Amplia-se o grau de dificuldade para (re)elaborações teóricas no âmbito da CI, na medida em que, por ser uma ciência emergente e eminentemente interdisciplinar, seus contornos de referência estão sendo mais desenvolvidos em função ... *"de suas fronteiras com outras disciplinas do que a partir das características de sua própria disciplinaridade."* (Jardim e Fonseca, 1995:41)

Da perspectiva do presente estudo, as definições de CI mais importantes são aquelas que enfatizam a contextualização de usos e necessidades de informação *pari passu* à contextualização de sua geração e transmissão. Pacheco (1992:11) cita artigo de Saracevic (1991) onde este dá um grande passo ao afastar a CI das *"tradicionais medições da produção documental e a aproximação da sociedade que sofre as conseqüências dessa produção. Essa é claramente uma amostra de maior preocupação com o usuário, que, em última instância, é quem necessita e usa a informação, mostrando que é para ele que se tem que tirar vantagem da moderna tecnologia de informação."*

As atividades de informação passaram, após as primeiras décadas do século XX, de serem função secundária ou instrumental de outras atividades - fim a serem função primária, ganhando autonomia e configurando um novo vetor institucional. A partir da década de 60, observa-se uma tendência crescente por uma "mercadorização" do conhecimento e um investimento nas novas indústrias da informação. As novas tecnologias operam sobre essa reformulação mercadológica das cadeias de transferência de informação, redefinindo as formas de acesso e transmissão de informação: os processos institucionais de acesso ou de interdição organizados pelos regulamentos das instituições estão sendo paulatinamente substituídos por procedimentos, códigos e normas definidos por critérios econômicos e de mercado. As centralidades hegemônicas (desenhadas desde o Estado e através das jurisdições institucionais) devem refazer suas alianças e conflitos à luz dos monopólios da comunicação e da informação de base econômica-tecnológica. (González de Gómez, 1995)

Enfim, parece já estar claro a existência de uma multiplicidade de abordagens que procuram responder à questão: "o que é Ciência da Informação?" Conforme apresentado

anteriormente, Fernandes (1993) as organiza em três visões, sem que uma seja considerada superior a outra: a "documentalista", onde informação é definida como documento ou registro (em uma base de dados); a "matemática", onde informação é algo mensurável; e a "processo", onde é um processo mental.

Em cada uma destas visões, agregam-se grupos de estudiosos que possuem concordâncias, onde são estabelecidas idéias de consenso em torno do que seja CI. Esta dinâmica de funcionamento significa menos divergências epistemológicas do que visões diferentes acerca dos processos informacionais, oriundas do contexto no qual estão inseridos os pensadores da CI.

Assim, pode-se afirmar que CI é, por característica constitutiva e epistemológica, uma ciência que contempla diversidades conceituais, metodológicas e mesmo de objetos que coexistem em um processo dinâmico de busca de seu próprio reconhecimento e que vem desenvolvendo *know-how* que dê conta dos desafios que a 'informação' vem colocando não só à Ciência, ao Estado e ao Sistema Produtivo Capitalista, mas também ao cidadão contemporâneo, que se constrói, enquanto sujeito de sua história, como sujeito informacional: co-gestor dos processos informacionais.

A diversidade própria da CI não representa a existência de escolas de pensamento, como ocorre nas ciências humanas, lembra Fernandes (1993:25): Esta característica está relacionada... *"com os contextos de ação informacional nos quais se inscreve [a CI], com os tipos de fenômenos que observa e da maneira como os observa."* Ou seja, indica uma epistême essencialmente caleidoscópica. Os processos informacionais, na medida em que se realizam em inúmeras facetas, podem levar a interpretações simplistas e superficiais que apontem, equivocadamente, uma visão fragmentada destes processos.

O entendimento aqui apresentado trabalha esses processos informacionais, em suas diferentes expressões nas sociedades contemporâneas, enquanto um objeto dotado de uma unicidade complexa, expressão da complexidade crescente dos modos de viver a vida dos dias atuais. Informação enquanto representação de um mundo complexo que vem produzindo e sendo produzido por relações de poder e produção de saberes que estão presentes também na configuração da própria dinâmica da Ciência.

Fica clara a necessidade, para aqueles que pretendem desenvolver estudos sobre a

informação nos dias atuais, de perceber o caráter de complementariedade existente entre as diferentes visões, sob pena de não alcançar a complexa dinâmica existente nos processos informacionais. A depender de onde se coloca - de onde olha a informação, a adoção de uma das visões pode lhe oferecer o instrumental necessário, mas seguramente não será suficiente para a compreensão das relações das redes conceituais existentes entre estas diferentes abordagens, tentando, assim, suprir as lacunas que se apresentam.

A começar pelo estreito entendimento sobre o que é considerado o conhecimento sobre as coisas e os homens. Estreito ao se manter coerência com o conceito de saber, a partir de Foucault, trabalhado no capítulo I e adotado, aqui, como um dos marcos de referência centrais. A visão documentalista, por se considerar herdeira da Biblioteconomia, enfatiza a informação científica, daí o conhecimento a que se dedica ser aquele *"...objetivado, observável sob a forma de documentos, o conhecimento comunicado, do consumo, o registrado."* (Fernandes, 1993:79)

Esta concepção restringe o próprio entendimento sobre a informação enquanto objeto de estudo. A informação passa a ser um subconjunto, uma parcela de um conhecimento já restrito, pois se refere ao conhecimento registrado pelos sistemas institucionais de informação. Entretanto, esta abordagem atende, de algum modo, ao objeto da presente investigação, quando se refere às informações coletadas pelo "olhar" institucional que foram registradas, integrando bases informacionais governamentais; se o institucional não se restringir apenas a entidades científicas.

Observa-se um estreito entrelaçamento entre a Teoria Matemática e à Documentalista. Ao analisar a produção dos principais pensadores que podem ser identificados com a Teoria Matemática, fica um pouco mais claro de onde vem a "confusão" entre o significado de 'informação' e o de 'conhecimento'. Pelo menos, passa-se a compreender melhor esta superposição de significados que adota o termo informação e conhecimento como sendo análogos.

Nesta visão, a relevância da informação está dada por sua propriedade de ser um valor que reduz a incerteza, sendo mesmo *"um mensurador do conhecimento e um fator de seu incremento."* Este entendimento inverte a concepção de conhecimento da visão anterior (a Documentalista) onde o conhecimento é condição prévia para o surgimento da informação. Na Teoria Matemática, o conhecimento é o resultado do acúmulo de

informação.

... "Daí, como a informação é mensurável, pois é um valor, pode-se mensurar a quantidade de conhecimento, a partir do somatório de informações recebidas por um receptor, que pode ser um indivíduo, área de conhecimento, país, etc. A mensuração de quantidades de conhecimento serviriam a um fim bastante prático, qual seja, canalizar fluxos de informação para áreas ou indivíduos que apresentassem pouco conhecimento, aumentando a velocidade entrópica do sistema social (ou científico), de modo a reduzir as desigualdades e acelerando a tendência ao equilíbrio (resultado da entropia)." (Fernandes, 1993:95)

Desta concepção de conhecimento/informação, que tem sua gênese na concepção positivista do conhecimento, advém os métodos de mensuração da produtividade de pesquisadores, e instituições de pesquisa, tão no gosto de alguns setores acadêmicos e de instituições que procuram indicadores quantitativos para avaliar a pujança científica, ou não, das instituições de C & T no Brasil, como o CNPq (que inclui o IBICT) e a CAPES. Esta percepção do conhecimento/informação induz a métodos avaliativos que não dão conta da diversidade e complexidade de saberes produzidos, nem nas próprias instâncias acadêmicas, quanto mais em outras instâncias da sociedade brasileira, muitas vezes produtoras de um conhecimento considerado como não-científico, como as ONG, instituições executivas de governo, o legislativo, o judiciário, o Ministério Público, sindicatos, e outras.

Estes métodos podem ter sua utilidade, mas deveriam vir explicitadas suas limitações epistemológicas e de aplicabilidade prática, para que não sejam veiculados como avaliações que representam "A" Produção do Conhecimento. O paradoxo que se apresenta é ao mesmo tempo considerar o processo do conhecer como acúmulo de informação, o que leva à idéia de um processo onde não há contradições, rupturas, onde o conhecimento científico *"é uma espécie de muralha onde vão se acrescentando tijolinhos de informação"*, e por outro lado preconizar e dizer que adota o pensamento kunhniano como referencial, onde se considera que o conhecimento científico se dá a partir de discontinuidades, equívocos, retrocessos e revoluções suficientemente descritos pela História da Ciência.

Vale citar Marteleto (1987:172) quando afirma que "*... o conhecimento não está no dado. (...) O conhecimento não é o julgamento passado por outras pessoas. Logo, ele não pode ser encontrado em livros e bibliotecas, pois esses registros só contêm dados dos sentidos.*"

Para fins desta investigação, trabalha-se com o entendimento de que a informação, o registro de uma variável coletada, quantitativa ou qualitativa, é a representação do conhecimento que existe a partir do ser que coleta, que decide o que coletar, que processa o registro, que divulga a informação e assim em todo o processo informacional e para além deste, transbordando para o conhecimento-razão norteador das ações políticas, sociais, econômicas, culturais...

A preocupação enfática pela busca de concepções que permitam a mensuração dos processos e relações tem explicações na própria história da visão matemática. Enquanto a visão 'documentalista' se considera herdeira da Biblioteconomia (século passado), a 'matemática' se vê como uma evolução da Teoria Matemática da Informação desenvolvida por Shannon e Wiener (década 40/50), que visava a melhoria da transmissão de dados nas telecomunicações, independente do conteúdo a ser transmitido, enquanto objeto de preocupação da CI. Período em que o problema da "explosão da informação" leva a que o Estado se proponha a controlá-la, principalmente no que tange a informações técnico-científicas. Data deste mesmo período o advento dos microcomputadores.

O fato de uma de suas vertentes não considerar objeto da CI a informação/conhecimento não científico, abre uma discussão sobre o que é científico. Se for considerado apenas aquele produzido em instâncias de Ciência e Tecnologia *sensu stricto*, os sistemas de informações de interesse para a área da saúde, produzidos por instituições prestadoras de serviços de saúde (como as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, ou mesmo o próprio Ministério da Saúde) estariam fora do âmbito de estudo desta Ciência. Portanto, esta específica vertente não atenderia às preocupações investigativas do presente estudo. Já a vertente que propõe ampliar o olhar da CI, para além das informações científicas, abre espaço para linhas de pesquisa como esta que pretendem trabalhar com informações em saúde que reduzam as incertezas na tomada de decisão.

Outro aspecto importante a ser destacado refere-se à questão sobre quem ocupa o papel principal no processo informacional. A visão documentalista valoriza os produtores

da informação - considerados como "atores intermediários da informação" (intermediários entre aqueles que possuem o conhecimento e os destinatários da informação) em detrimento do receptor que passa a não ter uma ação decisiva no processo informacional. Os produtores são considerados o elo vital do processo, pois são aqueles que viabilizam que o ..."*conhecimento subjetivo, tornado objetivado, possa tornar-se também conhecimento público.*" (Fernandes, 1993:81). Deste modo, esta concepção não atende à hipótese desenvolvida nesta investigação de valorização do Homem - enquanto origem primordial da informação - como sujeito informacional nos dois pólos de um processo informacional: seja o da produção quanto o da realização da informação, junto ao chamado "receptor".

Advém desta abordagem toda a produção, na área de CI, que se dedica aos estudos que visam aprimorar os sistemas de informações em geral e os sistemas artificiais de recuperação da informação. Estudos fundamentais que explicitam o quanto de relações de Poder e de micropoderes permeiam suas práticas cotidianas. Pois, a depender dos fluxos, do suporte, da tecnologia que se opte, a informação varia em sua significação social, política e econômica, conforme já exposto. Ou seja, são decisões imersas em contextos que expressam relações de poder e produção de saberes.

Mais uma vez reforça-se uma das teses centrais desta investigação: é muito poder para não ter a participação de representantes do outro pólo, aquele onde se realiza a informação. É preciso democratizar a gestão dos sistemas de informações, o seu *modus operandi*, sob pena de ser mero "discurso decorativo" a preocupação em tornar um conhecimento público ! Como pode tornar-se, efetivamente, um 'conhecimento público', em um processo no qual o 'público' não tem papel fundamental?

É preciso ressaltar que tanto a origem da informação é o Homem, quanto o seu destino, sua própria efetivação. A informação surge a partir de um olhar sobre as coisas, sobre a natureza e/ou sobre o próprio Homem. Olhar que se realiza tendo por referencial um conhecimento prévio, nem que seja o conhecimento daquilo que não se conhece. Assim, pode-se afirmar que ... "*a origem da informação é o conhecimento, e este não existe sem o homem.*" (Fernandes, 1993:80)

O 'indivíduo' é fundante e ao mesmo tempo fundado pela ciência (século XIX), como destaca Foucault em sua obra e discutido no Capítulo I. Deste modo, pode-se afirmar que,

em tempos pós-modernos (fim do século XX), a informação vem participando da fundação do indivíduo, sofisticando as técnicas de individualização (Capítulo I), objeto de seu olhar. Mas, a proposta é que se caminhe no sentido da informação, dialeticamente, contribuir para um processo no qual o 'indivíduo' participe da fundação da informação, tornando-se sujeito deste olhar, sujeito informacional, participando da construção de uma sociedade informacionalmente democrática (será a proposta do século XXI?).

A CI, segundo a visão da Teoria Matemática, assume como seu objeto de estudo o comportamento humano frente à incerteza, mas apenas aquele comportamento que apresenta regularidades consideradas inerentes à sociedade humana. Assim, esta visão está tão voltada para buscar leis universais existentes no comportamento humano que alguns a vêm considerando como uma ciência do comportamento. Entretanto, há outros estudiosos que enquadram o desenvolvimento da CI como voltado para a busca de uma meta-linguagem, apesar de utilizar conhecimentos de diversas áreas, a partir de ... *"um corpo teórico e metodológico geral, pelo que é denominada como meta-ciência, informatologia ou informática. (...) a CI, utilizando métodos científicos, a teoria matemática da informação e a análise de sistemas, tenderia a ser uma meta-ciência, no sentido de englobar as diversas linguagens já construídas num único e coerente discurso, ... um discurso meta-disciplinar."* (Fernandes, 1993:88)

Este encaminhamento conduz a que os objetivos da CI sejam controlar a informação e os processos informativos, de tal modo que se crie uma linguagem padrão para as ciências, sem alterar os conteúdos. Isto leva a pensar, que o grande investimento devotado aos estudos de aperfeiçoamento dos famosos *Tesaurus*, largamente utilizados nas bibliotecas em todo o mundo, estejam vinculados a esta preocupação com a busca de uma metalinguagem.

A concepção da Teoria Matemática pode levar ao seguinte raciocínio: Considerando, como visto anteriormente, que a informação só se realiza na relação com o receptor e, para esta visão, o receptor é o tomador de decisão, que atribui valor à informação na medida em que a utiliza para diminuir incertezas inerentes à decisão, então, o que se tem disseminado são simples mensagens. Os tomadores de decisão, por serem os principais agentes nesta visão, é que transformam, dentre um universo amplo, algumas das mensagens disponíveis, em informação. É feita uma seleção a partir de um olhar que varia em função do contexto.

Daí porque, segundo esta visão, a CI deva contemplar estudos aprofundados sobre o comportamento humano (como os receptores se comportam), a busca de regularidades impostas à informação (ao seu fluxo - como a informação chega ao receptor) e a definição de leis que possam estar regendo o processo informacional. A busca por regularidades na esfera do comportamento humano mostrou limites para a própria identificação de explicações dos comportamentos mas, permanecendo enquanto questão central de preocupação, passa a ser focado enquanto processo cognitivo, abordado pela CI, agora em uma visão que Fernandes (1993:103) denomina de 'Processo'. Esta terceira concepção acerca da CI vem se desenvolvendo em duas principais vertentes: àquela voltada para a Inteligência Artificial e uma outra, voltada para os Sistemas de Recuperação da Informação.

Esta visão procura estudar o *"processo de produção de sentido, processamento da informação (estímulo) ou informação enquanto processo. Tem como ponto de observação o indivíduo que recebendo um estímulo externo adiciona a ele componentes internos, de modo a produzir, para si, sentido para o que recebeu"* (Fernandes, 1993:104). Não atribui nenhum significado em uma mensagem. Retira qualquer possibilidade de um "específico olhar" no próprio processo de produção da mensagem/informação. Esta concepção trabalha com a idéia de que não há produção de significado no processo de produção de informação.

Mas, se não há significado, pode-se afirmar, radicalizando esta concepção, que este pensamento nega a existência de um tempo e um lugar, de interesses, de relações de poder e saber no próprio processo de produção da informação. Se for assim, esta específica abordagem da Visão Processo também não atende à concepção trabalhada na presente investigação. Por quê?

Porque uma das teses sustentadas neste estudo é que a própria racionalidade organizativa das informações em saúde, ou seja, sua produção, é espaço de relações de poder e saber que expressam visões de mundo, interesses, jogos de verdade - de significados em disputa. Assume-se que, tanto no contexto de recepção há produção de significados, quanto no contexto de produção da informação. Significados que se interagem, a depender do próprio processo das conquistas democráticas da população, que se expressam, dentre outras, pelas possibilidades de utilização das informações no processo de emancipação do homem - tornando-se sujeito informacional na medida em que participa

não só ao nível de ser um receptor qualificado mas também, e por isso mesmo, por ter um nível de participação no contexto de produção da informação. Essa proposta está melhor exposta no capítulo seguinte.

Assim, quando a informação se realiza, efetivando sua existência (conforme discutido anteriormente), ocorre um processo dialético entre dois contextos (plenos de significados): o da produção e o da recepção no qual de fato emerge significados que não são mais apenas os da produção, nem tampouco os do receptor, mas sim "significados sínteses" (sínteses dialéticas, no mais puro sentido hegeliano), conformando uma nova Rede de Significados. Rede complexa que pode ou não levar para novos planos de percepção, de olhares - de consciência!

Hegemonicamente, o que vem se observando no panorama brasileiro é que, na melhor das hipóteses, há a construção de possibilidades de novos 'planos de olhares' no pólo do receptor, mas com raríssimas possibilidades de se estabelecerem significados sínteses no outro pólo - a produção. Não há permeabilidade instituída de tal modo que os significados presentes no contexto do receptor fluam com regularidade para junto dos significados presentes no contexto da produção. Quando se observa, auspiciosamente, o estabelecimento de fluxos de disseminação regular de informações, estes são estruturados enquanto canais de mão única - produtor para receptor.

Onde fica o espaço para a interatividade, não enquanto "sim" ou "não" face alternativas impostas, mas enquanto co-participação no processo de gerir a informação em uma sociedade? Enquanto espaço para o indivíduo, já aí cidadão, se tornar sujeito pleno no processo informacional? Ou seja, estar presente, em interação, tanto no pólo receptor quanto no de emissão de informação, emissão de significados - produtor e produto de olhares!

Enfim, para o presente estudo o foco da questão está na interação entre os dois tradicionais pólos do processo informacional, pensando propostas de mecanismos que ampliem possibilidades de trocas, de interlocuções que se complexificam na medida em que avança e faz avançar um projeto de sociedade mais democrática e igualitária

Ao analisar a produção sobre CI, observa-se em quase todo autor uma necessidade de explicitar que o campo informacional é amplo e complexo, o que dificulta as tentativas de

um recorte mais preciso de seu objeto - a informação. Restando a alternativa de precisá-lo, na prática, para cada um dos estudos realizados, e de procurar interligar diferentes conhecimentos gerados na busca de maior abrangência face as inúmeras dimensões da informação.

Cada vez que avançam as tecnologias da informação mais se faz necessário abordagens distintas em torno de seu objeto central (a informação). Deste modo tender-se-ia a analisar a CI em seu sentido mais amplo, como *"um conjunto de pedaços pegos de várias disciplinas que falam sobre informação em um de seus muitos significados. (...) a maioria das confusões causadas pelo uso do termo ciência da informação em seu sentido mais amplo, poderiam ser evitadas pelo acréscimo do plural s. As ciências da informação poderiam então tomar seu lugar ao lado das ciências naturais, das ciências sociais, e em outros termos guarda-chuva, que indicam um grupo de disciplinas e campos de estudo que dividem características comuns."* (Machlup & Mansfield, 1983:19-22)

Está implícita a perspectiva inter e/ou transdisciplinar, como eixo desta ciência ainda em gestação. Ou seja, talvez, fique mais claro trabalhar a partir da existência de um projeto interdisciplinar envolvendo diversas disciplinas (por si só diversas e abrangentes, tais como: arquivística, biblioteconomia, informática, jornalismo, comunicação, análise de sistemas e outras) que têm como objeto de pesquisa imediata as **práticas informacionais**, existentes no Estado, no Sistema Produtivo e na Ciência e Tecnologia, entrelaçadas no espaço complexo do mundo real.

"A Ciência da Informação não se identificaria pela especificação qualitativa de uma ordem de fenômenos de informação como sendo seu objeto, mas pela instauração de um "ponto de vista" organizador de um domínio transdisciplinar. Esse ponto de vista afirma a relação entre uma pragmática social de informação (ou "meta-informação") e os "mundos" de vida, de ação, de conhecimento, agindo na construção dos valores de informação." (González de Gómez, 1990:117)

Observa-se que a tendência de desenvolvimento da CI se encaminha para tornar-se uma disciplina que interage em diferentes níveis com outros saberes, a tal ponto que alguns autores, como Jardim et Fonseca (1995:48) trabalham com a possibilidade da CI emergir como meta-ciência. E complementam afirmando: *"Seja qual for a opção, parece inevitável*

o reconhecimento de que se trata de uma área do conhecimento cuja emergência e possível desenvolvimento futuro encontra-se acentuadamente associado a sua capacidade de interagir com outras áreas do conhecimento, sobretudo aquelas relacionadas à informação."

A inter e a transdisciplinaridade, a vinculação com práticas intervencionistas e sua forte dimensão social e política - inerente ao seu objeto primordial (informação) nas sociedades contemporâneas, são o referencial para a melhor compreensão do desenvolvimento da CI e para os desafios com que ela se defronta face às demandas que a realidade lhe impõe. Ao acrescentar, a este referencial, as implicações em termos de relações de poder e produção de saberes implícitos no processo informacional, delineia-se o caminho a ser trilhado, enquanto hipótese epistemológica e metodológica proposta neste trabalho. Para tal, parte-se da premissa de que já se encontram mapeadas as condições para uma interação crescente entre as diversas áreas de conhecimento dedicadas à informação, em suas diferentes dimensões, em uma perspectiva que situe as disciplinas em um mesmo patamar de cientificidade, desvendando as complexas redes: tanto as conceituais e paradigmáticas de tal modo a fazer aparecer as interseções e as inter-relações existentes, quanto as redes de relações de poder imbricadas no processo informacional. Descortinando o que há cada vez mais para além deste objeto de estudo, ainda e paradoxalmente obscuro, se o olhar se situar a partir de um plano que vislumbre um panorama mais justo e igualitário entre sujeitos informacionais co-responsáveis, em relações de poder que disputam direcionalidades da *práxis* informacional contemporânea.

González de Gómez (1994:10) apresenta uma agenda de questões da CI no Brasil, a partir da qual foram elaborados os seguintes itens, na perspectiva de adequar aquela agenda às questões vivenciadas no campo da Informação em Saúde:

- Como superar a racionalidade de compartimentalização e fragmentação presente na *práxis* informacional em direção a estratégias de síntese e articulações?
- Como fazer frente a formas coercitivas de globalização que fortalecem um projeto hegemônico de gestão da informação que massifica, discrimina, acirra as desigualdades, vigilantes da sociedade mas opaco para com o Estado?
- Como fomentar experiências de construção de novos espaços de junção das formas locais de subjetivação e as estratégias mundializadas de comunicação da informação nos marcos da democracia?

- Por quais caminhos o Brasil resolverá os desafios de manter-se atualizado tecnologicamente no campo da informação?
- Como se aprofundar as interfaces entre a CI e a Ética e a Política?

3. INFORMAÇÃO EM SAÚDE

*"... a crítica ontológica de nós mesmos [de nossa atualidade] não deve ser considerada somente como uma teoria, uma doutrina, nem sequer como um corpo permanente de conhecimentos que foram se acumulando; deve conceber-se como uma atitude, um **ethos**, uma vida filosófica onde a crítica ao que somos é ao mesmo tempo uma análise histórica dos limites que se nos impõem e um **experimento** que torna possível ultrapassá-los."*

- Michel Foucault -

(1984)

Como analisado no capítulo I, a informação em saúde se institucionaliza enquanto parte dos dispositivos de um biopoder voltado para o controle dos indivíduos e das populações. Paulatinamente vem assumindo dimensões novas na sociedade contemporânea, envolvendo a Ciência e o Sistema Produtivo passando a ser uma questão de Estado. Hoje se constitui em espaço de exercício de uma determinada Política de Governo, fruto de uma ação de controle institucional sobre os saberes extraídos da 'rede de olhares' sobre o indivíduo e a população. A bem de sua pretensão globalizante, seleciona, sumariza e ordena em bancos de dados a partir da racionalidade de um poder vigilante.

As informações em saúde são objeto de uma gestão institucional sobre suas práticas e ações. Gestão que opera seletivamente segundo um olhar vigilante que procura, a partir do universo coletado, organizar e disseminar as informações levantadas. Um Olhar objetivante e examinador, que decompõe analiticamente, que controla e penetra tudo, que vê sem ser visto, adquire para as informações em saúde uma força estruturante. Seleção que acaba por fragmentar, ainda mais a dinâmica da vida^(*), segundo interesses em disputa, segundo as

(*) D. Maria, paciente adscrita em um Posto de Saúde, está pulverizada pelos vários SIS, se por exemplo: i) for portadora do bacilo de Koch, quando então fará parte do sistema de informação do Programa de TB; ii) estando em idade fértil, estará inscrita no Programa Materno-Infantil; iii) se tiver filhos em idade compatível, comporá o Sistema de Suplementação Alimentar; iv) com tantos problemas, precisará de atendimento no Programa de Saúde Mental; v) para completar há uma suspeita de hansen. Pronto! Eis outro sistema de informação do qual fará parte. Seguramente, cada um dos chamados Programas Especiais possui argumentos fortes assentados na razão técnica, a qual funda-se no contexto histórico da sociedade brasileira fragmentária e pragmática. A D. Maria, enquanto indivíduo portador de uma totalidade singular, se perde no emaranhado das ações institucionais. D. Maria é "esquartejada" pelos diferentes SIS que por sua vez expressam a lógica fragmentadora das instituições de saúde, produto do modo como o Estado brasileiro responde às demandas

relações de poder, que decidem sobre o que destacar, o que minimizar, camuflar, deturpar, manipular... Interesses que variam desde divergências em termos do projeto político de sociedade e do modelo assistencial desejado para o país, até disputas pela manutenção dos micropoderes presentes nos feudos técnicos que lutam pela preservação de seus espaços de atuação, mantendo-os estanques com receio que o compartilhamento represente perda de autonomia e liberdade de ação.

A aparente desorganização entre as diferentes bases de dados existentes, que uma análise simplista poderia apontar, reflete na prática a Política de Informações real implementada no Brasil. Política esta que expressa a lógica norteadora da dinâmica de funcionamento do Estado e como se dá o processo decisório. Para tentar esclarecer essa idéia, recorre-se ao conceito de Offe (1984) de *seletividade estrutural* própria aos processos políticos de elaboração das decisões no seio do Estado:

"Pode-se, com efeito, demonstrar que o Estado burguês, em função de sua forma específica e dos modos de funcionamento burocrático internos que daí decorrem, se apresenta concretamente como um sistema profundamente escalonado de filtros, de barreiras e de instâncias de transformação e de tratamento das exigências políticas e de articulação de necessidades. (...) Enfim, o processo de tomada de decisão burocrático no nível governamental está estruturado de tal modo que as exigências que conseguem penetrar nele podem ser tratadas como (e reduzidas a) uma dimensão "funcional". O aparelho de tomada de decisões se compõe de um complexo de burocracias que operam de modo relativamente autônomo e que têm suas competências, suas clientelas e percepções próprias dos problemas. Daí resulta um modo de tomada de decisão política que impede uma tematização sistemática da relação social e do caráter de classe específico das diferentes estratégias administrativas. (...) O Estado é capaz de atrasar as exigências, de adiá-las, de decompô-las, fragmentando-as em uma multidão de setores de competência

colocadas pela sociedade. Este destaque se deve pela necessidade de enfatizar a importância de existência de 'Prontuário do Paciente' nos Postos e Centros de Saúde. Pode parecer óbvio tal afirmação, e de uma certa maneira é, mas infelizmente ainda persiste um número grande de serviços ambulatoriais onde inexitem procedimentos de registros unificados que preservem a história clínica dos pacientes. Estes são transformados em quantitativos de produção. O problema maior não está colocado, por exemplo, no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA-SUS), mas sim na opção da gerência da unidade assistencial de não adotar o procedimento de um registro único para os atendimentos (Prontuário do Paciente). É premente a implantação de Prontuários em todas as unidades de atendimento ambulatorial, nem que seja um "Prontuário Mínimo de Atendimento Ambulatorial".

administrativa, os infindáveis "corredores burocráticos", de mobilizar interesses opostos, de remeter aos recursos insuficientes etc."(Offe, 1984:174).

A 'Informação em Saúde' também é expressão desta racionalidade, posto que se constitui em um espaço estratégico de relações de poder e produção de saber, tanto em uma perspectiva intrínseca ao próprio complexo tecnológico e econômico de produção de informação, quanto, e fundamentalmente, como instrumento implícito aos processos de produção de conhecimentos sobre a Saúde: os científicos, aqueles referentes à gestão das ações de saúde e/ou ao refinamento das tecnologias sutis de controle. Mas também os conhecimentos (re)elaborados pelos indivíduos e grupos sociais em processos de conquista de espaços de cidadania e emancipação, quando tornam-se sujeitos de seu tempo e espaço. Quanto poder subjaz por todo esse complexo jogo de interesses e visões!

Por definição, a informação só adquire valor se utilizada pelo "receptor" para diminuir seu grau de incerteza. Entretanto, observa-se, em função de sua própria história política, social e econômica, que na "área da saúde" o processo decisório ainda guarda fortes características de uma ação casuística, clientelista e mercantilista (para maiores detalhes vide bibliografia específica, com destaque para Possas, Fleury, Oliveira, Wagner e outros). Assim, os estoques de informações em saúde nem sempre vêm sendo utilizados para subsidiar as decisões tomadas no âmbito das instituições de saúde. Deste modo, defronta-se com a bizarra situação de um *continuum* de produção de informações em saúde que não são utilizadas no cotidiano dos gestores de saúde brasileiros. Para corroborar com esta afirmação, cita-se trabalho de Moraes (1994) que pesquisou a relação existente entre os SIS existentes na esfera estadual e federal com o processo decisório. O estudo demonstra que em termos de "programas finalísticos", a área que mais vem utilizando os SIS é a materno-infantil (17,3%), seguida pelos Programas Especiais de Saúde (14,9%), destacando-se o Programa de Doenças Crônico-Degenerativas. Mas o maior percentual (44%) ficou para o item "nenhuma instância técnica-decisória" utiliza. Ou seja, as áreas que coordenam as ações assistenciais finais pouco utilizam, de modo rotineiro, os dados oriundos dos SIS para definirem ou (re)definirem suas ações. Em que mecanismos estão se baseando para a avaliação e o acompanhamento de suas ações? A questão central que se impõe é: Em que momentos as informações em saúde são base para a tomada de decisão sobre a direcionalidade da Política de Saúde?

Observa-se que a mesma informação em saúde pode servir a interesses conflitantes, a

depende do modo como é trabalhada e exposta à opinião pública. O coeficiente de mortalidade infantil de uma cidade, se apresentado em termos gerais, talvez até tenha diminuído em relação a anos anteriores, mas também pode encobrir o acirramento de desníveis intra-urbanos. Estas desigualdades, em termos de mortes de bebês, só ficam patentes se a informação for trabalhada com outro tipo de agregação que não todo o município. Assim, a informação em saúde tem sido utilizada pela elite política, econômica e tecnológica de forma a instrumentalizar, escamotear e/ou justificar decisões ou não-decisões voltadas para o avanço ou manutenção dos interesses hegemônicos, em uma dada conjuntura. Mas, faz parte do processo de aprofundamento da democracia a superação desta realidade, e as informações em saúde podem ter uma grande contribuição a dar.

Ou seja, o valor de uso da informação em saúde está dado em função do contexto em que se insere. É grande sua contribuição a depender dos interesses que estão em movimento buscando vê-los atendidos. Caso seja o empresariado da saúde, as informações relevantes serão aquelas que descortinam, por exemplo, padrões ótimos de lucro em hospitais privados, onde procuram uma relação otimizada entre média de permanência, uso de medicamentos e tecnologias médicas, a partir da "seleção de pacientes", em função do tipo de agravo, idade, sexo, condição sócio-econômica e vínculo com planos de saúde. Assim, estas informações são as mais importantes, pois reduzem a incerteza na decisão do gestor hospitalar por um determinado perfil de atendimento.

As mesmas informações terão diferentes significados para outros gestores, como por exemplo, um gestor de uma ONG que defende a dignidade e a qualidade no atendimento de pacientes portadores de AIDS. Enfim, o valor da informação é definitivamente uma medida dependente do contexto (o que inclui o tempo histórico), tornando-a completamente relativa. Quer dizer, o valor da informação, segundo esta visão, nunca é absoluto. Não é algo intrínseco à essência mesma da informação; é sempre relativo.

É por isso que se pode afirmar que a informação em saúde fora de seu contexto fica sem seu significado. Conforme exposto no capítulo I, as bases informacionais construídas a partir das ações de saúde são expressões de determinadas visões de mundo. O fato de coletar esta ou aquela variável, de identificar o indivíduo ou a população, espacializando-a de um determinado modo, de armazenar e então divulgar as informações, já pressupõe um específico contexto - o contexto no qual se insere o processo de produção informacional em saúde, eivado por relações de poder e produção de saberes, transpassado dinâmica e

complexamente por significados em disputa. Estes significados da informação em saúde estão genealogicamente ancorados na instituição do biopoder nas sociedades ocidentais modernas (Capítulo I) e entram em choque quando alguns defendem a manutenção deste específico poder como inerente à vida atual e outros constroem significados que resistem à visão de inexorabilidade do poder vigilante, procurando criar alternativas de um contrapoder, ao afirmarem o caráter eminentemente político das informações em saúde nas sociedades contemporâneas, para além de sua dimensão tecnológica e científica. Afinal, sendo questão de Estado é objeto de enfrentamentos políticos, econômicos e culturais.

Desrosieres (1996) enfatiza que as informações, em especial as informações estatísticas e territoriais, transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à visão humana, permitindo que se pense e aja à distância. Elas combinam elementos dispersos e heterogêneos de cotidiano, ampliando a capacidade humana de compreender e transformar a realidade. Uma informação está sempre inscrita em um círculo mais vasto que a liga a uma ação.

Tomando de empréstimo conceitos de González de Gomes (1987) para a Informação, pode-se afirmar que a Informação em Saúde não tem como esfera de intervenção apenas a consciência subjetiva, mas sim e principalmente o interesse prático imediato, enquanto se torna operador de ações administrativas, técnicas e econômicas. Movimenta-se no plano da ação e pode preocupar-se tanto com fatores de interpretação e recepção como com fatores materiais de transferência e registro. Neste sentido, os Sistemas de Informações em Saúde permeiam desde o sistema de informações administrativas e gerenciais, os sistemas de informações científico-tecnológicos, os sistemas de informações econômico-sociais, até a mediação semiótica entre um programador e a máquina.

A vinculação com uma ação está implícita na produção das informações em saúde, pelo menos conceitualmente. E neste sentido, a questão da fidedignidade das informações em saúde ganha relevância ímpar, pois um erro pode significar, em alguns casos, induzir a tomada de decisões que levem ao óbito. Esta fidedignidade não significa que elas sejam consideradas como representando fielmente a realidade, mas sim, que tenham consistência e robustez suficiente para atender aos seus diferentes usos.

Esta fidedignidade é uma construção técnica mas também política, não está dada *a priori*. Ela está subjacente na própria qualificação de uma 'informação em saúde' como tal.

É neste sentido que se pode afirmar que a 'informação em saúde' é uma produção rotineira de um encadeamento de registros fidedignos, aceitos pela sociedade como referência para o debate e a ação, cuja legitimidade está dada a partir da chancela da Ciência e do Estado: seu estatuto de 'científica' e seu papel institucional. As informações em saúde que recebem o *status* de "oficiais" estão inextricavelmente ligadas à própria organização do Estado e às estruturas de Ciência e Tecnologia e do Sistema Produtivo de uma sociedade.

O 'valor da informação em saúde' é dependente das relações historicamente construídas entre as tecnologias informacionais e os quadros institucionais de sua instrumentalização, o que constituiria, no dizer de González de Gómez (1990), uma "pragmática normativa" da geração e uso da informação.

Cabe ainda apresentar algumas considerações suscitadas a partir da análise do pensamento vinculado à visão Processo da Ciência da Informação, citada no item anterior: Na medida em que esta visão ampliou o âmbito de estudos da CI incorporando aspectos relacionados ao por quê do comportamento dos receptores, passando a concentrar os esforços no aprofundamento do conhecimento sobre os processos cognitivos do ser humano, de fato está se propondo a estudar o pensamento e os mecanismos de produção de significado.

Não estaria nesta visão a fonte de confusões e/ou interfaces existentes com a área da educação? No âmbito da saúde, as áreas de Informação e Educação estão em permanente diálogo, na busca de pontes por onde circulem seus respectivos saberes. Às vezes ocorrem conflitos de interesses e disputas por espaços institucionalizados onde não fica claro a delimitação dos contornos destas disciplinas: a da Ciência da Informação com a Educação (Pedagogia?). Mas, são conflitos que por sua vez vêm estimulando um aprofundamento das reflexões sobre os contornos epistemológicos das áreas, bem como, e o mais importante, as possibilidades de intervenções concretas sobre a realidade.

Este processo (Informação em Saúde - Educação em Saúde) também vem ocorrendo nas relações entre Informação em Saúde e Comunicação em Saúde. Observa-se nestas relações (o que inclui as de poder) uma produção de saberes pautada pela i) marca do "respeito científico" por saberes específicos que estão em construção e na busca de suas próprias identidades epistemológicas e teóricas e de seus espaços de ação prática; e ii) pela solidariedade nas relações de poder, entre aliados, na luta por um projeto democrático para

as respectivas áreas: Comunicação, Educação e Informação no âmbito da saúde.

Fica-se tentado a realizar alguns ensaios experimentais, levantando algumas hipóteses. Como por exemplo, será que as aproximações percebidas entre a Comunicação e a Informação encontram suas origens na produção de conhecimento relacionada mais à Visão Documentalista da CI? Esta abordagem, ao enfatizar o processo de transmissão da informação, isto é, o meio de levar o artefato (informação) até o receptor final, não estará estabelecendo os elos de circulação de saberes entre a Comunicação e a Informação? Elos estes que, se vêm propiciando efeitos fecundos, também vêm suscitando conflitos, e talvez até por isso mesmo, a busca de maior clareza conceitual e teórica.

Também pode-se encontrar pontos de intersecção com a Visão Matemática, ao enfatizar os "facilitadores de transmissão de mensagens". Mas, talvez, a abordagem da Teoria Matemática esteja mais vinculada a uma 'pragmática da informação', majoritariamente tratada como a entidade que reduz incertezas no processo decisório, ênfase desta corrente.

Talvez esses exercícios de enquadramento sejam estéreis, na medida em que a realidade contemporânea vem se constituindo a partir de uma rede complexa de interferências mútuas entre saberes, e assim, conformando novas aproximações e (re)arranjos paradigmáticos. Observa-se entre a Comunicação, a Educação e a Informação aplicadas à Saúde uma diversidade conceitual sob um mesmo termo e objetos em estudo, de tal modo que cada uma considera diferentes questões/problemas/fenômenos como sendo relevantes para o foco de suas investigações. De fato, as três áreas coexistem e dialogam entre si na busca da circulação comunicativa entre saberes que podem se complementar ao "olharem" para uma mesma questão partindo de lugares diferentes.

No mundo real o que se observa é o uso generalizado das chamadas novas tecnologias de informações aliadas à proliferação e generalização dos meios impressos e eletrônicos de comunicação, articulados em teias multimídias de alcance variados, vinculados a projetos que se autodenominam educacionais e/ou culturais. Veiculam-se, assim, idéias, padrões, valores sócio-culturais, visões de mundo, significados sobre o processo de vida-doença e morte. Universo de signos e símbolos, linguagens e discursos argumentativos que expressam um determinado modo pelo qual os gestores destes aparatos traduzem "a Saúde": através da veiculação de listas de indicadores que expressam a ausência de saúde,

regras de conduta sobre hábitos salutarres, novos estilos de vida, advertências - "fumar faz mal a saúde"...

A 'Informação em Saúde' nos dias atuais está intrinsecamente ligada às tecnologias que dão suporte para sua produção, disseminação e veiculação. Entender seu significado contemporâneo pressupõe analisar, também, o significado dos procedimentos tecnológicos nos quais as representações, imagens e mensagens não possuem uma localização objetiva ou estabilidade temporal. Podem ser vetores de uma expressão momentânea, instantânea, com tudo aquilo que esta condição pressupõe em termos de manipulação de sentido, de interpretações errôneas, de fragmentos selecionados a partir de interesses em conflitos... visões de mundo que querem se passar por verdades: jogos de verdades e poder!

Sempre mantendo o paradoxo de quanto mais informação sobre o indivíduo, o que auxilia as decisões dos médicos por exemplo, maior também é o controle dos aparelhos do Estado sobre esta população, vale destacar tendências de aplicações úteis à gestão da saúde das tecnologias de informação, como por exemplo o próprio atendimento do paciente à distância. Observa-se que há, cada vez mais, acúmulo de *know-how* que permite agregar parecer de um médico especialista - distante do paciente - que servirá de consultor ao diagnóstico de outro médico, este sim, junto do paciente. É um monitoramento à distância de uma doença que também se mantém à distância, bastando enviar, pelas redes seu Prontuário com todas as informações (inclusive exames de imagem) necessárias ao especialista consultor. Tudo intermediado por mensagens transformadas em *bites* e *bytes*.

Por outro lado, ao se consolidar o entendimento de que a informação é do cidadão e não do hospital ou agência produtora de informação, os indivíduos serão os proprietários de seu histórico clínico/de saúde, registrado em cartões inteligentes - *smartcard*. Mas com o avanço da implantação no Brasil dos Prontuários Eletrônicos nos hospitais, a instituição do número único para todo brasileiro (Lei nº 9.454 - de 07 de abril de 1997) no prazo de até 5 anos, a consolidação da Rede Nacional de Informação em Saúde (RNIS) no máximo em 10 anos, haverá no Brasil um banco de dados com registros de milhões de pessoas. Seguramente se constituirá em importante base para estudos, pesquisas em epidemiologia, para a clínica médica, para a própria gestão da saúde, seu planejamento e administração. Mas também significará a consolidação de um poderoso instrumento de controle sobre os principais eventos da vida de um cidadão. Estamos diante de um dos paradoxos informacionais dos novos tempos!

"A mesma ciência que abre perspectivas de emancipação individual e coletiva, propicia a alienação material e espiritual de indivíduos e coletividades, devido à forma pela qual se transforma em força produtiva e técnica de controle social" (Ianni, 1996:66)

As tecnologias oriundas da eletrônica e da informática, em relação às informações, abrem possibilidades imensas para seu uso e aplicação na área de saúde, com alcances inimagináveis. Tanto para ampliar e sofisticar os dispositivos de controle, quanto por permitir maior disseminação da informação para a sociedade - principalmente com a perspectiva de difusão de experiências locais, municipais, na medida em que paulatinamente os municípios estão se estruturando para, por exemplo, implementarem suas *homepages* através da *WWW/Internet*. Esta perspectiva suscita novos campos de reflexão em torno dos conteúdos a serem veiculados: mera vitrine de *marketing* institucional dos prefeitos/secretários municipais de saúde que dissolvem a informação na pirotecnia do audiovisual, ou informações relevantes e úteis a serem apropriadas pela sociedade em um processo emancipador?

Haverá critérios e/ou princípios éticos a balizarem as informações divulgadas em *WWW* institucionais? Quem os definirá? Se não colocam, no espaço virtual, informações falsas, podem mentir por omissão, podem censurar, vetar aquelas que não lhes convêm ou possam prejudicar seus interesses. Não haverá um controle democrático efetivo sem que signifique uma limitação ao direito de livre expressão? A legislação existente para a televisão e grande imprensa parece insuficiente: *"A liberdade de imprensa e de outros meios de comunicação continua a ser um ideal. Ninguém conseguiria circunscrever seu campo de exercício, nem definir com precisão quem são os verdadeiros detentores desta liberdade"* (Desbarats, 1992).

É preciso, desde já, ficar alerta para não se institucionalizar discretamente a desinformação em nome da "democratização da informação"! O campo da Informação em Saúde na medida em que, cada vez mais, faz uso intensivo de novas tecnologias, precisa aprofundar a forma de gestão social deste aparato por agregar dimensões novas sobre o que é da esfera pública e o que é da esfera privada do indivíduo e das coletividades. O que é dever do Estado informar e o que é o direito do cidadão ser informado e mantendo preservada não só sua privacidade mas também sua singularidade mutante: sujeito

histórico, variável, indefinido, compósito.

Nas últimas décadas do século XX, a informação em saúde vem paulatinamente mudando de "imagem". Antes, a idéia que vinha à mente quando se referia à Informação em Saúde era a dos grandes arquivos. Os Serviços de Arquivo Médico e Estatístico (SAME) eram setores vistos como um espaço monótono, repetitivo, muitas vezes empoeirados. Os prontuários clínicos (onde existem) estavam associados a um emaranhado de papéis, riscados (pois as letras dos médicos em geral, se assemelham a riscos que apenas o próprio, nem sempre, consegue traduzir). O trabalho relacionado à informação em saúde remete a uma prática minuciosa, sobre materiais acumulados (resultados de exames, por exemplo) a exigir paciência para manter tudo organizado.

Parece que a "cor" da informação em saúde era cinza ou parda! Hoje em dia, a tendência é a informação em saúde ser multicolorida: adquiriu cor e velocidade. Os espaços onde se processam as informações são cada vez mais claros, *cleans*, bem refrigerados, quase "gelados" (em função dos computadores e seus periféricos). Com a implantação dos Prontuários Eletrônicos dos Pacientes discute-se a perspectiva dos prós e contras da extinção do prontuário em papel... Agilidade, cores, ambientes assépticos, novos processos de armazenamento... é a nova "imagem" das informações em saúde nas unidades assistenciais. Mas antes que alguém proteste: é óbvio que não é esta a realidade da maioria das unidades, ou mesmo das instâncias gestoras das SMS, e nem vai ser a curto espaço de tempo, mas seguramente é a tendência, pela própria força de indução do complexo informacional capitalista.

O corpo do homem é reconstituído neste novo ambiente *hi-tech*, com novas regras cibernéticas, que se "apoderam" de seus órgãos e fluidos de forma cada vez mais sofisticada, mas com a mesma racionalidade do biopoder vigilante e do "olhar" anátomo-clínico, submetendo as "informações" extraídas de seu processo de vida-doença-morte a uma série de interpretações: clínicas, genéticas, epidemiológicas, estatísticas, gerenciais, de planejamento, demográficas, da saúde pública... Em um jogo de saberes e poderes no qual se constrói o próprio devir da humanidade.

O indivíduo e a população são objetos do "monitoramento informacional em saúde", consolidado institucionalmente na organização tanto interna dos estabelecimentos de saúde quanto externa no plano dos dispositivos gerais de governo, e vem se constituindo na

ferramenta de base do conhecimento sobre a vida e morte nas sociedades contemporâneas. As informações em saúde são instrumentos de uma redução da complexidade, dos processos de relações sociais e políticas expressas emblematicamente nas "Condições de Saúde" de um povo, objetivações de uma *práxis* de poder e saber que devem ser compreendidas.

Em Foucault, a modernidade se caracteriza por uma forma contraditória e antropocêntrica de saber de um sujeito estruturalmente sobrecarregado, um sujeito finito que se transcende no infinito; saber que se manifesta sob a forma de uma vontade incontrolada de saber e saber cada vez mais. Esta vontade também se expressa nas práticas informacionais em saúde, cuja racionalidade genealógica está fincada na modernidade (capítulo I). Desta maneira, a forma moderna de perscrutar, de conhecer, de saber, de monitorar das informações em saúde é determinada pela dinâmica peculiar de uma *vontade de verdade* para a qual cada frustração é apenas um incentivo para uma renovada produção do saber. Esta vontade de verdade é para Foucault a chave da relação interna que existe entre o saber e o poder, por onde explica o emergir do saber a partir das práticas do poder.

A vontade de saber impulsiona as práticas informacionais em saúde na busca de saber cada vez mais, de ampliar o universo de abrangência das informações em saúde, seja em sua extensão espacial, seja em sua intensidade minuciosa da busca de variáveis que possam indicar detalhadamente dimensões consideradas importantes sobre as condições de vida, para uma gestão institucionalizada da vida.

Informações que instrumentalizam a administração pública e privada da Saúde e favorecem o aprimoramento de um saber organizacional útil à administração. Informações que fazem parte de tecnologias de dominação, cada vez mais sutis e sofisticadas, imersas no complexo de poder contemporâneo. A *vontade de saber*, expressa através da organização das informações em saúde, começou por se contentar com o conhecimento sobre as estatísticas de nascimentos, mortes e finanças públicas sobre os serviços de saúde. Posteriormente, a biopolítica se expande e passa a *querer saber* também sobre a morbidade, as violências, as condições de trabalho, moradia, bem-estar, pobreza... Refinam-se os dispositivos de informações em saúde que registram as suas atividades e gestos aparentemente sem significado. Avança-se para as condições genéticas, opções sexuais, preferências alimentares... Informações que subsidiam a construção de um saber normalizador, legitimado pelos ensaios clínicos e pesquisas científicas, que age definindo

um "padrão de comportamento saudável". Enfim, as práticas de poder não intervêm simplesmente na gênese da formação da racionalidade organizativa das informações em saúde, mas desempenham também o papel transcendental de constituição do saber informacional em saúde até os dias atuais.

Desde os finais do século XVIII que uma rede de técnicos da verdade se estende ao redor da criança onanista, da mulher histérica, do adulto perverso, do casal que procria... E atualmente esta rede envolve a exaustão do trabalhador, as populações pauperizadas, a criança de rua, o trabalho feminino, a prostituição, o impacto da robotização de postos de trabalho... Situações/figuras que estão sob a mira de médicos, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, juízes, técnicos de planejamento familiar, enfermeiros, etc. Todos, direta ou indiretamente, compondo a rede de olhares que produz informação cada vez mais refinada de modo a instrumentalizar saberes mais específicos a demandarem conhecimento e habilidades próprias. As informações em saúde vêm evoluindo na tentativa de responderem a estas "*necessidades informacionais*".

Mas é importante destacar que também estão aí inclusas as "*necessidades informacionais em saúde*" forjadas nas experiências de luta de grupos populacionais que são os primeiros a experimentar no próprio corpo essa tecnologia de poder, como pacientes dos serviços de saúde, por exemplo. A *vontade de saber* também está presente neles e vem consubstanciando o saber histórico das lutas! As informações em saúde se constituem em "*tecnologia de dominação*" mas, paradoxalmente, podem se constituírem em "*tecnologia de libertação*": tecnologia de poder, mas também de transformação!

As informações em saúde são representações de uma realidade concreta: o corpo, do qual se procura extrair muito mais que as leis de sua fisiologia e/ou genética. De fato, há os saberes/poderes produzidos/construídos a partir de um olhar determinado sobre a "Saúde deste Corpo", instrumentalizados pelas informações em saúde, que vêm procurando demonstrar que a Saúde expressa os regimes que constróem/destroçam este corpo: ritmos e condições de trabalho, repouso e lazer, qualidade da alimentação, poluição ambiental, tipo de transporte de uso diário que lhe está disponível, moradia, nível de escolaridade... A partir dessas informações procura-se fazer ressurgir a própria história: i) deste indivíduo no que ele tem de único e ii) das populações, em sua luta pela sobrevivência, pelo respeito a vida humana, pela libertação, pela igualdade, pela fraternidade... Penso ser neste sentido que Nietzsche (1996) afirma: "Historicamente e fisiologicamente"...

Esta luta está inscrita em seus corpos e as informações em saúde podem se transformar em instrumento de um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se destende no campo das lutas singulares, nos acontecimentos diários onde está sempre presente o risco renovado da derrota, mas também da vitória. Não 'A Vitória', mas das pequenas vitórias que vão se conformando em uma miríade de acontecimentos de resistência e contrapoder entrelaçados. Nestes enfrentamentos o homem tece a sua história de vida, que fica marcada em seu corpo, em seu sistema nervoso, na sua digestão, ou em seu aparelho cardiovascular... Neste sentido, as informações em saúde podem ser a expressão destas lutas, resta querer ler em suas entrelinhas, desenvolver os códigos de decifração, construir o saber que irá interpretá-las desta perspectiva. A perspectiva dos pobres, da população que se vê reduzida a números sem rostos, que dizem muito pouco de seus sofrimentos singulares, de sua bravura cotidiana ao enfrentar as filas para serem atendidos pelo aparato de saúde - que não consegue atender minimamente ao dever constitucional de uma oferta de serviços de saúde compatível com as necessidades da população.

É assim que entende-se o significado da informação em saúde no atual contexto brasileiro: instrumentos que por mais que se sofisticem tecnologicamente, ainda obedecem à mesma racionalidade fundada no final do século XVIII. A questão central que se coloca é: Esta lógica já está completando dois séculos, por quanto tempo ela ainda se manterá hegemônica? No limiar do século XXI, não estará no momento de se avançar construindo alternativas que ultrapassem as corretas e importantes iniciativas de aperfeiçoamento das informações em saúde?

A começar por um compromisso por assumir que as informações em saúde sempre são fruto de uma determinada perspectiva. E não há porque temer ser assim, afinal todo saber é perspectivo, é histórico; que não se tente apagar o que pode revelar, neste saber, o lugar de onde se olha, o momento em que se está, os interesses que subjazem à produção do saber. O compromisso acima referido é expressão de uma responsabilidade para com a democratização das informações em saúde, que para se materializar pressupõe a explicitação de que as informações se constituem a partir de um olhar que sabe tanto de onde olha, quanto o que olha. Apesar de em seu discurso buscar a objetividade e a exatidão dos fatos, ao procurar "informar" sobre uma realidade (de nascimento, vida, doença e morte) que se constitui em um complexo de elementos múltiplos, distintos de

descontinuidades, que se atravessam e que nenhum poder de síntese domina definitivamente.

Nós, os profissionais de informações em saúde, não temos o exato e sereno conforto do controle objetivo sobre o que realmente se passa no complexo processo da Atenção à Saúde de um indivíduo e da população, por mais que melhorem a "acuidade" dos sistemas de informações. Ao contrário da tranquilidade, a vontade de saber conchama hoje em dia por experiências que assumam os limites, os perigos de uma pretensão ao conhecimento absoluto. É preciso aprender a lidar com a finitude do conhecimento e como parte deste, das limitações das redes de olhares sobre a dinâmica da vida. Pode parecer contraditório, uma vez que a base da argumentação aqui trabalhada é exatamente a intensidade dos dispositivos de controle que anseiam a totalidade vigilante. Mas não é, pois o que se quer destacar é a existência de uma dimensão pulsante, imprevisível, imponderável da vida que vem conseguindo se contrapor aos mais poderosos mecanismos de esquadramento e gestão da vida, um poder intrínseco de afirmar-se e de criar sempre possibilidades novas!

O importante é registrar que as informações em saúde são como uma caixa de ferramentas que serve a propósitos determinados. Se a atual conformação das informações em saúde não está servindo aos propósitos de um projeto democrático emancipador é preciso então mudá-la. Com mudanças que contemplem a amplitude deste mesmo projeto, indo para além de pequenos aperfeiçoamentos que deixam intocada a lógica hegemônica. É preciso criar fraturas, ranhuras, resistências... Mas a condição primeira é avançar na constatação de que as informações em saúde vêm se constituindo em um ponto denso de relações de um poder local e, ao mesmo tempo, lugar de registro e produção de saber, que se insere no bojo de uma política global do poder vigilante e que, até por isso mesmo, se constitui espaço de luta, de contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas. Foucault afirma que cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder, e que na hipótese deste trabalho, se encontra em cada um dos inúmeros pequenos focos que podem ser o gestor das informações de uma unidade ambulatorial, hospitalar, distrital, municipal... Cada nó da rede de olhares institucionalizado se constitui em observatório homogeneizador da multiplicidade humana, em busca da maior transparência da sociedade para o Estado.

É preciso antes de mais nada designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente, como aqui. Este esforço de identificação já constitui uma primeira frente de batalha na luta contra um poder vigilante que se quer totalizante, inquestionável, sutil,

quase inaparente - o que o torna mais potente! Fazer ver o que não se via de modo claro pode ser mudar de nível, se dirigir a um nível que até então não era valorizado: a questão das relações de poder que envolvem as informações em saúde não está dada somente em torno do seu acesso, mas antecede sua própria produção, está em seu vínculo, genealógico, com os dispositivos de um biopoder controlador. Pensar alternativas criativas a este *status quo* é o desafio. E, como diz Santos (1996), a promoção da criatividade da ação é uma tarefa crucial do tempo presente. Esta investigação não traz as respostas, mas, como parte da criatividade de uma ação informacional, identifica a necessidade do desenvolvimento de uma teoria que ajude a melhor (re)pensar a Informação em Saúde enquanto um campo temático complexo, ponto denso de relações de poder e produção de saber, pensamento e ação historicamente imbricados.

3.1. Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde

Como parte do esforço de buscar aprofundar o entendimento sobre as Informações em Saúde no Brasil, bem como sobre os marcos epistemológicos e referenciais metodológicos imersos na construção deste campo temático, se realizou um levantamento da bibliografia produzida no Brasil de 1980 a 1997. Os estudos preliminares indicaram a necessidade deste trabalho, uma vez que a produção neste campo temático (ainda em sua maior parte não convencional) encontra-se esparsa, fragmentada e pouco sistematizada, dificultando sua recuperação para análise e consulta. Uma das explicações para tal realidade é que a "Informação em Saúde" no Brasil é um campo específico de estudos e de atuação relativamente recente, a requerer o fomento de mecanismos de incentivo, divulgação e troca de experiências. Outro elemento explicativo, que pode estar subjacente a uma certa dispersão em sua produção, é seu próprio caráter interdisciplinar, constituindo-se em um espaço onde as Ciências da Informação e da Saúde se encontram na busca de uma circulação comunicativa entre saberes e práticas.

Outra hipótese que pode ser levantada refere-se ao fato de que há um significativo desenvolvimento de tecnologias informacionais aplicadas à Saúde ocorrendo no âmbito das instituições prestadoras de serviços de saúde, que não possui em sua *práxis* mecanismos que organizem e preservem esse acervo. Perde-se, assim, parte importante do conhecimento que se produz em informação em saúde no Brasil.

Assim, ao lado do objetivo de fornecer subsídios ao processo de estruturação conceitual e metodológica do campo temático 'Informação em Saúde' a partir do estudo de sua produção, apresenta-se também a preocupação por organizar esta produção de modo a i) agilizar sua disseminação, recuperação, facilitando a busca da referência bibliográfica/documental necessária e relevante, bem como ii) contribuir para a preservação de sua memória.

O universo do levantamento refere-se aos documentos convencionais e não-convencionais produzidos por autores brasileiros (de 1980 a 1997) que versem sobre tecnologias/saberes relacionados a todos os aspectos da Informação aplicados ao campo da Saúde Pública, Gestão da Saúde e/ou Saúde Coletiva. Procurou-se contemplar os diferentes modos de abordar as Tecnologias de Informações em Saúde no Brasil. Assim, estão incluídos os documentos nos quais os autores se referem *explicitamente* às informações em saúde, apresentando: i) inovações tecnológicas; ii) visões críticas em relação aos SIS existentes; iii) análise sobre as práticas informacionais em geral que se aplicam à Saúde; e iv) reflexões sobre o acesso social às tecnologias de informações.

Sabendo-se que a produção neste campo se constitui, em sua maior parte, de documentos como relatórios, projetos de pesquisa, programas de trabalho, diagnósticos de situação, relato de experiências e etc., optou-se por ampliar esta primeira etapa de coleta de material. Assim, além de contar com a participação da equipe técnica do Centro de Documentação da ENSP, foram enviadas cerca de 300 cartas solicitando colaboração no envio de material e/ou referências para inclusão no acervo. As cartas foram enviadas para todas as regiões brasileiras, sendo distribuídas às Universidades, Centros de Pesquisas, Secretarias Estaduais, Municipais, Centros de Saúde, Organizações Não-Governamentais, etc. Pensando em alcançar a maior abrangência possível e, na construção de um trabalho coletivo, buscou-se outros parceiros para esta etapa: a CONCURD/ENSP/FIOCRUZ - Coordenação Nacional de Cursos Descentralizados; o CD-SILOS - Centro de Documentação/UFBa e a Rede UNIIDA/Brasil.

Os congressos brasileiros vêm se constituindo em um espaço privilegiado de troca e circulação de conhecimento. Assim, também foram consultados os trabalhos apresentados em todos os Congressos Brasileiros de Saúde Coletiva (I, II, III, IV e V), de Epidemiologia (I, II e III) e Ciências Sociais em Saúde (I e I Encontro Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde - 1993). Para tal, procedeu-se à leitura de 5.503 resumos de trabalhos, apresentados

nos diferentes Congressos, selecionando-se aqueles relacionados à Informação em Saúde. Encontram-se já catalogados na base de dados 703 textos.

A segunda etapa se refere à definição dos blocos temáticos e respectivos descritores procurando organizar o acervo coletado. Neste processo tentou-se diminuir a fragmentação conceitual que se apresenta em uma primeira aproximação ao material levantado. Deste modo procurou-se incorporar aos Blocos Temáticos, conceitos e descritores de maior abrangência, interdisciplinares e já inseridos na linguagem técnica rotineira, tentando, assim, reconstruir o campo da 'Informação em Saúde' no interior mesmo da *práxis* de informações e de saúde. Para tal, elaborou-se uma Lista Preliminar submetida a *Grupo de Experts*, buscando a validação da proposta classificatória da produção brasileira. Esta etapa é de importância crucial para o alcance das finalidades básicas deste levantamento, pois a partir desta classificação é feita a indexação do acervo levantado, o que permite sua análise e a recuperação de qualquer um dos documentos selecionados. Estas preocupações impõem que o panorama temático proposto reflita mais o ponto de vista dos profissionais de saúde (acadêmicos ou prestadores de serviços) do que dos profissionais treinados para a aplicação de técnicas documentais, ou seja, não utilizando *tesauros* pré-definidos, mas procurando manter coerência lógica com os saberes norteadores de organização do conhecimento.

Estes referenciais indicaram que a composição do *Grupo de Experts* (GE) devesse contemplar especialistas das Ciências da Saúde (envolvendo tanto a perspectiva da pesquisa e docência quanto a dos serviços de saúde) e especialistas das Ciências da Informação (CI), abrangendo tanto a epistemologia da CI e a organização do conhecimento, quanto a experiência de participar da produção e disseminação de informações em uma agência governamental. Assim, o referido GE foi composto por 9 especialistas que, a partir de seus pareceres sobre a Lista Preliminar, definiram a Lista Classificatória por Blocos Temáticos e Descritores utilizada, já na terceira etapa do trabalho. Esta (3ª etapa: classificação e resumo de cada documento levantado) constitui-se na organização do acervo de acordo com a referida lista a partir do conteúdo considerado principal. Em seguida, identificam-se subtemas, explicitando-os como conteúdos também presentes no documento, indexando segundo os outros descritores temáticos.

A quarta etapa se refere à análise deste material levantado e já organizado. Porém, antes de avançar, é importante que se apresentem algumas advertências. O que está aqui

exposto corresponde apenas a uma análise meramente descritiva, procurando uma primeira aproximação acerca da direcionalidade do pensamento sobre Informações em Saúde, em uma visão panorâmica da área. As dificuldades encontradas não foram poucas, o que não só reforçou as hipóteses prévias, como acabaram por transformar esta tarefa em um projeto que extrapola o tempo permitido para elaboração da presente investigação. Assim, aqui são apresentados os resultados que indicam macrotendências, estudos mais refinados devem ficar para posterior trabalho de elaboração de uma possível Bibliografia Comentada da Produção de Conhecimento sobre Informação em Saúde.

Outro aspecto a ser mencionado é que em nenhum momento houve pretensão de esgotar o tema, tendo a certeza da impossibilidade de acesso a tudo. É, pois, com a consciência da parcialidade que se optou por uma das várias organizações possíveis, um dos vários enfoques, um entre vários caminhos que se pode trilhar. Assim, é importante reafirmar que não está coberta (e nem poderia) toda a produção do conhecimento sobre informações em saúde no Brasil. A busca ativa de material não cobriu todas as áreas de atividades e produção que certamente seriam fontes interessantes de documentos. O processo de organização do conhecimento implícito na atividade de classificação e análise dos documentos resultou em um exercício de delimitação temática que, pela própria complexidade do objeto de estudo, remete, como primeira conclusão da análise, à necessidade de aprofundamento do debate sobre os marcos epistemológicos e referenciais imersos na construção deste campo.

A Tabela 1 apresenta a evolução no tempo da produção sobre informações em saúde. Considerando 1980 como marco inicial, constata-se um aumento, ao longo dos anos, tanto de espaços de maior visibilidade (ao se analisar os Congressos) quanto do crescimento quantitativo da produção. Este aumento reflete avanços tecnológicos, inovações, ampliação da relevância política e social da questão da informação em saúde?

Tabela 1

**Distribuição Temporal da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde
Brasil - 1980 - 1997.**

Período	Quantidade	Percentual
1980 - 1985	28	4%
1986 - 1990	155	22%
1991 - 1997	485	69%
s.d.	35	5%
Total	703	100,0%

Em relação à distribuição espacial (Tabela 2), observa-se que a maioria dos documentos foi produzida na região sudeste (46%). A região nordeste (23%) surpreende ao vir a seguir, superando a região sul (12%). Quanto ao tipo do material, a hipótese do predomínio de documento não convencional se confirmou largamente (Tabela 3).

Tabela 2

**Distribuição Espacial da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde
Brasil - 1980 - 1997**

Período	Quantidade	Percentual
Norte	-	-
Nordeste	160	23%
Centro-Oeste	34	5%
Sudeste	327	46%
Sul	86	12%
sem referência	96	14%
Total	703	100,0%

Tabela 3

Distribuição da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde segundo o Tipo de Material - Brasil - 1980 - 1997.

Tipo de Material	Quantidade	Percentual
artigos e periódicos	118	17%
livros	8	1%
trab.apres.Congressos	376	53%
Doctos. não convencionais	201	29%
Total	703	100,0%

A tabela 4 apresenta a distribuição da produção de acordo com os blocos temáticos definidos. No bloco I. *Conceitos e Marcos Referenciais* estão incluídos textos que tratam de aspectos teóricos e epistemológicos na área da Saúde, ou seja, que trazem contribuições para um processo de delineamento do campo temático da Informação em Saúde. O bloco II. *Gestão da Informação em Saúde* concentra o maior quantitativo, incluindo-se aí os textos que indicam preocupações com aspectos de eficiência das atividades informacionais inerentes à produção, processamento, análise, armazenamento, disseminação e gerência compondo um todo operacional-metodológico. No Bloco III. *Sistemas/Bases Oficiais de Informações em Saúde* estão incluídos os textos que discutem sistemas específicos existentes em nível nacional concentrados na prática diuturna de seu funcionamento. Os documentos que apresentam reflexões sobre programas e/ou ações específicas de atenção à saúde, como por exemplo Atenção à Criança, à Mulher, Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica, estão classificados no Bloco IV. *Informação para Ações de Saúde*. Já o Bloco V. *Produção da Informação para Gestão à Saúde* contempla as experiências que enfatizam o uso da informação no processo de gestão e descentralização da saúde. O bloco VI. *Democratização da Informação* inclui os textos que analisam as relações entre a informação em saúde e democracia e suas repercussões para um projeto de ampliação do controle social. No bloco VII. *Informação e Política Governamental* estão contemplados os documentos que discutem as questões relativas a Políticas de Estado, aí incluídas a Política de Informação e Informática, por exemplo. Por fim, o bloco VIII. *Informação em Saúde e outras áreas de conhecimento* se refere aos textos que tangenciam outras áreas, tais como: comunicação, demografia, estatística.

Procurou-se, com o conjunto dos blocos temáticos, compor um todo temático que contemple um plano técnico assentado sobre um plano político. Ambos referenciados por princípios democráticos e marcos teóricos-conceituais.

Tabela IV
Distribuição da Produção do Conhecimento sobre Informações em Saúde segundo
Blocos Temáticos Definidos. Brasil - 1980 - 1997.

Blocos Temáticos	Quantidade	Percentual
I. Conceitos e Marcos Referenciais	09	2,8%
II. Gestão da Informação em Saúde	151	46,0%
III. Sistemas/Bases Oficiais de Informações em Saúde	32	9,7%
IV. Informação para Ações de Saúde	42	12,8%
V. Produção da Informação para Gestão à Saúde	31	9,5%
VI. Democratização da Informação	12	3,7%
VII. Informação e Política Governamental	32	9,7%
VIII. Informação em Saúde	19	5,8%
TOTAL	328*	100,0%

*** Os 375 textos que faltam para os 703 referem-se ao material que ainda não foi classificado**

O Bloco que se destaca em termos quantitativos é o II. *Gestão da Informação em Saúde*. Observa-se que na maioria dos blocos temáticos há uma preocupação, mais ou menos explicitada, com uma 'intervenção no mundo real', encontrando-se muitas menções à Informação em Saúde como uma 'prática'. Daí, talvez, poder-se afirmar que a construção deste campo temático depende das práticas informacionais (para onde se olha) e do plano do conhecimento adotado (de onde se olha). A análise parece indicar a existência de uma multiplicidade de abordagens que vêm procurando dar conta dos "desafios informacionais". Uma macro-análise do material coletado permite identificar duas visões, sem que uma seja considerada "superior" à outra: (i) onde a Informação em Saúde vem sendo trabalhada como registro em uma base de dados, onde a informação é algo mensurável a ser trabalhado e utilizado pelas mais avançadas metodologias e ferramentas, e (ii) onde incorporam-se às práticas, as ações inerentes a um processo mental, que se dá quando a informação se realiza de fato, ou seja, quando o pólo "receptor" contextualiza a

informação recebida, a partir de sua própria vivência, tornando-se interlocutor no processo informacional.

Em uma leitura mais detida dos resumos dos trabalhos, observa-se o caráter de complementariedade existente entre as visões e abordagens utilizadas. Sem este entendimento, corre-se o risco de não alcançar a complexa dinâmica existente nos processos informacionais em andamento no país. A depender de onde se coloca (de onde se “olha” a informação), a adoção de uma das visões citadas pode oferecer o instrumental necessário, mas seguramente não é suficiente para a compreensão das relações das redes conceituais existentes entre estas diferentes abordagens, que vêm tentando suprir as lacunas que se apresentam, no caso de autores que adotam apenas uma das abordagens.

Esta análise panorâmica da produção brasileira sobre Informação em Saúde, no universo definido, estimula a afirmação de que os processos informacionais em Saúde, em suas diferentes visões, vêm se constituindo na matéria-prima de um campo temático dotado de uma unicidade complexa enquanto expressão (representação) da complexidade crescente dos modos atuais de viver. As diferentes abordagens coexistem e dialogam entre si através de ações produzidas em conjunto e de uma produção científica e tecnológica cada vez mais intensa. Estes espaços amplos de interlocuções sugerem que há uma base comum entre elas, sem que nenhuma procure negar, desqualificar ou mesmo subordinar a outra. Suas diferenças e aproximações podem ser vistas como esforços criativos de produção de saberes, que buscam superar enfoques incompletos, abordagens restritas que empobrecem a dimensão caleidoscópica, fractal, complexa das ações informacionais em saúde.

De fato, esta vinculação crescente com ações voltadas para uma intervenção no mundo real estabelece um papel estratégico fundamental para o saber sobre informações em saúde nos dias atuais, na medida em que, para além de suas implicações e contribuições tecnológicas, este saber vem adquirindo uma dimensão social, política e econômica crescente, no processo de avanço democrático das relações humanas. Por outro lado, o caráter pragmático deste campo temático acarreta problemas de natureza epistemológica que dificultam explicitações conceituais e teóricas acerca de seus marcos referenciais. Às vezes, observa-se que a tentativa de superação destas questões vem sendo exercitada a partir de uma perspectiva interdisciplinar, na busca de um discurso unificador. Mas, mesmo este esforço, não vem dando conta de responder a tantos problemas que a vida

contemporânea vem colocando para um campo tão amplo, quanto o de um objeto que vai sendo construído pelos saberes humanos sobre o processo de nascimento, vida e morte: a Informação em Saúde. No entanto, vale destacar que, apesar deste caráter pragmático estar inscrito em sua própria história constitutiva, não se pode aceitar posturas empobrecedoras que reneguem a teoria, ou superestimem a prática, enquanto elementos diferenciados e não (re)elaborados teoricamente .

Na realidade, a análise dos trabalhos evidenciou, enquanto característica constitutiva e epistemológica do campo da Informação em Saúde, uma tendência por contemplar uma diversidade conceitual e metodológica que vem coexistindo em um processo dinâmico de busca de seu próprio reconhecimento, procurando desenvolver-se científica e tecnologicamente de modo a responder aos desafios colocados pela sociedade contemporânea. Fica patente a necessidade de aprofundar as reflexões na construção de marcos teóricos que ajudem a melhor entender a Informação em Saúde enquanto um campo temático complexo, espaço de exercício de poder e produção de saberes, ação e pensamento historicamente imbricados.

CAPÍTULO III - POR UM NOVO MODO DE GERIR A INFORMAÇÃO
EM SAÚDE: O OLHAR POLÍTICO

"Não se pode esquecer que a história é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna. Porque ela não é eterna. Ela muda as faces, muda as exigências. E pode se converter num abismo e afogar aqueles que não perceberem que é momento de mudar de rumo."

- Florestan Fernandes -
(1995)

Esta investigação vem construindo seu referencial a partir do entendimento, por um lado, de que as informações em saúde vêm se constituindo enquanto parte dos dispositivos de um poder vigilante sobre a gestão da vida, impregnada pela racionalidade subjacente ao pensamento clínico anátomo-patológico, representando a ampliação do "olhar do médico sobre o corpo" para o "olhar dos aparelhos de Estado agora sobre os corpos (sexo, idade, órgãos, diagnósticos, fertilidade, estado civil, nível educacional, tipo de moradia e etc). do conjunto da população." "Olhares" que se institucionalizam através de uma rede complexa e fractal de coleta e produção de informações voltada para atender aos diferentes interesses das instituições governamentais, constituída a partir de relações de poder e produção de saber. Por outro lado, a partir do pensamento de que as informações em saúde vêm se caracterizando enquanto um campo temático, interdisciplinar, estratégico, de lutas que se processam em função de interesses em disputas por modelos de gestão destas informações. Estas se tornaram artefatos que se realizam em contextos de interlocuções e interpretações contínuas, como resultado da ação de uma gestão institucional das práticas informacionais em saúde.

Neste capítulo, discutem-se propostas e questões que em sua abrangência, tomadas em conjunto, podem significar um novo modo de gestão da informação em saúde. Propostas e reflexões que dizem respeito às práticas de produção, transferência e aquisição/utilização da informação em saúde.

Cabe destacar, entretanto, que não se pretende englobar a totalidade das questões necessárias a um novo modo de gerir a informação. Ao contrário, são trazidos para o

embate de idéias apenas alguns aspectos de problemas multifacetados e complexos. Até porque se trabalha, conforme já explicitado, com o entendimento de que a questão das informações em saúde vem se constituindo em um *continuum* devir, permanentemente (re)colocando novas facetas e desafios a demandarem diferentes propostas em um mundo complexo.

As reflexões e propostas apresentadas neste capítulo se referem, em geral, à dimensão nacional da gestão da informação em saúde, tendo como eixo norteador a seguinte preocupação: Qual a informação necessária e suficiente (?) para que o Homem, no limiar do terceiro milênio, se perceba (se construa) como sujeito de sua história e subjacente a esta condição, como sujeito informacional? Não se trata, propriamente, de responder a esta questão, até porque sua resposta é plena de mutações diárias que se dão no próprio avanço de um processo democrático, na medida em que amplia-se a agenda de direitos e deveres de cidadania em um projeto nacional de país mais igualitário e justo social, econômica e politicamente - o que inclui informacionalmente. Na verdade, a pergunta explicitada serve de referência para delimitar os aspectos da problematização (gestão das informações em saúde) que trazem inquietações. Indica o caminho que está suscitando um tratamento investigativo como desafio à Ciência, pela necessidade de um instrumental científico (por excelência caleidoscópico) que permita estudar processos informacionais que são representações em uma unicidade multifacetada, de uma realidade que se configura crescentemente complexa.

Antes de se avançar é preciso esclarecer que as propostas apresentadas não são todas necessariamente originais, ou mesmo que representam o pensamento de consenso entre a maioria dos autores e profissionais que lidam com a informação em saúde. Não é esta a questão mais importante segundo a visão aqui trabalhada. A contribuição que se pretende, orbita no campo da sistematização de propostas advindas de diferentes contextos e níveis de gestão institucional da informação em saúde. Busca-se organizá-las de acordo com grandes princípios norteadores para uma Política Nacional de Informações, em geral e não apenas para as chamadas Informações em Saúde.

Como referencial, utilizam-se os Princípios e Propostas contidas no documento "Informação para uma Sociedade Democrática: por uma Política Nacional de Produção e Disseminação de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais", elaborado por 9 sociedades científicas (ABRASCO - Saúde Coletiva, ABE - Estatística, ANPEC -

Economia, ANPOCS - Ciências Sociais, ANPEGE - Geografia, ANPUR - Planejamento Urbano, SBC - Cartografia, SBEB - Engenharia Biomédica) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Este amplo movimento de articulação confluiu para a organização do I Fórum Nacional de Usuários de Informações, no âmbito da III Conferência Nacional de Geografia e IV Conferência Nacional de Estatística, promovidas pelo IBGE, em maio de 1996. As conclusões do Fórum representam etapa importante de um processo longo de negociações entre as sociedades científicas envolvidas, cada uma sendo "porta voz" de "olhares" específicos de campos de saberes tão diferenciados, mas todas convictas da necessidade de ampliar e aprofundar o debate voltado para um novo pacto em torno da definição de uma Política Nacional de Informações (PNI), para que o país expresse um novo modo de gerir a Informação. Como desdobramento do Fórum, iniciou-se um processo de articulação com a SBPC para a constituição de Grupo Técnico, sob sua coordenação, que se encontra em andamento, envolvendo os representantes das sociedades científicas comprometidas com este processo, objetivando estudos que apontem alternativas de constituição de uma Comissão Nacional de Informações.

A opção por trabalhar Princípios e Propostas já objetos de discussão, válidos para a gestão institucional das ações informacionais no seu todo, representa, por um lado, o esforço por manter a reflexão intelectual no âmbito do jogo político em construção no mundo real da informação, ou seja, dentro dos limites já delimitados por atores sociais (sociedades científicas) que se percebem como sujeitos informacionais. Por outro, exemplifica o quanto o (re)pensar das informações em saúde está imerso no próprio processo de uma nova Gestão de Informações para o país. Trata-se de uma rede complexa de relações de poder e produção de saberes que se expressam nos dispositivos de governo em suas diferentes Políticas Públicas e nas redes conceituais e paradigmáticas que se desenvolvem.

Assim, nem sempre fica claro o limite entre uma proposta específica para as informações em saúde (no âmbito do recorte desta investigação) e aquela para as informações em geral. Afinal, as informações em saúde estão imersas no universo das informações governamentais, enquanto parte dos dispositivos de um poder vigilante.

1. INFORMAÇÃO: DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO

*"A Grande Saúde - Nós, os novos, os sem-nome, os difíceis de entender; nós, os nascidos cedo de um futuro ainda indemonstrado - nós precisamos, para um novo fim, também de um **novo meio**, ou seja, de uma nova saúde, de uma saúde mais forte, mais engenhosa, mais tenaz, mais temerária, mais alegre, do que todas as saúdes que houve até agora. (...) E agora, depois de por muito tempo estarmos a caminho dessa forma, nós, **argonautas do ideal**, mais corajosos talvez do que prudentes, e muitas vezes naufragados e danificados, mas, como foi dito, mais sadios do que gostaríamos de nos permitir, perigosamente sadios, sempre sadios outra vez - quer-nos parecer que, em recompensa por isso, temos diante de nós uma terra ainda inexplorada, cujos limites ninguém mediu ainda, um além de todas as terras e rincões do ideal conhecidos até agora, um mundo tão abundante em coisas belas, estranhas, problemáticas, terríveis e divinas, que nossa curiosidade assim como nossa sede de posse, ficam fora de si - ai, que doravante nada mais nos pode saciar!"*

- Friedrich Nietzsche -

A Gaia Ciência

livro V - Nós, os Sem Medo

(1886)

Enfim, feitas as ressalvas preliminares necessárias, apresenta-se a seguir o que pode ser considerada como *a proposta mater*, a partir da qual as demais emanam. Ou, se preferirem, *a proposta síntese*, para a qual todas confluem.

A fórmula historicamente desenvolvida enquanto modelo primordial de gerir institucionalmente as informações governamentais está impregnada de tal modo na *práxis* informacional que parece ter sido adotada como se fora um *imperativo categórico* (Kant), um juízo sintético *a priori* a reger as ações informacionais. Trata-se da seguinte: O **Estado** tem o **direito** de perguntar aos indivíduos sobre as mais diferentes facetas da dimensão humana (e assim ir organizando as bases informacionais governamentais) e o **indivíduo**

tem o **dever** de responder. A *proposta mater* (ou *proposta síntese*) é inverter esta fórmula, que passa a ser: O **Estado** tem o **dever** de informar à **população** e ao **cidadão** e estes tem o **direito** de não só serem informados, mas também de perguntarem ao Estado e participarem do processo de formulação das perguntas que o Estado faça.

Como exposto no Capítulo I, desde o fim do século XVIII e início do século XIX se estabeleceu uma relação não recíproca entre o médico, aquele que olha, observa, registra e prescreve, pois é “o que sabe”, e o paciente - aquele que é objeto de observação, que apenas responde às perguntas orientadas pelo saber médico, afinal, ele é “o que não sabe”. Ao ampliarem-se estas relações, institucionalizando-as, quando o Estado passa a ser aquele que observa e pergunta e a população (os indivíduos) aquela que é observada e responde, permanece a racionalidade de não reciprocidade e passividade entre dois pólos de interlocuções e interpretações. É esta racionalidade genealógica que se propõe seja superada ao se inverter a fórmula, em um processo de lutas negociadas inerentes ao projeto de democratização do Brasil.

Em uma sociedade como a brasileira, na qual o processo de construção da democracia ainda permanece em contínuo devir, é condição *sine qua non* a definição da informação como um dever de Estado e como um direito enquanto demanda de cidadania. Em 1983, a UNESCO assume que o direito à informação é um dos aspectos inerentes aos direitos humanos, como valor ético universal: “*O direito à informação constitui um prolongamento lógico do processo constante em direção à liberdade e à democracia.*” O direito de todos à informação é tão prioritário quanto o direito à alimentação, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, etc. Entretanto, o direito à informação tem caído no *ranking* das prioridades humanas dos brasileiros, superados pelos impactos que representam a fome, o analfabetismo, a violência, a miséria, a doença... E este direito não se restringe à questão da acessibilidade.

O acesso à informação é fundamental e necessário, mas não suficiente para um novo modo de gerir a informação face seu significado nas sociedades contemporâneas, uma vez que a fórmula, historicamente instituída, em essência não se altera. Ampliam-se as estratégias de difusão da informação, mas não se democratizam as relações de poder e produção de saber implícitas em sua gestão, que permanecem “nas mãos” dos que “entendem”, dos que “sabem”, dos “técnicos”. Uma questão política que é tratada politicamente como sendo “técnica”, alijando atores sociais do processo de formulação de

políticas de Estado - Estado ainda não informacionalmente democrático.

Por que afirmo que o Estado brasileiro ainda não é informacionalmente democrático? Porque não se consolidou o conceito de *sujeito informacional*, político e histórico, nas relações de poder da *práxis* informacional, principalmente naquele que vai fazer uso da informação. Gonzáles de Gómez (1994:147) lembra que a posição *sujeito* é preenchida por um constructo que antecipa e substitui o receptor, que seria o equivalente ao *usuário* das redes e sistemas/bases de informações ou ao *cliente* dos produtos e serviços comercializados pela crescente indústria da informação: “*A elisão do sujeito acompanha à reificação da informação*”. A autora (1994:144) afirma que a informação gerada pelo governo ou em mãos do governo é tratada como *coisa*, sujeita às condições de formação e transferência dos estoques patrimoniais, onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador e uma institucionalização fraca e descontínua das ações de informação em todos os planos organizacionais. Entretanto, o Estado é sempre agente privilegiado de recepção e emissão de informação. “*Antes que a transparência do Estado para a sociedade ou para ele mesmo, constitui-se a transparência da sociedade para o Estado.*” O “olhar” do Estado sobre a sociedade!

Inverter a fórmula historicamente instituída, conforme proposto, implica, dentre outras: (i) ter acesso às informações sobre a sociedade coletadas pelo Estado; (ii) tornar o Estado transparente para a sociedade em seus diferente dispositivos; mas também implica em ir mais além, (iii) em direção ao direito de participar do próprio processo de gestão institucional da informação, na própria meta-informação - enquanto dever de Estado e direito inerente ao estatuto de cidadania, ou seja, como sujeito político-histórico - sujeito informacional, ampliando, assim, os espaços de democratização das relações de poder e produção de saber em disputas, no interior deste próprio Estado.

“*Talvez a condição mais premente da democracia, aquela que incide nas anteriores (...) seja a questão da informação. Seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua **possibilidade de nelas intervir** como produto do saber.*” (Chauí, 1993:146)

O problema do avanço da democracia, com igualdade entre os homens e justiça social, não se resume à informação, mas necessariamente passa por ela. Esta linha de entendimento coloca a questão do acesso e uso das informações e da participação na definição da meta-informação como um dos pontos centrais na discussão da democracia de uma sociedade: tanto da perspectiva da democratização das informações quanto da perspectiva de informações democratizantes, como lados de uma mesma moeda.

No Brasil, a democracia ainda não permeia efetivamente a totalidade da vida societária e da *práxis* institucional, principalmente no que tange às práticas informacionais. Nestas, há regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar. Interdições sutis, geralmente referenciadas ao discurso dos especialistas (os que sabem) frente aos que não sabem (o restante da população: a massa). Assim, esta é a fórmula, trabalhada criticamente por Chauí(1993:147), como aquela que rege o processo de informação:

“Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sob qualquer circunstância.”

Daí porque a socialização dos conhecimentos científicos, gerenciais e tecnológicos, por exemplo, sobre as vinculações sociais, sobre as causas das doenças ainda hoje encontra obstáculos precisos, quer na mídia em geral, quer na política e organização das instituições sanitárias, como nos Conselhos de Saúde, em seus diferentes níveis. Afinal, por que os jornais não publicam informações que indiquem a evolução do quadro sanitário de uma população de modo permanente, como fazem com indicadores econômicos e financeiros mensais?

Para que a informação seja efetivamente instrumento em um processo de democracia voltada para a emancipação dos membros de uma sociedade é pressuposto básico a superação dialética do atual *modus faciendi* informacional. Pressupõe a adoção de uma ruptura com a racionalidade hegemônica deflagrada, em diferentes e multifacetados espaços de disputas de poder e produção de saber, por sujeitos sociais que se constituem em sujeitos informacionais cômicos de seus direitos, não apenas de acesso à informação coletada e processada pelo Estado, mas também, e fundamentalmente, de participar da gestão informacional e exigir a transparência também do Estado.

2. POLÍTICA (NACIONAL) DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE

"Aqueles que jogam videogames e deixam sua sensibilidade e ética de lado enquanto brincam com a exterminação fictícia na tela iluminada de vídeo, militarizando seu tempo livre, se comportarão da mesma maneira na mesma sociedade que contemple assassinato em massa como inevitável, cadáveres como estatísticas, quarenta milhões de mortos como vitória."

- Ariel Dorfman -

Evil Otto and Other Nuclear Disasters

Village Voices - 15/06/82

Foucault não se enreda na ilusão (própria da razão) de dizer o que deve ser o poder, mas sim, se dedica a pensar um contrapoder permanente. Este é o eixo norteador do pensamento desenvolvido nesta investigação. Como se pode alargar os espaços de um contrapoder, de forma contínua, no que diz respeito a este espaço estratégico de luta - de relações de poder e produção de saber - que se constitui a *informação em saúde*? Que mecanismos de gestão da informação em saúde vêm sendo arquitetados? A direcionalidade da atual Política de Informações em Saúde vem se dando a partir de qual racionalidade e interesses?

Não é somente uma questão de denúncia e vigilância em relação às práticas efetivas do poder, já que estas são tarefas de responsabilidade de todos os cidadãos. Busca-se contribuir para um melhor entendimento deste campo temático (informação em saúde): (i) ao analisar a genealogia da racionalidade a qual obedece, (ii) ao procurar desvendar seus diferentes significados, e (iii) ao pensar mecanismos democráticos de gestão da informação em saúde que ampliem as possibilidades de interlocuções entre *sujeitos informacionais* em um processo onde haja espaço para uma expressão mais explícita de um contrapoder dinâmico, positivo e criativo: política informacional democratizante e democratizada. Este último constitui o objeto mais específico de reflexão desta etapa do projeto investigativo.

Em sua obra, Foucault desenvolve a tese de constituição, a partir do século XVII, do

Estado de polícia: um Estado que aumenta seu poder na medida em que “cuida”, de modo minucioso e organizado, da vida de seus habitantes. Gerir a população em profundidade, no detalhe, com a implantação de técnicas de vigilância no quadro do aparelho de Estado, eis a matriz da razão política moderna que se prolonga até os dias atuais, onde as informações continuam com sua função de instrumentos para um "rastreamento" cada vez mais ampliado do indivíduo e da população.

É um tipo de funcionamento do Estado em que o poder pode se exercer pelo fato de que “as coisas serão sabidas” e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo: complexa e múltipla rede de registros contínuos, tão universais quanto possível politicamente e factível tecnicamente. Factibilidade em muito ampliada atualmente com os avanços tecnológicos da micro-eletrônica onde crescem as possibilidades de armazenamento e de agilidade de processamento da informação.

Retoma-se, aqui, um dos grandes paradoxos vividos pelos gestores de informações em sua (nossa!) ânsia de ampliar e melhorar as bases de informações (os estoques informacionais) sobre as condições de vida das populações. Paradoxo fundamental: quanto maior transparência da sociedade para o Estado, maior dominação! É o poder exercendo-se por transparências, de uma dominação por “iluminação” de tudo que possa impedir a total visibilidade das coisas, das pessoas, das “verdades”.

Para se contrapor a este poder, Foucault critica um certo “discurso revolucionário” quando este reduz o poder a uma violência de classe o que implica simplificar em demasia “*o campo múltiplo, instável, heterogêneo dos conflitos que atravessam a sociedade*” (Senellart, 1995:2) e por confundir poder e violência. Censura, também, o pensamento individualista liberal que define o indivíduo, seus interesses e seus direitos como puro limite da ação do Estado, negando assim o fato de que o indivíduo faz parte da própria história deste Estado. “*O indivíduo não é anterior ao Estado. Ele é o produto das técnicas individualizantes do “governo”*” (Senellart, 1995:2). E discorda de uma certa postura “libertária” que rejeita a Política em nome de uma espontaneidade sem entraves ou de uma alteridade radical, pois, como já exposto, em Foucault não há exterioridade em relação ao poder. “*Sempre se está preso em suas “malhas”, (...) implicado em seu jogo, o que não significa ser seu prisioneiro. É inútil opor à razão política, uma maneira de pensar não política.*” (Senellart, 1995:2)

A esperança - força matriz do agir político - está na criação de novas condutas, no estabelecimento de estratégias globais, solidárias umas com as outras, que associem, em um mesmo movimento: (i) o mais profundo entendimento crítico do presente vivenciado, (ii) a resistência criativa e contínua ao poder e (iii) a constituição de si (ética do cuidado de si, ética política) - a constituição enquanto sujeito histórico e político, o que implica a constituição de cidadãos cômicos de sua condição de sujeitos informacionais.

Entender as críticas que Foucault desenvolve bem como as alternativas que apresenta para se contrapor ao poder (sumariamente expostas acima), constitui etapa da maior relevância para se pensar a questão de uma “política de informações” no âmbito do Estado contemporâneo. Esta linha de raciocínio liga-se à análise foucaultniana de uma “*reflexão crítica sobre a prática governamental*”, quando introduz a idéia de *governamentalidade* (Foucault, 1982:277-293). Noção importante para ampliar o entendimento sobre o sentido político das informações em saúde, pois emerge da necessidade de gerir a população (biopoder) e do subsequente desenvolvimento de dispositivos de vigilância (dentre estes, uma poderosa rede de informações) e de um conjunto de saberes (dentre os quais, os saberes informacionais).

A “arte de governar” se constitui a partir de práticas múltiplas na medida em que forja uma rede complexa de poderes, onde muitos podem governar: “... *pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado; multiplicidade e imanência que se opõem radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel.*” (Foucault, 1982:280). Daí ser estratégico todo e qualquer lócus possível de resistência ao poder; todas as experiências criativas de novos olhares, novas metodologias de tratamento da informação, de disseminação que ocorram quer no nível local, municipal, estadual e/ou federal, no âmbito do executivo, legislativo ou judiciário, quer ações e produção de saberes oriundos das ONG e/ou outras sujeitos informacionais: toda esta miríade de conquistas ou fracassos estão imersos naquele mesmo movimento que associa estratégias globais (i) de diagnóstico da situação atual das informações em saúde; (ii) de resistência ao poder da racionalidade organizativa, característica da história das informações em saúde e (iii) a constituição de si - estratégias que contribuam para a emancipação de sujeitos históricos (o que inclui serem sujeitos informacionais).

A partir do século XVIII, governar um Estado passa a ser uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família, enquanto continuidade do governo da

família; economia política onde falar de governo econômico é uma noção tautológica, “*visto que a arte de governar é precisamente a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia. (...) A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo [governar adequadamente a família]; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história.*” (Foucault, 1982:282)

Se antes (da Idade Média até o século XVI) o território é o elemento fundamental sobre o qual se exerce o poder; nos séculos XVII e XVIII passa-se a governar os homens em suas relações com coisas que são as riquezas, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, os hábitos, as formas de agir e pensar, as desgraças como a fome, a epidemia, as mortes, os nascimentos, etc. Governar passa a ser uma gestão geral da vida dos homens, não para conduzi-la ao bem comum, mas sim a um objeto adequado a cada uma das coisas a governar: pluralidade de fins específicos. Para atingi-los, deve-se **dispor** as coisas como táticas de intensificação dos processos que dirige, como forma de procurar a perfeição. Neste caso, os instrumentos de governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas de ação: dispositivos de governo. (Foucault, 1982)

Esta teoria da arte de governar, que aparece ainda no século XVI, expressa-se de forma concreta no desenvolvimento dos aparelhos de governo e de saberes que adquirem relevância no século XVII. O que se quer aqui fundamentar é a relação entre uma determinada racionalidade de gestão dos homens e das coisas com o desenvolvimento de saberes específicos relacionados às informações necessárias para governar, ou melhor, o quanto está imbricado à arte de governar a organização de informações, tornando-se mesmo um de seus principais fatores técnicos de expansão.

Todo esse processo sutil de consolidação da arte de governar liga-se à expansão demográfica do século XVII. Esta realidade expressa-se na “*emergência do problema da população*” que “*mostra que a ciência do governo, a centralização da economia em outra coisa que não a família e o problema da população estão ligados.*” (Foucault, 1982:288). É pré-condição para os exercícios estatísticos (a estatística como ciência do Estado) a existência de um certo nível de organização de informações. Somente assim será possível revelar que a população apresenta regularidades próprias que subsidiarão ações políticas de governo: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc., com características próprias que não se reduzem às da família - as epidemias, a mortalidade endêmica, as

condições de trabalho, os aglomerados urbanos em formação, etc.

Para Foucault (1982) o fato da população aparecer como absolutamente irreduzível à família, que passa para um plano secundário como elemento interno à população, como um segmento privilegiado, é fundamental para a consolidação da arte de governar. A partir da metade do século XVIII, a família já aparece enquanto instrumento privilegiado para o governo da população e não mais como o modelo de economia restrito à gestão da família. Esta dimensão instrumental da família em relação à população está demonstrada nas campanhas contra a mortalidade, nas campanhas relativas ao casamento, nas campanhas de vacinação e outras, pois, quando o governo quer obter algo da população, seja em relação aos comportamentos sexuais, à demografia ou ao consumo, é pela família que se deverá passar. A população aparece, então, como o objetivo final de governo, como o alvo das políticas governamentais. Para tal, o governo lança mão de campanhas, através das quais age diretamente sobre a população e de técnicas que agem indiretamente, sem que as pessoas se apercebam que estão sendo alvo de ações governamentais, como elevação da taxa de natalidade, fluxos migratórios fomentados, atividades econômicas em determinadas regiões e inúmeros outros exemplos.

Para a implementação desses instrumentos é condição *sine qua non* a ampliação e melhoria das informações. É preciso “saber das coisas” cada vez mais e melhor. A informação sobre as condições de vida das populações torna-se uma ferramenta estratégica de governo. Cada vez mais é preciso ampliar o “olhar do governo” sobre a população: a utopia da transparência máxima da população para o Estado. Já que se trata de gerir a vida dos homens e suas relações com as coisas, por meio de medidas tão exatas quanto possível, em vista de um poder vigilante complexo e multifacetado, é necessário conhecer e controlar as necessidades, os movimentos da população, as variáveis que a afetam. População como conjunto quantificável, massa viva suscetível a desvios e crises, fonte de riqueza, força de trabalho, reserva de guerra.

Neste contexto, a população aparece tanto como fim quanto instrumento de governo; sujeito de necessidades, mas também objeto de política de governo. “*O interesse individual - como consciência de cada indivíduo constituinte da população - e o interesse geral - como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem - constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento portanto de uma arte ou, em todo caso, de táticas e*

técnicas absolutamente novas.” (Foucault, 1982:289)

Daí o desenvolvimento paralelo, por exemplo, da Estatística, ciência da enumeração das coisas relativas ao Estado e da Economia, ciência da produção das riquezas. Mas também de um saber que subjaz e se transforma enquanto condição *sine qua non* para as duas áreas de saberes citadas anteriormente: Trata-se do saber informacional que nos dias atuais, vem sendo considerado como um campo de conhecimento próprio: a(s) ciência(s) da informação.

As bases de informações de interesse para a área de saúde se inserem nas táticas e técnicas, enquanto saberes que se constituem como parte dos dispositivos de governo que são, mais ou menos, acionados a partir do direcionamento das políticas governamentais. A constituição de um saber de governo é indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população, que por sua vez, é absolutamente indissociável de um “saber informacional” que se desenvolve procurando apreender as relações contínuas e múltiplas existentes entre a população, o território, a riqueza, o trabalho que se expressam nas condições de vida e morte das populações. Assim, essa “rede de apreensão” instrumentaliza um tipo de intervenção característico do governo: a intervenção no campo da economia e da população. Gestão governamental da população em profundidade, minuciosamente, no detalhe: biopoder vigilante.

O que gostaria de mostrar é a relação histórica profunda existente entre (i) o movimento de um modo específico de governar que se insere no processo maior da modernidade nas sociedades ocidentais, movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo e (ii) o movimento de constituição de saberes que desembocam em uma determinada maneira de organizar informações enquanto instrumento dos dispositivos de governo, inseridos (os movimentos) naquilo que Foucault chama de *governamentalidade*. Desde o século XVIII vive-se na era da governamentalidade, na governamentalização do Estado. O Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita.

“O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade mas o que chamaria de governamentalização do Estado. (...) que é um fenômeno particularmente

astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade.”
(Foucault, 1982:292)

Portanto, são nos marcos da governamentalidade que se pode pensar espaços de luta política que (re)definam os modos de gestão governamental das informações; quais informações devem ser consideradas públicas; qual o limite das táticas informacionais de transparência da sociedade para este Estado e deste para a sociedade; quais princípios éticos devem nortear as técnicas informacionais; que critérios definem o que seja informação de segurança nacional? Mais do que discutir cada uma destas questões, o fundamental é refletir sobre a questão política mais relevante e que está presente em todas as demais, qual seja: quem participa do processo decisório sobre os critérios, os modos de gestão, os limites, os princípios? Todas essas interrogações se dão nos marcos do que poderia chamar de “pactos de governamentalidade”. No século XIX e principalmente no século XX, a informação consolida seu significado estratégico de instrumento técnico de governo. Vem ampliando seu significado passando a ser não só instrumento - meio, mas também recurso, mercadoria e espaço estratégico de política de governo. Malim (1994:12) lembra que no governo Carter (USA-1977-81) é produzido o documento “*National Information Policy*”, considerado pela autora como a primeira tentativa de elaboração de uma política de governo para esta área. Na medida em que o significado estratégico da informação, em seus diferentes campos de aplicação, se amplia nas sociedades contemporâneas tornam-se mais complexos, também, os interesses que procuram se consolidar nos espaços decisórios definidores de suas políticas. Interesses que se expressam nas instituições públicas e nos demais espaços de governo, em todos os níveis da sociedade, consubstanciando a correlação de forças que imprime os eixos norteadores da *práxis* informacional: a real Política de Informação implementada a partir de uma governamentalização do Estado.

Mas já foi visto que esta *práxis* informacional não vem atendendo ao Princípio de que

Informação é um direito de cidadania e dever do Estado, em um movimento de dupla mão: Não só a transparência da sociedade para o Estado, mas também deste para a sociedade. Daí o desafio de inserir esta reflexão no movimento que associa o consistente diagnóstico do presente, a resistência ao poder e a constituição de si.

Desde Kant (1724-1808), com o fim da metafísica, cabe ao homem consciente de seus limites - a analítica da finitude de Kant - fundar suas certezas e conquistas, em cuja realização ele se torna sujeito e objeto de seu próprio conhecimento: era da modernidade, nascimento das ciências humanas, mas também das técnicas disciplinares que empurram o homem em busca de sua emancipação, entre outras, a empreender uma reflexão crítica sobre a prática governamental e a afirmar que a existente não é a definitiva, que não há uma inexorabilidade nas políticas implementadas. Que a direcionalidade trilhada representa, sempre, “**uma**” das formas possíveis, e não “**a**” única alternativa, e que esta é fruto de contextos históricos determinados em contínuos devir, em construção pela ação dos homens e por um saber que se exerce sobre o homem que fala, vive e trabalha.

Muito longe de conseguir problematizar a atualidade, tenta-se apenas, enquanto uma das propostas possíveis frente o momento presente, propor que se trabalhe com um esboço de uma das descobertas de Foucault. A partir de sua interpretação da obra de Kant, ele reconstrói o conceito de “atitude” a partir de um olhar totalmente novo, enquanto um certo “modo de relação com a atualidade”, que não é o do espectador, mas o de um sujeito ator do presente do qual ele faz parte. Assim, para Foucault, a “*atitude crítica*” é indissociável de uma “*ontologia do presente*” (Senellart, 1995:5). E o que tem sentido no presente informacional brasileiro, segundo a linha de pensamento aqui desenvolvida é pensar que novos pactos de governamentalidade podem e devem ser propostos, a partir de uma “*atitude crítica*” frente ao significado da atual práxis informacional.

É esta “atitude crítica” que permite pensar na inclusão de novos sujeitos no panorama das políticas informacionais, de pensar em novos espaços definidores de Política que transcendam as reuniões técnicas e/ou os “lobbys” no aparato estatal, no executivo, legislativo e/ou judiciário. Novos pactos a partir do próprio interior da racionalidade de governo, em seus pontos de tensão ou de fragilidade. Estas últimas afirmações baseiam-se na compreensão foucaultniana de que a crítica, nos moldes delineados por ele, não pressupõe a existência de um sujeito plenamente consciente de si: “*Ela não é da ordem de um juízo que sobrevoa a realidade histórica do alto de uma posição ideal de verdade.*”

Procede das crises que atravessam a espessura de uma racionalidade, e suas múltiplas dobras. É por isso que ela não pode, do mesmo modo, pretender romper inteiramente com a racionalidade. A atitude crítica, escreve Foucault, não é comportamento de rejeição. Deve-se escapar à alternativa entre estar dentro ou estar fora: é preciso se situar nas fronteiras.” (Senellart, 1995:6)

Retoma-se o desafio de não se deixar imobilizar frente uma posição de denúncia implacável dos efeitos de um poder vigilante, que se pretende totalizador, mas de experimentar alternativas, através de uma atitude crítica, de formas de ultrapassagens possíveis. É nesta junção, proposta por Foucault, que se vê a articulação entre a questão crítica, tal como ele a reformula a partir de Kant, e a problemática do governo em suas políticas que se inscrevem nas dobras dos jogos de poder. A opção por se colocar nas fronteiras, nas dobras dos jogos de poder, abre espaço não somente à postura de resistência mas também para se pensar possibilidades de governar de outro modo, aqui se situando a *atitude crítica*, que procede, em última (ou primeira) instância, de uma **crise**. Daí a possibilidade de novas formas de luta em uma experiência permanente da ultrapassagem. Ultrapassagem, que precisa sempre ser reencenada, das linhas de crise que atravessam um determinado pacto de governamentalidade.

É, portanto, nestes marcos que se insere a proposta de pensar novos espaços de negociações acerca da direcionalidade de uma nova Política de Informação. Não se trata tanto de aqui enumerar o conteúdo de uma pauta de entendimentos, mas sim de um convite à reflexão sobre alternativas de mecanismos de poder que tragam em seu bojo a possibilidade de imprimirem uma nova dinâmica ao *modus operandi* acerca da informação, enquanto dispositivos de governamentalidade. Mecanismos que sirvam tanto de caixa de ressonância da sociedade e para a sociedade, quanto espaços de pressões, tensões, conflitos e lutas que decorram de propostas de transformação do *status quo* informacional. Jogos de poderes que guardam sempre o caráter de sua provisoriade face novas relações de poder e produção de saber construídas no processo histórico do agir humano.

O presente, carregado de possibilidades, pode ser objeto de uma construção. Com esta afirmação rompe-se com a idéia de “irreversibilidades históricas”! Apresenta-se então, a título de ilustração, um exemplo do que pode vir a ser um novo mecanismo de poder a integrar os pactos de governamentalidade. Obviamente, representa tão somente **um** dos possíveis mecanismos de poder e jamais **o** mecanismo. Há outros e sempre haverá novas

alternativas. Este refere-se à instituição de uma Conferência Nacional de Informação (CNI) no Brasil, enquanto um espaço político privilegiado, para onde confluíam as discussões relativas a uma Política Nacional de Informações, que seja fruto de um processo contínuo e democrático de uma nova dinâmica no tocante às informações geridas pelo Estado.

*“Não se trata, simplesmente, de alcançar, como marco inicial, a assinatura de uma Portaria Ministerial ou uma Resolução, a ser publicada no Diário Oficial. Mas, primordialmente, a definição de uma estratégia delineada para o **processo** de construção de uma Política de Informações no Brasil, a partir de “negociações” em busca de entendimentos progressivos entre os principais interlocutores envolvidos, representantes das sociedades organizadas e do governo...” (ABRASCO/ABEP - Grupo Técnico de Informação em Saúde e População - 1993:35)*

A proposta de realização de uma CNI não é original; vem sendo pensada como uma alternativa para ampliar as possibilidades de interlocução sobre qual projeto nacional o país necessita para as informações ultrapassarem a fronteira de dispositivos de um poder vigilante sobre a sociedade. Onde novos sujeitos sociais participem do processo decisório - desde a etapa que antecede à própria implementação das ações informacionais e arguem o Estado sobre sua própria transparência para a sociedade.

A ampliação de interlocutores e intérpretes no processo decisório é imperiosa, pois além do conflito entre interesses públicos e privados, observa-se, no *modus operandi* informacional, a movimentação de setores governamentais que procuram manter ou mesmo ampliar seu espectro de atuação, em uma disputa de micro-poderes institucionais que dificultam ou mesmo impedem a participação de novos sujeitos históricos na definição do arcabouço político, social, econômico, cultural, científico e tecnológico implícito na produção e disseminação de informações.

A Conferência, nos moldes propostos, deve se caracterizar por sua abrangência e representatividade dos mais diversos interesses presentes no Brasil envolvidos direta e mesmo indiretamente com a questão da informação. Espaço democrático de discussões que culminem com a definição de *“diretrizes e estratégias de macro políticas(...). Seus participantes serão representantes de entidades organizadas da sociedade brasileira, na condição de delegados, com direito a voto e voz.”* (Fórum Nacional de Usuários, 1996:14)

Talvez a noção de “Conferência” enquanto espaço democrático se filie à idéia (“arquetipa”?) da *agorá* como reunião do povo em assembléia. Mas reunião que se dá enquanto espaço de confluência de duas *aretés*^(*): primeira do *agón*, ou seja, debate, luta sem tréguas entre os contrários e ao mesmo tempo momento crítico, momento de decisão. A segunda como *paideía*, no sentido de um momento que se insere em um processo de formação integral do homem, e não como mero adestramento, a sabedoria do cidadão em formação: “aquilo que a *paideía* busca imprimir nos membros da sociedade para que se reconheçam como parte dela, responsáveis por ela e realizadores dos valores dela.” (Chauí, 1994:22)

Agón e paideía definindo a dinâmica de uma Conferência Nacional de Informações - esta é a atitude política que se deve tentar realizar, segundo a concepção das transformações propostas neste estudo. Transformações difíceis rumo a uma variada gama de possíveis futuros, cujo desafio maior será ligar a ações práticas de mudança política valores significativos e relevantes da humanidade como a igualdade, a solidariedade e a participação social. Desafio que inclui apresentar respostas políticas ao impacto de mudanças tecnológicas que acarretam conseqüências políticas profundas, tais como uma invasão ampliada da privacidade e um aumento da vigilância, cada vez mais eletrônica, digital: o grande olho virtual - introjetado na mente e no coração dos indivíduos!

Assim, ressalta-se, como um convite à reflexão, pelo menos três modos de problematização, enquanto maneiras diferentes de perguntar, imbricado em sua unicidade histórica e que *a priori* devam ser discutidos no âmbito de uma Conferência Nacional de Informações, por conter elementos intrínsecos a um processo de ações pactuadas. Correspondem a dimensões de uma problematização que pode ser assim sintetizada: Quais marcos referenciais da *práxis* informacional devam ser objeto de transformações (e portanto *agón* e *paideía*) na perspectiva de inversão de sua fórmula, historicamente constituída, conforme explicitado anteriormente? Ou melhor, qual o campo atual das experiências (de poder-saber) possíveis?

* “... A *areté* indica um conjunto de valores (físicos, psíquicos, morais, éticos, políticos) que forma um ideal de excelência e de valor humano para os membros da sociedade, orientando o modo como devem ser educados e as instituições sociais nas quais esses valores se realizam.” (Chauí, 1994:343)

Como para Foucault (1984:32) **problematização** significa dizer: “*o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que aparecem num jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de uma reflexão moral, do conhecimento científico, de análise política, etc. ...) através de um questionamento da atualidade*”, tenta-se identificar alguns dos lugares possíveis de onde se pode olhar esta problematização. Correspondem cada um deles, a um conjunto de relações de poderes e produção de saberes que se entrecruzam, tangenciam-se mas também correspondem a modos específicos de ação, dado o atual jogo de micropoderes existentes. Estes prismas de observação/ação destacados podem ser assim apresentados: (i) Quais preceitos éticos precisam orientar o processo informacional? (ii) Qual o arcabouço jurídico-legal e institucional mais adequado a uma “atualidade” desejada? (iii) Como se define que uma base informacional seja um patrimônio público?

Apresentam-se esses pontos sob a forma de perguntas pois, não é coerente com a proposta deste estudo ir além do que refletir insistentemente sobre aquilo que suscitam as interrogações levantadas. As respostas aparecerão no processo de “negociações” entre os sujeitos históricos - interlocutores/intérpretes - que passem a ter “assento à mesa” das decisões relacionadas às informações no Brasil, seja no âmbito de uma CNI, seja em outros mecanismos de gestão conquistados.

2.1. Por uma ‘Ética Informacional’

“Considerando que a necessária confiança do público na informação estatística oficial depende em grande medida do respeito dos valores e princípios fundamentais que são a base de toda sociedade democrática que deseja conhecer-se a si mesma e respeitar os direitos dos seus membros;...”
(Princípios Fundamentais da Estatística Oficial - 28ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas - Nova Iorque, 1994)

A assimetria das relações de poder, tema político por excelência, deve ser lida em suas operações na mente humana. É isto, por sua vez, o que permite engrenar a política numa ética. Assim, fica-se diante de questões clássicas e antigas sobre a ação humana, mas que continuam a demandar novas vias, difíceis e ainda necessitando serem criadas, sobre

como participar politicamente do presente e construir o futuro.

A ética põe em relevo a questão da conduta a seguir num mundo complexo. Destaca a importância de se refletir sobre o impacto das mudanças tecnológicas da sociedade contemporânea na vida das pessoas e que está a requerer uma ação política pautada por uma *ética da responsabilidade* (Hans Jonas, 1974) que se empenhe em contribuir para a emancipação do ser humano na passagem do milênio.

Dentre tantas “invasões” científicas e tecnológicas na vida, a informática, talvez, seja a mais presente no cotidiano dos indivíduos. Este fato coloca a necessidade de reflexões em torno de novos “*pactos de compromissos éticos*” face questões tais como o respeito à privacidade, à confidencialidade da informação, o controle dos aparelhos de Estado sobre o cidadão, enfim, dispositivos que expressam pactos de governamentalidade de regulação sobre as relações entre a esfera pública e a esfera privada. “*Pactos de compromissos éticos*” que se expressem em mudanças no *modus faciendi* informacional, sem as quais amplificam-se as condições de um “ambiente de risco” para um projeto nacional de democracia participativa, emancipatória.

A tecnologia pode ser temida tanto pelos seus sucessos e avanços quanto pelos seus fracassos. Quando Jonas (1974) se propõe a fundar uma nova ética baseada no conceito da responsabilidade sobre a possibilidade da própria continuidade indefinida da humanidade, ele parte da idéia de que o poder da tecnologia moderna criou problemas éticos desconhecidos até então. Portanto, os preceitos antigos não podem mais dar conta. O perigo que emerge da intervenção tecnológica moderna repousa sobre uma mudança da essência da ação humana provocada pelo poder científico-tecnológico. É necessário que exista uma nova ética para a ação política/técnica (relações de poder/produção de saber) nos tempos atuais. Ela se torna tanto mais premente quanto maiores são os poderes que ela terá que regular, “*pois a ética se destina à regulação e ordenação do poder de agir, e as ameaças engendradas pelo poder tecnológico moderno fazem com que a aptidão inventiva e a habilidade transformadora não bastem mais como fundamentos da relação Homem-Natureza na civilização contemporânea.*” (Bartholo Jr., 1992:109)

A ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo (Gianotti, 1992). A crise atual observada na complexa relação entre a esfera pública e a esfera privada, entre o universal e o individual, entre os avanços da

ciência e da tecnologia e os limites da própria vida, vem ensejando o desenvolvimento de debates relativos à ética. E, aqui, procura-se enfatizar ser imperioso também uma nova “*ética informacional*”, se o futuro desejado contemplar a inversão da fórmula historicamente construída, definindo de forma democrática os limites dos “olhares”: até onde, como e quando o Estado deve “saber” sobre a vida do cidadão e da sociedade e estes “saberem” sobre o Estado?

O que está sendo denominado de uma “*ética informacional*”? A palavra *ética* não tem o mesmo sentido para os pensadores. Comparando-se as definições que os antigos e os modernos dão à noção de ética, percebe-se que são diferentes e que se cria em torno delas um verdadeiro campo de contradições, de infinitudes de distinções, umas mais sutis, outras claramente em oposição que expressam os diferentes “olhares” sobre as relações entre a esfera pública e a esfera privada, entre a política e a ética, conformados ao longo da história das relações humanas.

Em Aristóteles - 384-321 a.C - (*Ética a Nicômaco e Política*) a *ética* está subordinada à política - ciência prática arquitetônica, isto é, que estrutura as ações e as produções humanas, e que tem por fim (*télos*) o Bem propriamente humano. Se o humano depende da política é porque a humanidade do homem está relativizada a sua vinculação a uma comunidade (*Koinonia*) e a cidade (*pólis*) constitui o fim de toda comunidade.

Não é casual que sempre se retorne a Aristóteles, principalmente em momentos percebidos como de crise. Afinal a teoria política deste filósofo marcou profundamente o pensamento ocidental. Segundo Chauí (1994), suas idéias políticas só foram abandonadas por alguns filósofos no decorrer de vinte e quatro séculos, tendo sido criticadas em profundidade apenas em três ocasiões: no século XVI, por Maquiavel; no século XVII por Hobbes e Spinoza e no século XIX por Marx. No século XX, a maioria dos pensadores políticos cristãos ainda é aristotélica e, sob vários aspectos, a sociologia conserva suas idéias, sobretudo a sociologia nascida com Emile Durkheim (1858-1917). Enfatiza-se estes pontos porque significam que alguns princípios (que Aristóteles definiu como sendo os princípios da vida e da prática política) ainda estão presentes no mundo contemporâneo. Ou melhor, tem influência sobre as relações entre a Ética e a Política - duas faces de um mesmo caminho que se entrelaçam e se completam - exatamente a questão que se quer aqui levantar: as relações entre a ética e a política de informação.

O destaque que está sendo dado em torno dos liames existentes entre a ética e a política se deve ao fato de que este não é um ponto consensual, marcadamente na modernidade. Mesmo entre os antigos, há aqueles pensadores para os quais alcançar o Bem e a Justiça é empreendimento exclusivamente ético, não político. Afirmam que não adianta pretender a salvação coletiva, da sociedade, como desenvolvem os pitagóricos e Platão, pois a salvação é pessoal e interior, é da esfera privada. Estes pensadores são os epicuristas, que se contrapõem à longa tradição anterior, ao indicarem que a vida social não constitui condição natural, intrínseca ao homem: é mera convenção. Em Epicuro (341-271 a.C.) desfaz-se o liame entre ética e política.

Segundo Bignoto (1992), um dos desafios que a filosofia moderna procurou enfrentar refere-se à exigência de compreender uma sociedade em que o discurso ético parece impotente para clarear o significado da ação humana ao analisar o indivíduo, o fenômeno do totalitarismo e inúmeras outras situações quando o temor, a violência, a destruição das organizações políticas ocupam o lugar da lei e onde, dificilmente, pode-se falar de uma ética associada à política. No século XVI, Nicolau Maquiavel representa um marco na elaboração de uma nova visão de política, em que esta liberta-se da ética, da fé e da moral cristã, constituindo-se, assim, uma das características básicas da modernidade: a ruptura da ética com a política. Entretanto, Bignoto (1992), ao tentar delimitar as fronteiras da ética em Maquiavel, desenvolve um raciocínio que deságua em um outro modo de interpretá-lo, importante para melhor entender a influência do pensamento maquiaveliano e suas repercussões para um pensamento ético no bojo de uma Política de Informações, seja em geral ou específica para a Saúde.

Bignoto (1992) afirma que falar simplesmente em divórcio entre a ética e a política não espelha o pensamento de Maquiavel, ainda que para ele (Maquiavel) a ética pareça ser apenas o depósito das representações dos homens. Mas isto significa que a política depende da representação que os homens fazem dos atos dos governantes e, por conseguinte, a política não pode separar-se da ética, assegurando-se assim um lugar para ela (ética) na vida pública. *“Maquiavel não opõe duas esferas autônomas de ação - a política e a ética - mas sim, ele opõe duas maneiras de se conceber a ética: uma cristã, fundada na revelação e na consciência, e outra antiga, fundada no respeito ao bem público e às leis da pólis”* (Bignoto, 1992:119). Esta verdadeira revolução só foi possível, ainda segundo Bignoto, porque o humanismo já havia semeado as bases para o culto dos *valores cívicos*, a partir mesmo do universo moral dos antigos e em parte dos

renascentistas, no qual **a ética nasce do contato dos homens com as exigências da vida pública** e se conservava pelos costumes do povo. E Bignoto (1992:120 e 123) conclui:

*“É, portanto, no universo de uma ética-política, ou de uma política que carrega em si um corpo de valores diferente daqueles de uma moral da consciência, que devemos buscar as fronteiras da ética. (...) Na ótica maquiaveliana, como na dos antigos, **ética e política são faces de uma mesma realidade que não podem ser separadas**, ainda que fosse nosso desejo resgatar a ciência dos valores das brumas da contingência e do acaso nos quais a política está imersa.”*

Portanto, a ‘ética informacional’ aqui delineada surge continuamente (i) do complexo processo das relações dos homens “com as exigências da vida pública”; (ii) do *continuum* enfrentamento na definição dos limites e interseções entre a esfera privada e a esfera pública, embate aguçado na chamada pós-modernidade nos espaços de construção da subjetividade e da cidadania; e (iii) dos entendimentos de que a informação deve ser respeitada enquanto “bem público” a demandar um novo arcabouço jurídico-legal. Ou seja, uma ética imbricada em pactos de governamentalidade: ética e política - faces de uma realidade que não podem ser separadas.

2.2. Por um Novo Arcabouço Jurídico-legal

O surgimento da modernidade confirma o Homem como sujeito social, político e histórico, fundando o pensamento moderno sobre os direitos do homem. Conseqüentemente, as teorias modernas pensam o **Direito** como a garantia jurídico-legal, social e política contra a injustiça e a violência exercida por sujeitos sociais sobre outros sujeitos sociais.

A questão que se coloca na modernidade está na inscrição desses direitos no real. Na versão moderna dos direitos do homem, estes são portadores de direitos, por natureza ou por efeito da lei positiva, isto é, os direitos são naturais ou civis, sendo estes últimos, como Maquiavel revela, produzidos pelos próprios homens. Este novo modo de tratar os direitos, como da esfera pública, permite compreender uma prática política inexistente antes da modernidade e que se explicita, significativamente, em ocasiões muito precisas:

trata-se da prática da **Declaração** dos direitos. Quando os direitos subjetivos e objetivos eram vistos como resultante da vontade de Deus (Idade Média), não havia por que declará-los. Existiam como um fato. A prática de **declarar** direitos inscreve-os no social e no político, afirma sua origem social e política, imbrica-os definitivamente nos complexos meandros de pactos de governamentalidade e os apresenta como objetos que pedem o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento e a construção social e política, com sua conseqüente expressão nas leis que regem uma sociedade.

Os direitos cívicos correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento de princípios compreendidos como de cidadania; são até hoje considerados os mais universais em termos da base social que atingem e apoiam-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que os aplicam. Já os chamados direitos políticos aparecem mais tardiamente e de universalização mais difícil. Expressam-se através de instituições tais como os parlamentos, os sistemas eleitorais e políticos em geral. Os direitos sociais são os mais recentes (século XX) e são declarados de forma plena apenas após a Segunda Guerra Mundial. As classes trabalhadoras constituem seus eixos de referência e os direitos se expressam através de múltiplas instituições que, no conjunto, constituem o Estado de Bem-Estar Social (Santos, 1996).

A *proposta mater* delineada neste estudo pressupõe a **declaração** do *direito à informação*, enquanto um dos alicerces da sociedade democrática fundada na cidadania e no *dever do Estado* de produzir e disseminar a informação, por serem fundamentais na configuração de uma esfera pública democrática. Direito ampliado: não só o acesso à informação, mas também, o direito de participar nas decisões que dão a direcionalidade da *práxis* informacional e de exigir a transparência do Estado (o que inclui a transparência e co-gestão de seus estoques informacionais) para a sociedade. Daí a importância da declaração da UNESCO (1983), já citada, que inscreve o *direito à informação* no âmbito dos direitos humanos.

A confirmação de que os direitos do homem se tornaram uma questão sócio-político-jurídica está no fato de que as declarações dos direitos são construídas quando os sujeitos sociais têm consciência de que estão fundando uma sociedade nova ou defendendo a sociedade existente, consagrando, em definitivo, as relações profundas entre os direitos humanos e a forma de poder em uma dada sociedade (Chauí, 1989). O desafio a ser enfrentado é o fato de ainda não ter se firmado, universalmente, a consciência do direito

essencial de todos à informação. Mas, o movimento em prol dessa reivindicação fundamental ganha, cada vez mais, novos adeptos/aliados, em vários países, que o vêm preconizando como inerente à própria *dignidade humana*.

A concepção dos direitos humanos, e por conseguinte da cidadania, não é monolítica, homogênea; é produto de histórias sociais diferenciadas e protagonizadas por grupos sociais diferentes, que, a partir de lutas, vão inscrevendo novas dimensões da vida humana na agenda de reivindicações. A história das conquistas de direitos é uma história de luta. A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 é definitivamente uma declaração de direitos civis, pois, mesmo se referindo a direitos universais da pessoa humana, seu marco de referência é a própria existência de poderes públicos que realmente possam garantir esses direitos, de modo que o pressuposto da garantia política dos direitos humanos os transforma em direitos civis - marca da modernidade: descoberta da origem, da forma e do conteúdo sociais, históricos e políticos do poder e dos direitos. Ao fluírem novamente juntas ética e política - direitos humanos e direitos civis - significa que a luta por eles está implícita na luta popular pela cidadania, pela transformação social, política, econômica, ideológica, cultural e ética de uma sociedade. Luta por uma nova Política de Informações pautada por preceitos éticos, *declarados*, conquistados coletivamente por sujeitos sociais comprometidos com um processo de emancipação do Homem brasileiro.

Nesta luta está implícito, como questão central, o poder. Ou melhor dizendo, a simples regra jurídica, a declaração, despida de poder é ineficaz para o direito à informação deixar de ser mera retórica. Afinal, já Montesquieu (1689/1755) afirmava que só o poder controla o poder, não a moral nem o direito. O que se quer aqui sublinhar é que a **declaração** é necessária enquanto etapa fundamental em um processo histórico de luta pela inscrição do direito à informação no real, mas não é suficiente a depender dos jogos de poder que se dão na arena de disputas em torno da construção de um projeto nacional de democracia emancipatória. Daí, porque, a questão de um novo arcabouço jurídico legal e institucional se inscreve como questão a integrar a agenda de uma Política de Informações para o país: que oriente o macro processo decisório relacionado à produção, análise e disseminação da informação. A título de ilustração, apresentam-se algumas questões que estão a demandar um amplo debate envolvendo, tanto uma revisão dos dispositivos legais atualmente existentes face uma concepção ampliada do direito à informação, quanto novos aspectos a serem regulamentados, face o complexo papel da informação no mundo contemporâneo e que incidem direta ou indiretamente sobre a população em geral.

Por exemplo: quem, legalmente, está investido de direitos e deveres para com o processo decisório sobre as ações informacionais? Como e quem decide sobre o que seja informação de segurança nacional? A Constituição Federal (1988), no capítulo referente aos Direitos e Deveres individuais e coletivos, art.5, n. XXXIII, apenas faz a ressalva: *"todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."* Ainda persiste, em estamentos de agências governamentais, entraves explícitos ao acesso de ponderável parcela dos estoques informacionais em posse do Estado, sob a alegação de serem informações de segurança nacional. Só que a história recente brasileira vem demonstrando, que os critérios que pautam esta classificação variam em função da correlação de forças dos interesses, que se vêem "ameaçados" por um vislumbre de maior transparência.

Os novos critérios deverão romper com a censura, ainda prevalente, revestida do chamado sigilo institucional, usado para justificar bloqueios ao acesso de diversas facetas da informação, em especial às de cunho financeiro-contábil. Deverão, afinal, (re)definir quais informações devem ter um acesso restrito por efetivamente representar a preservação de interesses do país. Ou seja, o que importa ressaltar é a premência pela definição formal e democrática de critérios jurídicos-legais que passem a nortear a decisão sobre o que é sigiloso e para quem, de tal modo que esta decisão não fique a cargo, somente, da chefia do órgão que produz a informação, ou de uma norma institucional tecida a "quatro paredes".

Destaca-se também a questão, a ser incorporada à agenda de entendimentos em torno de um novo arcabouço jurídico-legal e institucional, sobre a definição clara de níveis e mecanismos efetivos que resguardem a privacidade, individualidade e a confidencialidade das informações referentes ao cidadão que, atendendo à solicitação das instituições governamentais, confiou dados sobre sua vida privada. Ou seja, é prioritário a definição de procedimentos e técnicas que não transgridam os limites entre a esfera pública e a esfera privada da vida do indivíduo.

"O respeito aos direitos individuais constitui limite intransponível ao processo de produção e disseminação de informações sociais, econômicas e territoriais. A coleta da informação deve ser acompanhada da explicitação de seus

objetivos, formas de utilização e benefícios públicos esperados" (Fórum, 1996).

É fundamental que esteja explicitado na norma legal que ao se coletar informações relacionadas à vida do cidadão, este seja suficiente e claramente informado sobre o destino daquela resposta, bem como as formas de acessá-la, caso queira. Esta ressalva também faz parte do respeito à individualidade e privacidade, que aliás pode ser rompida a qualquer momento, uma vez que a identificação do indivíduo, em sua maioria, está registrada, compondo a base de dados, passível portanto de ser recuperada.

Isto pode ser facilmente constatado no campo da informação em saúde - nos casos de auditores que necessitam rastrear, por exemplo, uma internação e saber se efetivamente os exames e condutas terapêuticas constantes de uma autorização de internação hospitalar (AIH-formulário de entrada de dados do Sistema de Informação Hospitalar/SIH) foram executados, conforme já citado anteriormente. Na dimensão local, com a implantação de prontuários eletrônicos do paciente, por exemplo, novas questões estão sendo suscitadas, e cada hospital vem definindo seus critérios. Aqui também se faz necessário a explicitação de ressalvas legais e éticas de acesso e uso das informações constantes nessas bases/bancos de dados.

Fellegi (1991), ao descrever a experiência canadense de gestão da informação enfatiza as proteções existentes, legalmente instituídas, que impedem a identificação do indivíduo, ressaltando os diversos mecanismos usados que concretizam este valor central na produção de informação da sociedade para o Estado: variam desde (i) promoção de cursos, para os novos técnicos que ingressam nas agências de produção da informação, sobre a importância deste valor ético e suas implicações jurídico-legais; (ii) áreas restritas somente a profissional especificamente autorizado; (iii) até mecanismos que proíbem o acesso, via uso das telecomunicações, aos computadores que armazenam o microdado confidencial, desenhando o banco de dados de modo a frustrar os ataques dos *hackers*. Todas as possíveis aplicações de vínculos entre os registros estão sujeitos a uma vigorosa pesquisa e são revistos permanentemente em diferentes níveis das agências, por força de dispositivos legais. Todas estas ressalvas conferem um alto nível de confiança, por parte da população que responde aos questionários, na responsabilidade das agências em submeter a um controle rígido qualquer possibilidade de identificação que afrontasse o princípio do respeito à privacidade.

Enfim, a proposta aqui apresentada fundamenta-se na necessidade de atualização de critérios jurídicos-legais que seja fruto de um processo amplo de discussão, com a participação da população para além dos "experts", consubstanciando uma **Lei Geral da Informação** para o país, que supere assim um arcabouço construído de forma casuística, pontual e incompleta.

No que tange à saúde, propõe-se que, à luz da Lei Geral da Informação, se elabore uma Norma Operacional Básica para a Informação em Saúde que normatize e regule critérios institucionais orientadores da produção, disseminação e uso da informação. Cabe a uma tal Norma, entre outras competências, apontar para a superação da fragmentação centralizada ainda prevalente, como por exemplo, definindo padrões para a comunicação entre bases de dados, para metodologias de coleta e tratamento de dados. Também cabe regulamentar a adoção de tabelas e cadastros unificados pelos diferentes sistemas de informações existentes ou a serem criados e a garantia da manutenção das bases de informações nacionais, por parte dos municípios e estados, em um contexto de descentralização da *práxis* informacional em saúde.

2.3. Informação em Saúde: um bem público a ser comercializado?

A partir da afirmação de Popper (1975) de que a 'Informação' é um *bem cultural* e da hipótese desenvolvida no Capítulo II de que a 'Informação' é um *artefato* produzido historicamente por uma sociedade, gostaria de avançar no uso destes conceitos, agregando para o universo das informações em saúde, o entendimento de *bem* enquanto *patrimônio*, conquista não de um só, mas de um determinado povo - no caso, o povo brasileiro.

Nos sistemas de informações em saúde, dados levantados são armazenados no intuito de serem criadas "reservas de conhecimento" sobre a situação de saúde da população no tempo e no espaço. As informações coletadas, tratadas, armazenadas são um produto social do coletivo, constituído a partir de uma "rede complexa de olhares" dispersos, multifacetados, construída ao longo da história brasileira. Este acervo informacional deve ser cuidadosamente preservado como algo precioso que "fala" do andar, do caminhar de uma sociedade. Com seus avanços e recuos, erros e acertos são a expressão da longa luta de um povo por se conhecer e se gerir. Sejam informações de cunho administrativo e/ou

estatístico, sejam sociais, econômicas, demográficas e territoriais representam o que foi alcançado a partir das diferentes configurações dos interesses em disputa. O patrimônio informacional de um povo é o retrato/filme desse caminhar! É expressão dos "olhares" do Estado sobre uma sociedade, sobre a vida de um povo. Com todas as limitações pontuadas no decorrer deste trabalho, que levam a uma série de restrições e cuidados quanto ao seu uso, mesmo assim é um bem público, patrimônio dos brasileiros, a ser apropriada por todos.

A preservação deste patrimônio também deve ser objeto de regulamentação a integrar o arcabouço jurídico-legal e institucional, inclusive prevendo penalidades aos responsáveis institucionais por sua gestão. Preservação que precisa abranger, tanto ações de armazenamento e organização das bases informacionais de forma a garantir uma ágil acessibilidade e disseminação, quanto sua contínua atualização. Preservar uma base de informação, como as de interesse para a saúde, pressupõe sua manutenção permanente, seja pelo próprio caráter de impalpabilidade e volatilidade da informação, seja pela responsabilidade em manter séries que permitam a sociedade avaliar sua própria história.

O conceito de preservação aqui trabalhado inclui, então, tanto a manutenção do que existe, quanto critérios explícitos para sua alteração. Significa, serem previamente estudadas as repercussões das mudanças a serem implementadas e o impacto em termos de comunicabilidade com outras bases de dados. Todos esses estudos precisam ser encaminhados a instâncias colegiadas de gestão da informação, pois, face à complexidade inerente à constituição das grandes bases de dados nacionais (ou mesmo estaduais e municipais) e à própria experiência observada em diversos países que avançaram nesta direção, é inconcebível a manutenção do atual estado normativo no Brasil, onde qualquer gestor de uma base de dados nacional (estadual ou municipal), isoladamente, decide sobre questões que podem resultar no desmantelamento de um acervo constituído.

Uma conduta como esta está a indicar uma profunda irresponsabilidade na gestão da *res pública*, devendo, por conseguinte, ser enquadrado como verdadeiro crime de lesa-nação. Enfim, a preservação da memória informacional brasileira se impõe como prioridade a ser debatida no âmbito de uma Política de Informações, que ao adotar o conceito de 'informação pública', precisa cercá-la das ressalvas e responsabilidades inerentes à gestão pública. Como exemplo recente da maior gravidade podem ser citadas as ameaças que pairam sobre o Sistema de Informação Hospitalar brasileiro (SIH/SUS), face

decisão de mudanças na forma de repasse financeiro do nível federal para estados e municípios.

O SIH vem sendo utilizado, hegemonicamente, como um sistema de pagamento pelos setores financeiros. O uso intensivo desta sua vertente contábil é fruto do próprio contexto histórico de sua criação ("modernizar" o repasse financeiro entre setor público e setor privado - para maior aprofundamento vide Moraes, 1994), mas o SIH é mais do que um sistema de pagamento. É um instrumento de gestão fundamental, que permite o monitoramento das ações hospitalares com efetividade, se houver a decisão política de gerenciar a oferta desses serviços para além da identificação de fraudes (para maiores detalhes vide Veras et al, 1990 e 1994; Martins, 1991; Noronha et al, 1996; Travassos, 1997). Havendo compromisso com a qualidade assistencial prestada à população, o SIH é imprescindível. Além desta dimensão de sistema relevante à gestão séria em saúde, há a dimensão de controle social que o SIH pode instrumentalizar, ao ser apropriado pelos Conselheiros de Saúde ou mesmo pela mídia, por exemplo.

É preciso também não desprezar a hipótese de que haja uma confluência de interesses opostos em torno da possibilidade de extinção da AIH (como é mais conhecido o SIH). Há aqueles que não reivindicam o "fim da AIH", mas sim a mudança na modalidade de repasse financeiro^(*); e aqueles a quem realmente interessa sua extinção por constituir-se no principal instrumento de controle hospitalar que o país possui. Para estes, a assistência hospitalar tornar-se mais uma "caixa preta" (nos moldes da área ambulatorial), onde não se tem clareza para onde os recursos públicos estão sendo drenados, é algo bastante promissor.

^(*) Aqui encontra-se uma certa confusão no próprio sentido do pagamento realizado via SIH, que não é um pagamento por produção *sensu stricto*, pois trata-se de um sistema prospectivo a partir de agregados de atos médicos - os procedimentos assistenciais. O SIH remunera a partir de uma expectativa de gastos médios, com três grandes componentes: materiais e medicamentos (MAT/MED), serviços profissionais (SP) serviços auxiliares de diagnose e terapia (SADT) e serviços e taxas hospitalares (SH). É comum nas pressões por aumentos de tabela, o setor privado, em má fé, apenas citar um desses componentes, omitindo a própria lógica de gastos médios, realçando o "baixo valor de remuneração". A necessidade de maiores recursos para a saúde é tão premente que não seria preciso utilizar argumentos tão precários e incorretos.

Em suma, a prevalecer o entendimento de que a informação é um bem público, qualquer alteração no SIH/SUS, por exemplo, deve ser precedida por um amplo debate envolvendo os gestores governamentais, as sociedades científicas e representantes da sociedade civil. O seu aprimoramento deve ser eixo das preocupações, buscando alternativas válidas para o momento da mudança na forma de repasse financeiro. Enfatiza-se o caráter de 'alternativas válidas' posto que propor a mera continuidade como um sistema estatístico ou dizer que a decisão ficará a cargo de cada município ou estado, é apenas decretar o seu fim, de forma um pouco mais lenta, com gradualidade em lugar da morte súbita. Há propostas factíveis (como por exemplo, manutenção da AIH como instrumento de administração financeira a reger o pagamento que os gestores municipais e estaduais continuarão tendo que realizar aos diversos prestadores de serviços hospitalares, incluindo a própria rede pública), mas que estão a demandar a construção de sua viabilidade política, face à gama de interesses que "torcem" pela possibilidade de sua extinção.

Enfim, retornando ao eixo central desta reflexão em torno do SIH/SUS, o fundamental é a conquista, por parte da população, do princípio de que bases de informações não são "do governo", mas sim "da sociedade" e, portanto, seus representantes devem participar das decisões sobre sua gestão.

Adotar como norteador o princípio de que a informação produzida por agências governamentais e/ou financiadas com recursos públicos constitui um bem público, acarreta outras implicações para além da responsabilidade com sua preservação e atualização. Também suscita o debate sobre a questão de sua comercialização, proposta que vem sendo ensaiada enquanto uma das expressões do projeto neo-liberal no Brasil. Mais um exemplo da lógica privada se expressando na dimensão pública do Estado brasileiro: privatização do Estado. Considerar a informação um bem público fundamenta-se na idéia de que as "informações oficiais" devem constituir-se como uma base comum a serviço do público e do debate político de um país. O acesso à informação igual para todos constitui um dos pilares da democracia. Entretanto, em anos recentes, tem-se visto uma tendência na direção de "vender" uma proporção cada vez maior das 'informações oficiais' no mercado, em vez de tratá-las como um bem público.

Não se justifica o pagamento pelos serviços informacionais nos mesmos termos que o de alguns outros investimentos públicos, como estradas e pontes, que se deterioram devido

ao uso, pois as informações podem ser repetidamente utilizadas sem sofrer desgaste. O que se observa, tendo por pano de fundo o discurso neo-liberal de "tornar mais eficiente os serviços públicos", é uma prática que vem sendo traduzida pela redução sistemática das verbas e do pessoal destinados à produção e demais serviços informacionais. Assim, a principal justificativa apresentada para a comercialização das informações tem sido as dificuldades orçamentárias porque passam a maioria das agências produtoras de informações.

Vale lembrar que, na maioria dos países que vêm adotando esta prática, as receitas das vendas de informações têm sido destinadas ao Tesouro Nacional, em nada beneficiando a própria produtora, criando-se um círculo vicioso do quanto mais se vende, pior se torna o déficit orçamentário das agências produtoras. Por outro lado, nos poucos países - entre os quais os nórdicos (Skak-Nielsen, 1987), onde são permitidas que as receitas das vendas sejam utilizadas na produção de novas informações, aumenta-se o risco de dar prioridade ao desenvolvimento de produtos que atendam às exigências do mercado (os que podem pagar), na tentativa de fomentar as vendas, implodindo, de vez, o princípio de que as informações constituem um bem público enquanto base comum de conhecimento à disposição de todo cidadão, independente de seu poder aquisitivo. Aliás, em uma visão de análise de custo/benefício, quanto mais a informação for utilizada em benefício de um maior número de pessoa, menor será seu custo unitário, ou seja, quanto mais se incrementa o uso da informação, mais se barateia os custos embutidos no seu valor, pois se potencializam os benefícios auferidos a partir dos investimentos iniciais. Senra (1994:45) sintetiza assim a preocupação pela venda das informações públicas:

"... as estatísticas de um país, ... são essencialmente um bem público, jamais podendo ser objeto de comércio desenfreado, como querem alguns. O afã de se fazer dinheiro, compensando restrições no orçamento, tem levado alguns institutos de estatística a esquecer tal verdade."

E apresenta como proposta, uma diferenciação em termos do meio de acesso à informação:

"Não seria justo, para a sociedade como um todo, que o levar um livro ou um disquete ["para casa"] fosse gratuito, uma vez que tal prática não poderia ser universalizável, em face dos custos industriais. Assim, gratuita será a

estatística consultada na rede de bibliotecas dos instituto de estatísticas, que, portanto, precisa ser significativamente abrangente" (Senra, 1994:45).

Esta proposta "mediadora" pode fornecer alguma indicação sobre critérios para cobrança, não da informação em si, mas do suporte utilizado para sua veiculação. Entretanto, abre espaço para uma série de outras questões que permanecem em aberto, uma vez que pressupõe uma cultura informacional que o Brasil ainda está longe de consolidar. Afinal, que agências produtoras efetivamente mantêm uma rede de bibliotecas que garanta cobertura a todo território nacional? Quando a agência possui publicações, estas se mantêm atualizadas e nos prazos compatíveis com o *timing* do processo decisório? O conteúdo dessas publicações está de acordo com as necessidades dos gestores, em termos de níveis de desagregação e cruzamento de variáveis? Na hipótese de mecanismos *on-line* de disponibilização de informações, as mesmas questões em termos da configuração da informação disponibilizada se colocam. E será que, por exemplo, prefeituras do interior do país possuem tecnologia e *know-how* suficiente para saber extrair a informação virtualmente disponível? Enfim, uma série de questões que estão a demandar respostas por parte da sociedade e não apenas dos chamados gestores das agências produtoras e disseminadoras da informação.

O que subjaz na discussão sobre o orçamento destinado a agências produtoras e disseminadoras de informação (APDI) é a disputa entre maior autonomia e independência destas instâncias frente uma forma, nem sempre sutil, de controle político sobre os sistemas de informações. Questão da maior seriedade pois coloca em cheque a própria credibilidade das informações existentes em uma sociedade. Em uma democracia, o valor da informação depende diretamente da confiança depositada em seus produtos. Quando uma informação é divulgada sob a chancela de "oficial", poucos interlocutores dispõem de mecanismos eficientes para refutá-las. Assim, o uso da informação é uma função direta da confiança da sociedade na integridade, seriedade, competência técnica e imparcialidades das informações "oficiais".

Mais um paradoxo vivenciado pelos profissionais que lidam com a informação: buscar incessantemente uma conduta ética e independente, mas estando cômicos, mais do que ninguém, dos infindáveis feixes de interesses e micropoderes em disputa no próprio seio da instituição informacional, enquanto parte intrínseca a sua própria genealogia: ampliação do olhar do Estado sobre a sociedade, permeado por relações de poder e

produção de saber. Paradoxo que, segundo a linha investigativa aqui desenvolvida, só será parcialmente enfrentado ao se deslocar para a arena política do debate democrático permeando diferentes espaços de poderes/micro-poderes envolvidos na produção e disseminação de informações.

Um dos grandes perigos por que passam as sociedades contemporâneas é a concepção de que "informações oficiais" correspondem, por si mesmas, à Verdade de uma nação. Inscrevem-se como peça fundamental nos jogos de verdade historicamente delineados. Diariamente, de forma mais ou menos camuflada, mais ou menos consciente, os profissionais das instâncias produtoras e disseminadoras de informações são obrigados a desenvolverem um habilidade não aprendida nos bancos escolares universitários: resistir a pressões oriundas de Ministros, chefes de departamentos, empresários e banqueiros.

Fellegi (1991) afirma que a autonomia das APDI depende do grau de credibilidade e confiança pública conquistadas junto à sociedade e suas instâncias políticas, por uma conduta objetiva e transparente, através de providências, tais como:

- A adoção de metodologias de produção, análise, armazenamento e disseminação que tenham respaldo internacional, por serem as preconizadas por diferentes países e por organismos internacionais.
- A implementação de um processo de planejamento anual de suas atividades, totalmente discutido nas diferentes instâncias colegiadas gestoras das informações existentes, além de ser apresentado ao Parlamento, ao judiciário e discutido de forma ampla, sendo portanto de domínio público.
- A não promoção de nenhum tipo de informação privilegiada. O que inclui a prática de tornar acessíveis ao público em geral tabulações ou outros resultados de serviços produzidos a partir de clientes específicos que pagaram por aqueles serviços. (Pulula nos corredores de algumas APDI a concepção de que as informações públicas possuem "proprietários", mesmo sem um pagamento específico, imagina quando há pagamento!)
- Tornar todos os métodos adotados públicos, relatando todos os problemas e ressalvas inerentes à própria qualidade dos dados.
- O atendimento ágil e imparcial a todos os membros do parlamento, do judiciário e aos escritórios de pesquisa de todos os partidos, por profissionais da APDI dedicados exclusivamente a atendê-los em suas demandas. O mesmo ocorrendo para a mídia em geral.

- A adoção permanente de dois grandes níveis de revisão de todos os resultados analíticos, antes de sua divulgação. O primeiro se dá por pesquisadores externos à APDI e o segundo, a partir de revisão interna que assegure a objetividade e acatamento tanto às regulamentações existentes quanto à política definida e o planejamento aprovado.

A questão da autonomia de uma APDI é central, o que implica, dentre outras, a necessidade de criação de salvaguardas e mecanismos que garantam um fluxo orçamentário contínuo e transparente. Talvez, mais que qualquer outra coisa, esta posição é que irá diferenciar a imagem pública (com credibilidade) de uma agência produtora e disseminadora de informação daquela de ser uma agência "do governo". Ser uma agência voltada para a coletividade, para o bem público, conseguindo dar o grande salto de qualidade: produzir e disseminar informação pública e não informação governamental. Vale transcrever o alerta apresentado pelo GTISP/ABRASCO-ABEP (1993):

"Para dar materialidade às propostas..., é mister se pensar na sua base de financiamento, face ao processo de desmonte das instituições públicas produtoras de informações, particularmente nos últimos anos. (...) A situação está de tal modo grave, que permite levantar a hipótese que este esvaziamento se dê em um contexto de terceirização de atividades estratégicas como forma de viabilizar a expansão de mercado para as softhouses. Pulverizar os dados, em diferentes instâncias produtoras de informações, gera problemas para a população desvendar os labirintos de acesso aos dados e, assim, reconstruir uma visão mais globalizada dos diferentes processos de vida e morte a que está submetida, dificultando o exercício da cidadania, uma vez que a informação revela a omissão ou ação das políticas públicas."

Enfim, as questões apenas apontadas no decorrer deste item 2, pretendem, quando muito, ilustrar a dimensão política e ética da *práxis* informacional, cujo (re)pensar, face a um projeto democrático emancipatório, só se dará nos marcos de mecanismos coletivos de inclusão de novos interlocutores, até então afastados da gestão de informações, em um processo amplo de debates e participação ativa, como por exemplo, nas Conferências Nacionais de Informação e na definição de um novo arcabouço jurídico-legal e institucional.

Questões que precisam estar inscritas na agenda de negociações desenvolvidas em

torno da definição de uma Política de Informações para o país. Desafios políticos, a serem politicamente enfrentados de forma democrática e não politicamente reduzidos a um enfoque tecnicista, contábil-financeiro. São questões concretas que têm reflexos práticos sobre a vida cotidiana de um país, sobre o próprio fundamento da democracia. Questões que serão respondidas a partir de novos pactos de governamentalidade tecidos por sujeitos informacionais: relações de poder e produção de saber!

A política e a ética informacional que se pretende aqui delinear se funda na concepção de que a informação produzida em uma sociedade constitui um bem público, um bem historicamente construído e que deve estar a serviço do bem-estar coletivo e não apenas de interesses específicos, sendo considerado de "propriedade e uso geral". Bem comum, cujo único limite esteja fundado na própria definição ética/política sobre os marcos definidores da ingerência da esfera pública sobre a esfera privada do indivíduo.

3. "QUI CUSTODIET CUSTODES"? MECANISMOS COLETIVOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

"Quem controlará o controlador?" O agudo senso da coisa pública dos romanos cunhou esta indagação capilar, a qual me aproprio alargando o conceito de 'controlador' para incluir instrumentos centrais a um bio-poder vigilante: as informações em saúde. Assim, formulo a seguinte questão: Quem controla as decisões sobre a rede de olhares vigilantes tecida enquanto um dos dispositivos de poder? Esta é a linha central sobre a qual se baseia o desenvolvimento deste item 3, como parte fundamental de um novo modo de gerir a informação em saúde.

A proteção aos direitos humanos, dentre os quais o direito à informação, é uma questão que passa pela dinâmica dos pactos de governamentalidade alcançados. Pactos estes que, na análise de Lyotard (1979:120) da sociedade pós-moderna, apresentam duas alternativas. Para ele, o jogo de poder se resume ao controle da informação e da circulação do conhecimento tornado mercadoria. Assim sendo, "...[a informação] *pode tornar-se o instrumento 'sonhado' de controle e regulamentação do sistema de mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio do desempenho. Ela comporta então inevitavelmente o terror.* [O que em termos de informações em saúde significa a radicalização de seu componente genealógico: instrumento do bio-poder vigilante] *Pode também servir aos grupos de discussão sobre os metaprescritivos, dando-lhes as informações de que eles carecem ordinariamente para decidir em conhecimento de causa. A linha a seguir, para fazê-la bifurcar neste último sentido, é bastante simples em princípio: é a de que o público tenha acesso livremente às memórias e aos bancos de dados. Os jogos de informação serão então jogos de informação completa no momento considerado.*"

A segunda alternativa parte de um liberalismo que não existe em sociedades concretas, quando muito, apenas enquanto princípio. Portanto, a "saída" apresentada por Lyotard não parece corresponder exatamente a uma alternativa com fundamento no mundo material. Enquanto princípio precisa passar a estar inscrito no real, o que pode vir a se dar, de acordo com a linha de pensamento desenvolvido no presente estudo, em um processo de construção social e política que se concretiza nas disputas de relações de poder e produção de saber.

Assim, se a idéia é vincular o (re)pensar da *práxis* informacional (em geral ou específica na saúde) a um projeto de democracia emancipatória no Brasil, a estratégia que se propõe para reflexão se inscreve nos marcos de conquistas de espaços plurais, participativos, coletivos para onde possam fluir os diferentes interesses imersos no processo informacional brasileiro, com a inclusão de sujeitos informacionais que defendam o interesse do bem comum e se comprometam em fomentar movimentos de ampliação do debate político sobre as informações, enquanto problema da maior relevância para o país.

Propõe-se que o 'novo' necessário ao atual processo de gestão da informação esteja colocado, enquanto dimensão basilar, na pactuação de novos mecanismos que contemplem o 'coletivo', superando a fase dos 'chefes' das APDI que decidem de forma tecnocrática, seguindo a racionalidade genealógica com maior ou menor rigidez, mas sem compartilharem com outros sujeitos informacionais. Não se pode deixar tal poder "nas mãos" unicamente dos produtores/gestores de informações. É preciso democratizar tanto poder, incluindo no processo novos interlocutores que podem contribuir com preocupações diferentes, para além da busca de eficiência do "olhar do Estado" sobre a sociedade, defendendo, por exemplo, exatamente a necessidade de impor limites a estes dispositivos. Mecanismos coletivos podem definir uma nova dinâmica para a *práxis* informacional: democrática e participativa. Não como mais uma instância burocrática para filtrar, selecionar e atrasar as exigências da sociedade, mas podem representar um controle social sobre a gestão da meta-informação, sobre as informações produzidas a partir da sociedade e que estão sob a administração de instituições governamentais: as APDI(s).

Obviamente uma tal proposta encontra opositores estruturais e conjunturais: (i) lideranças da elite empresarial e política brasileira, a quem não interessa mecanismos democráticos de controle de gestão da informação que possam resultar na ampliação de uma cultura informacional emancipatória, permeando segmentos cada vez maiores da sociedade; (ii) profissionais de ciência & tecnologia que defendem uma visão tecnicista da sociedade; (iii) profissionais do "staff" das APDI por se sentirem ameaçados pela visão (equivocada!) de que "perderão poder". Equivocada porque não irão **perder** mas sim **compartilhar**, não apenas do "seu poder", mas com os "outros poderes" que serão também compartilhados em um processo de negociações multilaterais, onde a APDI 'ganha' em estatura e relevância política. Diferentes países que optaram pela implementação de mecanismos coletivos de gestão da informação avaliam, como um dos principais 'ganhos'

desta opção, ser esta a melhor alternativa para limitar as pressões políticas e econômicas específicas e cartoriais sob as quais as APDI se vêem cotidianamente expostas.

Como abordado anteriormente, a gestão da informação em saúde reproduz a racionalidade hegemônica do Estado brasileiro. Gestão centralizada, fragmentadora do real, que se dá, em geral, sem a participação do chamado pólo receptor, que na proposta aqui esboçada constitui-se, enquanto um sujeito social, agente da história e da informação produzida pela sociedade. No modelo de gestão preconizado, apenas a participação deste sujeito informacional (historicamente reduzido a um receptor passivo), em um processo de relações de poder, poderá trazer alguma repercussão face à proposta de inversão da fórmula clássica, onde o Estado tem o direito de perguntar e a sociedade o dever de responder. Reivindica-se, para a sociedade como um todo, o direito de participar das decisões que dizem respeito à forma como o Estado irá continuar "olhando" para esta sociedade. Abre-se, assim, mais uma fronteira no longo movimento de ampliação da liberdade, da igualdade entre os homens em um processo democrático emancipatório que aspire, utopicamente, por um mundo mais fraterno.

A menção ao ideário da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), provavelmente, se deve à lembrança de que este movimento, em sua complexidade, demonstrou o poder das pessoas comuns de uma maneira que nenhum dos governos subseqüentes jamais se permitiu esquecer - nem que seja na forma de exércitos destreinados, improvisados, recrutados, derrotando a coalizão das melhores e mais experimentadas tropas dos antigos regimes. Segundo Hobsbawm (1996) este é o último discurso emancipatório elaborado pelo homem e que ainda perpassa os projetos de mudanças gestados nos tempos pós-modernos.

"A Revolução Francesa deu aos povos a noção de que a história pode ser mudada por sua opção. Deu-lhes também, a propósito, o que até hoje permanece como a mais poderosa divisa jamais formulada para a política da democracia e das pessoas comuns que ela inaugurou: Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (Hobsbawm, 1996:125).

A Revolução Francesa torna-se, assim, em marco histórico de um movimento que ecoa, mais do que nunca, até os dias atuais: o homem comum se descobre e conquista-se como sujeito de sua própria destinação histórica. É sujeito que se deve autoconfigurar

responsavelmente, enquanto autor de todo processo histórico da cultura. Movimento grandioso cujas ondas repercutem contemporaneamente no próprio processo do homem comum vir, paulatinamente, se descobrindo como autor da cultura informacional. Enquanto co-partícipe da sociedade que produz a informação, dialeticamente a retraduz a partir de sua própria existência de sujeito, em um esforço de totalização - jamais acabada - através do qual o homem tenta alcançar a plenitude infinita de sua existência. Cultura informacional que cada vez mais faz parte da própria instauração de um mundo em que o homem se humaniza, humanizando-o. Com a informação, o homem se faz homem. Ao tomar a informação como objeto de seu domínio nas sociedades contemporâneas, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana, detentor de direitos plenos: identificando-se como cidadão de sua cidade, de seu país, do mundo. Cidadão de um mundo globalizado, não necessariamente "eternizado" em seus poderes vigilantes de dominação, massificação e homogeneização.

Aceitando-se que a tessitura última do processo histórico da humanidade se faz no confronto e enfrentamento de consciências intersubjetivas, mais do nunca se faz necessário o acesso democrático a informações democratizantes, em um processo complexo de conquistas e descobertas do homem como sujeito crítico de seu tempo e lugar, o que transforma a *práxis* informacional em "prática da liberdade e igualdade entre os homens". Processo este no qual o homem percebe que a informação pode ser destinada a liberá-los como sujeitos em vez de mantê-los aprisionados como objetos, sob os quais recaem olhares distribuídos em uma rede de poderes multifacetada.

A proposta aqui desenhada se constitui em alternativa ao poder hegemonicamente instituído: o homem, sujeito de sua história, se constitui em um contra-poder que se faz presente nos embates das relações de poder, construindo a sua verdade, dizendo-a enquanto prática libertadora e criadora. Libertando-se de um mundo onde subjaz a massa anônima, sem rostos, sem identidade, que compõe os números das bases de dados. Trata-se de um movimento que jamais se encerra, imerso que está no *continuum* de reconstrução crítica do mundo. Significa abertura de novos caminhos, com novos interlocutores presentes nos pactos de governamentalidade, na medida em que se delineia, de forma dialógica, coletiva, interativa, um projeto histórico de um mundo mais livre, igualitário e fraterno, onde o "homem comum" expresse a sua palavra, lutando por participar dos jogos de interesse presentes na definição de uma Política de Informações, em qualquer que seja seu nível (nacional, estadual, municipal) ou o seu universo (de saúde, educacional, econômico,

territorial, previdenciário, jurídico, etc.). Política de Informações que, neste caso, pressupõe ser forjada *com* ele (sujeito informacional) e não *para* ele.

Daí a necessidade de pensar a informação superando a visão de polaridades (pólo produtor, pólo receptor), expressa no capítulo anterior, pois na linha de pensamento delineada, a dialogicidade (entre iguais) passa a ser a essência da prática informacional. Não há um (pólo) sem o outro, mas ambos em permanente interlocução. Subjetividade e objetividade, reflexão/prática e ação informacional em permanente dialeticidade.

Alguns poderão argumentar que para se contrapor a um poder que seleciona, levanta, organiza, filtra e dissemina a informação segundo sua racionalidade e portanto seus interesses, somente a instauração de todo um processo informacional em paralelo ao implementado pelas agências governamentais produtoras e disseminadoras de informação. Um dos exemplos mais bem ilustrativos desta opção pode ser encontrado no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, criado pelo movimento sindical em 1955, como resultado da greve no município de São Paulo em 1953.

O DIEESE torna-se uma agência produtora e disseminadora de informações controlada por sindicalistas e totalmente dedicada a suprir as necessidades de informação implicadas naquele momento histórico, na luta político-institucional dos trabalhadores em embate com outras forças. O controle do processo informacional torna-se um fator crucial na ação coletiva das reivindicações trabalhistas, para que fosse possível fazer frente às informações utilizadas *"pelos patrões e pelo poder governamental, que manipulavam índices de custo de vida para arrochar salários durante as negociações entre as partes"* (Chaia, 1994:47). Este sentido de monopólio governamental do levantamento e cálculo, por exemplo, dos índices inflacionários, vem sendo paulatinamente relativizado, frente aos embates no campo político, onde o fato do Sindicato sentar nas "mesas de negociações", apresentando uma informação tratada sob a sua ótica, representou um marco fundamental na história recente brasileira das lutas populares.

Esta alternativa representada pelo DIEESE ganha outros contornos quando a ampliação do processo democrático abre espaços para a participação, criando novos canais de controle do poder. Assim, proliferam-se (a partir do início dos anos 80) os movimentos sociais, consolida-se o Partido dos Trabalhadores, aumenta o número de núcleos ou centros de pesquisas. O DIEESE inicia uma nova etapa, marcada pela associação com outras

entidades, em especial com a Fundação SEADE (SP), continuando a subsidiar a luta sindical e se mantendo como a mais significativa fonte de produção de dados estatísticos para o movimento dos trabalhadores, mas agora atuando em parceria com outras instituições políticas e de pesquisas (Chaia, 1994).

Outro exemplo mais recente, são as informações produzidas pelo Movimento dos Sem Terra (MST) sobre os assentamentos de famílias e de terras improdutivas, demonstrando uma profunda organização de todo o processo de luta empreendida em defesa da Reforma Agrária. A consistência de seus levantamentos fragiliza a pseudo-segurança governamental ao descortinar a manipulação existente por trás dos números apresentados como sendo "os verdadeiros, os oficiais". O uso da informação passa a ser a munição fundamental nos conflitos em suas diferentes arenas: mesas de negociações, mídia interna e externa, estudos acadêmicos e de ONG. Informação e ação política formam assim um par imperioso, como faces de uma mesma moeda: a luta por pactos de governamentalidade erigidos a partir de um processo de democracia emancipatória.

Assim, o DIEESE e o MST, em contextos diferentes, ilustram exemplarmente a tomada de consciência do trabalhador sobre a importância da informação para a sua luta política. Consciência que enfatiza como sendo necessário, mas não suficiente, o acesso a uma informação produzida sob a ótica dos interesses que lhes são antagônicos. Consciência de que a informação é sempre espaço estratégico de disputa de interesses que se expressam na própria conformação das informações, daí a essencialidade da "visão dos trabalhadores", da cidade ou do campo, também se expressarem: consciência informacional.

A questão que aqui se impõe à reflexão é que nem sempre a alternativa pelo "controle da informação" como expressão de uma "consciência informacional" nos moldes propostos pelo DIEESE e MST se constituem numa opção factível. Em diversas outras dimensões da vida humana, dada a sua própria complexidade e do processo mesmo de produção e disseminação da informação, um "processamento em paralelo" não será possível. Isto sem contar o custo crescente embutido nas tecnologias informacionais. Também não dá conta do desafio contemporâneo de inverter a fórmula historicamente constituída, pois o Estado continuará a se outorgar o direito de perguntar, restando à população o dever de responder. Este modelo permanece intocável, uma vez que o que se criam são outros fluxos de produção e disseminação de informação, em paralelo aos considerados "oficiais".

É, pois, seguindo esta linha de raciocínio, que se apresenta a proposta de criação de mecanismos coletivos de gestão da informação, de tal forma que esta deixe de ser tratada como 'informação governamental' e passe a ser apropriada pela sociedade, tornando-se 'informação pública'. Em um processo de lutas/conquistas contínuas as agências produtoras de informação deixariam de ser agências voltadas para produzir informação **para o governo**, passando a produzir **para a sociedade** em parceria com outros interlocutores que representem diferentes interesses sociais, políticos e econômicos.

Este cenário pressupõe o desenho de novos contornos a orientarem a *práxis* informacional no Brasil, de tal modo que fique explícito que esta se insere no contexto político de negociações e de conquistas. Dentre as alterações necessárias algumas já foram discutidas nos itens anteriores, tais como a necessidade de realização de Conferências Nacionais de Informações e a adoção de um novo arcabouço jurídico-legal com dotação orçamentária explícita, autônoma e transparente. Também, enquanto questão central nesta proposta de (re)engenharia, destaca-se a constituição formal de mecanismo coletivo de gestão da informação, enquanto espaço permanente de negociações em torno das decisões que envolvem proposições e acompanhamento da implementação da Política de Informações.

Para não ficar especulando em um vazio teórico, prefere-se trabalhar com proposta já apresentada e discutida no referido I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Trata-se de um desenho bem próximo do que aqui vem sendo delineado. O citado documento propõe o estabelecimento de uma coordenação compartilhada com as associações científicas, entidades da sociedade organizada e o governo, através da criação do **Conselho Nacional de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais** (CONISET).

"Este espaço está sendo proposto para que se ampliem as possibilidades de superação de disputas tecnicistas (entre os diferentes produtores de dados) e do histórico afastamento de entidades organizadas da sociedade do processo de gestão da informação. O CONISET deve ser um fórum de caráter permanente (locus possível de disputa entre saberes e interesses, muitas vezes contraditórios, a serem negociados), no qual as questões estratégicas estarão sendo debatidas, ampliando as possibilidades de implementação de uma PNI.

*Deve constituir-se em um fórum privilegiado para o qual confluirão os debates dos interlocutores envolvidos, no sentido da busca de um acordo que dê respaldo político e técnico legitimador a um novo **modus faciendi** para a gestão da informação: colegiada, participativa, democrática e compromissada com o avanço da consciência de cidadania" (Fórum, 1996).*

A proposta do Fórum traz a marca do ineditismo, tanto ao trazer para o centro da discussão uma composição para o CONISET assentada na tríade basilar (sociedades científicas, outras entidades organizadas da sociedade e governo), em torno da qual os interesses relacionados com a Informação vêm fluindo e se confrontando, quanto por este movimento vir se gestando a partir de iniciativas articuladas entre sociedades científicas tão diferenciadas como por exemplo a Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC), a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e a Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica (SBEP). Todas, apesar de localizadas em patamares de visão diferentes, reconhecem a premência de pensarem, de forma articulada, novos modos de produzir e disseminar a informação na atualidade.

Em seu documento, o Fórum tem o mérito de "levantar questões" e traçar os marcos dentro dos quais está aberto o debate a ser implementado em um processo amplo de discussão. Como exemplo de pontos a serem definidos, apresenta a questão sobre a quem o CONISET deve estar vinculado: (i) SBPC; ii) Congresso Nacional; iii) Ministério do Planejamento) e sobre sua própria composição (mais ou menos 40 membros: representantes de cada Comitê Técnico Consultivo, presidente do IBGE, representantes das centrais sindicais, das associações industriais, financeiras e comerciais, da Associação Brasileira de ONG, da mídia falada e escrita, do governo federal, estadual e municipal e de movimentos como o MST). Os Comitês Técnicos Consultivos (CTC) acima mencionados, são estabelecidos pelo CONISET e compostos por 10 a 15 *experts*, "indicados pelas sociedades científicas, abrangendo questões/problemas relevantes quanto às informações sobre a população brasileira (...) devem procurar articulações com as demais áreas, cabendo ao CONISET a articulação final (...). Os CTC são importantes, também, por representarem uma avaliação externa das informações oficiais, conferindo a ampliação da possibilidade de uma garantia autônoma e independente, sobre a qualidade dos dados (...). Sedimenta, assim, uma base de confiança pública fundamental para a credibilidade sobre as informações produzidas pelas agências. Para tal, os membros dos CTC precisam ser indicações das sociedades científicas, independentes de "convite" da direção das

agências produtoras, baseadas no prestígio e competência de cada membro (...), proporcionando assim a possibilidade de tratarem as questões postas pelo CONISSET nos marcos da autonomia acadêmica e das mais avançadas metodologias ...". (Fórum, 1996)

Esta estrutura de gestão colegiada além de dar concretude a um projeto de democracia participativa, ampliando a possibilidade de interesses mais voltados ao bem comum se fazerem presentes - na medida em que as demandas da sociedade passam a ter um espaço para onde confluírem, ofertando maior viabilidade ao processo que confere à informação o *status* de pública, também aumenta as probabilidades de implementação de propostas voltadas para a compatibilidade de bases de dados. Uma coordenação das ações informacionais pactuada, não apenas entre os gestores diretos das APDI, mas também, entre as sociedades científicas e representantes de entidades populares, ganha outra dimensão frente ao controle social potencialmente inerente a estes mecanismos coletivos.

Apesar do documento do Fórum não contemplar, será preciso que o CONISSET (e seus CTCs) ou outro mecanismo similar apresente propostas técnico-políticas de operacionalização da Política Nacional de Informações, com destaque para aquelas referentes à repartição dos "deveres do Estado" em cada esfera de governo, face à necessidade de superação da histórica centralização da função de informar. Um 'novo pacto federativo' em relação à produção e disseminação de informações se faz premente, envolvendo uma reforma tributária que dê factibilidade a agências estaduais e municipais de cumprirem, também, com o dever do Estado de informar.

Estas considerações remetem à reflexão sobre o próprio papel do IBGE, enquanto instância prioritária em um processo de (re)pensar o modo de gerir a informação. Aliás, o próprio IBGE poderia se adiantar e convocar em seu âmbito, o Conselho Técnico, instituído desde 1973 (lei nº 5.878 - art. 13.), com a função de § 2º: *"acompanhar, em alto nível, as atividades técnicas do IBGE, avaliando (...) e recomendando a adoção de providências que julgar convenientes."* § 3º: *"O Conselho Técnico funcionará, também, como órgão consultivo para os assuntos de natureza técnica compreendidos nas áreas de competência do IBGE."*

O Partido dos Trabalhadores, em documento intitulado "Frente Brasil Popular pela Cidadania" (1994), apresenta a seguinte análise: *"O IBGE, organismo oficial de elaboração de informações estatísticas, tem um passado marcado pela intervenção*

política na definição de suas pesquisas e na divulgação seletiva de seus resultados. Além disso, os últimos governos destruíram sua estrutura organizacional, como se constatou no censo de 1991, (...)". Parece estar subjacente nesta análise o pensamento de que existe a possibilidade, no cenário contemporâneo, de **não** haver "intervenção política" no processo de produção e disseminação de informações, desencadeando um raciocínio que aponte para uma proposta do tipo: Como evitar esta intervenção política? Quase caindo na armadilha na neutralidade da técnica e dos técnicos, adotando a falaciosa visão de opor o técnico ao político.

A proposta delineada na presente investigação parte exatamente do entendimento inverso: Não há como escapar das "intervensões políticas", na hipótese de adoção do marco referencial construído nos Capítulos I e II que conclui pela afirmação de que Informação (em geral e/ou em saúde) vêm se constituindo em espaço estratégico de disputas políticas, enquanto relações de poder e produção de saber. Portanto, a alternativa que se apresenta é o exercício político de "mais poder" no jogo das relações em luta, daí a proposta pela inclusão de novos 'sujeitos informacionais' (em exercício de poder) comprometidos com a defesa do direito do cidadão à informação. A importância estratégica que as relações de poder desempenham nas sociedades modernas (depois do século XIX) vem justamente do fato de elas não serem necessariamente negativas mas positivas, quando se retira qualquer juízo de valor moral ou político.

O indivíduo passa a ser objeto e sujeito de conhecimento, com o surgimento das ciências humanas no século XIX. Talvez um dos grandes desafios para a humanidade, na virada para o século XXI, seja o indivíduo (cidadão) deixar de ser apenas objeto, e tornar-se, também sujeito do processo informacional. Este novo estatuto supera o fato do indivíduo ainda ser visto enquanto um pólo receptor, limitado por restrições quer explícitas quer mais sutis, mas sempre interdições, seja pelos saberes técnicos e/ou interesses políticos. Que o século XXI passe para a história como aquele no qual o Homem superou a afirmação característica do século XX: "Não é qualquer um que pode ser sujeito de saberes sobre a meta-informação!"

Em suma, não tem como "retirar a política" do processo informacional. Ao contrário, é preciso "fazer política" estabelecendo novos interlocutores que (re)direcionem a Política de Informações, colocando-a a serviço do bem comum. Daí a essencialidade de novos mecanismos coletivos de gestão da informação (MCGI) pensados como espaços de

exercício político, inscritos no campo estratégico dos dispositivos de poder, na luta por pactos de governamentalidade orientados a um projeto de democracia emancipatória para o país. A necessidade do estabelecimento de instâncias coletivas de gestão da informação também pode ser ressaltada como alternativa relevante, se o objetivo for superar a pouca comunicabilidade entre os sistemas de informações que conformam uma verdadeira miríade de informações produzidas por APDI nacionais, estaduais e municipais, por institutos de pesquisa vinculados a universidades, a sindicatos patronais e de trabalhadores.

Este amplo universo caleidoscópico expressa o *modus operandi* do Estado brasileiro, que caracteriza sua atuação por um conjunto de medidas pontuais, conflituais e compensatórias perante os problemas do momento, como respostas a crises localizadas, fragmentando a realidade. Esta lógica se reproduz *ad nauseam* para dentro de cada "setor" e em cada um de "seus" sistemas de informações (Moraes, 1994). Mas também está presente, entre os nós desta rede fractal, a prática informacional de um contra-poder. Afinal, onde há poder, há resistência; há poder na luta. Diz respeito, por exemplo, às iniciativas, já referidas, que vêm rompendo com o caráter de exclusividade e monopólio do Estado na função de informar. A participação nos MCGI de representantes vinculados a estas experiências constituem condição *sine qua non* a um esforço de coordenação e compatibilização conceitual, tecnológica, metodológica e de disseminação.

A esta instância coletiva de gestão da informação caberá, também, como questão fundamental a integrar sua Agenda de Trabalho, a adoção de tabelas, cadastros e padrões de produção e disseminação de informação que sejam compatíveis entre si, permitindo potencializar o uso das informações administrativas, estatísticas e/ou espaciais existentes. Também se insere na Agenda Política, como função primordial a um novo projeto de gestão da informação no País, medidas que enfatizem a dimensão emancipadora da informação como alternativa a sua face hegemônica: dispositivo de um poder vigilante, que tem por objetivos, dentre outros, aumentar a capacidade produtiva e diminuir a força política da população, ou seja, formas sutis de docilização.

Procurou-se, neste item, apresentar ao debate, enquanto alternativa à presente estrutura de gestão da informação no Brasil, a proposta do estabelecimento de mecanismos coletivos de gestão da informação como forma de ampliar os espaços de interlocuções entre sociedade civil, entidades científicas e governo. Proposta válida, seja em relação às informações em geral, seja no âmbito da Saúde, conforme expresso, por exemplo, pelo

Grupo Temático de Informações em Saúde e População - GTISP/ABRASCO-ABEP, em seu documento "Informação em Saúde a Serviço da Sociedade" (1994):

*"Para que se ampliem as possibilidades de superação das disputas tecnicistas e do histórico afastamento de entidades organizadas da sociedade do processo de gestão da informação, é que se propõe o estabelecimento de uma coordenação compartilhada, através da criação de **Comitê Nacional de Informação em Saúde, vinculado ao Conselho Nacional de Saúde.** (...) Esse modelo de gestão da informação deverá se reproduzir em cada um dos três níveis de governo, vinculados aos respectivos Conselhos de Saúde, garantindo a participação de representantes da sociedade organizada e do governo, em consonância com os ditames legais (lei 8142/90)".*

Vale transcrever análise de Proserpio (1994) por conter pontos que se aproximam da proposta aqui desenvolvida: *"Com pequenas diferenças entre si, os órgãos nacionais de estatística da França, Holanda e Itália são dirigidos por conselhos compostos por representantes dos usuários de estatísticas e informações, provenientes da comunidade universitária, sindicatos patronais e de trabalhadores, governo federal, governo local, etc. Dentre as atribuições destes conselhos estão as decisões referentes ao rol de estatísticas a serem elaboradas (Plano de Trabalho), acompanhamento e fiscalização dos indicadores, redefinição de metodologias e eleição de seus dirigentes. (...) a multiplicidade e variedade de organismos, produtores das mesmas informações, deu lugar à participação múltipla e representativa ..."*

Esta também parece ser a tendência em vários outros países. Moore (1992) identifica além dos 33 países da Comunidade Européia e da América do Norte, 18 outros países têm alguma forma de Comissão Nacional para subsidiar as decisões sobre a produção e disseminação das informações, sendo vista como o meio pelo qual as informações podem melhorar. Apesar das variações quanto à composição e vinculação organizacional, estes países possuem pontos comuns no que se refere à gestão da informação. Em todos observa-se a existência de mecanismos colegiados, com participação de representantes de diferentes segmentos organizados da sociedade, em diálogo permanente com os gestores executivos das APDI. Constituem-se instâncias que procuram manter um certo grau de autonomia frente aos produtores das informações.

Ao se analisar as experiências em andamento nestes países, observa-se o esforço crescente no sentido de imprimir uma racionalidade que vincule a produção das informações para atender, prioritariamente, às necessidades da sociedade como um todo e não restrito às demandas dos aparelhos governamentais. *"Estatísticas coletadas sob os auspícios do governo não só devem atender às necessidades do governo, mas também desempenhar papéis críticos na avaliação da política e da performance governamental, informando sobre as condições sociais e econômicas e atendendo tanto ao público em geral como às necessidades específicas"* (Fienberg, 1991). Este é um salto importante com repercussões concretas para a prática informacional. A informação produzida no âmbito dos aparelhos de Estado deixa de ser "do governo" passando a ser pública: de toda a sociedade, fazendo prevalecer o princípio de que a informação é dever do Estado e direito do cidadão, em um projeto de democracia emancipatória.

Antes de encerrar este item, vale lembrar documento do Ministério da Saúde "Descentralização das Ações e Serviços de Saúde: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei", em sua versão de abril/93:

"A adequada atuação desses focos (Conferência de Saúde e Conselhos de Saúde) pressupõe, ainda, a existência de mecanismos e procedimentos de gestão que confirmem visibilidade aos atos dos gestores e permitam o acesso às informações necessárias à ação de controle social (...). Trata-se, portanto, de consolidar instrumentos que viabilizem a prática democrática participativa, criando condições para os cidadãos, através de órgãos representativos da sociedade civil, participarem das decisões do Estado que afetam suas vidas nas questões de saúde."

Espera-se que a exposição desenvolvida até aqui tenha deixado claro que a proteção dos direitos humanos, dentre eles o direito à informação, é uma questão de luta em arenas de relações de poder e produção de saber, em contextos de democracia representativa e democracia participativa. Sem entrar na polêmica entre os defensores de cada uma, é preciso convir na necessidade de cada um desses sistemas completar e aperfeiçoar o outro. Da sábia montagem de mecanismos de fertilização recíproca dependerá a sobrevivência do homem, em sua eminente dignidade de pessoa. É importante que este se descubra enquanto "sujeito informacional", co-partícipe ativo na construção de uma Política de Informações democrática e democratizante.

4. DISSEMINAÇÃO: COMPROMISSO PRIMORDIAL DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

art. 5º - n. XIV É assegurado a todos o acesso à informação....

Constituição Brasileira (1988). Capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

A materialidade deste direito de cidadania, assegurado pela Constituição, está diretamente dependente das estratégias de disseminação adotadas pelo Estado brasileiro através de suas agências produtoras e disseminadoras de informações (APDI). Refere-se, portanto, à Política de Estado estabelecida a partir da dinâmica de um "pacto de governamentalidade". Pretende-se, neste item, realçar o papel estratégico que as ações de disseminação desempenham na própria constituição do "pacto de governamentalidade". Não são apenas (i) produto (*out put*) deste, mas também (ii) munição (*in put*) utilizada nos processos de negociações engendradas no decorrer do próprio "pacto" e (iii) objeto de disputa de interesses que envolvem a definição de o que, como, quando e para quem disseminar.

4.1. Disseminação e Política da Verdade

Este "status" de produto, insumo e ao mesmo tempo objeto ocupado pela disseminação, na hipótese aqui trabalhada, deve-se dentre outras determinações, pela íntima e promíscua relação existente entre as ações de disseminar e a Política de Verdade produzida pelos sistemas de poder existentes nas sociedades contemporâneas. A veiculação de informação produzida pela APDI ocupa um lugar estratégico no mundo atual enquanto um dos efeitos específicos dos "discursos verdadeiros". É veiculado, junto com as informações, a noção de que estas estão investidas da aura de que são portadoras da "Verdade". Verdade ancorada no rigor do saber tecno-científico utilizado na produção, tratamento e análise das informações.

A partir da transparência da sociedade para um Estado vigilante, através de uma rede de coleta de informações sobre a população, a dinâmica da vida é apresentada

("devolvida") via disseminação de informações, em um escalonamento de **tipos de acontecimentos** reduzidos ao nível da linguagem e/ou preferencialmente passíveis de quantificação (para facilitar o tratamento estatístico) que passam pelo filtro da Política da Verdade. Esta se faz presente, de forma concreta, quando:

- Selecionam-se quais os "acontecimentos" (variáveis) da vida das populações serão objeto de observação sistemática pelos dispositivos do biopoder.
- Dentre as variáveis coletadas, definem-se aquelas avaliadas, tecno-cientificamente, como pertinentes para serem transformadas em Informação relevante para os dispositivos de poder.
- Controla-se a "livre-circulação" da informação, decidindo sobre os critérios de abrangência, agregação, periodicidade, melhor suporte para sua veiculação, público alvo; enfim, quando conformam o Plano de Disseminação de Informação. (PDI).

A Política da Verdade, presente nos PDI, não existe fora das relações de poder e da produção de saber. Ela é produzida nas sociedades graças a múltiplas coerções e nelas produz efeitos regulamentados de poder. *"Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como os verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (...) Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" - entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha..."* (Foucault, 1982: 12-13).

Verdade/poder - unicidade dotada de complexidade - que determina um processo de seletividade estrutural (Offe, 1984) que permeia dinâmica e continuamente todo o processo informacional e mais especificamente as estratégias de disseminação. Estas "filtragens" se dão mesmo em contextos de "explosão discursiva" (quando se tem cataratas de informações sendo divulgadas diariamente por centenas de veículos de disseminação/comunicação) que ocorre imersa em um controle "a priorístico" das próprias

enunciações, seja ao nível de uma política da língua e da palavra, seja das agendas e arenas de debates definidos como relevantes em contextos históricos específicos.

Uma outra clivagem, enquanto hipótese de análise, que se quer realçar em relação a uma política informacional, refere-se ao fato de que a disseminação é função do processo de coleta e produção da informação. As variáveis a serem disseminadas situam-se exatamente no ponto de interseção entre os movimentos próprios da vida e os efeitos e interesses particulares das instituições: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, situação de saúde, incidência e prevalência das doenças, forma de alimentação e de moradia. O momento da disseminação expressa a retradução do vivido pela população, para esta mesma população, mas já agora sob a ótica dos dispositivos de poder/verdade. A Informação produzida, muitas vezes considerada secreta (segurança nacional, sigilo institucional, proteção à privacidade) e submetida a regras e procedimentos técnicos rigorosos, vai paulatinamente se tornando uma máquina poderosa que pode "produzir a verdade."

É por isso que se pode afirmar que faz parte da política de disseminação de informação em saúde, tanto o que é "dito" e "mostrado", quanto o próprio mutismo: aquilo que se recusa a dizer. Uma certa discricção dos centros de disseminação ou mesmo um certo "cuidado" que se expressa por sombras, por informações "neutralizadas" que aparecem lado a lado das "coisas ditas" sob os "holofotes" do discurso considerado portador da verdade, na miríade de estratégias de disseminação de informações que se pulverizam no aparato estatal e na sociedade, atomizando, fragmentando a percepção de processos complexos da vida humana. Deste modo, há o controle da livre-circulação da informação, onde todas as informações são divulgadas, sem a necessidade de um desgaste político, de uma "censura explícita".

Não se trata mais, apenas, de denunciar o que não é dito, não é divulgado; o desafio agora é tentar desvendar as diferentes maneiras de não dizer, mesmo que aparentemente dizendo: Como e onde estão distribuídos os que podem e os que não podem falar; como se decide o que vai ser disseminado; que tipo de discurso é autorizado? Não existe um só, mas muitos silêncios e discursos de verdade em luta, em conflitos que estão presentes nas disputas em torno das estratégias de disseminação.

Ao longo da história de conformação das informações em saúde foram sendo

definidas formas de determinados discursos e saberes sobre a vida e a saúde das populações. Estabeleceram-se instâncias diferentes, conforme visto no Capítulo I, com atribuições específicas de armazenamento e análise das informações coletadas pela teia de olhares. Codificaram-se os conteúdos e qualificaram-se os locutores: desde o profissional detentor do saber, às instituições consagradas ao processo informacional, que constituíram-se contemporaneamente nas agências produtoras e disseminadoras de informações. Todos entrecruzados, sutilmente hierarquizados e articulados em torno de um feixe de relações de poder, produção de saber e regime de verdade. Poder/saber/verdade, tríade complexa que, em tempos de pós-modernidade, alcança planos de complexidade crescente.

Há também uma outra dimensão de uma Política da Verdade. A abordada anteriormente se refere àquela verdade aceita social e politicamente. Mas existe a "verdade" que **precisa** ser dita e é exigida da população. A população **tem** que dizer a verdade todas as vezes que for perguntada pelo Estado, mesmo se tratando de questões de sua vida mais íntima: se fez aborto, quantos? Frequência de relações sexuais, práticas sexuais preferidas e outras.

Talvez, a análise genealógica deste **dever de responder a verdade** aos questionários formulados pelos dispositivos institucionais, possa ser encontrado na Idade Média, quando as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção de verdade. "*A confissão de verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder*" (Foucault, 1985:58).

A obrigação em "dizer a verdade" é imposta a partir de pontos tão diferentes e já está tão profundamente incorporada no cotidiano das populações (é preciso dizer a verdade ao médico, ao assistente social, à enfermeira, ao entrevistador, ao padre, ao pastor, ao policial) que não é mais percebida como efeito de um poder que coage. Esta coação está de tal modo introjetada que Foucault (1985:59) afirma: "*O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente*".

Enfim, o que se quer apresentar para o debate é a afirmação de que a expectativa de verdade está inteiramente infiltrada pelas relações de poder e está presente tanto nas respostas dos indivíduos de uma população aos formulários, entrevistas e consultas, quanto na produção da informação e na disseminação desta informação. O dever de responder permanece sendo a matriz geral que rege a produção da informação e, conseqüentemente, a

própria disseminação. As respostas são registradas, transcritas, organizadas em prontuários, bases de dados e/ou sistemas de informação e posteriormente disseminadas. Disseminação, portanto, de informações produzidas a partir da miríade de "respostas" coletadas e que progressivamente vêm se constituindo em um grande arquivo sobre a vida, doença e morte da população. Acervo que consiste ao mesmo tempo patrimônio informacional e expressão e espaço de disputas de discursos de verdade que se articulam: o da população que "diz a verdade" sobre si mesma e o discurso da ciência que fala do corpo e da vida.

Tendo por referencial o pensamento de Foucault (1985), algumas hipóteses podem ser levantadas como tentativas de explicação sobre como o "dever de responder", inserido em uma "Política da Verdade", se articula com o discurso científico, também eivado por relações de poder e produção de saber imersos nos jogos de verdade: através de uma codificação clínica do "fazer falar". A ciência desenvolve todo um saber que combina o "dever de falar" com um saber perguntar, ouvir, e olhar - o exame; narração/confissão e a decifração de um conjunto de sinais e sintomas, só possível por aqueles que detêm a "chave" deste desvendar: a ciência, e especificamente em relação às informações em saúde, a Clínica.

Cabe ao saber científico descobrir as relações causais dos problemas a partir das "falas". As respostas, assim, passam a integrar-se ao projeto de discurso científico. É através do método da interpretação (científica) que a verdade é produzida. A verdade não está unicamente no indivíduo que a revela pronta e acabada ao "responder aos questionários", ao se submeter ao exame. A verdade se constitui na relação entre o que pergunta e o que responde: está presente naquele que fala, porém incompleta, dispersa e encoberta, e só se completa naquele que a recolhe, desvenda, organiza e difunde - o saber científico. A este incumbe a tarefa de dizer a verdade dessa obscura verdade. A verdade daquele que responde só se revela pela sua decifração, realizada pela ciência, que passa assim a ser o detentor da chave de decifração: é o dono da verdade.

A função do Saber é tanto o exercício do poder quanto constituir um discurso de verdade, sustentado e veiculado por relações de poder, que em relação ao saber específico sobre as informações produzidas (no recorte aqui trabalhado), é disseminado pelos mecanismos implantados pelas APDI. Os "relatórios de saídas" publicados correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir a verdade, regulada, que em

relação à "verdade clínica" se dá através da medicalização do decifrado a partir das "respostas ao inquérito/exame", pois estas são recodificadas na forma de operações terapêuticas, definidas de acordo com o que é considerado o normal e o patológico.

Ao postulado sustentado nesta breve introdução ao tema da disseminação, o qual pode ser resumido como sendo a idéia de que disseminar é uma questão de Política de Estado e que está imersa na Política da Verdade historicamente construída, é importante agregar-se a percepção de um outro lado desta questão: a função de disseminar também é expressão de uma vontade de saber. Está implícito no processo de disseminação a existência de mecanismos positivos, produtores de saber (vontade de saber), multiplicadores de discursos em disputas, indutores de expectativas de verdade e geradores de poder. Em suma, para melhor compreensão do significado histórico, político, econômico, social e cultural da dinâmica de disseminação corrente no Brasil, será preciso procurar de que maneira surgem, funcionam e se relacionam as definições de estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber.

Dispositivos de poder, vontade de saber e produção de discursos de verdade constituem-se em dimensões de uma Política da Verdade implícita na Política de Disseminação implementada em um país. Cujos mecanismos são a expressão regulada, filtrada, de procedimentos de poder que funcionam pela técnica, pela normalização e pelo controle que se exerce em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos, conforme apresentado no Capítulo I.

A disseminação, entendida como expressão material de discursos de verdade, passa a ser o espaço que articula poder/saber/verdade, concebida como uma série de "flashes" descontínuos sobre a realidade, cuja função tática não é uniforme nem estável. Daí as informações serem disseminadas de forma fragmentada e não contínua, onde coexistem uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes de disputas. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso, em uma de suas formas materiais - a disseminação das informações, pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, *"e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo"* (Foucault, 1985:96).

A função de disseminar está, pois, inserida na ordem do poder político, não enquanto

uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referida a todos as APDI, mas sim desempenhando dois níveis de atuação: o de uma produtividade tática na ordem do saber e ao mesmo tempo de uma integração estratégica à relação poder-saber. Ambos os níveis articulados à Política de Produção da Verdade. "*A verdade é estratégica; uma luta pelo controle e pela vitória*" (Portocarrero, 1994:55).

Mais do que nunca vive-se sob o império da razão, da busca do que seja considerado "a verdade". As práticas disseminadoras constituíram-se em instrumentos táticos e estratégicos no processo de produção e circulação dos discursos considerados verdadeiros, que variam em função de contextos históricos. Portanto, para se compreender a disseminação, na complexidade dos dias atuais, é preciso empreender a busca do conjunto de dispositivos de poder que podem esclarecer a produção de verdade subjacente aos Planos de Disseminação das APDIs. Por não ser objetivo da presente investigação, não irá se avançar para além de levantar esta dimensão da função disseminadora, na expectativa de maior aprofundamento em próximos estudos.

O que se pretende enfatizar é que o problema essencial não se resume em, por exemplo, criticar os conteúdos ideológicos que estão ligados à Ciência e à Tecnologia ou mesmo fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas sim procurar desvendar as possibilidades de constituição de uma nova política da verdade. É por isso que Foucault (1982) afirma que o problema não é mudar a "consciência" das pessoas, mas desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política central não é a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade, é o regime de verdade produzido na sociedade.

Daí a essencialidade de propostas que impliquem a ampliação do leque de interlocutores participando, de forma ativa, não só de todo o processo informacional conforme exposto anteriormente, mas das questões que se referem à própria Política de Verdade e às políticas públicas em um projeto de democracia participativa e emancipatória. Nas sociedades contemporâneas há uma opção política clara que avança em um sentido muito preciso: a Ciência e Tecnologia estão sendo valorizadas como instâncias absolutas, inquestionáveis, desempenhando esses papéis não só na produção, mas no ensino, na cultura, na ética, enfim no estabelecimento de uma Política da Verdade. Thuiller (1989:40-41) afirma:

*"A eficácia da Ciência e Tecnologia (o fato de que a geladeira gele, a avião voe) vem permitindo a certo número de pessoas impor determinada visão do mundo, justificando o poder que elas detêm na sociedade moderna. (...) "A tendência das sociedades é transferir a "especialistas", técnicos ou cientistas, problemas que são dos cidadãos: a organização dos transportes, da saúde, a concepção do ensino (...) Escolhas **políticas** são transformadas em questões a serem decididas por comitês de especialistas. Questiona-se o sistema social que lhes dá esse **poder**. O verdadeiro saber é aquele com que as pessoas são capazes de lidar. Se o público não sabe lidar com o saber ou criticá-lo, estamos exibindo uma espécie de 'vitrine da Ciência e Tecnologia' - um saber que pode ser apenas contemplado, não tocado". (Thuiller, 1981:41)*

Ou como diz Pierre Levy (1993: 12): *"A ciência e a técnica representam uma questão política e cultural excessivamente importante para serem deixadas a cargo dos irmãos inimigos (cientistas ou críticos da ciência) que concordam em ver no objeto de seus louvores ou de suas censuras um fenômeno estranho ao funcionamento social ordinário".*

O desafio é reivindicar para o conjunto da sociedade, através das entidades organizadas, a possibilidade de exercerem um controle democrático sobre os dispositivos de poder, saber, verdade. É preciso laicizar as discussões em torno de questões tão próximas ao cotidiano das pessoas de uma sociedade, como são as relacionadas à vida, doença e morte.

4.2. Disseminação: a concretização do dever do Estado de informar.

Como visto no Capítulo II, a informação é agente mediador do conhecimento. A disseminação da informação é premissa básica para a geração do conhecimento nos tempos atuais e deve estar voltada para atender a 'vontade de saber' (Foucault, 1985) de toda a sociedade e não apenas dos agentes governamentais. É também a efetivação do dever do Estado de informar, é quando a informação se concretiza ao passar a fazer parte do universo cognitivo do chamado 'receptor', aqui trabalhado como interlocutor privilegiado de um processo de interlocuções contínuas entre sujeitos informacionais: (i) o que responde (dizendo a verdade) aos levantamentos, (ii) o que pergunta, trata, produz e

dissemina a informação, (iii) o que a utiliza ou não, segundo seus saberes, no seu modo de caminhar na vida.

Face ao papel central ocupado pela disseminação no processo informacional, esta etapa deveria receber atenção prioritária nas estruturas funcionais das agências produtoras. Entretanto, não parece ser esta a realidade, segundo relata Senra (1994). Este advoga que a disseminação seja uma etapa inscrita no próprio processo de pesquisa, juntamente com a produção.

Esta falta sistemática de priorização da disseminação de informação faz parte da política institucional brasileira, pondo em risco o próprio projeto de democracia. A maioria das instâncias produtoras de informações ainda pratica o que Senra (1994) denomina de *modelo tradicional de disseminação*, cujas características são: subutilização das bases de dados existentes, atendimento lento, pontualizado, reativo e não-democrático. A organização das bases de dados dificilmente leva em conta a diversidade de demandas oriundas da sociedade, não passando de um simples armazenamento de dados. Esta não preocupação com uma disseminação ampliada acarreta um atendimento atomizado, casuístico, a exigir "tabulações especiais" contínuas, que necessitam o esforço extra de processamento e de profissionais analistas de sistemas, programadores e outros especialistas. Esta concepção de disseminação promove um atendimento clientelístico, dando margem a que ocorra todo um jogo de interesses, com um tráfico de influência nefasto entre os produtores de informação e aqueles que a necessitam. Essa dinâmica provoca insatisfações generalizadas apesar das APDI estarem cada vez mais empenhadas "em ampliar seu escopo de atuação. Vive-se o paradoxo da escassez na abundância, com reflexos negativos na atenção do poder público aos institutos de estatística que se vêem ameaçados até em sua sobrevivência real, passando muitas vezes a viver melancólica existência" (Senra, 1994:42).

Para contrapor-se à prática descrita acima, o referido autor apresenta o *modelo moderno de disseminação* cujas marcas são: otimização das bases de dados, atendimento ágil, proativo e democrático. Para tal, é necessário dedicar-se tempo para o próprio planejamento da disseminação, que deve estudar cuidadosamente o universo potencial dos interessados nas informações produzidas. Este estudo subsidiará a estruturação de um *portfólio de disseminação* e a concepção de um *portfólio referencial* - atividade essencial para potencializar o conhecimento do acervo disponível.

- **Público de interesse**

Conhecer o universo do público-alvo é etapa crucial. Entretanto, no geral, é tratada de forma empirista e casuística. Costuma-se pensar naqueles que tradicionalmente já têm acesso à informação, sem lembrar de uma demanda reprimida exatamente pela inapropriada forma de disseminar. Por exemplo, não dá para se restringir o acesso às informações disseminando-as apenas através de CD-Rom e/ou Internet, se o público-alvo for as secretarias municipais de saúde (SMS). Estas ainda não dispõem de equipamentos e de recursos humanos capacitados em quantidade e qualidade para fazerem uso intensivo de tecnologias de comunicação de dados mais atuais. Quantos computadores existem, com leitora de CR-Rom, disponíveis nas SMS de municípios de pequeno e médio porte? Com os problemas de rede de telefonia brasileira, quantos equipamentos, em cada SMS, estão ligados à Internet, especialmente na região norte, nordeste e centro-oeste? Obviamente é uma situação que a médio prazo deverá se reverter, dado inclusive à pressão das indústrias de micro-eletrônica pela ampliação de seu mercado consumidor. Mas, até lá, qual a política de disseminação existente, por exemplo, do IBGE e DATASUS/Ministério da Saúde (para citar duas APDI, diretamente relacionadas com informações de interesse para a saúde) em atender à demanda destes municípios, em um contexto de descentralização gerencial? E para capacitar as equipes gestoras de informações em saúde, existem estratégias articuladas e coordenadas para treiná-las, enquanto ação do Ministério da Saúde (MS)?

O IBGE, apesar de ter incorporado em seu discurso a proposta apresentada na III CONFEST (Conferência Nacional de Estatística, 1989), de constituição de uma Base Mínima de Informações Municipais (BMIM) a sua disseminada a todos os municípios, esta ainda se encontra em fase de estruturação. Esta proposta tem por objetivo organizar informações básicas que o IBGE dispõe, a que todo gestor municipal deveria ter acesso. Elas seriam compatibilizadas e de forma proativa, distribuídas às Prefeituras. Quanto ao DATASUS, este vem concentrando seus esforços de disponibilização no uso intensivo do CR-Rom e Internet. Isto significa que vem atendendo apenas parte dos gestores da saúde, jogando com o tempo para a ampliação desta parcela, e até lá, os gestores do interior e de municípios mais carentes ... Sem contar a ausência sistemática de mecanismos de divulgação, por parte do MS, para a sociedade em geral.

Fala-se em disseminação de informações, mas de fato veiculam-se dados, em maior

ou menor agregação, mas poucos produtos são disseminados que já contenham dados mais trabalhados que realmente possam cumprir com sua função de informar. Obviamente é fundamental a disseminação de dados o mais próximo possível do micro-dado, mas não é suficiente! É preciso também estar preparado para atender demandas de informação.

Cabe lembrar neste sentido, iniciativas da Fiocruz: RADIS (Reunião, Análise e Divulgação de Informações em Saúde), trabalho desenvolvido no âmbito da Escola Nacional de Saúde Pública; o Núcleo de Vídeo do Departamento de Comunicação em Saúde/Centro de Informação Científica e Tecnológica e a experiência do Canal Saúde (produção de programas a serem veiculados via antenas parabólicas às prefeituras).

O desafio das APDI é oferecer um leque de opções à sociedade que não seja homogêneo, procurando contemplar diferentes patamares tecnológicos e interesses. Este desafio se torna mais complexo ainda ao saber que cada modalidade oferecida deve estar adequada ao universo cultural, lingüístico, social e político de públicos específicos. Isto significa que a disponibilização realizada em linguagem técnica, seguramente será hermética para os não-técnicos e a informação não se realizará. Em relação às informações em saúde, este certo esoterismo tem sua gênese, como já abordado, na própria constituição do esoterismo médico, ao codificarem uma linguagem própria, inalcançável para a maioria dos mortais. Afinal, *não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa...*

É preciso, pois, dotar as equipes das APDI de profissionais capacitados a realizarem uma verdadeira decodificação da retórica técnica para uma retórica centrada no universo popular. Profissionais ligados a diferentes áreas, tal como a pedagogia, a comunicação, psicologia, cuja preocupação esteja centrada em adequar o conteúdo disponibilizado ao contexto de públicos heterogêneos. Pode parecer meio óbvio tal preocupação, mas a tendência observada é da existência de um verdadeiro "empacotamento" tecnológico para a distribuição. *"Alguns destes pacotes, ou canais de distribuição, são tão intensivos em tecnologias emergentes que confundem-se com o conteúdo, ou então o canal é mais valorizado que a mensagem..."* (Barreto, 1994:7)

Em suma, pensar a questão da heterogeneidade de interesses expressos nos chamados públicos-alvo pressupõe: (i) um certo nivelamento entre os contextos envolvidos no processo informacional, onde a decodificação permita o delineamento de pontes entre universos de interlocuções: aquele que produz a informação e aquele que irá realizar a

informação - ambos sujeitos no processo informacional. Mas deve-se ir adiante e perceber que (ii) não se tratam de "dois contextos" - o que produz e onde se realiza a informação, mas sim de reconhecer uma diversidade, uma heterogeneidade do real perpetuamente reencontrada, produzida a cada passo. Não são dois, mas sim "n" contextos que se interfaceiam.

A seguir este raciocínio, não é apenas a disseminação, mas todo o processo informacional é interfaceamento e portanto tradução, pois *"quase nada fala a mesma língua nem segue a mesma norma, é porque nenhuma mensagem se transmite tal qual, em um meio condutor neutro, mas antes deve ultrapassar descontinuidades que a metamorfoseiam. A própria mensagem é uma movente descontinuidade sobre um canal e seu efeito será o de produzir outras diferenças"* (Levy, 1993:183).

• **Documentação**

Outro aspecto geralmente negligenciado refere-se à documentação sobre as informações produzidas, desde sua própria elaboração até a necessidade desta ser disseminada em conjunto com as informações. A ausência sistemática de elaboração de uma documentação exaustiva sobre as bases de dados existentes cristaliza a conduta de deixar uma certa opacidade envolvendo as bases de dados, de tal modo que os profissionais que a gerenciam, tornem-se imprescindíveis. Esta postura, bem mais comum que o desejável, consolida a estrutura de 'feudos técnicos' que caracteriza a dinâmica organizacional das instituições brasileiras.

Ter a memória do sistema de informação/base de dados descrita e tornada pública potencializa seu uso e explicita seus limites e vantagens. Para tal, a documentação deve, pelo menos, contemplar: (i) os conceitos utilizados para cada variável; (ii) a descrição da metodologia de coleta e tratamento do dado; (iii) o fluxo da informação; (iv) nível de abrangência; (v) periodicidade; (vi) tabelas, padrões e cadastros utilizados; (vii) estrutura do banco de dados; (viii) alternativas de acesso; (ix) breve histórico, contextualizando os objetivos do sistema/base de dados; (x) quem é o responsável pela gerência e manutenção; (xi) quem financia e (xii) um breve relato dos principais problemas já identificados; os cuidados necessários a fim de evitar extrapolações impróprias e/ou seu uso indevido; implicações legais, jurídicas e éticas. Em suma, disseminar informações pressupõe também disseminar as informações sobre o seu contexto de geração e manutenção. É preciso

relativizar, publicamente, a possibilidade da verdade contida nas informações disseminadas.

A existência de uma consistente documentação envolvendo os SIS e as bases de dados deve ser vista como integrante da agenda dos direitos informacionais do cidadão: o direito de acesso a informações que permitam uma compreensão ampla do significado político e da relevância social das informações disseminadas, tornando-se sujeito informacional. A informação não deve ser disseminada como um objeto isolado, descontextualizado, mas sim acompanhada da explicitação sobre o lugar de onde se olha e se fala (interlocuções e interpretações).

- **Análises Divergentes**

Com o uso da Internet e do BBS, enquanto alternativas de comunicação e transferência de dados e com o CD-Rom, como suporte para divulgação, superam-se vários limitantes em termos de quantidade e tipo de dados a serem divulgados, se a referência for a publicação em suporte papel. Essas tecnologias ampliaram em muito a capacidade de disseminação, fazendo ruir os principais argumentos operacionais utilizados pelas APDI para restringirem suas estratégias de disseminação. Como visto, disseminar é mais do que tornar dados acessíveis, apesar de necessário não é suficiente para atender aos ditames contemporâneos da função de disseminar, principalmente face ao perfil diversificado de um público-alvo em contextos de democracia participativa, emancipatória.

Uma política de disseminação de informações voltada para a sociedade pressupõe que se inclua uma seção de análises de seus resultados. Mas o caráter democrático e democratizante de uma tal iniciativa ocorrerá se forem divulgados relatórios que expressem interpretações divergentes sobre a mesma informação, chamando atenção para o seu significado econômico, político e social. Tal é a experiência do Canadá, segundo expõe Fellegi (1991). Já é amplamente conhecido os problemas advindos do fato de se ter acesso a apenas uma única fonte de informações, ou seja, a uma única maneira de olhar. Este aliás é um dos grandes argumentos contra o monopólio de meios de comunicação e informações. Hoje é considerado ética e tecnicamente necessário a divulgação dos limites, as restrições à própria variabilidade de interpretações sobre o mesmo dado. Afinal, não há apenas um porta-voz da verdade! A mídia erra; os estatísticos erram; os pesquisadores erram, mesmo seguindo todos os protocolos científicos.

As análises que devem acompanhar as informações disseminadas precisam atender a dois princípios: objetividade e relevância. Objetividade significa a preocupação em explorar diferentes abordagens, realçando-as com clareza. Relevância expressa nas opções das questões a serem discutidas, dando preferência àquelas em torno das quais há controvérsias, explicitando-as. Geralmente são as questões de predileção da mídia e ao mesmo tempo as que não interessam ao governo serem divulgadas. É uma postura que dá materialidade ao principal salto que as informações brasileiras precisam dar: deixarem de ser informações governamentais para serem informações públicas.

No início da experiência canadense, os esforços analíticos da *Statistics Canada* (agência de produção e disseminação de informações do Canadá) não eram uniformemente bem aceitos pelas demais instâncias governamentais. Mas, paulatinamente, o próprio governo entendeu ser de interesse básico para todos (governo e sociedade) ter uma agência nacional de informações estatísticas politicamente independente. Nesta linha de busca de uma imagem pública autônoma, será extremamente enriquecedor se o IBGE, por exemplo, juntamente com a divulgação de seus indicadores econômicos e sociais, disponibilizasse breves análises realizadas pelo DIEESE e pela FIESP, deixando patente os diferentes significados que a Informação pode adquirir em função dos jogos de verdade em disputa.

Ilustrar com análises objetivas questões relevantes expressando interpretações divergentes sobre os dados disseminados, sejam estatísticos e/ou administrativos, fortalece o princípio de desvendar um certo hermetismo que encobre as informações. Dados e tabelas não fazem parte do universo cotidiano da sociedade, apesar de representarem o modo como esta mesma sociedade se vê e se retrata e de se constituírem instrumentos potentes em processos democráticos. O dado apresentado de forma fria e distante encobre a dinâmica da vida e os conflitos que podem estar ali expressos. Aquele gestor de informação que se julga cumpridor de suas funções públicas ao divulgar apenas os dados que produz tendo acesso a *n* estudos sobre o seu significado e se omite, alegando que vem disseminando os dados, incorre em crime de responsabilidade face ao compromisso do dever de informar do Estado. A disseminação deve ter por meta fomentar um processo no decorrer do qual a população se aproprie das informações enquanto um bem público. É neste sentido que se insere a afirmação: disseminar dados é necessário, mas não é o suficiente!

Por que não incluir, além das citadas análises, breves referências bibliográficas (com resumos) dos mais recentes trabalhos publicados envolvendo as informações divulgadas? Esta iniciativa não apenas servirá para facilitar a circulação do conhecimento, mas também funcionará como *feed-back* para avaliação dos dados gerenciados pela APDI. A questão é saber qual agência realmente quer expor-se a avaliações externas diferenciadas e amplas e mais, tornar transparentes estas avaliações?

- **Obediência a um cronograma de divulgação**

Um plano de divulgação com um cronograma sendo seguido é fundamental para a consolidação de uma imagem pública de credibilidade e profissionalismo em torno das informações. A obediência a um cronograma conhecido por todos garante uma divulgação de dados que minimiza riscos de manipulações quer por interesses políticos ou econômicos, assegurando igual acesso ao mesmo tempo a todos os interessados.

Um exemplo da importância conferida ao cumprimento de cronograma de divulgação pode ser destacado, mais uma vez, da experiência canadense. Lá, os dados com variações diárias e as novidades que passam a integrar o acervo do *Statistics Canada* são publicados no *The Daily*, uma divulgação diária que serve a dois propósitos básicos: (i) Constitui o primeiro mecanismo de divulgação de todo e qualquer dado. Nenhum dado é disponibilizado antes que o *The Daily* os divulgue, pontualmente às 8:30h. O banco de dados *on line* só permite acesso ao novo dado simultaneamente ao *The Daily*. (ii) *The Daily* traz um breve sumário analítico sobre os principais "achados" dos dados divulgados, o que permite que seja citado diretamente pela imprensa, por exemplo.

Esse procedimento facilita o trabalho dos principais interessados nas informações, contribuindo, inclusive, para ordenar financeiramente o mercado, onde alguns poucos minutos de vantagem de acesso pode dar margem a significativas vantagens especulativas, em um ambiente tão volátil e suscetível como o de aplicação de capitais, por exemplo.

- **Relação com a mídia**

Em nenhum outro momento da história da humanidade a mídia teve papel tão importante na formação de opinião nas sociedades. Muitas pessoas têm acesso à informação produzida por APDI através do olhar da mídia. Ela é que seleciona, do

universo disseminado, aquela informação que, segundo seus interesses, possui *status* de relevância e objetividade jornalística. É preciso um atendimento cuidadoso a suas demandas, que pode ser traduzido em medidas concretas e válidas para toda e qualquer instância que gere informações, seja em nível nacional, estadual e municipal, tais como:

- a) A existência de um Informativo, em estilo jornalístico, se reveste de importante iniciativa na transmissão de informações para a imprensa ao minimizar erros de transmissão, como o citado The Daily canadense.
- b) O estabelecimento de uma *hot line* com profissionais *seniors*, compromissados em retornarem a ligação no mesmo dia.
- c) Enviar resumos sobre o mérito e limitações das principais informações produzidas a diferentes articulistas, jornalistas e colunistas econômicos, sociais e políticos *seniors*.
- d) Responder, por escrito, todas as notícias equivocadas veiculadas pela mídia, envolvendo informações incompletas, deturpadas e mesmo as críticas.
- e) Permanentemente é enfatizado que as fontes das informações devem ser corretamente citadas. Em contrapartida, toda divulgação está acompanhada do nome, telefone para contato e *email* do responsável por aquela determinada informação. Este profissional deve estar orientado para responder aos questionamentos da mídia como prioridade básica.

Podem ser lembradas outras iniciativas, desde que atendam ao objetivo de estabelecer um canal aberto de dupla mão com os meios de comunicação. Isto é fundamental em uma estratégia de fortalecimento da própria identidade da APDI, bem como de sua relevância enquanto instância voltada para a sociedade e não apenas para dentro do governo.

Enfim, o entendimento de disseminação aqui desenvolvido engloba: (i) o direito do sujeito informacional oriundo da sociedade organizada participar do delineamento macro das estratégias de disseminação; (ii) o direito de ter acesso igualitário às informações produzidas, entendidas como patrimônio comum da sociedade; (iii) a percepção da função de disseminar enquanto estratégias multifacetadas de uma rede de interfaces, que revela coletivos heterogêneos abertos a novas conexões, redes interligadas e dispersas segundo a dinâmica de dispositivos de poder e saber; e (iv) o direito de estar apto ao uso efetivo da informação de tal modo que esta possa *transformar partículas de informação em ondas de conhecimento*.

Esta quarta dimensão significa que *"democratizar a informação não pode, assim, envolver somente programas para facilitar e aumentar o acesso à informação. É necessário que o indivíduo tenha condições de elaborar este insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade onde vive(...). Discursos de informação não traduzidos e não assimilados formam excedentes nos estoques em poder dos produtores, excedentes estes que não criam riqueza em forma de conhecimento e conduzem apenas a um elevado custo social"* (Barreto, 1994:5-7).

Cada período histórico do processo social e político do homem corresponde a uma determinada forma de organização da informação, desenvolvendo também novas formas de acesso. As transformações em curso pelo uso intensivo das tecnologias de informação abrem novas perspectivas e novas relações de poder e produção de saber. A questão crucial que se quer destacar neste item é: qual o modelo de disseminação que se quer para o Brasil?

A queda dos custos e a conseqüente disseminação da informática e das redes de comunicação podem representar elementos importantes de ampliação do acesso. Mas não necessariamente. Não será pela "força do mercado" que um projeto democrático de disseminação se implantará. Este se dará em novos pactos de governamentalidade a serem conquistados por novos sujeitos informacionais participando de mecanismos coletivos de gestão da informação. É imprescindível que as possibilidades oferecidas pelas tecnologias da informação, dadas as implicações sociais, políticas, econômicas e culturais de seu uso intensivo, sejam democraticamente geridas de forma a estarem voltadas para atender aos interesses da sociedade, do bem comum. É assim que o dado, a informação e o conhecimento constituem-se em forma de poder de negociação, de pressão e de ação. Informação - conhecimento - ação: unidade complexa que aduba o terreno fértil do caminho que leva à construção da consciência da cidadania e como parte intrínseca desta, da consciência informacional.

Defronta-se, mais do que nunca, ao focar a questão da disseminação, com o que pode se chamar do segundo paradoxo informacional (o primeiro: quanto mais se ampliam e aperfeiçoam os SIS, mais aumentam os mecanismos de vigilância dos dispositivos do biopoder) onde as informações, se por um lado têm um papel decisivo na manutenção do *status quo* das condições de vida da maioria da população, aperfeiçoando os mecanismos

de controle e vigilância; por outro podem se constituir em instrumento que contribui para um processo emancipador do homem no liminar do terceiro milênio. Assim, a Informação ora atua como instrumento de reprodução das condições sociais, ora como um instrumento crucial para a emancipação, este é o risco e o desafio, afinal, como afirma Bagdikian (1994): "*Os produtores de informação não podem dizer ao indivíduo o que pensar, mas podem induzir sobre o que pensar.*"

CAPÍTULO IV. POR UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE
INFORMAÇÕES EM SAÚDE

**1. O MUNICÍPIO ENQUANTO EXPRESSÃO DO CONTRAPONTO
LOCAL/GLOBAL**

"No próximo século, a Terra terá a sua consciência coletiva elevada da superfície para uma densa sinfonia eletrônica, em que todas as nações - se continuarem a existir como entidades separadas - viverão um feixe de sinestesia espontânea. (...) Mais e mais pessoas entrarão no mercado de informações, perderão suas identidades privadas nesse processo, mas irão emergir com capacidade para interagir com qualquer pessoa da face do globo. Referenduns eletrônicos massivos e espontâneos atravessarão continentes. O conceito de nacionalismo declinará e também os governos cairão, como consequência política da criação de um governo mundial por satélite artificial. O satélite será usado como o mais importante instrumento mundial de propaganda nas guerras pelos corações e mentes dos seres humanos."

-Marshall McLuhan and Bruce R. Powers -
(1989)

A palavra Globalização está na ordem do dia. Exaltada e transformada na última panacéia da vida nacional por uns, outros a consideram como um "*conceito muito ambíguo, ideológico, apologético e fala de uma coisa que não existe*" (Arantes, 1996). A análise sobre o que está acontecendo às sociedade contemporâneas desperta interpretações polarizadas, enfoques diferentes plenos de aspectos polêmicos. Esta discussão não será objeto de aprofundamento por fugir ao eixo investigativo do presente estudo. Apenas são destacados alguns aspectos do processo globalizador em andamento que são importantes para a linha argumentativa aqui desenvolvida.

A globalização faz parte da realidade e traz sérias implicações no desenho do mapa mundial, tanto no real quanto no imaginário. Correspondendo a um processo pleno de contradições dinâmicas, vem suscitando paradoxais constatações: integração e fragmentação, nacionalismo e regionalismo, globalismo e localismo, holismo e individualismo, macro e micro, todo e parte, melhoria da qualidade de vida para uns e pauperização para muitos. Em todos os casos, os movimentos lógicos de uma reflexão científica envolvem, necessariamente, a dialética singular e universal. Para se começar a compreender a globalização em curso é preciso, antes de mais nada, reconhecer que não se trata de priorizar um momento em detrimento do outro, mas reconhecer que ambos (em suas aparentes polarizações) se constituem reciprocamente, articulados tensa e contraditoriamente, envolvendo múltiplas mediações. É indispensável que toda reflexão sobre a sociedade global contemple tanto a diversidade como a globalidade, reconhecendo que ambas se constituem simultânea e reciprocamente. Daí ser impossível, por seu turno, pensar experiências em nível local sem, pelo menos, destacar sua interligação com o global.

É neste sentido que os estudos aqui desenvolvidos adotam a hipótese de considerar os municípios, de pequeno e médio porte brasileiro, como um espaço local que também "vivencia" esse contraponto global/local. Assim, o pensamento construído parte desta premissa: pensar o espaço informacional em um município implica, no contexto atual, necessariamente trabalhá-lo nesta interface do global/local, sob pena de "virar as costas" para a realidade, ignorar oportunidades que podem ser construídas e "perder o bonde da história"! A globalização, em suas complexas mediações com o local tem tido um desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. A dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes. É no nível deste desenvolvimento desigual que se expressam as diversidades, a força do local, do singular, do particular *vis a vis* a força do universal, global. São essas contradições que precisam ser melhor entendidas e trabalhadas como espaços potenciais de uma ação criativa. As fronteiras dessas contradições constituem o contexto no qual podem se desenvolver alternativas para um (re)pensar das informações em saúde em um município, trabalhadas enquanto exemplos de um contrapoder positivo, propositivo.

1.1. O processo de Globalização

Ianni(1996) afirma que a sociedade global, como totalidade geográfica e histórica, espacial e temporal, em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas, se constitui como um momento epistemológico fundamental, novo, pouco conhecido e que vem desafiando a reflexão e a imaginação de filósofos, artistas e cientistas sociais. Indo além, diz que a sociedade global é o novo objeto das ciências sociais. Isto significa que o pensamento científico elaborado com base na reflexão sobre a *sociedade nacional* não é suficiente para apreender a constituição e os movimentos da sociedade global. Não é suficiente transferir conceitos, categorias e interpretações elaborados sobre a sociedade nacional para a global. É um horizonte novo que nos desafia e não uma simples continuidade de um mesmo processo em evolução. É o emblema de um paradigma emergente que encontra-se em constituição, em seus primórdios, no fim do século XX.

As mudanças em andamento na globalização trouxeram conseqüências graves para a vida política, econômica, social e cultural das populações, principalmente para aquelas situadas nos chamados países periféricos, que sofrem um processo de transnacionalização sem precedentes na história da humanidade. As relações econômicas mundiais, englobando os meios de produção, as forças produtivas, a tecnologia, a divisão internacional do trabalho e do mercado mundial são influenciados pelas exigências de conglomerados transnacionais e globais. A reprodução ampliada do capital (concentração e centralização) universaliza-se em nova escala. O inglês se transforma em uma espécie de língua universal. O ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, como concepção do público e privado. Todas essas características da globalização promovem o deslocamento das coisas, indivíduos e idéias, o desenraizar de uns e outros, uma espécie de desterritorialização generalizada (Ianni, 1996).

Observa-se que a moeda nacional torna-se reflexo da moeda mundial. O aparelho estatal reorganiza-se ou "moderniza-se" segundo as exigências do funcionamento mundial dos mercados, dos fluxos dos fatores da produção, das alianças estratégicas entre corporações. É neste contexto que se insere a internalização das diretrizes relativas à desestatização, desregulamentação, privatização, abertura de fronteiras, criação de zonas francas (Camileri et Falk, 1992).

A emergência de estruturas mundiais de poder, decisão e influência anunciam a

redefinição do conceito de Estado-Nação. Para alguns (Cox, 1990, por exemplo) vem significando mesmo a sua erosão, ao observarem que os Estados estão sendo internacionalizados em suas estruturas internas e funções no sentido de adaptarem as economias de seus países às exigências da economia mundial. O Estado torna-se um canal de transmissão da economia mundial à economia nacional. Para outros (Fiori, 1997, por exemplo) não há um desaparecimento dos Estados-Nações, mas sim uma mudança na forma como cada país exerce sua soberania. Segundo ele, nunca houve uma situação ideal de soberania e autonomia absoluta de um Estado nacional. A soberania de um país sempre foi determinada por suas relações com os outros países, construída ao longo de sua história, em termos das quais cada estado reconhecia a autonomia dos outros dentro de suas fronteiras. Assim, afirma que não há nem vai haver "mortes dos Estados Nacionais", mas sim uma nova conformação de hierarquia de poderes e soberanias entre os países.

Deve-se reconhecer o caráter dialético da globalização e também a influência dos processos de desenvolvimento desigual. A perda de autonomia por parte de alguns Estados ou grupos de Estados tem sido, freqüentemente, concomitante a um *aumento* dela por parte de outros, como conseqüência de alianças, guerras, mudanças políticas e econômicas de diversos tipos, ou seja, pactos de governamentalidade que se dão, também, abrangendo relacionamentos globalizados. A influência de um Estado-Nação na ordem política global é fortemente condicionada pelo nível de sua riqueza (e a conexão entre esta e a força militar). Entretanto, como ressalta Giddens (1991), os Estados fazem derivar seu poder das capacidades de soberania. Eles não funcionam como "máquinas econômicas", mas como "atores" ciosos de seus direitos territoriais e tendo envolvimento geopolíticos estratégicos com outros Estados-Nação ou aliança/sistemas de Estados-Nação.

Mas parece haver consenso no reconhecimento que o capitalismo é um modo de produção material e espiritual, forma de organizar a vida e o trabalho, processo civilizatório que vem se expandindo de forma contínua e com tal vigor, que justifica a ênfase dada ao capitalismo na própria história da mundialização do capital e da globalização do mundo. Mas cabe lembrar que o caráter internacional, mundial, global do capitalismo não é sempre o mesmo. Altera-se dependendo da época, o jogo das forças no mercado mundial, conforme as relações de poder e produção de saber. É a partir deste horizonte histórico em que ocorre uma intensificação e generalização de um processo globalizador, em que novas articulações econômicas, políticas e culturais estão se formando que também se desenvolvem movimentos que Ianni (1996) denomina de

primórdios de uma sociedade civil mundial. Uma espécie de civilização mundial onde de um vasto processo histórico emergem conquistas e realizações, impasses e contradições.

A internacionalização do capital se dá no contexto de intensa e generalizada internacionalização do processo produtivo, envolvendo a complementação ou superação dos procedimentos do fordismo, das linhas de montagens de produtos homogêneos. Ao lado do fordismo, bem como dos ensinamentos do taylorismo e fayolismo, desenvolve-se o toyotismo, a organização do processo de trabalho e produção em termos de flexibilização, terceirização ou subcontratação (aos quais o Brasil já está tão familiarizado e que vem gerando desemprego, subemprego, contratos temporários de trabalho, empregos sem proteções básicas de seguridade social). Procedimentos esses que estão assentados em processos tecnológicos da automação, da robotização, da micro-eletrônica e da informática. Assim se globaliza o capitalismo, transformando o mundo em algo que Ianni (1996) denomina de "fábrica global":

*"... é óbvio que essa internacionalização do capital produtivo envolve não só a idéia da fábrica global e do **shopping center** global, mas também a da internacionalização da questão social. (...) Como ocorre em toda a formação social capitalista, também na global desenvolve-se a questão social. Quando se mundializa o capital produtivo, mundializam-se as forças produtivas e as relações de produção. Esse é o contexto em que se dá a mundialização das classes sociais, compreendendo suas diversidades internas, suas distribuições pelos mais diversos e distantes lugares, ... Nesse sentido é que as classes sociais, por seus movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião podem transbordar as nações e regiões, manifestando-se em âmbito cada vez mais amplo. O que já é verdade para grupos e classes dominantes, que se comunicam e articulam cada vez mais em escala mundial, pode tornar-se também realidade para os grupos e as classes subalternas, a despeito de suas diversidades internas e de sua dispersão por todos os recantos do mapa do mundo" (Ianni, 1996:54).*

Um dos principais indicativos da globalização do capitalismo é a constatação de que ele se torna o parâmetro universal das atividades e relações desenvolvidas por indivíduos, populações, países, empresas e governos. O capital, cada vez mais global, passa a ser o marco de referência determinante do modo pelo qual este mesmo capital se produz e

reproduz. Então, talvez, seja por isso que se fala em *sociedade global* para se referir ao processo do *capitalismo global*, que subsume perversamente diferentes "outras formas de sociedade". A globalização fomenta um desenraizar de coisas, de gentes e de idéias, de modos de ser, sentir, agir. Assim, desenvolve-se um processo de desterritorialização enquanto característica essencial.

"A desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estados. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado." (Wakeman Jr., 1989:19)

Esta característica marcante da globalização pode ser bem ilustrada pela fala do presidente da IBM World Trade Corporation: *"Para as finalidades empresariais, as fronteiras que separam uma nação de outra são tão reais como o equador. Consistem meramente de demarcações convenientes de entidades étnicas, lingüísticas e culturais. Não definem necessidades empresariais nem tendências de consumidores..."*

Talvez seja neste sentido que Milton Santos (1994:31) afirma que... *"o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares."*

Enfim, o capitalismo tem imprimido, historicamente, uma dinâmica globalizante fundamental, talvez por ser precisamente uma ordem econômica e não política. Ele foi capaz de penetrar em áreas distantes do mundo onde os Estados de sua origem não poderiam fazer valer totalmente sua influência política. As políticas econômicas nacional e internacional dos Estados que ocupam, na hierarquia do poder global, centros de poder na economia mundial (capitalista) envolvem muitas formas de regulamentação da atividade econômica, mas, como foi notado, sua organização institucional mantém uma "insulação" do econômico em relação ao político. Isto permite um amplo escopo para as atividades globais das corporações de negócios, que sempre têm uma base matriz num Estado específico, mas podem desenvolver muitos outros relacionamentos em diferentes lugares, tendo a capacidade de influenciar sistemas políticos tanto em seus países-base quanto nos

outros lugares (Estado-Nação) onde fincaram seus negócios. (Giddens, 1991). Mas, o próprio Giddens (1991) lembra que por maior que seja a corporação ela não "substitui" o Estado, basicamente em função de dois aspectos: os fatores de territorialidade (legitimamente considerada como da esfera de controle dos Estados) e de controle dos meios de violência (no interior de seus próprios territórios). Não importa o quão grande possa ser o poder econômico das corporações industriais, estas não se constituem organizações militares, e não podem se estabelecer como entidades politicamente legais que governam determinada área territorial.

O modo capitalista de produção vem se constituindo como um todo complexo, desigual, contraditório, uma totalidade histórica cuja dinâmica constante se dá no sentido de sua transformação e expansão. Ocorrem crises, mas retoma sua expansão, desdobrando-se e articulando-se em distintas formas de organização do trabalho e da produção. No curso do desenvolvimento do capitalismo, este adquire cada vez maior relevância, passando a influenciar as condições e as possibilidades do capital no âmbito nacional e internacional. É neste sentido que se fala da globalização do capitalismo enquanto produto e condição do capital em geral, no qual se realizam e multiplicam todas as outras formas de capital.

É por isso que Ianni (1996) desenvolve o pensamento de que, em uma perspectiva histórica, a globalização vem de longe e envolve diferentes formas de organização e dinamização das forças produtivas e das relações de produção: acumulação originária, mercantilismo, colonialismo, imperialismo, interdependência, transnacionalismo e globalismo. Transformações capitalistas que influenciam as outras formas de organização social do trabalho, da produção e da vida, sem que isto signifique que tudo o mais se apaga ou desaparece. Os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as instituições, os padrões e valores sócio-culturais dos indivíduos, das coletividades e dos povos. O globalismo não anula nem a interdependência nem o imperialismo, eles são superados. O globalismo progressivamente subsume boa parte das relações, processos e estruturas características da interdependência e do imperialismo, assim como do nacionalismo e do regionalismo.

"Quando se globaliza o mundo, quando a máquina do mundo passa a funcionar em sua globalidade, o andamento de coisas, gente e idéias, províncias e nações, culturas e civilizações adquire outras realidades, diferentes possibilidades. Pode-se pensar tudo novamente: a longa e a curta

durações, o instante e o fugaz, o ciclo e a era, a regularidade e a recorrência, a continuidade e a ruptura, a diversidade e a contradição, o passado e o presente, o próximo e o remoto, a racionalização e a alienação, o indivíduo e a humanidade. (...) Constitui-se [a globalização] como um jogo de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e contradição, soberania e hegemonia, configurando uma totalidade em movimento, complexa e problemática. Trata--se de um universo múltiplo, uma sociedade desigual e contraditória, envolvendo economia, política, geografia, história, cultura, religião, língua, tradição, identidade, etnicismo, fundamentalismo, ideologia e utopia. Nesse horizonte, multiplicam-se as possibilidades e as formas do espaço e tempo, o contraponto parte-todo, a dialética singular e universal." (Ianni, 1996:188-198).

1.2. A Globalização e a Informação

Os breves comentários acima apresentados sobre o que vem sendo considerado como globalização servem de referencial para a reflexão sobre o processo da globalização e suas repercussões para a questão da Informação e especificamente para as informações em saúde.

Como a globalização está se dando, de fato no bojo do capitalismo globalizado, a informação, ao se globalizar a partir do desenvolvimento das tecnologias de informação, também se organiza de forma contraditória, desigual, complexa, fragmentária, homogeneizadora, ou seja, uma informação capitalista, em sua dimensão econômica e de processo civilizatório. McLuhan (1973:364-5), já na década de 70, assim se referia à sociedade: "*Hoje passamos da produção de artigos empacotados para o empacotamento de informações. Antigamente invadíamos os mercados estrangeiros com mercadorias. Hoje invadimos culturas inteiras com pacotes de informações, entretenimentos e idéias. Em vista da instantaneidade dos novos meios de imagem e de som, até o jornal é lento.*"

'Pacotes de informação' que são mercadorias em um processo capitalista que transborda para todas as dimensões da vida humana. Mas como nenhuma mercadoria é "inocente", a informação globalizada é também signo, símbolo, significado. Carrega valor de uso, valor de troca e conteúdo informacional pleno de visões de mundo em disputas nas

relações de poder e produção de saber. A cultura informacional globalizada se insere nos processos de construção de hegemonia de grupos sociais que se articulam em escala global. Os avanços das tecnologias de informação e telecomunicação representam *"uma capacidade excepcional de formar e informar, induzir e seduzir, talvez jamais alcançada anteriormente na mesma escala"*. (Ianni, 1996:58). Aí nos defrontamos com um de seus grandes paradoxos, pois o mesmo processo de globalização da informação, *pari passu* com o da economia e política, ainda que em forma desigual, globaliza também grupos e movimentos sociais, partidos políticos, lutas e utopias contra-hegemônicas. Globaliza-se a esperança por um mundo mais justo, onde a liberdade, igualdade e fraternidade possam enfim ganhar novos significados face ao cidadão do mundo.

Mas, como ressalta Coelho Neto (1996:43), *"muitos movimentos utópicos como o marxismo e a religião católica sempre foram globalizantes e sempre apostaram muito na transformação da humanidade numa enorme fraternidade. A humanidade sempre perseguiu, de certa forma, uma meta unificadora, mas quando essa meta está chegando perto, ela vê que têm problemas. A humanidade sempre fica numa encruzilhada entre o pensamento unitário, que pode ser totalitário, e o pensamento divergente, que é responsável por todas essas diferenças, incluindo o racismo, o ceticismo, a agressão, a violência."*

O fato é que a expansão das indústrias culturais, a concentração e privatização dos *media*, a expansão e homogeneização das redes de informação vis a vis o debilitamento do Estado e do sentido sobre o que é da esfera pública e da esfera privada, são condições necessárias para garantir a eficiência e a racionalidade do capitalismo que se encontra em processo de se globalizar. Modificam substancialmente condições de vida e trabalho em um processo de subalternidade de indivíduos e populações. Mas, contraditoriamente, as tecnologias informacionais podem significar possibilidades de emancipação. São nos estreitos e frágeis meandros dessas contradições e paradoxos que vêm sendo construídas as possibilidades emancipatórias e a contribuição das tecnologias informacionais para tal processo.

A racionalidade capitalista impregna sua marca nas relações, processos e estruturas das sociedades e transformam em mercadorias signos, símbolos, emblemas. Torna mesmo o impalpável em instrumento segundo a exigência de sua racionalização formal, pragmática, imediata. E a informação não foge a esta regra. Ao contrário, cada vez mais

torna-se parte integrante fundamental do próprio processo do "aperfeiçoamento do capitalismo". Movimento que põe em destaque o próprio projeto de democracia contemporânea, ao colocar em alta relevância sua função, a ponto de alguns autores considerarem como uma nova forma de poder, invisível e altamente centralizado: o poder da informação. (Cava et Monteiro, 1991). Poder que paradoxalmente se realiza em um mundo cada vez mais contraditório e desigual, onde se revela uma "pluralidade de mundos".

Essa diversidade historicamente observada permite a Ianni (1996) afirmar que em lugar de um horizonte cultural e informacional único e homogêneo, descortina-se um horizonte cultural e informacional múltiplo, em um movimento que faz emergir uma pluralidade de perspectivas, na medida em que diferentes sociedades, culturas, tradições, línguas e religiões encontram-se, tensionam-se e mesclam-se. Encontros que tornam-se cada vez mais intensos pelo próprio uso do arsenal tecnológico da informação. São, pois, nas dobraduras das contradições implícitas neste poder da informação que o *status quo* globalizado e desigual pode ser questionado, pressionado, alterado, recriado ou mesmo rompido, transfigurando elementos veiculados como imutáveis. É, pois, no âmago dos paradoxos informacionais que emergem as possibilidades emancipatórias de um projeto informacional democraticamente construído.

"Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial"
(Marx et Engels, 1988).

Esses autores já haviam identificado, em pleno século XIX, os sinais de uma mundialização que alcançaria amplas proporções ao longo do século XX, apontando para manifestações em todas as esferas da vida, em dimensões imprevisíveis no século XXI. Vive-se, mais do que nunca, a ambivalência da busca de uma humanidade cujos marcos estejam calcados em valores éticos de fraternidade, igualdade e liberdade mas que não se tornem homogeneizadores, opressores das diferenças e bloqueiam a diversidade humana. Eis aí, talvez, o grande desafio da humanidade posto para o presente e para as gerações futuras. A universalidade que a razão iluminista havia imaginado adquire novas possibilidades de expressão, pluralidade de perspectivas, alternativas de esperanças e lutas. Conflitos que se dão em contextos de hegemonia e contra-hegemonia.

Pois, é óbvio que a feição hegemônica do poder da informação, principalmente com os avanços tecnológicos ocorridos nos anos mais recentes nos sistemas de telecomunicações e de computação, tem o predomínio dos interesses das elites dominantes, na escala local, nacional e global. Já foi visto como a economia da informação, enquanto técnica social, trabalha mentes e corações. Apesar de desigual, está presente no modo pelo qual os indivíduos e coletividades informam-se e interpretam os problemas com base em informações geralmente esparsas, fragmentadas e seletivas. Ao mesmo tempo em que a globalização, expressa nas tecnologias da informação, tende a homogeneizar o mundo, este é ao mesmo tempo mais intercomunicável, gerando várias significações e portanto mais diverso, mais heterogêneo. Tece novos contrapontos de múltiplos singulares onde cada um e todos tecem outras e múltiplas universalidades. O mesmo processo que desencadeia a homogeneização, provoca a diversificação, a pluralidade, a multiplicação, o localismo.

Penso ser neste sentido que Ianni (1996) desenvolve a tese de que as mesmas condições sob as quais se dá a mundialização, promovem tanto a interdependência e a integração, quanto a fragmentação e o antagonismo. Muitas coisas estão se modificando, nem que seja apenas de significado. Está em andamento um vasto e contraditório processo histórico no qual as singularidades e particularidades se tensionam, se definem e se iluminam em outras universalidades. Este processo permite a afirmação de que sempre há a perspectiva de novas possibilidades de transformações, de novos modos de viver, ver e sentir a realidade. Nada é inexorável, definitivo, talvez apenas a insuportável leveza do ser ...

O processo de globalização expresso nas tecnologias de informação não se dá de modo monolítico. Influencia e é influenciado por injunções locais (micro poderes), nacionais e regionais, bem como interesses políticos e econômicos divergentes. A economia da informação compõe-se de empresas e agências que competem nos mercados disputando clientes e públicos. São alvo de reivindicações de diferentes grupos sociais, movimentos e partidos políticos, igrejas e governos. Expressam a integração e fragmentação, diversidades e desigualdades, conflitos e acomodações (Ianni, 1996).

As tecnologias de informação, ao mesmo tempo em que instrumentalizam várias formas de alienação do homem em sua feição hegemônica, abrem novas possibilidades de emancipação individual e coletiva. A eletrônica e a informática, por exemplo, garantem

tecnicamente a ampliação e consolidação de redes invisíveis de "olhares" mas também de vozes e imagens que ligam, interligam, separam, discriminam indivíduos, coletividades, idéias, visões de mundo, em todo o globo terrestre. A informação veiculada nestas redes se constituem cada vez mais em "*flashes*" da realidade, em fragmentos, seqüências e descontinuidades que pasteurizam-na, muitas vezes elegendo o simulacro como experiência de fato. Ocorre a substituição do real pelo virtual que adquire proeminência na vida social e povoa o imaginário de todo o mundo. Com os meios de comunicação instantânea (satélite, TV, cabos de fibra ótica, telemática) a *chegada suplanta a partida*: tudo "chega" sem que seja preciso partir.

As redes de informação, enquanto espaço de disputa de poder e de produção de saber, expressam tanto a dimensão de vigilância, controle e manutenção de um *status quo* quanto à dimensão positiva, criativa, inerente ao poder (Capítulo I) quando instrumentalizam processos de maior transparência do Estado para a Sociedade. E, também, de democratização de informações democratizadoras em um projeto emancipatório das sociedades que lutam por maior liberdade, igualdade e fraternidade em suas relações políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas.

1.3. O local e o global: totalidades históricas do processo civilizatório contemporâneo.

Com o novo significado da sociedade nacional *pari passu* à emergência da sociedade global, modificam-se as articulações e mediações nas quais se inserem as partes e o todo, as singularidades, particularidades e universalidades. Tudo que é evidentemente local, estadual e nacional revela-se também global. As relações, os processos e as estruturas características da globalização incutem em praticamente todas as realidades preexistentes novos significados, outras conotações. Nem que seja para reafirmar-se enquanto contraponto, como antagônico, como a outra face, mas de um mesmo processo. A resistência, a oposição se demarcam no próprio limite de afirmação da situação ao qual se contrapõem. Suas fronteiras se entrelaçam, se ligam pela condição mesma de suas existências: lados opostos de uma mesma moeda.

Este é o entendimento aqui proposto para se trabalhar a dimensão local. Entendê-la como um estratégia de resistência a uma racionalidade globalizante. Fortalecer o local enquanto contraponto do global, ciente de que ambos fazem parte do complexo processo

civilizatório mundial. Na era contemporânea, as realidades e os problemas locais mesclam-se com as realidades e problemas mundiais, processo este intensificado pela própria globalização das tecnologias de informação. Que por outro lado, amplificam e fazem ressoar aos quatro cantos do mundo os eventos/processos que ocorrem no espaço local que se articulam com diferentes eventos/processos que ocorrem em outros locais. Pluralidades, especificidades que buscam articulações mantendo suas totalidades em pleno processo de fragmentação e homogeneização. Mundo complexo, esses nossos tempos!

"No âmbito da sociedade global, as relações de interdependência e integração, bem como as de fragmentação e antagonismo, podem ser vistas como novas, ainda não codificadas em conceitos, categorias, leis ou explicações. Mas são relações da maior importância, por suas implicações locais... Expressam movimentos originais ainda pouco conhecidos, ou mesmo desconhecidos, devidos às peculiaridades das forças sociais, econômicas, políticas e culturais próprias da sociedade global, vista como nova totalidade histórica. Na medida em que o capitalismo continua a processar a globalização do mundo, emergem relações, processos e estruturas próprias desse mundo. E é aí que se lançam os movimentos de interdependência e integração, bem como os de fragmentação e antagonismo" (Ianni, 1996:147).

Nesta etapa da investigação vale destacar, do processo civilizatório contemporâneo, a racionalidade que impulsiona o contraponto global/local. Racionalidade que articula e dinamiza configurações sociais locais, nacionais e transnacionais, multiplicando as possibilidades do espaço e do tempo. Surpreendem pelas possibilidades potenciais escondidas e pelas criações inesperadas. São dessas potencialidades que emergem as sementes do novo, da construção coletiva de relações de poder e produção de saber de novas formas que se contrapõem a um modelo de dominação, alienação que vem acarretando a fome, a miséria, as doenças evitáveis, as mortes prematuras desigualmente distribuídas no espaço e no tempo.

... "Na era moderna, o nível de distanciamento tempo-espaço é muito maior do que em qualquer período precedente, e as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente "alongadas". A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes

*regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo. A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distâncias e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modulam. A **transformação local** é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores - ... - operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. O resultado não é necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de mudanças atuando numa direção uniforme, mas consiste em tendências mutuamente opostas." (Giddens, 1991:69-70).*

É neste sentido que se pode afirmar que o contraponto global/local se expressa. O local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e conseqüente, outras de modo desigual e antagônico. Mesclam-se e tensionam-se singularidades, particularidades, pluralidades e universalidades. Assim, para se pensar qualquer proposta que se refira a uma cidade (local), por exemplo, é preciso levar em conta esta relação dinâmica e tensa existente, sob pena de cair-se em um "foquismo" estéril, que não agrega dimensões da vida contemporânea, e portanto representa uma proposta empobrecedora, restrita. É preciso que o (re)pensar de uma Política de Informação em Saúde em um município brasileiro, em toda a sua especificidade, se dê sob a ótica do global/local. Este é o desafio. É, pois, importante estudar as grandes tendências, as experiências e os avanços conseguidos em diferentes "locais". Isto não significa "importar" pacotes tecnológicos e modelos ou "abrir mão" da possibilidade criativa de criar algo novo a partir da especificidade da vivência local. Na certeza de que será da diversidade que o próprio projeto de uma humanidade liberta, igualitária e fraterna se fortalecerá.

Vale destacar que o global e o local não se constituem em dois objetos distintos, com tessituras e dinâmicas próprias e alheias. Mas sim que implicam-se reciprocamente, em articulações sincrônicas e diacrônicas diversas, desde convergentes e antagônicas. São totalidades bastante articuladas, cada uma a seu modo, mas reciprocamente referidas. As

identidades do local e do global embaralham-se, multiplicam-se e (re)territorializam-se em outros espaços, com outros significados. "*O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, ético e dramático.*" (Ianni, 1996:201).

*"Os espaços locais ganham nova importância na globalização, pois neles se geram/realizam os valores de informação como orientações dos coletivos de vida e de ação. Ao mesmo tempo, os coletivos locais em seus múltiplos contextos de ação têm o direito não só de participar dos novos fluxos de informação (de maneira **extrativa**, obtendo informações de seu interesse e de maneira **produtiva**, fazendo-se presentes nas novas frentes de argumentação), mas também na metamodelização comunicacional e informacional da experiência coletiva, dos espaços e dos planos coletivos de ação."* (González de Gómez, comunicação pessoal, 1998).

Esta ênfase dada ao global/local se justifica para se contrapor a duas posições, ambas empobrecedoras. Uma se filia à visão de que devemos "comprar" o que já foi desenvolvido e está pronto para ser adquirido no mercado de ofertas tecnológicas. "Soluções", desenvolvidas fora do contexto a que devem atender, ficam muito a dever frente às necessidades. De fato, subordinam a diversidade à globalidade. Apesar de reconhecê-la, não a contemplam na hora de decidir sobre o modelo a ser desenvolvido. Não percebem a originalidade potencial existente na pluralidade das especificidades. Olvidam que o local pode não só afirmar-se como recriar-se no contraponto com o global. Outra posição, em nome do respeito às especificidades locais, radicaliza chegando ao extremo de autonomizar o diferente, o diverso. Concentra-se no local e esquece o global, imaginando que o singular prescinde do universal. Enfatiza a diferença, não enquanto essência de um mundo complexo e global, mas sim como sendo o local o primordial, isento, o ideal. Transforma-o em um ente abstrato, descolado da realidade complexa dos dias atuais, da própria dinâmica que o constitui como diferente e específico.

Assim, ao se pensar a Política Municipal de Informações em Saúde (PMIS) este deve ser o eixo de referência central: o contraponto local/global na contemporaneidade. Quando, por exemplo, Ted Turner cria, em 1980, a *Cable News Network* (CNN), uma cadeia de televisão que transmite notícias *ao vivo* 24 horas por dia, ele transforma o apartamento de cada um de seus assinantes em uma espécie de "central dos acontecimentos mundiais", um simulacro de "sala de situações"! Expande a janela de nossas casas para o globo terrestre -

ou melhor, para outros locais segundo o olhar de seus jornalistas/editores e que serão mostrados a partir do enquadramento que for mais conveniente aos seus interesses e motivações. O mundo hoje é visto/mostrado pelo olhar da CNN, simultaneamente. Espaço estupendo de disseminação de eventos e informações, mas paradoxalmente homogeneizador de visões de mundo, de discursos, de linguagens... .

A Internet, outro exemplo, cada vez mais presente na vida das elites brasileiras - a intelectual, a política, a econômica - também transforma-se em passagem obrigatória, em trânsito, em atividades de trocas incessantes entre seus componentes. Um latifundiário no Mato Grosso negocia, via Internet, seus produtos na Austrália, por exemplo. Esta mesma tecnologia permite ao *Greenpeace* (ONG que defende o meio ambiente) desencadear ações simultâneas em várias partes do mundo. Enfim, os exemplos são infindáveis. É como se estivesse diante de uma cidade sem limites demarcatórios, casas sem portas

O que se quer aqui enfatizar é a existência de vínculos em maior ou menor grau, entre uma política municipal de informações em saúde e a opção tecnológica adotada para lhe dar suporte. Entre o conjunto dos sistemas de informações e suas tecnologias, na medida em que, nos tempos atuais, se está sempre sofrendo a repercussão direta ou indireta, consciente ou não, das diversas "novas tecnologias de informação".

2. O LOCAL COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE NOVOS SABERES E DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

"Não, jamais saí daqui, e ignorava até os limites de minha região. Mas os julgava bastante recuados. Esta crença, porém, não se baseava em nada de sério, era uma simples crença. Porque me parece que uma espécie de degradação me faria pressentir se os limites estivessem ao alcance de meus passos. Penso que as regiões não acabam bruscamente, mas se fundem insensivelmente umas nas outras. E jamais notei algo de semelhante. Por mais que tivesse me afastado, num e noutra sentido, era sempre o mesmo céu, e a mesma terra, dia após dia, e noite após noite. Por outra parte, se as regiões se fundem insensivelmente uma nas outras, o que ainda está por ser provado, é possível que eu tenha saído dela muitas vezes acreditando estar dentro."

- Samuel Beckett -

(Molloy - 1951)

O desafio é trabalhar o local enquanto espaço de possibilidades criativas de mudanças, tanto em termos da produção de novos saberes quanto de novas relações de poder, em um mundo globalizado. A aceitação deste desafio assenta-se na adoção do entendimento do local enquanto expressão do contraponto global/local em um mundo globalizado, mas também no pensamento desenvolvido por Foucault sobre Poder e Saber.

A produção de novos saberes pode se referir a saberes (re)criados pela vivência de representantes populares junto ao Conselho Municipal de Saúde, por exemplo, em relação ao entendimento e significados tanto da Saúde, quanto da Informação nos dias atuais. Também pode se referir à produção de novos modos de produzir e disseminar informação em saúde, ou seja, diz respeito a novos modos de produzir Tecnologia por parte dos profissionais de Informações em Saúde. Há ainda uma terceira dimensão de saberes novos que podem ser produzidos: refere-se a Tecnologias em Saúde geradas a partir de um novo modo de usar a informação nos processos decisórios, determinado por um novo modo de

gerir a informação, por sua vez fruto da introdução de novos sujeitos informacionais em sua gestão, ou seja, de novas relações de poder em luta por novos pactos de governamentalidade. Poder e Saber ligados, de forma inextricável, nas diferentes expressões da vida cotidiana: i) indivíduo, cidadão, representante popular - constituindo-se no "novo" sujeito informacional; e ii) técnico, profissional, cientista, gestor, produtor, disseminador: o "clássico" sujeito informacional.

Em Foucault, as possibilidades políticas de saberes específicos encontram-se na articulação com poderes locais, circunscritos a uma pequena área de ação. É neste sentido que se insere a afirmação de que as possibilidades políticas de saberes relacionados à informação em saúde encontram-se na articulação entre poderes locais em disputa em um município, circunscritos à área de abrangência das ações de saúde e de informações implementadas neste espaço geográfico concreto.

A hipótese de que o local vem se constituindo em um espaço privilegiado de criação de possibilidades de mudanças ancora-se na distinção, efetuada por Foucault, entre as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível de mecanismos gerais e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo formas locais e concretas, investindo em instituições, materializando-se em técnicas de dominação, mas também produzindo possibilidades transformadoras, estratégicas, de positividade criadora, que penetra tanto na vida mais cotidiana do indivíduo, sua vizinhança, seu bairro, suas relações associativas e de inserção política e econômica, quanto na atuação dos profissionais gestores de informações em saúde.

Esta microfísica do poder permite que se trabalhe o local como um espaço estratégico de luta, seja para o enfrentamento de desafios específicos de melhoria da qualidade de saúde no bairro, na cidade, seja para as grandes questões de construção de projetos nacionais comprometidos com a emancipação do cidadão brasileiro. Ou melhor, rompe-se, na *práxis* de luta cotidiana, com a separação entre grandes e pequenas lutas. Todas as questões são importantes e todas as lutas estão imersas no emaranhado da rede de poderes, saberes e verdades. Toda a luta pela emancipação do próximo, do outro e de si mesmo é relevante para todas as lutas. É estratégica para a luta da humanidade. Todos passamos a ser sujeitos históricos em luta - seja pela preservação de um *status quo* ou pela sua transformação na defesa de novos interesses - não importando a arena desta luta: no questionamento das relações familiares, nas relações entre vizinhos, entre moradores de

uma mesma favela, em sua relação com a chefia e equipe do Posto de Saúde local, desta equipe com a equipe de nível central da SMS, dos Conselheiros de Saúde com o Secretário Municipal de Saúde, deste com o Prefeito e com o Governador, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde com o Ministro de Saúde

Foucault, quando desvenda a amplitude do poder em suas extremidades, chama atenção para suas formas locais. É neste sentido que se coloca a importância das "pequenas lutas diárias". Este afirma que os poderes periféricos e moleculares não são necessariamente confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado, mas sim que "*os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado...*" (Machado, 1982:XII) que, por estarem imersos na complexa rede social, sofrem a repercussão de outras "pequenas lutas diárias", como também influenciam e participam desta engrenagem, ativando potências cada vez mais imponderáveis na medida em que no fundo se amplia a complexidade das relações globalizadas.

Esquadrinhar as relações de poder, identificando a rede de micropoderes locais como parte de um sistema de poderes, indica um caminho de luta, articulado com outros instrumentos de luta, contra essas mesmas relações de poder. Luta enquanto movimento, deslocamentos que se exercem como uma multiplicidade de relações de força. É no exercício das negociações, reuniões, decisões que o poder é exercido, ou seja, é na relação mesma. E é esta condição de relação, como visto no capítulo I, que determina que as lutas contra seu exercício tenham que se dar no próprio âmbito das relações de poder. Daí a importância de mecanismos coletivos de gestão, que se tornam assim arenas privilegiadas de exercícios de poder; da participação de representantes populares na gestão da informação em saúde, historicamente afastados deste processo.

A importância do local (contraponto global/local) nos processos de luta por um novo modo de gerir a informação, enquanto espaço de um exercício específico de luta que se insere no processo de construção de um projeto nacional de democracia participativa e emancipatória, se justifica na medida em que, para se fazer frente ao poder, só com o exercício de um contrapoder. Pois o local é o lugar, por definição, do exercício do poder que visa gerir a vida dos homens, controlá-los para utilizá-los ao máximo, tornando-os úteis e dóceis. Então, por que não trabalhar no local o exercício de um contrapoder que visa ampliar no Homem a capacidade de revolta, de luta, de insurreição contra as ordens do

poder, de resistir às formas sutis de docilização? Afinal, o local está eivado de contradições e paradoxos. É o lugar concreto de exercício do poder disciplinar que organiza os indivíduos no espaço e no tempo, instaura dispositivos de vigilância contínua visando que esta seja introjetada pelos indivíduos e, subjacente a estas iniciativas, implica um registro contínuo do conhecimento da população adquirido a partir desta rede de controle. Mas é ao mesmo tempo o lugar onde existe a possibilidade concreta do exercício do contrapoder nas relações de micropoderes, pois é o espaço primeiro de exercício da cidadania.

O poder disciplinar ao fabricar o indivíduo (capítulo I) também traz em seu bojo as possibilidades deste indivíduo se perceber enquanto sujeito de sua história. Ao pretender controlá-lo, o poder disciplinar, paradoxalmente, abre a perspectiva da cidadania enquanto um projeto constante em busca da emancipação do homem. É nas fronteiras deste paradoxo que se encontra a base para a hipótese trabalhada nesta etapa investigativa.

Foi preciso procurar realizar i) a genealogia da racionalidade organizativa das informações em saúde; ii) a análise das informações na sociedade contemporânea enquanto Ciência e sua interface com as Ciências da Saúde, constituindo o campo temático das Informações em Saúde, ainda em construção no Brasil; e iii) entender a fórmula historicamente constituída na *práxis* informacional, elaborando proposta de um novo modo de gestão da informação, para conseguir entender que a luta nos espaços locais é o "outro lado da mesma moeda". Que pensar alternativas de gestão, produção e disseminação da informação em saúde em espaços locais - municípios, por exemplo - faz parte da luta, tornando-se mesmo, a depender do contexto, no espaço privilegiado de exercício de experiências de desenvolvimento de instrumentos informacionais mais efetivos para o projeto de construção social, coletiva, da informação enquanto dever do Estado e direito de cidadania - cidadania informacional.

A informação em saúde, ao expor as prioridades efetivas de políticas públicas, a partir da situação de saúde desigual existente em um mesmo município, por exemplo, torna-se um potente instrumento de contra-ataques, de defesas ativas de princípios mais igualitários para a distribuição de direitos sociais. Para tal, é importante um tipo de informação de natureza totalmente diferente das informações veiculadas em jornais ou mesmo entre os estamentos técnicos. Descobrir, em conjunto com a população, um novo modo de revelar os nexos causais entre políticas públicas, condições de vida e situação de saúde é um dos desafios subjacentes a projetos informacionais que busquem se colocar a serviço do

processo de democracia em todos os setores da vida, enfrentando com coragem os acobertamentos discursivos que pregam a igualdade, mas praticam o acirramento das desigualdades ao promoverem maior acúmulo da riqueza nacional nas mãos de cada vez menor número de brasileiros.

As lutas desencadeadas em diferentes "locais", no rastro do próprio processo de globalização, estão lenta, mas firmemente, instaurando ligações laterais, construindo a base de todo um sistema de redes, de bases populares. Redes de solidariedades internacionais em andamento sejam a partir de iniciativas de ONG, sejam do movimento operário. Neste sentido, o movimento nacional dos Conselheiros de Saúde vem representando uma das experiências de maior relevância no Brasil. Pensar, por exemplo, um projeto de uma rede de informações em saúde voltada para instrumentalizar as reivindicações deste movimento é seguramente participar de forma efetiva nesta luta. Ao organizar uma rede de informações estruturadas, que trabalhe e apresente um conteúdo próximo do universo dos Conselheiros, e que desvende relações entre alocação de recursos em equipamentos sociais *versus* perfil de morbi-mortalidade, por exemplo, é talvez "revelar" mais que muitos discursos. Ou ainda, organizar as informações por gestão municipal, mostrando como os indicadores sociais e sanitários se comportam, comparando administrações mais voltadas para os interesses populares com aquelas que restringem suas aplicações a obras de "fachada" e aos bairros mais valorizados no espaço geográfico. Enfim, os exemplos são inúmeros, o que se quer destacar é que informações a serviço da luta emancipatória se opõem ao segredo, ao que fica oculto, subtendido, ao que não está explicitado com o uso do jargão técnico, com as médias, com as estatísticas que se apresentam tão neutras e distantes dos sofrimentos concretos e singulares de cada indivíduo.

... "Mas se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram (...) E iniciada esta luta - que é a luta deles - de que conhecem perfeitamente o alvo e de que podem determinar o método, eles entram no processo revolucionário. Evidentemente como aliado do proletariado pois, se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista. Eles servem realmente à causa da revolução proletária lutando precisamente onde a opressão se exerce sobre eles. As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de

poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte atualmente do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. E, na medida em que devem combater todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado." (Foucault, 1982:78)

A proposta que se tenta delinear é reforçar o local (entendido como expressão do contra-ponto global/local) enquanto espaço estratégico para exercícios de experiências conjuntas (gestores de informações em saúde e conselheiros de saúde) de um (re)pensar das informações, como parte integrante de movimentos mais amplos pela democracia emancipatória de cidadãos brasileiros, iniciando um processo de ruptura com um sistema informacional que se caracteriza por ser um instrumento permanente de relações de dominação e técnicas de controle polimorfos.

Talvez esta proposta esteja vinculada ao que Santos (1996) denomina de uma "utopia democrática" porque a transformação que está implícita pressupõe a repolitização da realidade (o que inclui as próprias representações - informações - desta realidade, produzidas a partir de uma Política de Verdade) e o exercício radical da cidadania individual e coletiva. E, como este processo se baseia em uma rede de contrapoderes de bases populares que estabelecem ligações laterais, não tem um sujeito histórico privilegiado. Os seus protagonistas são todos os que, nos diferentes espaços de exercícios de poder, criam atitudes de um contrapoder; numa nova idéia de solidariedade, simultaneamente concreta e planetária. As possibilidades de um (re)pensar da produção, disseminação e mais do que tudo da gestão da Política Informacional em Saúde inserem-se na abertura de perspectivas de uma competência democrática mais alargada, que pode começar pela articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa (como por exemplo com a instauração de mecanismos coletivos de gestão da informação).

O pensamento desenvolvido aqui se aproxima bastante da tese defendida por Santos (1996:102 e 110) de que *"a idéia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades a serviço de uma irracionalidade global, inabarcável e incontrolável. É possível reinventar as mini-racionalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser*

totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência. (...) ...[onde] as mini-racionalidades não são racionalidades mínimas. (...) A tarefa agora é, a partir dela [a fragmentação legada pela modernidade], reconstruir um arquipélago de racionalidades locais, nem mínimas nem máximas, mas tão só adequadas às necessidades locais, quer existentes quer potenciais, e na medida em que elas forem democraticamente formuladas pelas comunidades interpretativas. As mini-racionalidades pós-modernas estão, pois, conscientes dessa irracionalidade global, mas estão também conscientes que só a podem combater localmente. Quanto mais global for o problema, mais locais e mais multiplamente locais devem ser as soluções. Ao arquipélago destas soluções chamo eu socialismo. São soluções movediças, radicais no seu localismo. Não interessa que sejam portáteis ou mesmo soluções de bolso. Desde que expludam nos bolsos."

3. O DEBATE DEMOCRÁTICO EM TORNO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE

"Morrer pela "verdade". – Não nos deixaríamos queimar por nossas opiniões: não estamos tão seguros delas. Mas, talvez, por podermos ter nossas opiniões e podermos mudá-las."

- Friedrich Nietzsche -

Humano, Demasiado Humano. Um livro para espíritos livres. II - O Andamento e Sua Sombra
(1880)

Coerente com os marcos construídos nesta investigação, o segundo eixo de referência central, a ser levado em conta na construção de uma Política Municipal de Informações em Saúde (PMIS), é a preemência do debate democrático sobre a gestão, produção, disseminação e uso da informação, bem como sobre o significado das tecnologias de informações a serem adotadas.

3.1. Nos marcos da Emancipação e da Democracia Participativa

A construção de um pacto de governamentalidade que direcione a definição de uma PMIS voltada, prioritariamente, para atender aos interesses dos representantes populares implica a adoção de dois eixos de referência: o da emancipação e o da democracia participativa.

A *emancipação*, nos moldes trabalhados por Santos (1996), é constituída por princípios ou lógicas que visam orientar a vida prática dos cidadãos ou seja, a racionalização global da vida, coletiva e individual. Está expressa: i) na racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura, onde se condensam as idéias de identidade e de comunhão a partir do princípio da comunidade; ii) na racionalidade moral-prática da ética e do direito onde se articula com o princípio do Estado, que detém o monopólio da produção e distribuição do direito; e iii) na racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica em força produtiva (já desde o século XVIII), predominante no modelo do

mercado, onde condensam-se as idéias de individualidade e de concorrência.

Mas, se os princípios da emancipação podem parecer esgotados ou domesticados em função das exigências cada vez mais profundas e instáveis da regulação econômica e social, por outro lado, acumulam-se os sinais de que existe a possibilidade realista de construir-se situações novas: i) ao nível da racionalidade cognitivo-instrumental com a perspectiva da emergência de um novo paradigma científico-tecnológico (ciência pós-moderna?); ii) ao nível da racionalidade moral-prática a partir da emergência de uma nova concepção dos direitos humanos e do direito dos povos à autodeterminação consubstanciando uma nova ética e um novo direito assentados no exercício de uma solidariedade simultaneamente concreta e planetária; e iii) ao nível da racionalidade estético-expressiva ao ser possível pensar em descontinuidades, em mudanças paradigmáticas, ao promover uma criatividade da ação em um horizonte amplo de possibilidades.

O eixo da *democracia participativa*, com o qual se trabalha nesta investigação, vincula-se ao princípio da comunidade como é definido por Rousseau (1997), para quem a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem transparência à relação entre "soberania" e "governo". Neste modelo a relação política se dá horizontalmente cidadão-cidadão, na base da qual pode-se fundar uma associação política participativa (Santos, 1996). Relações sobre as quais novos modelos de participação política e social estão se modelando pelo mundo. Os Conselhos Municipais de Saúde podem ser compreendidos como um destes exercícios de modelagem. A Comissão Nacional (ou Estadual ou Municipal) de Informações em Saúde também pode ser citada como exemplo de alternativas de construção de novos modelos de relações políticas, assentados no princípio da *democracia participativa*.

Trabalha-se com esta referência enquanto possibilidade de articulação da *democracia representativa* com a *democracia participativa*. Jamais em contraposição, mas sim, em um sentido complementar, que amplia as próprias condições de democratização de diferentes dimensões da vida em uma sociedade.

Subjacente aos eixos da *emancipação* e da *democracia participativa* está o princípio da cidadania que, como lembra Santos (1996), se por um lado limita os poderes do Estado,

por outro universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle de suas atividades e, conseqüentemente, a regulação social, que Foucault desvenda de modo definitivo ao denunciar o biopoder vigilante, onde é preciso homogeneizar para controlar melhor. Complexifica-se, assim, a relação entre cidadania (direitos e deveres) e subjetividade (auto-reflexibilidade, auto-responsabilidade, particularidades infinitas e únicas). Se por um lado a cidadania amplia a subjetividade ao abrir novas possibilidades de auto-realização, por outro reduz a individualidade ao que há de universal (por via de direitos e deveres gerais e abstratos), transforma os sujeitos em unidades iguais e intercambiáveis, estatísticas "neutras" dos dispositivos de governo e das administrações privadas, objetos de estratégias de produção, enquanto força de trabalho, estratégias de consumo, enquanto consumidores e de estratégias de dominação, enquanto cidadãos da democracia de massas. Santos (1996) conclui que a igualdade da cidadania colide com a diferença da subjetividade, onde esta tensão radical só é susceptível de superação no marco da emancipação e da democracia participativa. A emancipação a conquistar é a do indivíduo, da sua subjetividade e de sua condição ampliada de cidadão, pois o desenvolvimento da cidadania (única e política) sem subjetividade conduz à normalização, à uma subjetividade identificada com as exigências da dominação disciplinar.

A idéia de emancipação aqui trabalhada refere-se a novas formas de cidadania vinculadas a modalidades e critérios de participação, ao mesmo tempo coletivas e com espaço para a subjetividade. Ou como diz Santos (1996), de uma subjetividade pessoal e solidária que se contrapõe a uma cidadania atomizante e homogeneizadora. Enfim, formula-se uma concepção de PMIS que procura se colocar como alternativa - como contrapoder - de novos modos de participação e de afirmação de novas dimensões da cidadania: A cidadania informacional se assenta tanto no direito de ser informado e de participar na definição da Política de Informações, quanto na construção social e política do sujeito informacional que pode emergir a partir de novos protagonistas, em um renovado espectro de inovação e transformação sociais. (Re)pensar as informações em saúde, nos moldes delineados no decorrer desta investigação, vincula-se à luta por uma emancipação que visa transformar o cotidiano - que é, por excelência, o mundo da intersubjetividade - em termos de qualidade de vida e bem-estar (a partir de interesses coletivos) e que se pauta por formas organizativas inovadoras a partir do princípio da democracia participativa, afirmativa de uma cidadania capaz de compatibilizar o desenvolvimento pessoal com o coletivo.

A democracia baseia-se em um espaço público de discussão e de organização que reconhece os agentes políticos como sendo portadores dos mesmos direitos. Cada indivíduo e cada grupo político usufruem direitos iguais ao fazerem valer os seus interesses do ponto de vista da partilha do poder e do saber, possibilitando uma decisão final no que diz respeito aos assuntos da coletividade. Supõe-se assim uma valorização dos homens, no sentido aristotélico de animais políticos e racionais, ao efetuarem a finalidade que lhes é própria, qual seja, a do **cidadão** como "causa formal" da "*pólis*" (Aristotéles, *Política*, livro III).

*"A constituição que nos rege nada tem que invejar a de outros povos; não imita nenhuma e, ao contrário, serve-lhes de modelo. Seu nome é **democracia**, porque não visa o interesse de uma minoria, mas o benefício da coletividade. Tem por princípio fundamental a igualdade. Na vida privada, a lei não faz discriminação alguma entre os cidadãos; na vida pública, a consideração não se adquire por nascimento nem por fortuna, mas, unicamente, pelo mérito; não são distinções sociais e sim a competência e o talento que abrem caminho às honrarias. Em Atenas, todos entendem e se preocupam com a política e o que se aborrece com assuntos políticos é considerado como um ser inútil. Reunidos em assembléia, os cidadãos sabem escolher saudavelmente as melhores soluções, porque não acreditam que a palavra prejudique a ação, desejando, ao contrário, que a luz surja da discussão"* (discurso de Péricles, 495-429 a.C., conhecido através de Tucídides, 465-395 a. C.).

É sempre importante recorrer às idéias originais, geradoras de novos caminhos no pensamento humano. A idéia de democracia é seguramente uma delas. Châtelet (1978) assim a descreve: "*A democracia, etimologicamente, é o poder do "povinho", do **dêmos**, que cansado da sujeição em que é mantido pelos proprietários fundiários, os **aristói**, os "bem-nascidos", se revolta e divide os bens dos que acabam de ser vencidos. Clístenes, Elfiates, Péricles, porém, concebem a democracia de outra maneira: ela não é simplesmente a força do povo, mas a extensão da cidadania a todo homem livre, igualização da condição de cidadão a todos, quaisquer que sejam suas rendas (...) As Assembléias Municipais, a **Pnyx** (lugar de reunião da Assembléia Geral), os mercados, os tribunais, definem lugares novos onde o cidadão pobre pode, sob a garantia da Lei, atacar rico ou nobre, não para espoliá-lo, mas para exigir que divida seus privilégios para o bem*

da maioria. A democracia penetra nos costumes; as especulações dos médicos e físicos liberam-se das proibições da religião, tornando-se explicações profanas que subsistem às explicações sagradas... Os deveres se humanizam, saindo das criptas onde eram mantidos pelos delegados dos cultos, para se oferecerem a todos e aos raios do sol... Apolo, rei da clareza, é soberano; Palas, patrona de Athenas, deusa da razão, se sobrepõe aos excessos de Dionisos. O teatro se vê profundamente transformado: torna-se o ato cívico por excelência, representação do homem liberado do destino onde se enfrentam o homem antigo e o homem novo."

É sempre este o movimento de transformação: o conflito entre o antigo e o novo que insiste em procurar brotar! Santos (1996) preconiza a necessidade de um esforço teórico que contemple uma nova teoria da democracia em um projeto social de emancipação. Partindo da afirmação de que o capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático, onde a democracia representativa significou uma conquista das classes trabalhadoras, mesmo que apresentada como concessão que lhes foi feita pelas classes dominantes. Neste sentido, a democracia representativa é uma positividade e deve ser apropriada pelo campo social da emancipação.

Para tal é fundamental a adoção de uma visão crítica que aponte seus limites e o quanto da concepção liberal de organização da sociedade está nela expressa. Esta peculiaridade liberal está em tomar a democracia estritamente como um sistema político que repousa sobre determinados postulados institucionais (como por exemplo: eleição, partidos políticos, opinião pública, repetição da consulta em intervalos regulares, existência de parlamento, do judiciário), considerados como condições sociais da democracia. São condições necessárias mas não suficientes a um projeto emancipador. São condições que se manifestam apenas no processo eleitoral, em seu caráter representativo e formal.

"A democracia, modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade sócio-econômico, é uma farsa bem sucedida, visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia. Se, na tradição do pensamento democrático, democracia significa: a) igualdade; b) soberania popular; c) preenchimento das exigências constitucionais; d) reconhecimento da maioria e dos direitos da minoria, e) liberdade; torna-se óbvia a fragilidade democrática no capitalismo" (Chauí,

1993:141).

Na esfera político-institucional formal, a democracia é afirmada como uma forma política capaz de conviver e acolher os conflitos, legitimando-os pela institucionalização dos partidos e pelo mecanismo eleitoral. Será que o processo se dá assim mesmo? A questão é refletir se nos marcos estritos da democracia representativa é possível se pensar em superar a fórmula construída historicamente para as informações, abrindo espaço para a constituição de novos sujeitos informacionais participando do processo de gestão da informação? Em que medida as desigualdades sociais são transportadas para o interior dos partidos, distinguindo seus membros quanto ao poder, ao saber e à informação?

Estas questões, centrais para nortear o delineamento de um "novo pensar" em torno das informações em saúde, suscitam algumas reflexões. De antemão, fica bastante relativizado falar em representatividade eleitoral ou vida parlamentar democrática diante da influência, sobre o espaço público, dos diferentes mecanismos da mídia eletrônica e dos ritmos da informação e da comunicação (as "infovias") com os novos modos de apropriação e divulgação que empregam e que estão sob a gestão de interesses que lutam pela preservação do *status quo*. Derrida (1994) vai mais longe ao afirmar que hoje em dia, em todas as democracias representativas ocidentais, tende-se a não respeitar mais o político enquanto tal, que torna-se cada vez mais um personagem de representação midiática no exato momento em que a transformação do espaço público, justamente pela mídia, o faz perder o essencial do poder e mesmo da competência que detinha anteriormente das estruturas da representação parlamentar, dos aparelhos de Estado que se ligavam a ela.

"O mesmo poder midiático acusa, produz e amplia, ao mesmo tempo, a incompetência do político tradicional: por um lado, subtrai-lhe o poder legítimo que detinha do antigo espaço político (partido, parlamento, etc.) mas, por outro lado, obriga-o a se tornar uma simples silhueta, quando não uma marionete, no teatro da retórica televisiva. Consideravam-no ator da política; ele corre o risco, freqüentemente, sabe-se bem, de não ser mais do que ator de televisão." (Derrida, 1994:110)

Atendendo ao convite de Santos (1996) de um esforço teórico que contemple novas formas democráticas de participação, tenta-se agora discutir a democracia enquanto uma questão filosófica, pois até aqui tem-se trabalhado como uma questão sociológica (as

instituições democráticas). Assim, pode-se apresentar a questão filosófica da democracia como sendo o fato da cidade democrática "*não se definir pela igualdade (isto deve definir toda cidade justa no partilhável), mas pela liberdade, isto é, os homens da cidade democrática são tidos como iguais (para participar do poder) porque são livres. (...) Isto significa que a forma da justiça social (o que a cidade requer para permanecer coesa) depende, em última instância, da forma de justiça política (os que participam da cidade), de sorte que, numa democracia, a liberdade é o valor que definirá a igualdade social.*" (Chauí, 1993:152) Liberdade que inclui poder participar do livre acesso às informações produzidas pela sociedade em busca da superação de um *modus operandi*, que historicamente afasta a população das decisões sobre a Política de Informações do país, se constituindo em uma das formas de enfrentar a questão dos dispositivos de Poder e Saber em uma sociedade que se pretende democrática.

Para aprofundar o conceito da proporcionalidade de participação na ordem política e social de um povo, é interessante analisar o pensamento de Espinosa (1997) a este respeito. Para este filósofo, a Cidade (a que Chauí se refere) não é um fato natural, mas histórico, embora universal; e a instauração política ocorre através de uma distribuição proporcional de potências individuais rumo à constituição de uma potência coletiva, tida como soberana. O que distingue uma forma política da outra é a proporcionalidade que se estabelece entre o poder da potência soberana e o poder das potências individuais, isto é, entre o poder coletivo e o poder dos cidadãos. Assim, Espinosa faz da liberdade (quando uma forma política é mais livre do que a outra) a pedra de toque de interpretação dos regimes políticos. A Cidade é tanto mais potente e tanto mais livre quanto mais o poder, sendo de todos, não possa ser de ninguém.

Talvez se encontre aí uma das fontes primárias de um pensamento que vem se tornando cada vez mais contemporâneo, qual seja, a busca criativa de outras intermediações nas relações de poder, nos marcos da democracia. Alternativas que ponham em evidência que a democracia é função da relação entre liberdade e exercício de poder. Daí ser tão estratégica a reflexão sobre os modos de produzir, disseminar e gerir informações: instrumentos necessários à contínua construção de um processo democrático emancipador.

E Chauí (1993:15) conclui: "*A única Cidade que não teme o povo armado é a democrática. Por que? Porque se trata de uma Cidade que não **permite** a liberdade, mas é*

livre, não só porque nela há igualdade política, todos os cidadãos podendo ter igual participação no poder, nas decisões e execuções, mas porque nela a transcendência do poder é tão clara que permite a participação sem risco de identificação. A democracia é livre porque igualitária, pois o que a define é uma proporcionalidade máxima do poder, visto que nela o poder de cada um depende da potência do poder coletivo. A Cidade é que precisa ser livre, para que a igualdade política possa ser instaurada. E, por igualdade, Espinosa entende a cidade na qual os conflitos e as diferenças não são tomadas como um perigo, mas como forma de existência coletiva."

Assim, enfrentar a questão de um (re)pensar das informações, inserido em um processo democrático que se vincula a um projeto social emancipador, passa, necessariamente, por discutir as relações de dominação política, a natureza do Poder e a produção do Saber. Neste sentido, espera-se estar ficando claro que os marcos da democracia representativa não são suficientes. Nesta, a democracia fica confinada aos limites do que é autorizado e permitido pelos dispositivos de um poder vigilante, que tende a restringir as reivindicações populares, contendo-as, em um processo de pré-agendamentos que corresponde a uma espécie de retradução das demandas e sua compartimentalização, levando a um preestabelecimento de "arenas" nas quais tendem, a partir daí, a ficarem confinados os debates. Assim, propor novas "arenas", onde se processem relações de poder, com a participação de sujeitos sociais historicamente afastados dos processos decisórios de Políticas Públicas, é enfrentar o desafio de participar da construção social de novos marcos de democracia, como os da democracia participativa em um projeto emancipador.

É óbvio que a gestão da *res pública* é de responsabilidade do gestor eleito para tal, nos marcos da democracia representativa, mas é também direito do cidadão, a partir de novos marcos de articulação entre democracia representativa e democracia participativa, participar deste processo: Às vezes, usa-se o argumento de "ter sido eleito" como impeditivo do exercício de democracia participativa; é a reação de "quem está no poder" temendo possíveis críticas e oposições implícitas a um processo de gestão coletiva.

Talvez valha a pena citar McPherson (1978) que formula um modelo, por ele designado como "democracia participativa", que apresenta um conjunto de pre-condições sociais da democracia: i) mudança da consciência popular, que passa a ver-se não mais como consumidores, mas como agente e executor que desfruta de suas próprias decisões;

ii) grande diminuição da atual desigualdade social e econômica; iii) estimula os seguintes procedimentos: associações de bairro e de vizinhança, luta pela melhoria da qualidade de vida (poluição, transportes, comunicações, escolas, saneamento), pela liberdade de expressão, pelo direito das minorias (sexuais, raciais, coloniais), pela co-gestão das empresas pelos trabalhadores; iv) enfatiza o peso do ônus social trazido pelo crescimento do capitalismo. Este modelo apoia-se na ampliação do espaço político pela sociedade civil. O próprio autor assim a descreve: "*O modelo da democracia participativa seria um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base (...). Assim prosseguiria até ao vértice da pirâmide, que seria um conselho nacional para assuntos de interesse nacional e conselhos locais e regionais para setores próprios desses segmentos territoriais*"(McPherson, 1978:110).

A proposta aqui delineada não se filia inteiramente ao modelo mcphersoniano, mas este traz contribuições importantes para a reflexão em torno de alternativas de "arenas" e de "agendas". A renovação da *práxis* democrática começa pela construção de mecanismos democráticos de participação política que não restrinjam esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa em um processo complexo de ações criativas desencadeadas por uma sociedade, redefinindo e ampliando o campo político de atuação.

3.2. Nos marcos de uma Tecnodemocracia

A linha de estudos e propostas desenvolvidos nesta investigação só tem sentido nos marcos do conceito de um contrapoder (Foucault) e do conceito de uma lógica de resistência (Santos, 1996). E é na constatação de seus limites que reside a possibilidade de alcance de alguns de seus conteúdos e princípios. Pois, como visto, onde há poder, há contrapoder, resistência e criatividade, possibilidades de mudanças. É no conflito que germina o movimento, os deslocamentos dos pactos de governamentalidade, as rupturas que viabilizam os avanços que a humanidade vem conquistando e usufruindo.

A proposta de uma tecnodemocracia, que tenha por objeto de seu exercício a definição de uma PMIS, representa uma tentativa de dar materialidade à idéia da apropriação pela sociedade de um aparato até então quase que de uso restrito pelos dispositivos de vigilância, de controle de gestão da vida, cuja chave de acesso é de domínio

reservado de uma elite científica e técnica, política e econômica. Talvez esta estratégia se aproxime do que Pierre Levy (1993) chama de "tecnodemocracia", onde uma reaproximação mental dos processos tecnológicos por parte dos cidadãos é um pré-requisito para a instauração progressiva da democracia no debate até então circunscrito aos "iniciados" que pertencem, em sua quase totalidade, à elite.

Mas, do mesmo modo que conceitos de democracia e direitos dos homens vêm sendo alterados em prol do avanço de seus limites, a tecnologia também vem avançando de forma a criar a possibilidade de instrumentalizar aqueles avanços. Falar em democratização das informações sem as conquistas da microcomputação e da telecomunicação tem um mero efeito retórico. Neste sentido, vale fazer um breve resgate do contexto histórico no qual foram gestados os principais avanços tecnológicos da microcomputação e perceber como este cenário estava imerso, também, em um projeto de contrapoder.

Até a metade da década de 70, a imagem pública que se fazia da tecnologia da informação era exótica, misteriosa, muito cara, ocupando grandes espaços físicos, podendo ser operada apenas por cientistas e técnicos treinados. As operações eram discutidas na linguagem esotérica da teoria da informação com a ajuda de muita matemática. Tão ameaçador quanto o imaginário criado era o fato social de que a área da tecnologia da informação estar sob rígido controle de corporações, com destaque para a IBM (*Big Blue*), talvez a mais elitista. Já desde final da década de 50, jovens entusiastas dos computadores vinham trabalhando no laboratório de computação do MIT (Massachusetts Institute of Technology, leste dos EUA) em protótipos de "computadores domésticos", mas sem nenhuma preocupação comercial ou de consciência política. Em fins da década de 60 surge uma outra espécie de *hackers*, vindos principalmente da costa oeste dos EUA, inseridos no movimento antibélico. Estes eram considerados os *hackers* radicais ou guerrilheiros, que estavam destinados a dar ao computador uma imagem completamente nova e uma orientação política que jamais poderia ter surgido com a *Big Blue* - a corporação até então hegemônica. Nas mãos deles, a tecnologia da informação se tornaria mais próxima de um instrumento de política democrática. No início da década de 70, um pequeno grupo de cientistas da computação, que tinham abandonado a universidade, envolvidos no movimento de protesto contra a guerra na Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA), se uniram, em meio à crise do Camboja, para discutir a política de informação. Constituíram, assim, um dos primeiros grupos de encontro de *hackers* com preocupações sociais e políticas. (Roszak, 1988).

Estes cientistas se inserem no amplo movimento de contracultura tão característico da década de 60 e 70. Eles denunciavam o fato do computador estar sendo monopolizado para benefício e poder do mesmo complexo industrial-militar que já controlava as outras tecnologias. Ou seja, denunciavam o imbricamento existente entre as relações de poder e a produção de saber. E postulavam o uso deste saber em prol de uma democracia participativa. Steven Levy (1984:165) cita trecho do jornal People's Computer Company (1972), jornal dos *hackers*: "*Quase sempre os computadores são usados contra as pessoas, e não a favor delas, para controlá-las, ao invés de libertá-las. É hora de mudar tudo isso - nós precisamos de uma empresa de computadores para o povo*". Outro exemplo de estratégias específicas, de um contrapoder, pode ser encontrado na criação, ainda em Berkeley, de uma Empresa Comunitária de Computadores, fundada pelos hackers na mesma época, denominada *Recurso Um*. Em seu Boletim (nº2, 1974:8), eles afirmaram:

"Tanto a quantidade quanto o conteúdo da informação disponível é estabelecido pelas instituições centralizadas - imprensa, TV, rádio, agência de notícias, serviços de informações, agências governamentais (...) - que são controladas pelos mesmos interesses que controlam o resto da economia. Mantendo a informação fluindo de cima para baixo, eles nos mantêm isolados uns dos outros... A tecnologia de computadores tem sido bastante usada para isso... principalmente pelo governo, e por aqueles que ele representa, para armazenar e dispor rapidamente de grandes quantidades de informação sobre um enorme número de pessoas... É este padrão que nos convence de que o controle sobre o fluxo de informação é tão crucial."

Essas tentativas, embora localizadas, despertaram uma nova percepção do público com referência à informação. O computador passou a ser potencialmente identificado com sendo um "artefato social radical", nas palavras de Michael Rossman (1979), um dos teóricos deste movimento. Entre seus membros havia a consciência de que a informação era muito mais do que necessidade industrial ou mercadoria comercial. Era a força viva e pré-requisito do processo democrático e, como tal, precioso demais para ser concedido a corporações e estar sob controle do governo. Para os intelectuais e ativistas que passaram os anos do Vietnã e de Watergate protestando contra o sigilo, o ocultamento e a manipulação de notícias por parte do governo, o computador poderia ser o antídoto - o contrapoder - contra o elitismo tecnocrático, desde que seu poder pudesse ser

universalmente acessível (Roszak, 1988).

Aí estava a grande questão: como esta ampliação do acesso poderia se tornar operacionável? Neste meio tempo, a tecnologia estava mudando. O microcomputador, que tinha sido considerado pela IBM como um investimento "pobre", começou a aparecer como um instrumento acessível, a penetrar as casas dos americanos, um "eletrodoméstico" com o qual se poderia quebrar o monopólio do processamento da informação detido pelos governos e pelas grandes corporações capitalistas. Este era sonho, por exemplo, de Steven Jobs e Stephen Wozniak, quando este revelou seu novo microcomputador, em 1977 - denominado *Apple* - no *Homebrew Computer Club* (Clube do Computador feito em Casa). Inicia-se um novo marco para as tecnologias de informação. Sem o microcomputador a chamada Era da Informação seria impensável.

O microcomputador, uma invenção dissidente, desenvolvido domesticamente como uma "tecnologia da libertação", anos mais tarde é absorvido pelo "Establishment" e torna-se, nos dias atuais, mais uma ferramenta que serve para distinguir uma elite (a que a possui e sabe utilizá-la em todo o seu potencial) do restante - a massa (a quem cabe admirá-la!). Surge no bojo de uma utopia social: a potência de cálculo arrancada do Estado, do exército, das grandes empresas para ser restituída aos indivíduos; mas paulatinamente foi cooptado e absorvido pelo gigantismo tecnológico-industrial. Levy (1993) afirma que o objetivo de instituir novas bases para a informática e, ao mesmo tempo, revolucionar a sociedade, de uma certa forma, foi atingido pelos jovens californiados "à margem do Sistema", no *Silicon Valey*. De concreto, estes jovens informatas criaram as bases tecnológicas que dão factibilidade à luta por um redirecionamento de uma Política de Informações voltada para a libertação, no âmbito de novos pactos de governamentalidade, ampliando o debate sobre os usos sociais das tecnologias de informação. Estas podem se transformar em ferramentas de dominação, de controle da circulação da informação, mas também podem constituir-se em espaços de trocas e intercâmbios incomensuráveis, instrumentos a serviços do processo de emancipação permanente do homem comum no início do terceiro milênio.

Mas esta última alternativa depende das relações de poder e aí estratégias de ampliação do acesso à informações que revelem, por exemplo, a dimensão humana das estatísticas, as prioridades das políticas governamentais e sua expressão na situação de saúde, os lucros advindos de um trabalho quase sempre espoliativo da saúde, os projetos

culturais massificadores, são fundamentais. Enfim, informações que permitam desvendar a profunda desigualdade em termos de qualidade de vida existente em uma população que habita o mesmo município (e as vezes o mesmo bairro) e o quanto as informações em saúde estão imersas na racionalidade de controle e gestão da vida das populações. Já existem avanços tecnológicos que instrumentalizem tais processos. Falta acumular forças políticas para maior participação dos interesses populares em mecanismos de gestão social sobre a política informacional em saúde. Este é o principal convite aos profissionais da informação: engajar-se neste processo com o que há de mais avançado tecnologicamente existente, democratizando conteúdos informacionais úteis e relevantes, e com a forma mais adequada a um projeto emancipador.

"A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Esse novo campo político não é, contudo, um campo amorfo. Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada". (Santos, 1996:165)

As propostas desenvolvidas a seguir são trabalhadas como um primeiro exercício de aproximação cuidadosa a exemplos de espaços e oportunidades que configuram relações de poder e produção de saber. Experiências que procuram suscitar uma luta democrática específica de tal forma que desencadeie um processo de transformação das relações de poder desses espaços em relações de autoridade partilhada, enquanto um campo político que articula a democracia representativa e a democracia participativa, tendo por imagem-objetivo contribuir e participar do projeto social de emancipação centrada em uma nova cidadania.

... "A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia da igualdade sem mesmidade, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade, (...). Cabe recordar aqui, a terminar, o maior teórico africano deste século, Amílcar Cabral, para quem a cultura e o renascimento cultural constituem, por excelência, a pedagogia da emancipação." (Santos, 1996:278).

4. MECANISMOS MUNICIPAIS DE GESTÃO COLETIVA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE: UMA PROPOSTA POLÍTICA

... "Que vosso espírito e vossa virtude sirvam ao sentido da terra, meus irmãos: que o valor de todas as coisas seja renovado por vós! Para isso deveis ser combatentes! Para isso deveis ser criadores!

... Mil veredas há, que nunca foram andadas ainda, mil saúdes e ilhas escondidas da vida. Inesgotados e inexplorados estão ainda o homem e a terra do homem.

Vigiai e escutai, ó solidários! Do futuro chegam ventos com misteriosas batidas de asas; e para ouvidos finos há boa notícia.

Vós solitários de hoje, vós que vos apartais, haveis um dia de ser um povo: ...

Em verdade, um lugar de convalescença há de tornar-se ainda a terra! E já há um novo aroma em torno dela, um aroma que traz saúde - e uma nova esperança!"

- Friedrich Nietzsche -

Assim Falou Zaratustra - Um livro para todos e ninguém.

(1883)

Ao adotar como marcos de referência os princípios da emancipação, da democracia participativa e da tecno-democracia como norteadores do processo de construção de uma Política Municipal de Informações em Saúde (PMIS), é fundamental aprofundar as reflexões sobre qual a proposta de gestão das informações em saúde que guarda, efetivamente, maior coerência com tais princípios.

Conforme se tenta demonstrar ao longo do trabalho, 'Informação em Saúde' vem se constituindo em um espaço estratégico de relações de poder e produção de saber, onde a população precisa estar presente. Assim, o compromisso com ações que não só abram espaço para esta participação mas também a fomentem faz parte das atribuições de seu gestor. Daí a necessidade de que representantes da população participem deste processo de gestão, com a finalidade de defenderem seus interesses, pois, as decisões/definições

emanadas a partir de uma PMIS dão margem a múltiplos conflitos e negociações, em sua maioria não explicitadas, onde técnica, política e projetos culturais imbricam-se de forma inextrincável.

No espaço informacional de um município, pode ser extremamente rico o processo de estabelecimento de nexos intelectíveis entre um determinado modelo de informações e suas repercussões para a vida dos cidadãos. É neste contexto que a idéia de uma tecnodemocracia se impõe como necessária a um processo de reaproximação mental dos processos tecnológicos por parte dos moradores de uma cidade. É para esta reapropriação que a proposta aqui delineada pretende contribuir ao pensar a apropriação por parte da sociedade do próprio processo político de definição de modelos de informações, das meta-informações, participando ativamente enquanto sujeito informacional na construção de uma política democrática de informações na esfera de um município.

O debate envolvendo representantes da população municipal em torno do modelo que querem para serem monitorados pelas instituições de saúde e para o gerenciamento dos serviços ofertados naquele espaço geográfico, seguramente é o espaço de criatividade pulsante, de resistência e celeiro de propostas que se diferenciem da mesmice dos modelos exportados, seja por organismos internacionais, seja pela "ideologia colonizada" de técnicos que se esmeram em seguir a cartilha do que já está estabelecido - o *status quo* - por opção política, por comodismo, por incompetência... Mas também, e principalmente, porque se vive a ausência de democracia em processos sociotécnicos (como se pode caracterizar a definição de uma PMIS), que raramente são objetos de deliberações explícitas e, menos ainda, de decisões coletivas tomadas com a participação de representantes dos cidadãos - munícipes.

Trabalhar com o entendimento de que uma PMIS é um processo sócio-político e tecnológico representa vinculá-lo a um projeto político para a saúde e deste com um projeto político geral para o município, enquanto expressão do contraponto local/global. Assim, o debate, para ser democrático, não pressupõe apenas a questão relevante da participação equitativa de diferentes representantes da sociedade de um município no processo, mas também o desvendamento dos liames existentes entre a política e a tecnologia, entre poder e saber.

Discutir uma proposta de uma PMIS significa, pois, discutir o modelo de atenção à

saúde que se pretende, bem como todo o projeto municipal (está comprometido com a garantia da melhoria das condições de vida dos cidadãos?). Ou seja, o debate coletivo que se propõe implica, por um lado, "politização" da temática Informação em Saúde, e por outro, no esforço de decodificação da retórica técnica para uma retórica mais próxima do universo do cidadão, sem o qual não será estabelecido um canal de interlocução (nos moldes do descrito no capítulo II), mas sim, se estará criando mais um mecanismo de opressão, de submissão, de acirramento das desigualdades cognitivas entre uma elite (a que sabe) e o restante da população (a que não sabe), em busca de uma "aceitação" de propostas pseudo-democráticas.

Note-se que não se trata aqui de minimizar a dimensão científica e tecnológica presente na complexa definição de uma PMIS. Ao contrário, propostas sociotécnicas, para serem exitosas, não podem prescindir da mais alta competência técnica. Mas, como visto no capítulo I, a produção de saberes é inseparável das relações de poder, portanto, ao guardar coerência com o arcabouço teórico adotado neste estudo, se propõe que sua expressão na vida concreta se dê no bojo do estabelecimento de mecanismos de debates políticos coletivizados, ampliados, em torno das definições de uma PMIS.

Como visto, as chamadas novas tecnologias de informação vêm se constituindo em um campo aberto, conflituoso e em certos aspectos paradoxal. A rigor, quando se luta por uma PMIS inserida em um processo democrático, as opções tecnológicas e metodológicas não devem ser decididas *a priori*. A possibilidade prática de uma "tecnodemocracia" será construída na própria *práxis* informacional, no processo dinâmico de interlocuções contínuas, envolvendo representantes da população, profissionais e gestores de informação em saúde, profissionais e gestores de saúde que atuam nas unidades assistenciais, nos distritos sanitários, na instância central da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em seus diversos segmentos e profissionais de outras secretarias municipais, como as ligadas à educação, limpeza urbana, ao planejamento urbano e outras.

A questão da Ciência e Tecnologia ocupa uma posição central nas sociedades contemporâneas. O problema reside no fato das tentativas de ocultamento de que sua ação se caracteriza por uma micropolítica em atos que expressam os modos fundamentais da gestão social e política do conhecimento. No cotidiano dos profissionais de saúde é rotina ouvir-se frases do tipo:

- "Eu só quero fazer o meu trabalho técnico, e a política não deixa!"

- "A política atrapalha o nosso trabalho técnico!"

Elas expressam uma visão dicotômica entre política e técnica que só reforçam o mito da neutralidade científica discutido em capítulo anterior. Nesta etapa da investigação a preocupação é trazer as discussões já desenvolvidas para o espaço cotidiano e concreto da *práxis* informacional de um município. Não é uma questão abstrata ou mesmo superada a falaciosa dicotomia entre política e técnica, ao contrário, é uma concepção presente que se expressa de diversas formas, dentre as quais, e talvez a mais danosa, através do histórico afastamento de representantes da população dos debates, em torno da Ciência e Tecnologia.

Separar a política da técnica desarma o cidadão pois este fica diante de "algo" que lhe é imposto como um destino inexorável que só os "iluminados" têm acesso. Ao homem comum só cabe admirar (venerar?) e respeitar (amedrontado, pois lhe é desconhecido) os avanços tecnológicos e aguardar para usufruir daquela específica tecnologia, a depender de seu poder aquisitivo. É esta concepção, que separa a ciência e a tecnologia do devir da humanidade, que se quer combater ao propor um debate democrático em torno das opções tecnológicas a serem adotadas na implementação de uma PMIS, enquanto um micro-espaço de exercício de projetos redistributivos de poder e saber. Enquanto uma alternativa (sempre há a possibilidade de outras) i) a ações que encobrem e abrigam "os príncipes modernos" (cientistas e tecnologistas) de um controle social sobre suas práticas, ii) a estratégias que desencorajam os cidadãos a se informarem e agirem em proveito de um processo contínuo de emancipação e iii) a propostas que induzem a que indivíduos abdicuem de seu papel histórico de sujeitos concretos, situados no tempo e no espaço.

Agora é o momento de resgatar outra idéia já discutida anteriormente para ensaiar-se sua aplicabilidade no âmbito municipal. Trata-se do entendimento de que a informação se realiza em contextos de interlocuções sucessivas. O sentido das informações a serem produzidas a partir de uma PMIS emerge e se constrói no contexto, o mesmo ocorre no próprio processo de discussões prévias sobre qual PMIS se quer. Qual o contexto em que se darão os debates coletivos? Esta é uma questão central a ser pensada. Sabe-se que o contexto, longe de ser um dado estável, é algo que está perpetuamente sendo reconstruído e negociado, é sempre local, datado, transitório. O contexto designa a configuração de ativação de uma grande rede de significados em um dado momento. Cada um em sua escala, os sujeitos informacionais constroem e remodelam universos de sentido, que

precisam ser respeitados sob pena de cair-se em um tecnicismo e tecnocratismo estéril e imobilizante, da perspectiva dos interesses e dos significados oriundos da população.

A área da saúde, ao longo de sua história mais recente, vem construindo um contexto de interlocuções extremamente fértil. São os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) que, com variações, têm se constituído em espaços de discussões sobre a política municipal de saúde. Têm contado com participação de representantes da população, dos prestadores de serviços e dos gestores de saúde. Já existe um lastro, um acúmulo neste processo que deve ser levado em conta no momento de ampliação do debate sobre uma PMIS. Deste modo, como uma das alternativas, por que não se pensar em direcionar de forma mais consistente e contínua as discussões em torno da PMIS para o interior dos CMS? A depender da complexidade de cada município, talvez o mais recomendável seja trabalhar a questão da informação no âmbito deste Conselho.

Outra alternativa, sempre a depender do jogo de forças políticas existentes em cada município, é a constituição de uma Comissão Municipal de Informações em Saúde, ligada ao CMS, enquanto instância para discussão da Política Municipal de Informação em Saúde, nos moldes do proposto para o âmbito nacional (Capítulo III). Independente da alternativa a ser adotada, o importante é o estabelecimento de mecanismo de gestão coletiva da informação em saúde, enquanto um espaço de negociação plural, aberto, em constante construção. Espaço no qual as interlocuções se dão em contextos de significações, de relações de poder e distribuição de saberes heterogêneos.

Vale destacar, que havendo representatividade no âmbito deste mecanismo, a rede fractal de relações de poder e saber presentes no próprio contexto da sociedade imprimirá sua marca de multiplicidade de interesses em disputa e do jogo político presente no município. Assim, por ser expressão da rede complexa dos jogos de poder/saber/verdade, o contexto do mecanismo de gestão coletiva não possui um centro fixo, mesmo que sua coordenação formal o seja, mas sim diversos "centros" permanentemente móveis em disputas por hegemonia. É neste dinamismo, nestas fissuras e rupturas que germina a possibilidade de criação do novo, onde se deposita a esperança da mudança para uma PMIS que contribua para o avanço de uma "cidadania informacionalmente emancipada".

5. O DESAFIO DE AGREGAR VALOR ÀS INFORMAÇÕES EM SAÚDE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.

"Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão."

- Paulo Freire -
(1997)

Qual poderia ser o desenho de uma proposta operacional que incorporasse em sua concepção algumas das características dos princípios da emancipação, da democracia participativa e da tecnodemocracia? Esta é uma das preocupações que está presente no decorrer de todo processo de elaboração desta investigação. O compromisso com o agir, com a intervenção ativa, com o operacionalizável está permanentemente orientando o desenvolvimento destas reflexões. É neste sentido que se insere a proposta de estruturação de um **Sistema Municipal de Informações Estratégicas para a Saúde (SMIES)**, trabalhado enquanto um exercício metodológico em torno de uma das inúmeras alternativas possíveis face às mesmas preocupações, compromissos e princípios.

Existe a convicção de ser fundamental estudar, de forma cuidadosa e aprofundada, alternativas metodológicas e operacionais que instrumentalizem o citado processo de reapropriação, por parte da sociedade, de processos tecnológicos informacionais. Assim, além da participação na gestão da PMIS, explicitada anteriormente, esta reapropriação também pode se dar na medida em que a política de informações adotada tenha por objetivo muito mais do que "fornecer o acesso às informações" (que em sua grande maioria significa acesso a dados brutos), mas sim, efetivamente democratizá-las. Implementar este princípio pressupõe estratégias de ação que ampliem a capacidade do cidadão de utilizar as informações na produção de novos saberes úteis a um processo emancipatório, que por sua vez, amplia sua capacidade argumentativa e reivindicatória nos fóruns de negociações políticas: mais uma expressão dos liames existentes entre saber e poder.

É então, a partir dessas premissas norteadoras que, com o caráter de ensaio, apresenta-se um sistematização em torno de dimensões metodológicas consideradas estratégicas para a estruturação de um SMIES. Este primeiro esboço de uma proposta metodológica é fruto tanto de um conhecimento empírico adquirido ao longo da vivência

profissional engajada em experiências municipais concretas no campo temático das 'Informações em Saúde', quanto dos estudos e reflexões desenvolvidos: um iluminando o outro e vice-versa.

Trabalha-se com o entendimento de que um SMIES se constitui em uma Rede intrincada de significações que tece uma trama mais complicada do que os bancos de dados por pressupor suas articulações, ao procurar extrair conteúdos informacionais com maior valor agregado face à necessidade de desvendar e monitorar a complexa realidade de um município. Não é pois um *Sistema* no sentido clássico do vocábulo "sistema". Utiliza-se tal nomenclatura pela amplitude de possibilidades que ela traz, ao representar todo e qualquer fenômeno, processo que implica relações entre partes. Esta é pois a característica central de um SMIES, conforme a proposta aqui delineada: relacionar partes de um todo bem mais complexo - sejam interlocutores, contextos, idéias, expectativas e também bases e bancos de dados, tendo por eixo aglutinador o compromisso com um processo democrático de gestão de informações democratizantes.

O sentido de democratização de processos sócio-tecnológicos se dá tanto em relação às tecnologias de informação, como já discutido, quanto em relação ao significado social, político e econômico das "tecnologias de Saúde", laicizando-as, o que implica também, uma reapropriação pela sociedade das técnicas e conceitos "da saúde" utilizados. Assim, um SMIES pressupõe, em essência, a própria interface de dois campos complexos por definição: o da Informação e o da Saúde. Este último se complexifica mais ainda ao adotar-se um conceito ampliado de Saúde, conforme já descrito, passando então a englobar o próprio sentido de condições de vida. Assim, por analogia, a abrangência de um sistema municipal de informações em saúde passa a ser toda e qualquer informação relevante para o conhecimento, monitoramento das condições de vida de uma dada população municipal, bem como aquelas relevantes para subsidiar o processo decisório em termos de gestão das políticas públicas que tenham expressão nessa base geográfica - o município.

Considerando a interface das Ciências da Informação com as Ciências da Saúde e o conceito de Panerai (1989:26) para Tecnologia em Saúde como sendo "*todas as formas de conhecimento que podem ser utilizadas para solucionar ou amenizar os problemas de saúde de indivíduos ou populações*", talvez se possa utilizar, enquanto categoria de trabalho, o termo **Tecnologia em Informação em Saúde**. Esta categoria, então, abrange todas as formas de conhecimento relacionadas à produção e disseminação de informações

que podem ser utilizadas para solucionar ou amenizar problemas de saúde de indivíduos ou populações.

Assim, a estruturação de um SMIES implica desenvolver tecnologias que respondam às diferentes demandas de informações para a tomada de decisões em saúde em um município, o que envolve os gestores governamentais de saúde, os conselhos de saúde, demais entidades organizadas da população e os munícipes em geral, no que se refere a sua condição de sujeitos informacionais conscientes de seus direitos e deveres bem como dos direitos e deveres dos dispositivos governamentais.

Deste modo, um SMIES assenta-se sobre um base de informações municipais (BIM) que extrapola aquelas produzidas pela Prefeitura. Rompe-se assim com a visão de organização das informações unicamente a partir da competência de sua produção. Ou seja, o importante é fornecer informações relevantes para o município, não importando se elas originam-se de bases de dados geridas por instituições municipais, estaduais e/ou federais. O espaço de expressão da vida se dá no município - este será pois o marco de referência da organização do SMIES.

A racionalidade de resistência, de que fala Santos (1996), segundo a proposta aqui delineada, passa pela organização das informações referentes à realidade da localidade em que os cidadãos vivem e se expressam. É preciso ousar no sentido de procurar, progressivamente, romper com a fragmentação das informações que tanto dificulta qualquer trabalho de percepção da complexidade que envolve a realidade. Não dá para continuar como se fosse em fato inexorável, imutável, as disputas tecnicistas entre feudos técnicos e políticos que trabalham no sentido da manutenção do *status quo* que compartimentaliza e torna estanques informações estratégicas para uma melhor compreensão sobre as condições de vida e situação de saúde das populações. Para a população é irrelevante saber se a informação é "do federal, do estadual ou do municipal". O importante, da perspectiva da sociedade, além de participar do próprio processo de definições em torno da meta-informação, é lutar pela transparência do Estado para sociedade, superando a situação presente no Brasil onde permanece a transparência da sociedade para o Estado, mas não a sua contra-face, conforme abordado anteriormente.

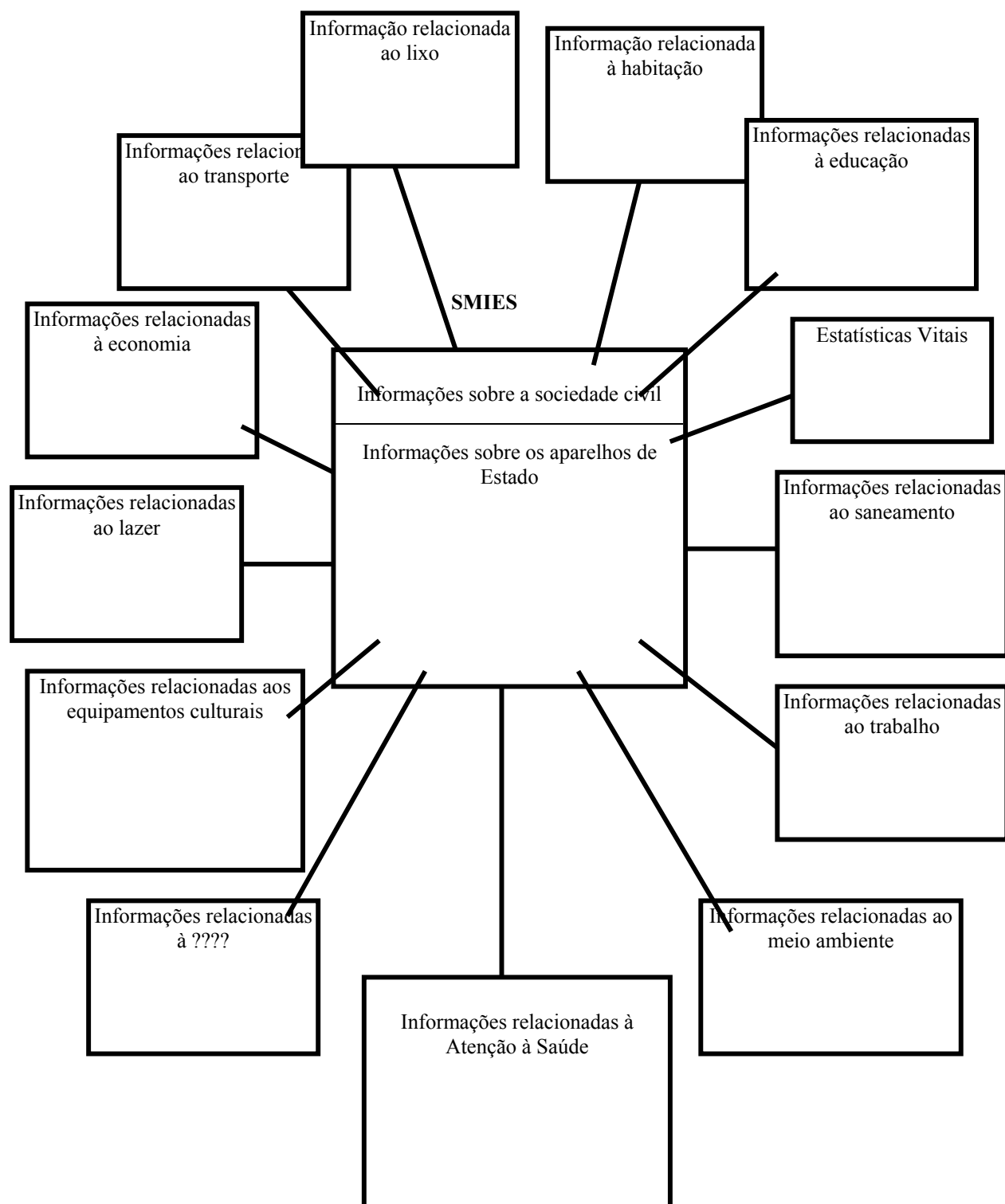
Já se dispõe de tecnologia que crie pontes de compatibilização entre os diferentes bancos de dados existentes; falta a decisão política para tal. Daí ser estratégico a criação de

mecanismos coletivos de gestão, onde os gestores de informação de cada nível (federal, estadual e municipal), em conjunto com os representantes da população, possam construir, em um processo político por aproximações sucessivas, pactos para uma gestão municipal das informações. De fato, essa relação entre os técnicos de informação e os representantes municipais não resultará de atos voluntários, isolados de nenhum dos "dois pólos", mas sim da articulação dos diferentes "atores" na definição, execução, acompanhamento e avaliação das informações em saúde implícitas no monitoramento, desenvolvimento e democratização das ações em saúde.

É neste sentido que outra característica central do SMIES é ser constituído a partir de informações tanto sobre a população e seu contexto de vida quanto daquelas produzidas pelas instituições. Informações administrativas, estatísticas, jurídicas, legislativas, normativas, bibliográficas (científicas e tecnológicas), financeiras, sobre os trabalhadores públicos, sobre a capacidade instalada dos equipamentos sociais, são alguns exemplos de componentes fundamentais do SMIES. A expectativa é pois procurar fugir da concepção de que "conhecer a realidade de um município" se restringe àquelas informações extraídas apenas a partir do "olhar do Estado" sobre a sociedade, mas também das informações geradas no próprio interior das entidades governamentais em seu processo de ação. Inverter a direção do olhar: da população para os órgãos públicos de gestão municipal. (vide Esquema 1)

Mas, a principal característica do SMIES é sua preocupação em torno da constatação de que na sociedade atual disseminar cada vez mais informação é necessário, mas não é o suficiente. O desafio contemporâneo é estabelecer um equilíbrio entre a i) obtenção dos conteúdos informativos úteis, ii) os processos de agregação de valor à informação existente e sua iii) disponibilização no tempo e forma adequados à necessidade dos "usuários". Convive-se hoje com um paradoxo: coexistem superinformação e subinformação, abundância e escassez de informação. Na busca da superação desse paradoxo, o grande fator de mudança é o desenvolvimento de uma "inteligência" que oriente um processo de seleção, organização, análise, síntese e disponibilização de informação relevante face às necessidades dos gestores de saúde, dos conselheiros de saúde, de entidades organizadas da sociedade, de setores de ciência e tecnologia e dos cidadãos. Esses, em sua maioria, não dispõem nem de tempo nem de conhecimento aprofundado sobre a organização das bases de dados, tampouco, de estratégias de busca no imenso universo de bases de informações existentes. Daí o desafio em procurar a melhor

Sistema Municipal de Informações Estratégicas para a Saúde - SMIES



ESQUEMA 1

maneira de agregar valor à informação, dotando-a de valor de uso para quem a necessita.

Ao ter por objetivo agregar valor às informações já existentes, a questão que se coloca é: qual a melhor forma de organizar este emaranhado de dados, de modo a facilitar a busca da informação útil? Serviços de disseminação de dados brutos em CD-Rom, por exemplo, não são suficientes. O que se quer destacar é a importância estratégica de um específico serviço informacional a ser ofertado por gestores municipais de informações: estruturar a informação, existente de forma esparsa e fragmentada, tornando-a disponível de modo rápido e facilitado. Dotar os municípios com um conjunto de informações estruturadas, que instrumentalizem as forças políticas existentes, é de fundamental importância em um projeto democrático emancipador. O SMIES precisa ser preparado, a partir de uma base de informações municipais, de forma a garantir um acesso amplo à informação relevante. Para tal é preciso que esta base esteja organizada usando terminologia de recuperação a qual os "usuários" estejam familiarizados. Não dá para usar o jargão técnico se o objetivo for disseminar informação para a sociedade.

Experiências voltadas à agregação de valor à informação, nos moldes aqui propostos, ainda são poucas no Brasil. Menos ainda se o que se pretende é pensar a aplicação das novas tecnologias de informação, no caso da Saúde, e ainda por cima a partir da perspectiva dos gestores de saúde, dos conselheiros de saúde, das entidades organizadas da sociedade, da academia e dos cidadãos. Ou seja, há um desafio de desenvolvimento metodológico a ser enfrentado. Diferentes grupos que também já estão se preocupando com esta necessidade trabalham com poucas referências brasileiras de implementação. Tanto em âmbito mundial quanto no Brasil, os estudos mais dinâmicos de agregação de valor à informação estão se dando no âmbito da informação industrial (por exemplo: mercado, concorrentes, acordos comerciais, normas e regulamentos que definem barreiras à circulação de bens e serviços) e da informação bibliográfica (envolvendo basicamente a informação científica e tecnológica).

- **A quem interessa a estruturação do SMIES?**

Como visto, democratizar processos sócio-tecnológicos constitui uma estratégia de contrapoder. Assim, a primeira etapa metodológica é pensar a construção de sua viabilidade política. Pressupõe um estudo detalhado sobre os pactos de governamentalidade em negociação, bem como sobre a dinâmica histórica dos diferentes atores sociais presentes no cenário político, econômico e social do município. A experiência demonstrou que se torna quase um pré-requisito à estruturação do SMIES a existência prévia de questionamentos críticos, organizados, de setores da população, frente às políticas municipais. Estas posturas críticas trazem o germe da demanda por

informações de melhor qualidade e mais adequadas ao universo popular. Ou seja, a necessidade de serviços informacionais que facilitem o acesso à informação relevante já foi construída a partir dos próprios movimentos de luta da população. E por esta mesma trajetória, se ainda não têm assento no Conselho Municipal de Saúde, estão lutando para tê-lo. O observado é que os membros dos Conselhos Municipais de Saúde são os mais interessados em propostas que visem estruturar a informação a partir de suas necessidades, principalmente aqueles que representam os "usuários dos serviços de saúde".

Em segundo lugar, observa-se que os gestores de saúde manifestam interesses por um SMIES. Mas não chegam a constituir um grupo homogêneo. Aí encontram-se diferentes necessidades de informações, variando desde sua abrangência, agregação, periodicidade, até mesmo conflitos em termos de conceitos, fluxos e metodologias de tratamento de informação. Se faz pois necessário organizá-los em subgrupos que possam caracterizar uma determinada tipologia de demanda de informações.

Estes têm sido, em geral, os dois principais interessados em propostas que agreguem valor à informação em saúde. Neste sentido, passa-se a trabalhar tendo-os por referencial. Outros interessados existem, mas suas demandas têm se caracterizado por serem eventuais, pontuais e de difícil organização e expressão. Por outro lado, a experiência acumulada alerta para a inconveniência de se pretender atender, logo no primeiro momento, a um leque muito amplo de "usuários". É preciso que se estabeleçam canais de interlocuções para que este processo tenha um bom grau de possibilidades de atender às necessidades dos interessados. Com a existência do Conselho Municipal de Saúde já há um caminho em construção.

- **A quem cabe a gestão técnica-executiva do SMIES?**

Não se tem um modelo válido para todo e qualquer município. A depender da história, da vocação, das disputas internas as informações são geridas institucionalmente por diferentes setores (Epidemiologia, Planejamento e/ou Controle e Avaliação, só para citar algumas). Mesmo onde existe instância explicitamente voltada para a gestão das informações em saúde, como por exemplo, Centros de Informações em Saúde (CIS), em poucas iniciativas nos municípios brasileiros eles têm assumido a responsabilidade gerencial de todas as informações municipais.

Com a expansão da microinformática, a lógica que departamentaliza a produção de saberes também tem se expressado na estrutura organizacional das Secretarias Municipais de Saúde, quando criam novas instâncias voltadas para a "informatização da Secretaria", em geral desvinculadas do CIS e/ou de outras instâncias que gerenciam as bases de informações. Sem entrar, portanto, nesta polêmica em torno dos feudos técnicos de micropoderes internos às SMS, a definição clara de uma equipe técnica institucionalmente responsável pela implantação e manutenção do SMIES é central. A ela caberá a coordenação e execução de todo o processo.

- **Quais são os objetivos do SMIES?**

Os objetivos, quando definidos de forma conjunta pela instância colegiada gestora das informações em saúde (seja CMS, Comitê Municipal de Informações em Saúde ou outra similar), devem ser explicitados formalmente. O processo de construção coletiva de seus objetivos além de preservar um caráter democrático ao processo, amplia as possibilidades de seu alcance, facilitando o seu monitoramento e avaliação, bem como o grau de aderência a objetivos traçados de forma participativa.

Em geral, observou-se que os objetivos do SMIES, em sua maioria, giram em torno da idéia de procurar a melhor maneira de agregar valor à informação, dotando-a de valor de uso para aqueles que a necessitam, com a finalidade de instrumentalizar os processos de negociação em torno de novos pactos de governamentalidade, onde a melhoria da qualidade da vida de forma mais equânime passe a ser a meta perseguida. Ou seja, os objetivos, quando definidos com a participação de representantes da população, sempre remetem a uma crítica implícita ao *status quo*. De forma sintética, pode-se então dizer que o SMIES deve ser capaz de atender à demanda por informações que:

- Monitorem e avaliem tanto as tendências de longo prazo quanto as mudanças conjunturais e, portanto, o impacto das políticas públicas (o que obviamente inclui as ações de saúde sobre os diferentes grupos de população);
- Permitam sua recuperação de forma rápida e mais adequada ao seu uso, fornecendo um permanente e atualizado perfil das condições sociais, econômicas e da oferta de serviços de saúde do município; e
- Estejam a serviço de um projeto de democracia voltado para o processo de emancipação do cidadão.

- **Quais Marcos/Princípios devem nortear o SMIES?**

Esta etapa é fundamental pois fornece o arcabouço de referência para todo o processo. O tempo dedicado a esta fase nunca será perdido se este for despendido na classificação e detalhamento do significado e alcance desses Princípios. Este processo de decodificação da linguagem técnica para uma linguagem compatível com o contexto dos "usuários" é vital para o andamento do processo, ou seja, é preciso que a equipe responsável pelo SMIES adquira a competência de fornecer elos de compreensão para os diferentes segmentos definidos como prioritários (Conselheiros e gestores de saúde) e não se limitar a expor seu *know-how*.

O consenso alcançado nesses processos interativos, em geral, destaca os seguintes marcos/princípio norteadores:

- Trabalhar com as informações já existentes (dados secundários), com a preocupação sobre a qualidade e a cobertura dos dados.
- Procurar ser cada vez mais a) **interativo**, estimulando e promovendo a participação dos "usuários", tanto na utilização como na gestão e avaliação das informações inseridas no SMIES; b) **contextualizado**, o que significa organizado em função dos grupos específicos com interesses comuns, classificados anteriormente; c) com **relevante valor agregado**, isto é, que atenda às expectativas e conveniências de cada "usuário".
- O SMIES será estruturado de forma modular (evolucionária) procurando garantir compatibilidade entre os seus componentes permitindo um tratamento integrado, que possibilite o cruzamento de informações até então isoladas e estanques.
- O SMIES será de acesso público, gratuito. As propostas para sua disponibilização variam em função da realidade do município, que giram em torno de se dar via impressos (publicações), via serviço/protocolo WWW e/ou CD-Rom.

OBSERVAÇÃO: Algumas considerações merecem atenção. A proposta do SMIES está diretamente ligada ao uso intensivo de tecnologia computacional e, em termos de sua disponibilização, a forma mais adequada a sua performance é o WWW/Internet, pois este oferece a vantagem de uma interface gráfica amplamente conhecida, assim como a capacidade de disponibilizar largamente bases de dados a todos aqueles que tenham acesso à Internet. O WWW, como um protocolo que opera na modalidade cliente-servidor manipulando hipertextos (codificados em linguagem HTML) e acessível por meio de programas clientes intitulados *browser* de hipertextos, é de fácil operação. A opção por

esta forma de disponibilizar informações adquire relevância se inserida na estratégia de uma tecnodemocracia ao procura laicizar, junto à população, uma tecnologia até então ainda muito distante de seu universo cotidiano. Colocar o SMIES disponível via WWW visa garantir um acesso amplo à informação com rapidez, procurando superar as barreiras tecnológicas que impedem o uso democrático de novas tecnologias de informações. Procura-se assim adotar um ação de contrapoder que possa resistir à atual ordem de poder e saber, onde a exclusão sócio-econômica já estabelecida em outras práticas informacionais também ocorre no contexto da comunicação eletrônica. Como seria bom imaginar um cenário onde todos os municípios brasileiros tenham disponíveis na Internet, de forma estruturada a facilitar a recuperação por parte da população, suas informações sociais, econômicas, territoriais, demográficas, ambientais, sanitárias, administrativas, financeiras, bibliográficas (científicas e tecnológicas)! Esta alternativa só tem sentido se vier aliada à proposta de:

- i Cursos de treinamento dos Conselheiros de Saúde (e representantes populares do CMIES, se for esta a opção) para navegação na Internet, com noções básicas de uso de computador, oferecidos, mesmo que em pequenas turmas, mas de forma continuada, para se estabelecer um *continuum* crescente de apropriação desta tecnologia pelas lideranças comunitárias.
- ii Instalação de pelo menos um computador interligado à Internet em local aberto para uso dos representantes da população e conselheiros de saúde.
- iii Apoio e orientação para instalação de "pontos da Internet" em locais mais próximos à população: Escolas Municipais, Postos de Saúde e mesmo nas Associações de Moradores. Vale lembrar que existem ONG internacionais que apóiam iniciativas para interligação à Internet em Associações de Moradores e/ou outros espaços comunitários, financiando tais projetos.

• **Quais são as necessidades de informações a serem atendidas através do SMIES?**

Uma vez que já se tenha definido para quem serão priorizadas as informações do SMIES e portanto identificados os sujeitos informacionais que participam do processo, em conjunto com a equipe de gestão técnico-executiva, se faz necessário aprofundar de forma sistemática, as necessidades e expectativas em termos das informações a serem disponibilizadas através do SMIES. Para tal, é preciso a realização de estudos de "necessidades de Informações", com diferentes abordagens metodológicas, que podem ser

usadas de forma complementar, como por exemplo, aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas, entrevistas a "usuários estratégicos", reuniões de grupos e/ou aproximação ao método *Delphi* e Consulta a Especialistas. Este levantamento constitui-se no "coração" do SMIES e deve abordar tanto a perspectiva cognitiva (interna) como externa (atitudes, reações face às novas tecnologias de informações, por exemplo), buscando interpretar necessidades de informação.

Em uma das experiências vivenciadas, organizou-se Seminário específico com representantes da população, Conselheiros de Saúde, o "staff" da SMS e demais profissionais mais diretamente ligados às informações. Para este evento contou-se também com profissional da área de psicopedagogia, com larga experiência em dinâmica de grupo e de conhecimento do universo popular que, em conjunto com algumas lideranças da comunidade local, prepararam o material usado durante o Encontro. O objetivo deste evento foi sistematizar o material levantado com a utilização de outros métodos e técnicas.

Os indivíduos não buscam a informação como um fim em si mesmo. Em geral esta busca faz parte de um processo de tomada de decisões, solução de problemas, alocação de recursos e/ou de ampliação de sua base argumentativa em contextos de disputas. Assim, para que o SMIES atenda a sua finalidade, é necessário que a definição de padrões de busca e recuperação da informação tenha como premissa básica que os sujeitos informacionais, definidos com prioritários (no caso deste ensaio: os Conselheiros de Saúde, representantes populares participantes do CMIS e os gestores de saúde), ocupem o centro de todo o processo. Deste modo, suas visões, necessidades, opiniões e problemas constituem os elementos singificantes e de referência para o desenvolvimento do SMIES. Devem portanto, ser os objetos centrais de investigação nesta etapa de elaboração.

As novas tecnologias de informações oferecem oportunidades para melhorar o gerenciamento e a oferta de serviços informacionais, de modo a que estes estejam de acordo com a conveniência dos diferentes sujeitos informacionais envolvidos no processo. Assim, quanto mais bem planejado forem os "estudos de necessidades de informações" maiores serão as chances de "sucesso" do SMIES.

- **Quais os sistemas/bases e bancos de informação de interesse para o SMIES?**

O universo de sistemas/bases e bancos de informações já existentes, compostos a

partir de dados oriundos do espaço municipal, pode se constituir em um enorme emaranhado de difícil conhecimento em sua totalidade, mesmo para o gestor público mais experiente. Em geral, o profissional se torna um *expert* em determinadas áreas da esfera pública, desconhecendo o *modus operandi* das demais áreas e conseqüentemente de seus sistemas de informações. Imaginem, então, o quão difícil se torna a tarefa de conhecer os sistemas de informações para os representantes populares! É neste momento, mais do que nunca, que a contribuição do gestor dos sistemas/bases e bancos de informação é relevante. Cabe a ele a função de “garimpar” neste universo as informações que, em uma primeira aproximação, possam ser de interesse para os demais sujeitos informacionais, organizando um “cardápio” que será apresentado para o debate coletivo.

A equipe técnica-executiva do SMIES deve proceder a um amplo levantamento, seleção e análise de pertinência ao universo de sistemas/bases e bancos de informações a serem trabalhados a partir das necessidades dos sujeitos informacionais prioritários. Em princípio, devem ser estudados, conforme já citado, tanto os sistemas relacionados a material bibliográfico, quanto aqueles de informações estatísticas, administrativas, jurídicas, legislativas, normativas e de políticas governamentais. Esta etapa corresponde à definição da moldura dentro da qual se modela o SMIES. Serve também para fornecer subsídios aos gestores operacionais de cada sistema/base e banco de dados, uma vez que permite uma análise detalhada sobre a situação atual das informações acerca do município.

Da experiência vivenciada e para não ser excessivamente extenso, limita-se a expor as questões relacionadas ao módulo da Atenção à Saúde, onde foram selecionados os sistemas que compõem as bases nacionais de dados acrescidas de sistemas sobre recursos humanos e financeiros específicos do município. Assim, informações oriundas de pelo menos os seguintes sistemas foram definidos como integrantes do SMIES, podendo ser agrupados em três grandes blocos:

- *Informações sobre condições de vida:*
 - Censo Demográfico/IBGE

- - *Informações sobre a situação de saúde: (Todos do Ministério da Saúde)*
 - Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)
 - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC)

- Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação (SINAN)
- Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS)
- Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA-SUS)
- Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (PNI)
- Sistema de Vigilância Nutricional (SISVAN)

Obs.: Uma das grandes lacunas tem sido apontada como sendo as informações relacionadas à Vigilância Sanitária.

- *Informações sobre a oferta de serviços de saúde:*

- Sistema de Informação de Recursos Humanos (RH)
- Sistema de Informação Financeira (FIN)
- Pesquisa Assistência Médica Sanitária do IBGE (AMS)
- Sistema de Informação Hospitalar - cadastro (SIH-SUS)
- Sistema de Informação Ambulatorial - cadastro (SIA-SUS)

Também faz parte desta etapa a identificação dos pontos de complementariedade e diferenças existentes entre os sistemas/bases e bancos selecionados. Este tipo de análise é importante se um dos princípios acordados para o SMIES se referir à busca de integração e compatibilização entre os sistemas. Assim, é também atividade central neste processo o levantamento das **tabelas, cadastros e padrões** adotados e utilizados pelos sistemas selecionados. Todo o esforço deve ser dedicado na busca de compatibilidade das tabelas, dos cadastros e dos padrões. Para não se perder muito tempo confundindo-se entre o que é tabela, cadastro e padrão é prudente que a equipe técnica-executiva adote conceitos claros e de consenso a partir de seus estudos.

A título de exemplo, tem-se as definições de Graciano de Sá que, apesar de serem antigas (1980), ainda são muito utilizadas, como na Oficina de Trabalho “Compatibilização de Bases de Dados Nacionais” (V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e V Congresso Paulista de Saúde Pública, 1997):

- *Cadastros* - são universos dos objetos de pesquisa, contendo descritores mínimos dos objetos: nome, onde se encontra e suas principais características de interesse, como por exemplo o Cadastro de Estabelecimentos de Saúde, envolvido em quase todos os sistemas selecionados.

- *Tabelas* - são organizações de referência, que asseguram coerência funcional ou espacial em uma base ou entre bases de dados. Algumas tabelas precisam ser padronizadas, como por exemplo as tabelas de Ocupação, Instrução e Raça/Cor, enquanto outras já são comuns a todas as bases geradas pelos sistemas acima, tal como Tabela de Municípios, na qual todos utilizam, atualmente, o código do IBGE.
- *Padrões* - são regras de estruturação dos dados, com a sua conceituação. A necessidade de padronização fica mais evidenciada, quando se verifica, por exemplo, que o conceito “posto de saúde” não é o mesmo na AMS/IBGE e no SIA-SUS.

Estes estudos são úteis não só para o SMIES, podendo subsidiar a organização de outros serviços/produtos. Como a estruturação de Anuário Estatístico do município ou a elaboração de um Diretório dos Sistemas/Bases e Bancos de Informações de Interesse para a Saúde, nos moldes, por exemplo, do organizado por Moraes (1993) em sua primeira versão, e que vem sendo mantido atualizado pelo DATASUS/MS, de onde se extraiu a seguinte “folha de rosto” como ilustrativo para descrição de cada sistema/ base ou banco selecionado:

- *Nome da base e sigla*
- *Entidade Produtora e sigla*
- *Características:*
 - Descrição - informações resumidas sobre a base e suas características principais;
 - Origem/fonte - de onde são coletados os dados que integram a base;
 - Período de Abrangência - espaço geográfico a que se referem os dados e nível de agregação em que estão disponíveis;
 - Atualização - a que intervalo de tempo os dados são atualizados;
 - Variáveis - principais itens de conteúdo da base
- *Acesso às Informações*
 - tipo - para que tipo de público o acesso está disponível (público em geral, credenciado, administração pública e administração pública credenciada)
 - meios - meio físico através do qual a informação pode ser obtida;
 - cobrança - se a informação é cedida gratuitamente ou não e em caso negativo, de que maneira é feita a cobrança;
 - entidade disseminadora - Instituição/entidade responsável pela difusão do

serviço, com os dados para contato.

Estas informações são importantes, pois a partir delas e do cotejamento com as “necessidades de informações” identificadas é que serão definidos os sistemas/bases e bancos de informações que integrarão o SMIES. Estas “folhas de rosto” devem receber um tratamento cuidadoso não só em relação ao conteúdo mesmo delas, mas também em relação à forma de apresentação para não se tornarem cansativas. Assim, a dinâmica da Oficina de Trabalho (OT), Seminário ou outra forma de trabalho de grupo, deve merecer especial atenção, pois representará um dos momentos cruciais de estabelecimento de pontes de interlocuções entre a equipe técnica-executiva, os gestores de saúde, os representantes populares e os conselheiros de saúde. A partir das definições deste momento comum, estará melhor delineado o SMIES.

À esta OT (provavelmente o primeiro momento de discussão mais ampla em torno do SMIES) também caberá a definição da Unidade Mínima de Análise que deverá ser compatível com a menor unidade de integração de dados. Este plano de integração buscado corresponde a um conceito abstrato no qual se agregam todas as unidades de análise. Para sua definição será preciso contemplar aspectos quantitativos e qualitativos da vida que sejam significativos em um determinado contexto. Assim, a Unidade Mínima de Análise poderá variar desde a expressão máxima dos dispositivos de vigilância com o monitoramento do indivíduo em seu trajeto pelos serviços de saúde, do nascimento à morte. Com a implantação do número único de registro civil, conforme já analisado, este monitoramento atingirá seu clímax! Pode-se, também, trabalhar a unidade mínima de análise enquanto o território mínimo que se quer esquadrihar. Assim, a depender tanto das “necessidades dos sujeitos informacionais” quanto das informações existentes, adota-se o endereço do indivíduo, o setor censitário, o bairro ou apenas a totalidade municipal. O estabelecimento de saúde pode ser também trabalhado enquanto uma unidade agregadora de informações, trabalhando-se seu perfil de oferta de serviços, avaliação de qualidade, podendo-se chegar, em alguns casos, como no SIH-SUS, ao médico que efetuou o procedimento, ou aquele responsável pelo óbito (SIM). Informações que são relevantes para uma gestão comprometida com a melhoria da atenção a saúde. Por exemplo, pode-se acompanhar não só o hospital que vem realizando o maior número de parto cesárea, mas quais médicos estão assim procedendo e as complicações e óbitos decorrentes de tal opção tecnológica.

Paralelamente à definição da unidade mínima de análise, é interessante que desde esta etapa já sejam discutidas, a partir de alternativas operacionalizáveis, as formas e especificações mais adequadas para as opções de recuperação das informações. Gráficos, tabelas, relatórios de tendências, relatórios de alertas, indicadores comparativos, relações de nexos causais, mapas temáticos, mapas sínteses obtidos a partir de uso intensivo de sistemas de informações geográfica são alguns dos exemplos, mas lembrar, que as opções devem estar orientadas para estarem o mais próximo possível do universo de significação dos representantes populares e Conselheiros de Saúde, uma vez que, em geral, os gestores de saúde já estão mais familiarizados com a linguagem técnica.

As especificações também precisam ser cuidadosamente trabalhadas - a procura da mais apropriada, em termos de níveis de agregação/desagregação, periodicidade, destinatário, níveis de abrangência, fluxo, etc. A busca da compatibilização precisa ser o critério norteador, caso se queira potencializar o uso das informações.

Espera-se estar ficando clara a importância deste segundo momento de interlocução (o primeiro foi para a definição das necessidades de informações) entre os sujeitos informacionais prioritários (representantes populares, Conselheiros de Saúde, gestores de saúde e os gestores de informações). São momentos emblemáticos de um processo de aprendizagem para todos. Para os técnicos, que precisam exercitar a difícil tarefa da decodificação de nossa retórica, tão acostumados que estamos de “conversar entre nós”. É um exercício que nos leva a identificar fragilidades em uma série de conceitos que passamos a utilizar em nosso cotidiano, muitas vezes mais por um mimetismo de adaptação ao ambiente do que efetivamente clareza sobre os seus conteúdos. Para os representantes populares e Conselheiros de Saúde pode representar uma oportunidade ímpar de apropriação de processos sócio-tecnológicos, exercício puro de uma tecnodemocracia, quando ampliam suas capacidades reivindicatórias e níveis de participação.

Nestes momentos, a atuação dos gestores técnico-executivos do SMIES é de total relevância, não podendo se eximirem de suas responsabilidades enquanto aqueles que tiveram acesso a um determinado tipo de Saber, o qual é importante ser compartilhado, ao mesmo tempo que adotem a atitude de uma “humildade científica” e se coloquem receptivos ao Saber veiculado pelos representantes populares e Conselheiros de Saúde. É a aprendizagem do saber ouvir! Nem sempre, nós técnicos, em nossa prepotência e

arrogância - portadores da verdade! - sabemos nos permitir ouvir o outro. É, pois, mais um desafio a que nos devemos propor enquanto parte do processo de melhoria de nossa capacitação profissional.

- **Qual deve ser o modelamento do SMIES?**

Uma vez já definido, a partir das etapas anteriores, o universo de informações que irão compor o SMIES, passa-se para a etapa de configuração da plataforma de informações a ser oferecida aos sujeitos informacionais. A depender de seu tipo, as informações relevantes serão organizadas em estoques informacionais utilizando as técnicas de catalogação, classificação, indexação, eliminação de duplicidade, agrupamento segundo temáticas, descritores definidos a partir do universo semântico e cognitivo dos diferentes sujeitos informacionais, por problemas definidos...

Para a concretização dessa fase é necessário um estudo ainda mais detalhado dos sistemas/bases e bancos selecionados na etapa anterior. Para cada um deles, e conforme for o caso, será importante buscar-se entender a metodologia de coleta, seu fluxo, métodos e técnicas de tratamento e de disseminação. Na hipótese de formulários de coleta, entender os objetivos e funções de cada um. Identificar os entraves e principais problemas, pois estes seguramente repercutem na própria qualidade do SMIES, que se constitui a partir de vários sistemas.

Enquanto um convite para uma breve visita à dimensão da prática, descreve-se sucintamente uma das experiências de busca de articulação, compatibilização e pontes de integração entre sistemas. Para cada sistema/base ou banco de dados selecionados, através dos seus respectivos formulários, elaborou-se um *check list*, mapeando todas as variáveis coletadas, anotando-se todo e qualquer problema. Procedeu-se assim a um verdadeiro “raio X” dos sistemas. O esforço maior foi desenvolvido para os sistemas de informações de agravos de notificação, onde cada agravo tem “seus” instrumentos de coletas e os sistemas relativos à Vigilância Sanitária que apresentam um quantitativo de formulários de entrada bem grande. O objetivo desta análise é fornecer subsídios para o modelamento da plataforma informacional do SMIES, indicando a factibilidade de cada variável e a seguir seu “potencial de compatibilização” com as demais variáveis disponíveis. Esta constitui um segundo momento - denominado de “*check list* de integração” onde, em continuação ao anterior, fez-se um cruzamento de todas as variáveis, tabelas, cadastros e padrões,

observando o seu uso e conseqüente pertinência ao universo do SMIES.

A partir de todo este minucioso material, sistematizado em um verdadeiro “trabalho artesanal” e com a colaboração de profissional da área O & M e de análise de sistema, elaborou-se o Diagrama de Fluxo Relacional onde foram organizadas todas as variáveis envolvidas. A modelagem do SMIES baseia-se nestes primeiros estudos de relacionamentos.

O segundo momento de discussão ampla (Seminário, oficina de trabalho ou similar), que constitua um espaço de interlocução entre os sujeitos informacionais, terá como pauta a apresentação e discussão de protótipo do SMIES. Deve-se procurar, à exaustão, atender a todas as críticas e sugestões advindas deste momento, sob pena de frustrarem-se as expectativas construídas ao longo de sua elaboração.

Com certeza haverá lacunas e problemas até porque não se conseguirá, em uma primeira aproximação, desenvolver todos os módulos/temas pensados inicialmente, até porque não é prudente, conforme já referido. Mais do que nunca esta OT precisa ser preparada cuidadosamente para não se desestimular o uso do SMIES. Para tal é preciso que, desde o início, fique bem claro os limites, as dificuldades e a premência de seu uso intensivo para que se caminhe no aperfeiçoamento do SMIES, em um processo contínuo coletivo.

- **Quem são os Profissionais de informação em saúde responsáveis pelo SMIES?**

A análise da experiência brasileira permite afirmar que o grande ausente no debate em torno da Política de Informação em Saúde é o cidadão. Daí a ênfase que se dá a esta questão ao longo do trabalho. Mas há também um outro ausente em muitas experiências municipais: o profissional que coleta a informação no fim, ou melhor, no início de todo o processo informacional. Este profissional costuma ser o “grande esquecido” nas propostas, lembrado, quando muito, quando recebe treinamento específico sobre instruções de preenchimento dos instrumentos, quando há implantação de novos ou alterações mais significativas nos existentes.

É sempre bom lembrar que em levantamento realizado (Moraes, 1994), 86,7% dos SIS de nível federal e estadual têm como profissional responsável pela entrada dos dados

aquele de nível médio; e apenas 13,3% com profissionais de nível superior. Pouco se discute com aquele profissional o significado político, social e cultural de seu trabalho, que acaba se reduzindo a uma atividade “robotizada” e repetitiva, sem nenhuma noção sobre sua relevância. Reverter este quadro se inscreve na pauta de prioridades de uma gestão que pretenda melhorar a qualidade das informações. Já quando Moraes (1994) analisou o perfil dos profissionais responsáveis pelas atividades na etapa final dos Sistemas (processamento e análise) observa-se o quadro oposto, onde encontra-se em 88% dos SIS os profissionais de nível superior, e 12% os profissionais de nível médio.

Outro aspecto importante é que em 81,9% dos SIS (Moraes, 1994) não há critério para selecionar os profissionais que vão lidar com as informações, agregando-se os que estão “disponíveis” naquele momento, em um processo casuístico de seleção. Os critérios existentes são basicamente para os níveis mais centrais: ter segundo grau com treinamento no Centro Brasileiro de Classificação de Doenças (para o Sistema de Informação sobre Mortalidade) e possuir alguma formação em computação.

Cabe ressaltar que algumas iniciativas surgiram procurando se colocar como respostas a esta demanda. Em relação ao pessoal de nível médio, destaca-se o Curso Técnico em Registros de Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz. Em termos do pessoal de nível superior, utilizou-se como referencial o material levantado por Teixeira et Castilho Sá (1996) em 40 núcleos institucionais acadêmicos (a partir do Catálogo da ABRASCO), distribuídos em 26 instituições, que trabalham com a temática "Planejamento e Gestão em Saúde". A análise das respostas ao formulário de coleta, mostram cinco citações. Duas disciplinas de pós-graduação *stricto sensu*: "Serviço de Arquivo Médico e Estatística" da Faculdade de Saúde Pública/USP (desde 1979) e "Fontes e Tratamento de Informações em Saúde" da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (desde 1993) e em termos de *lato sensu* uma disciplina: "Informática e Processo de Planejamento/Gerência de Sistema/Serviços de Saúde"(desde 1982), no âmbito do Curso de Especialização em Saúde Pública, coordenado pela FSP/USP. Em relação a cursos específicos voltados para a temática, foram citados o Curso de "Gerência de Sistemas de Informações em Saúde", oferecido apenas em 1995 pela Escola de Saúde de Minas Gerais/FUNED e o Curso "Informação em Saúde" da ENSP/Fiocruz que vem se mantendo desde 1991 ampliado para Curso de Especialização de Informação e Informática em Saúde, a partir deste ano (1998). Percebe-se a concentração da oferta no Rio de Janeiro e São Paulo, tendo sido oferecido por um período de apenas um ano em Minas Gerais. É

pouco para atender a demanda nacional e para se ter um impacto efetivo sobre a qualidade das informações em saúde coletadas no Brasil.

- **O que se pode extrair do SMIES ?**

Dada a abrangência do SMIES, são inúmeras as possibilidades de inter-relacionamento entre diferentes variáveis de diversos sistemas/bases ou bancos de informações. Dependerá da configuração adotada, da flexibilidade do *software* utilizado e mais do que tudo da criatividade e competência técnica dos gestores executivos.

Com a finalidade, mais uma vez, de exemplificar, na tentativa de facilitar a compreensão, passa-se a relatar alguns produtos possíveis que surgiram como demanda em um dos trabalhos desenvolvidos em município de médio porte. Nesta específica experiência a preocupação central apresentada pela equipe envolvida era estabelecer um processo de monitoramento da situação de saúde segundo condições de vida, com o objetivo de acompanhar o impacto das Políticas Públicas sobre a população. Como a finalidade deste item é apresentar ao debate proposta metodológica, apresentam-se, sumariamente, as etapas que, após avaliação do processo, foram concluídas como as mais pertinentes. Assim, não é objeto desta proposta de trabalho apresentar uma metodologia inovadora para análise de situação de saúde, mas tão somente adotar uma das diferentes propostas já desenvolvidas e utilizadas para, a partir dela, aí sim, haver uma indicação mais clara sobre a melhor estruturação do SMIES, de forma a facilitar o monitoramento das desigualdades, conforme demanda do citado município. Este esboço de proposta metodológica, como forma de melhor sistematização, pode ser apresentada em 4 blocos:

- *Informações sobre condições de vida*

- Primeiramente, se distribui a população do município pelos territórios mínimos, definidos como a menor unidade espacial de análise que se deseja (e seja possível tecnicamente) monitorar.
- Caracterizam-se sócio-demograficamente os territórios mínimos. Como passo antecedente, esta caracterização populacional é feita para cada setor censitário. Para que isso seja possível, utilizam-se as variáveis do questionário básico do Censo Demográfico/IBGE, tais como: i) densidade de moradores por cômodo, ii) características da habitação, iii) forma de receber água potável, instalação sanitária, destino de lixo, iv) em relação ao chefe do domicílio: escolaridade e rendimento mensal.

- Constrói-se um modelo aproximativo de um Índice de Carência, ou de Necessidades Básicas Insatisfeitas que melhor se adequa a um município de área urbana e que permita acompanhar a evolução da situação social, em cada território mínimo. Afinal não existem mecanismos, amplamente utilizados pela mídia, que acompanham a inflação, o déficit das contas públicas, a balança comercial? Por que não se propõem mecanismos para as carências sociais? Na experiência em que estive envolvida, a opção recaiu sobre o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.
- Define-se um valor para cada território mínimo em função do percentual de pobreza.
- Classificam-se os territórios mínimos de acordo com esses valores, estratificando-os em diferentes grupos, guardando o máximo de homogeneidade relativa no interior de cada um dos estratos.
- Pode-se construir o Mapa da Pobreza do Município (Mapa 1).
- *Informações sobre a situação de saúde*
 - Organizam-se as informações sobre óbito, nascimento, notificação, internação, atendimento ambulatorial e vacinação. Após análise e ampla discussão, extrai-se de 5 a 10 grupos de Problemas de Saúde Prioritários a serem monitorados.
 - Estruturam-se as informações dos problemas de saúde prioritários por idade, sexo e/ou outra variável tecnicamente possível, em cada território mínimo.
 - Dentro do disponível em termos de informações e tecnologia, procuram-se aproximações espaciais entre os problemas de saúde definidos com prioritários e os grupos de territórios mínimos, classificados segundo percentual de pobreza. Pode-se agregar ao Mapa 1 as informações sobre os Problemas de Saúde gerando mapas mais complexos de Problema de Saúde, segundo valores indicativos de pobreza. (Mapa 2)
- *Informações sobre oferta de serviços de saúde*
 - Organizam-se as informações sobre a capacidade instalada (recursos físicos, humanos e equipamentos) e recursos financeiros pelos territórios mínimos
 - Organizam-se as informações descritas pelos estratos populacionais definidos segundo o percentual de pobreza. Mais uma vez, pode-se agregar aos Mapas 2, a dimensão da oferta de serviços de saúde. Obtem-se uma visão da distribuição da oferta de serviços de saúde, dos problemas de saúde e da pobreza no município (Mapa 3).
- *Informações para o monitoramento das ações de saúde*

- Após ampla discussão, definem-se as ações de saúde a serem monitoradas.
- Decide-se quais territórios mínimos servirão como "população sentinela" para um monitoramento mais detalhado. Esta etapa depende do tamanho e da quantidade de territórios mínimos definidos. Pode-se optar por trabalhar com os agrupamentos de territórios mínimos.
- Definem-se os indicadores traçadores (marcadores) que serão aplicados na "população sentinela".
- Definem-se, também, as "unidades de saúde-sentinela" que serão avaliadas em seu desempenho segundo as ações de saúde e indicadores de avaliação de desempenho e qualidade de serviço. A experiência tem demonstrado que tentar trabalhar, neste nível de refinamento, com todos os estabelecimentos de saúde acaba redundando em fracasso, pois dificilmente se tem equipe técnica suficiente para cobrir o universo, ou mesmo tempo para "processar todas informações"! Daí o cuidado na definição das "unidades-sentinela" para que realmente possam funcionar como tal, indicando os pontos onde todas as unidades, em tese, precisariam de reforço.
- Monitoramento das metas institucionais definidas no Plano Municipal de Ação, e sua prática sobre os territórios mínimos.
- Gerar mapas que agreguem diversos planos de informações: "população-sentinela", "indicadores traçados", "unidades de saúde-sentinela", realizando diferentes exercícios a partir dos Mapas 3. São ensaios complexos que exigem conhecimentos de modelagem espacial (estatística e matemática) em ambiente SIG.

Ao chegar ao final deste item, parece ser importante reforçar que a opção aqui é apresentar ao debate uma proposta metodológica, fruto de diferentes experiências vivenciadas, mas não significando que esta tenha sido implementada em sua totalidade em algum município brasileiro. De cada experiência extraiu-se um aprendizado que sinteticamente se procurou apresentar, o que certamente gerou sua simplificação. Assim, é fundamental deixar claro que por trás de cada etapa há todo um esforço muito grande de diferentes equipes, profissionais, gestores que estão diariamente procurando apresentar soluções dos problemas de informações com que se defrontam. A contribuição que se pretende é apresentar estas experiências, em que estive participando, de forma organizada segundo os eixos referenciais adotados nesta investigação.

Apresentar um estudo de caso específico, do início ao fim, me pareceu totalmente

incoerente com o eixo argumentativo desenvolvido. Talvez fosse até mais fácil e seguramente mais confortável, e devo confessar que por várias vezes me vi tentada a fazê-lo. Mas me pareceu mais desafiante trazer à luz da crítica a construção mental que foi sendo moldada nos diferentes contextos municipais em que trabalhei e trabalho.

De qualquer modo, a presente proposta está longe de pretender constituir **o modelo**, o que colocaria por terra a coerência desta investigação, coerência tão buscada em trabalhos comprometidos com o rigor científico. Pois, se existe uma conclusão do que está apresentado neste capítulo é exatamente a certeza de que em questões complexas, como a tratada neste estudo, não existe **a proposta, o modelo**, apenas indicativos metodológicos variados, a depender do contexto de cada município. O que será inscrito no caminho da história destas cidades é função da criatividade, das estratégias de resistências, da correlação de forças políticas construídas ... enfim, do pacto de governamentalidade, do qual nós profissionais de informações não podemos abrir mão de participar enquanto um dos sujeitos informacionais.

CAPÍTULO V. PELA UTOPIA DE UMA CIDADANIA
INFORMACIONAL

"Gostaria que um livro, (...), nada fosse além das frases de que é feito (...). Gostaria que esse objeto - acontecimento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se desdobrasse, desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro deveria ser. Em suma, gostaria que um livro não se atribuísse a si mesmo estatuto de texto ao qual a pedagogia ou a crítica saberão reduzi-lo, mas que tivesse a desenvoltura de apresentar-se como discurso: simultaneamente batalha e arma, estratégia e embate ("choc"), luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível".

-Michel Foucault-

Histoire de la folie à l'âge classique
(1972)

Este trabalho está vinculado a uma preocupação com a intervenção no mundo real, no cotidiano contemporâneo. E se faço as análises que faço é porque estive vinculada a determinados combates, portanto não sou "neutra" ao procurar ser científica em minhas análises. Mas, por que ir tão longe, no século XVIII? Porque a ação prática se inicia com a fundamentação das idéias. Assim, percebo que quanto mais souber sobre o objeto de minha ação profissional - informação em saúde - mais vou saber/poder propor novas alternativas; ao entendê-lo melhor, amplio as condições de contribuir para colocá-lo a serviço da luta pela melhoria das condições de vida. Em estudos anteriores (Moraes, 1994) procurei delinear a racionalidade norteadora das informações em saúde: fragmentadora, verticalizadora ... Percebo, hoje, ao chegar ao término da presente investigação, ser apenas uma de suas dimensões. Foi preciso empreender um esforço na busca de seus arcabouços genealógicos para desvendar novas dimensões deste complexo objeto. Daí o esforço de produzir instrumentos de análise que permitam aprofundar o conhecimento sobre sua gênese e sua contemporaneidade (Capítulos I e II) bem como seu âmbito de ação (Capítulos III e IV).

Penso que ao compartilhar essas reflexões, procurando estabelecer interlocuções com outros que também estão na luta (pois esta luta, como a entendo, é sempre coletiva), estou contribuindo para o debate. Essas reflexões traduzem um caminho percorrido. Assim, prefiro apresentá-las como aprendizagens (daí a 1ª pessoa do singular) mais que conclusões. Representam constatações para mim originais. Desse modo, este capítulo é um exercício de sistematização destes principais eixos de referências construídos e utilizados durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao ter que colocar um ponto final na redação desta investigação, constato que esta constitui-se em um todo construído a partir do encontro de "olhares", conflituosos uns, solidários outros! Estão todos presentes, na medida em que dialoguei com inúmeros autores, com quem estudei e aprendi. Diálogo relativo, pois eles não tiveram a oportunidade da tréplica face minhas ponderações, suscitadas a partir de seus textos. Percebo que vivenciei o próprio processo informacional, pois na medida mesma em que acessei novas informações, elas participaram do processo de minha modificação. Assim, talvez esta possa ser a **1ª constatação** a que cheguei: A Informação se realiza efetivamente em duas dimensões concomitantes: modificando o sujeito que a promove na medida em que intervem na realidade e vice-versa. Esta constatação pressupõe ser contra qualquer forma de hermetismo, do uso de uma linguagem técnica que reveste o saber em um esoterismo que exclui os "não-iniciados". Implica vincular a Informação a um compromisso com a clareza onde há, antes de tudo, um imenso respeito ao outro, àquele com o qual se pretende estabelecer uma verdadeira relação de interlocução.

As constatações aqui expostas, na medida em que tornem-se acessíveis a múltiplos interlocutores, certamente serão questionadas por eles. Novos "olhares" que terão a tarefa de transformá-las, em prosseguimento à maravilhosa aventura de desvendar e aprofundar a busca por um melhor entendimento sobre o "real" e "verdadeiro" significado das informações em saúde na sociedade brasileira. Este é o fascinante jogo de busca de verdades, da vontade de saber, que Foucault afirma ser infinito enquanto durar as relações entre os homens, que é centelha e desafio, risco sem fim!

Esta mesma pulsão leva à **2ª constatação**: Somos livres na medida em que podemos entender como "nossas verdades" são inseparáveis do processo que as estabelece, pois constituídas historicamente e articuladas em situações concretas de exercício de poder e

produção de saber, e quando conseguimos identificar os procedimentos através dos quais determinadas formas de saber, se associaram a técnicas de dominação e contraditoriamente "fabricaram" o indivíduo: sujeito racional e normal, mais facilmente administrável. As informações em saúde têm sua gênese ancorada a este processo enquanto um destes dispositivos de bio-poder vigilante. Pois, cada formação histórica implica um determinado conjunto de informações sobre os indivíduos e a população - o visível e o enunciável sobre si mesma! Cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado.

Um melhor entendimento sobre a constituição da racionalidade genealógica das informações em saúde pode ser encontrado no processo de mudança das formas de visibilidade, referida no Capítulo I, que ocorrem como decorrência de uma reorganização epistemológica em torno do significado da doença (fim do século XVIII e início do XIX). A lógica organizativa das informações em saúde surge *pari passu* à reorganização do campo hospitalar e a uma nova definição do estatuto do doente na sociedade.

Mas, apesar de sua denominação - informação em saúde - remeter à idéia de vida e ação, sua origem está vinculada à linguagem médica que se desenvolve para descrever e revelar a verdade que se esconde no espaço discursivo do cadáver: o interior revelado. A clínica e a anatomia-patológica coincidem na busca da verdade: o olhar da experiência sobre o indivíduo e a linguagem da descrição buscam suas explicações no corpo imóvel, mas visível e legível da morte. É pois neste processo, no qual a morte se integra epistemologicamente à experiência médica, que os registros médicos são incorporados, de forma rotineira, às práticas de atenção à saúde.

O homem torna-se ao mesmo tempo sujeito e objeto de seu próprio conhecimento. Desenvolve-se um saber sobre o indivíduo como corpo doente exigindo uma intervenção que dê conta de sua singularidade (gênese dos Prontuários Médicos!). Ao mesmo tempo expande-se uma medicina do espaço social que adota a população como objeto de sua atuação, onde a doença assume o *status* de problema político e o médico a função de autoridade administrativa que dirige, controla e registra as características dos modos de viver das populações: institucionalizam-se as informações em saúde! A partir daí tornam-se espaços estratégicos de lutas, de relações de poder e produção de saber. Estrutura-se uma 'rede de olhares' que coleta, registra e armazena as informações em saúde: murmúrios

anônimos sobre a vida e a morte.

Deve-se procurar entender a 'informação em saúde' não como simples consequência do surgimento de um novo método clínico, mas sim como uma *práxis* que tem sua especificidade no campo mais geral de um processo de poder vigilante, a partir da perspectiva de uma função tática e estratégica de política. Onde a tecnologia do poder é a matriz epistemológica chave para uma aproximação maior em torno de suas bases genealógicas. E que este processo se insere em uma realidade que pode ser caracterizada como a entrada do 'corpo', dos 'indivíduos' e das 'populações' na arena política, processo acompanhado pela inserção de um 'saber científico' como efeito de uma transformação no modo como o próprio corpo é investido pelas relações de poder.

A Informação em Saúde, enquanto um dos elementos dos saberes da vigilância, vem sendo aprimorada tecnologicamente enquanto o visível e o enunciável sobre o espaço virtual da vigilância hierarquizada. Expande-se para além da arquitetura e do tempo evolucionista, seqüencial, através de mecanismos cada vez mais sutis e sofisticados (*smartcard*, prontuários eletrônicos dos pacientes interligados, número único de registro civil ...), a partir de um saber técnico, estatístico, demográfico, sociológico, antropológico, clínico, epidemiológico, informacional... As Informações sobre o indivíduo e sobre a população tornam-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça estratégica ao próprio processo de produção e uma engrenagem específica do poder vigilante, instrumentos centrais no exercício de uma "anatomopolítica" e uma "biopolítica"! Constata-se, assim, que uma relação de fiscalização, definida historicamente e regulada, encontra-se inserida na própria essência das práticas de atenção à saúde: não como algo trazido ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência.

Quanto mais e melhores informações se dispuser, melhor conhecimento se tem sobre a população e pode-se pensar alternativas de ação mais compatíveis com suas necessidades, mas também significa maior controle sobre esta mesma população nas mãos dos aparelhos de Estado: o *panoptismo* contemporâneo! O Panopticon de Jeremy Bentham está mais presente que nunca! Se questiona o Poder que esquadrinha a vida; mas usa-se de seus instrumentos para denunciá-lo. "Informações esquadrinhadoras" podem subsidiar processos de denúncias de desigualdades. É legítimo? Sabendo de seus comprometimentos éticos e políticos de vigilância, controle? Em nome de denunciar esse mesmo Poder, é

legítimo nos apoderarmos destes instrumentos? Me parece que não é esta a questão, uma vez que estes dispositivos estão hegemonicamente em funcionamento. O importante é aprofundar a consciência em torno de seus comprometimentos e significados ao se utilizar esse mesmo instrumental e ampliar a participação de novos interlocutores neste processo, rompendo com uma visão tecnicista dos processos informacionais que se constituem, na prática, em parte das tecnologias de poder em funcionamento. É perceber o Poder como eivado de paradoxos, e dentre estes, a constatação de que há uma dimensão criativa e positiva no exercício do poder em disputa com sua dimensão mutiladora da vida. O Poder não é essencialmente repressivo (já que incita, suscita, produz); ele se exerce antes de se possuir e passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes, já que passa por todas as forças em relação. Sem entender todas estas relações dificilmente se poderá alterar efetivamente o jogo do poder na sociedade.

Assim, chega-se ao que pode ser chamada de **3ª constatação**: o aperfeiçoamento da *práxis* informacional implica enfrentar a existência de paradoxos que advem de sua própria genealogia, desvendando em suas fronteiras e dobraduras as possibilidades criativas de construções alternativas de contra-poder, na busca do estabelecimento de novos 'pactos de governamentalidade'. Alguns dos "paradoxos informacionais", que estão todos interligados, podem ser assim resumidos:

- i) Quanto mais se ampliam e aperfeiçoam as informações em saúde, mais se refinam os mecanismos de vigilância dos dispositivos do biopoder. Quanto maior transparência existe da sociedade para o Estado, amplia-se um controle que mata a diversidade, o próprio impulso vital!
- ii) Na vida contemporânea cada vez coexistem superinformação e subinformação, abundância e escassez de informação. Grande transparência da sociedade para o Estado e opacidade do Estado para a sociedade.
- iii) As informações em saúde têm, ao mesmo tempo, um papel decisivo enquanto elemento dos dispositivos de poder voltados para a manutenção do *status quo*, mas podem se constituir em seu oposto enquanto instrumento a serviço da mudança, contribuindo para um processo de democracia emancipadora.
- iv) Os dispositivos de um poder vigilante, dentre eles situo as informações em saúde, não possuem apenas a feição repressiva, negativa, controladora, mas possuem também sua feição de efeitos positivos que podem contribuir para um processo criativo, libertador, emancipador. Ou seja, as informações em saúde vêm exercendo uma função social

complexa e paradoxal.

- v) E existe o paradoxo vivido pelos profissionais de informação que buscam incessantemente uma prática ética e independente nas diferentes Agências Produtoras e Disseminadoras de Informações, mas que estão cômicos, mais do que ninguém, dos infundáveis feixes de interesses e micropoderes em disputa que se expressam no interior da própria instância informacional.

Enfim, há inúmeras outras dimensões paradoxais da *práxis* informacional, mas o mais importante é a constatação da existência de paradoxos, pois aí reside a condição mesma, nas frestas de suas próprias contradições, da Informação se constituir em um espaço estratégico de disputas sobre a direcionalidade de sua Política. O investimento político dos dispositivos de poder não se faz simplesmente no que julgamos saber, mas fundamentalmente ao nível daquilo que torna possível algum saber.

Estratégias de resistência e de um contrapoder precisam se dar aí, por isso que a 4ª **constatação** é: Garantir o acesso às informações é necessário, mas não o suficiente para que a sociedade exerça um controle social sobre os próprios mecanismos informacionais, sobre a meta-informação, sobre a Política de Informação em Saúde, em seus diferentes níveis (nacional, estadual, municipal). A luta por mecanismos coletivos de gestão da informação se insere na agenda de reivindicações populares para a área de informações como seu item primeiro. Esta parece ser uma das formas encontradas, por diferentes países, para a inversão da fórmula historicamente construída onde o 'Estado pergunta e o indivíduo responde', para 'o Indivíduo pergunta ao Estado e participa da formulação das perguntas que o Estado faz para os indivíduos e a população'. Em suma, é preciso romper a atual situação, onde o indivíduo é objeto de uma informação e não sujeito no processo informacional. Assim, a informação em saúde deixa de ser apenas parte dos dispositivos de poder e saber, e até por isso mesmo passa a ser, também, espaço de uma luta emancipatória; é espaço de esperança! Constitui-se em um bem universal a serviço do Homem ao ser apropriada pela sociedade, torna-se uma '**informação pública**' e não uma 'informação do governo'.

O debate democrático sobre a produção, disseminação e uso das tecnologias de informação em saúde é fundamental para a longa luta emancipatória dos cidadãos. Passa pela construção social de uma "inteligência sanitária e informacional" apropriada pela população e não apenas por uma elite, na construção de um projeto político para as

informações em saúde no Brasil. Implica uma *laicização* da ciência e da técnica, enquanto um processo sociotécnico que deve permanecer sempre aberto à crítica e à intervenção. É o que nos leva à **5ª constatação**: (Re)pensar a informação em saúde significa trabalhá-la enquanto um processo sóciotécnico a demandar uma tecnodemocracia em todas as suas dimensões. Representa renunciar à imagem falsa de que só os técnicos sabem e podem discutir e decidir sobre a aplicação das tecnologias de informações, é superar a falácia de uma tecnociência autônoma, toda poderosa. A tecnodemocracia aqui proposta implica reconhecer na *práxis* informacional em saúde sua contribuição específica ao devir coletivo dos brasileiros, significa compreender melhor a natureza deste coletivo, seus espaços já conquistados (como os Conselhos de Saúde) e tornar mais concreto o exercício de democratização das informações, ampliando o leque de participação de sujeitos informacionais que até então só são vistos como "o pólo receptor" de uma informação que já vem filtrada pelo "olhar do produtor".

Como afirma Foucault (1982), não é de hoje que os intelectuais descobriram que "as massas" não necessitam deles para saber; elas sabem claramente, muitas vezes até melhor do que eles, a solução dos seus problemas e sofrimentos vivenciados em seu dia a dia. Elas sabem e o dizem, sempre que podem. A questão é que existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber: jogos de verdade. Política da Verdade que está presente muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os pesquisadores, os docentes, os profissionais e técnicos fazem parte deste sistema de poder. A própria idéia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. Penso que o nosso papel não é o de nos colocarmos "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade". É neste sentido que cabe também a nós - profissionais de informação, que estamos diretamente ligados ao que se passa na *práxis* informacional, que nos deparamos com os confrontos de poder, uns mais sutis outros mais explícitos, cabe a nós enfrentá-los, forjando instrumentos para este combate em todas as frentes de luta possível, pela democratização da Ciência e Tecnologia, da Informação e da Saúde.

A tecnodemocracia é ao mesmo tempo fim e meio, produto e insumo da esperança que faz com que ao constatarmos a rede de dominação e controle em que a sociedade está imersa também constatemos o ronco surdo da batalha, da luta contra a brutalidade das vigilâncias sutis, eletrônicas, digitais, assépticas. A esperança está na própria continuidade

da aventura humana, nas relações de contrapoder e produção de saberes que vão se acumulando nas conquistas diárias por espaços de liberdade, de igualdade e de fraternidade. A esperança está nas lutas específicas e locais que se transformam em uma verdadeira rede de trincheiras de resistência, de criatividade produtiva, fundada na reciprocidade das interlocuções e no respeito às singularidades.

Uma das questões recorrentes que permanece me angustiando, mesmo ao término deste relato e que quero compartilhar é: será possível pensar a informação em saúde fora do paradigma da razão instrumental, hegemônica no pensamento contemporâneo? A razão técnica-instrumental é bem mais familiar a nós, profissionais de informação. Nós nos movemos a partir dela muitas vezes sem nem nos darmos conta de que ela é também historicamente determinada e portanto não é absoluta nem definitiva. As principais propostas e experiências apresentadas pela produção brasileira se dão imersas em sua racionalidade, e depois as criticamos, identificando seus limites. Tem como sair? É preciso sair? É refletindo sobre isto que arrisco algumas perguntas: Será que a alternativa não estará na busca de construção coletiva de um novo patamar para a Informação em Saúde no cenário político, social, epistemológico, científico e tecnológico? Em novos conceitos de Informação que resgatem uma linguagem mais atenciosa, mais generosa entre os sujeitos do processo informacional? Onde haja tempo e espaço para uma interlocução mais subjetivada e não tão homogeneizadora? Pelo menos uma certeza tenho: as respostas a estas questões serão construídas no jogo do político, no âmbito da democracia, nas relações de poder e produção de saber que se entrecruzam no próprio pacto de governamentalidade de nossa sociedade.

Penso que enquanto a humanidade não construir um novo paradigma, diferente do norteado pela razão técnica-instrumental, não há como escapar dele. Daí a procura por frestas, que sem negá-lo, o transcendam e consigam descobrir os estreitos caminhos para controlá-lo enquanto algo produzido pelas forças da sociedade e portanto passível de controle pela ação política do homem. Daí a **6ª constatação**: O complexo informacional não é uma "besta do apocalipse" solta pelo mundo, cooptando e massificando a todos irremediavelmente; mas é preciso a definição coletiva de novos valores éticos e políticos que norteiem sua democratização. Esta é uma das formas de se contrapor ao que Virílio (1996) denuncia como sendo atributos mortíferos do complexo informacional quando afirma a existência de uma relação entre a metralhadora e a câmara, a nitro celulose e a película, o radar e o vídeo, entre as trucagens das notícias, nas televisões, nos cinemas e a

velha camuflagem militar incumbida de esconder armamentos, com o intuito de deixar o outro (o adversário) perplexo, sem saber mais onde a *realidade começa e acaba*.

É importante denunciar, também, os liames existentes entre o complexo informacional e o complexo militar. Para ilustrar tal afirmação basta analisar-se a regulamentação americana em torno da tecnologia denominada *GPS-Global Positioning System*, comercializado ao público em geral nos Estados Unidos como um novo "relógio de pulso", que é capaz de mensurar a ínfima diferença de velocidade de recepção dos sinais emitidos por dois dos quatro satélites colocados em órbita pelos americanos e assim informar imediatamente a localização de qualquer pessoa (no tempo e no espaço), com uma precisão aproximada de vinte metros (deverá ser reduzida a menos de 50 centímetros até o final do século). Este objeto é extremamente simbólico da importância do posicionamento das redes cibernéticas no mundo e da sofisticação dos novos dispositivos de vigilância. Mas, o que geralmente se omite na publicidade que faz a apologia desta nova tecnologia recentemente adquirida pela maioria das empresas de aviação civil, de transportes e até mesmo pelas forças aéreas de diversos países, é que em caso de guerra declarada contra os Estados Unidos, o Pentágono reivindica automaticamente o direito de descaracterizar este "serviço enquanto público", ficando com eles a informação da real localização, mas falseando as indicações de proximidade a fim de garantir a superioridade operacional de suas forças armadas. (Virílio, 1996)

Identificar estes liames é importante não para despertar um sentimento de impotência, de não-reação, de "desesperança", mas sim porque é imprescindível para o conhecimento da atualidade. Faz parte do processo de conhecimento do mundo que nos cerca compreender os limites do que se pode conhecer (os limites da Razão), do que é preciso fazer (os limites da Ação) e do que é possível esperar (da Criação). Estas reflexões levam à **7ª constatação**: A consciência de pertencer ao presente significa a consciência da necessidade de moldá-lo, mais do que isso, representa uma disposição da vontade de que é possível intervir na atualidade. A consciência de estar no presente implica uma tarefa, uma obrigação enquanto um processo em desenvolvimento, enquanto responsável e partícipe desta atualidade.

Está subjacente a essa consciência o *aude sapere* - o ousar saber kantiano - que explicita o *Aufklärung* como "um ato de coragem a ser efetuado pessoalmente", que em Foucault (1984) corresponde a um processo coletivo, um *ethos* heróico na sua decisão de

problematizar o presente (o que ele é e o mundo no qual ele vive), uma atualidade histórica da qual os homens fazem parte mas que só se produz por uma decisão deles, onde são simultaneamente elementos e agentes do mesmo processo. Há a possibilidade de mudanças, o presente, carregado destas possibilidades, pode ser objeto de uma construção. O *aude sapere* amplia-se não só ao reconhecer os limites do que em nossa atualidade se pode pensar, fazer e esperar, mas também ao expandir-se para o poder pensar, agir e sentir para além destes limites. Estas possibilidades estão não na noção de um progresso contínuo da razão, mas sim nas contradições, nos paradoxos, nas multiplicidades múltiplas ao infinito onde pode ser (re)construído o presente, de forma eminentemente crítica. É a constituição de nós mesmos como *sujeitos autônomos*: liberdade e autonomia. Liberdade que se busca tanto para os cidadãos em seu conjunto quanto para cada um, uma certa forma "ética" de relação do indivíduo para consigo, um tipo de relação que determina como o indivíduo se constitui como sujeito moral de suas próprias ações.

Estas reflexões expressam as diferentes tentativas de pensar o problema do qual parti: Como as informações em saúde podem contribuir para um processo democrático emancipador? Antes de pensar o "como", é necessário saber se as informações em saúde podem contribuir para a construção de um pacto de governamentalidade mais direcionado aos interesses populares. Ao se concluir que a informação em saúde vem se constituindo em um espaço estratégico de relações de poder e produção de saber, abre-se a possibilidade de luta, de movimentos alternativos, de contrapoder. A questão do "como" está vinculado à questão de qual o espaço do indivíduo/cidadão em uma sociedade disciplinar? Aí está a **8ª constatação**: Este espaço é construído historicamente na medida mesma da própria constituição de um sujeito que não está dado de antemão, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história. Processo complexo onde o sujeito supera a percepção da vida como mero processo biológico e constrói a percepção da vida como processo biográfico, histórico e coletivo, como afirma Freire e Frei Betto (1988). As informações em saúde podem contribuir para um projeto emancipador na medida em que sejam instrumentos a serviço deste sujeito histórico, não de um sujeito universal, mas do sujeito enquanto portador de uma singularidade histórica. E a determinação da historicidade daquilo que somos é uma "provocação" a nossa liberdade e autonomia, a nossa vontade de saber, criticar e intervir.

Assim, retoma-se, em um outro patamar analítico, a 1ª constatação, imbricando a própria efetivação da informação (não apenas em saúde) ao próprio processo de

subjetivação do Homem enquanto este age no presente. Nesta perspectiva, talvez se possa vincular a constituição do sujeito ao agir na atualidade, intermediada pela informação - ao se efetivar.

Daí a importância de se procurar trabalhar a informação agregando-se valor de uso, ou seja, a informação é poder quando é usada pelo homem em seu agir crítico, moldando o presente. Daí a preeminência de espaços que ampliem a participação do homem nos dispositivos da biopolítica, dentre eles, a Política de Informações em Saúde. Como, por exemplo, a proposta de Comitês de Informações em Saúde, ligados aos Conselhos de Saúde, em suas diferentes esferas de governo. Sim, as informações em saúde podem contribuir para um projeto democrático e emancipador para o Brasil. Cabe a todos nós (cidadãos brasileiros, gestores de saúde, profissionais de informação) a responsabilidade de instaurar esta possibilidade no nosso presente. Possibilidade privada do conforto de orientações universais, de propostas prontas e acabadas válidas para toda e qualquer realidade.

A possibilidade aqui referida passa pelo exercício pleno da liberdade e autonomia, historicamente em contínua construção, que se engaja em sintonia com as necessidades do outro. Não é uma liberdade e autonomia egoísta, egocentrada, individualista; mas sim responsável pelas nossas escolhas e ações, pelo outro, pelo presente e pelo futuro que legamos às gerações futuras. Somos sempre responsáveis, mesmo quando nos omitimos, como explica Sartre (1997), que liga liberdade à responsabilidade. Liberdade de criação de alternativas que, de forma dinâmica e clara, coloquem as informações em saúde a serviço da luta por um projeto emancipador para os brasileiros. Afinal, os mecanismos de cooptação e manutenção da ordem são mais sofisticados do que nunca, como o próprio fascínio das novas tecnologias de informação.

Assim, chego à **9ª constatação**: Esta luta se trava no cotidiano, na ação local, que se expande para o global, difundindo novas possibilidades de vida. Estas lutas que se dão nas trincheiras diárias devem ser respeitadas em si mesma e não subordinadas a uma racionalidade superior de uma "grande luta final". Não há um discurso definitivo superior, "A" Proposta, mas sim a possibilidade de novas falas e ações. É na busca de espaços a estas novas falas e ações que se insere a proposta de ampliação dos sujeitos informacionais no processo de gestão da informação. Lutas específicas, locais que se movimentam conferindo dinamismo a uma miríade de frentes de batalhas contra um poder mutilador.

Verdadeira rede de luta que se constrói nas dobras do próprio poder globalizado.

Há uma ordem internacional da informação, na qual as indústrias da informação são controladas principalmente pelos países centrais com enorme desigualdade entre norte e sul. Mas, poderoso paradoxo no qual a própria globalização presente nos processos de construção de hegemonia de grupos sociais que se articulam em escala global, globaliza concomitantemente os grupos e movimentos sociais, as lutas e as utopias contra-hegemônicas. O mesmo processo que desencadeia a homogeneização provoca a diversificação, a pluralidade, a multiplicação, o localismo. Em cada ação local talvez possa-se convidar seus sujeitos singulares e coletivos a fazerem eco a esta frase sartriana por definição: "*Sempre há razão em se revoltar*". Seja na busca de mudanças que têm significado estrutural seja nas mudanças que tem significado dinâmico, estratégico, específico mas, o fundamental é estarem marcadas pela solidariedade entre os homens, pela responsabilidade da humanidade pelas conseqüências das ações coletivas. E que os cidadãos compreendam que são produtos e agentes de uma situação histórica, cuja característica central é ser mutável. As contradições nunca se resolvem, desenvolvem-se, lançam-se em outros níveis, abrem outras perspectivas.

O mundo é múltiplo, os modos de ser são diversos, as culturas expressam distintas formas de vida e trabalho, a história se revela um vasto painel no qual se desenha a pluralidade dos mundos, as singularidades dos cidadãos. São distintos modos de ser, olhar e falar, enraizados em complexos patrimônios sócio-culturais, nas diversas possibilidades da *práxis* humana. O complexo e desigual processo de globalização revela paradoxalmente a pluralidade dos modos de ser no mundo. Somente as lutas pela defesa incondicional dos direitos universais da vida humana *pari passu* à defesa das singularidades humanas, ambas expressões legítimas da humanidade presente em cada um de nós e no outro, podem fazer frente à racionalização do capitalismo globalizado que intensifica e generaliza o desencantamento do mundo, onde não há espaço para a autonomia e liberdade criativa. O reencantamento do mundo pressupõe a inserção criativa da novidade utópica no que nos está mais próximo, nas lutas pela defesa de uma ética-política calcada na solidariedade e na esperança de que mudanças na atual ordem vigente são construídas pelos homens-sujeitos históricos - no cotidiano do viver, que passa a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhor.

As informações e em especial as informações em saúde, por se referirem a momentos

da vida de todos nós tão intensos em termos de alegria e/ou sofrimentos (como os nascimentos, doenças e mortes), são instrumentos que podem se tornar um arsenal ético à disposição das lutas específicas, local/global, em prol de um projeto de democracia emancipadora, de uma tecnodemocracia informacional. As informações em saúde - a depender da Política de Informações em Saúde em permanente pactuação - podem ampliar as dimensões argumentativas no processo de negociação de cada milímetro no longo e contínuo caminho de democratização, em municípios brasileiros, em suas diferentes frentes de batalha, tais como o já citados Conselhos de Saúde e/ou Comissões de Informações. Tudo isso compoem um todo em movimento, complexo, plural e contraditório, expressão do processo de resistência e contrapoder que pode revelar um novo patamar da história das informações em saúde no Brasil, onde, afinal, se inscreva uma nova fórmula: os cidadãos participem da definição de sua política e "perguntem" exaustivamente ao Estado, e este "responda", deixando-se iluminar pela luz da democratização das relações Estado-Sociedade. Controle social sobre o controle que o Estado tem da Sociedade através dos seus mecanismos de informação.

Os desafios nascem de perplexidades produtivas. E como Karl Marx (1997:25) afirma ... *"a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer"*. O problema de (re)pensar as informações em saúde, abrindo espaços para novos sujeitos informacionais já está colocado pela sociedade brasileira. Resta acelerar a construção das condições materiais para sua efetivação. Como afirmado anteriormente é uma tarefa de responsabilidade de todos, centrada na promoção da criatividade da ação individual e coletiva, o que inclui os profissionais de informação. Participar das reflexões que procuram aprofundar a compreensão da realidade informacional brasileira e a idéia de propor alternativas para mudá-la são parte das estratégias de lutas que vários profissionais de informação já vêm empreendendo. A presente investigação é apenas mais uma. Assim, uma das tarefas cruciais do tempo presente seguramente se refere à identificação, como parte da busca da criatividade da ação informacional, da necessidade de desenvolvimento de uma teoria que ajude a melhor pensar a Informação em Saúde na contemporaneidade.

Comungo com Santos (1996) a constatação de que nunca esteve tanto nas nossas mãos a construção da utopia radical de transformação e superação da sociedade atual em uma sociedade mais livre, mais igual, mais justa e afinal mais humana (Liberdade,

Igualdade e Fraternidade!), mas paradoxalmente nossas mãos nunca foram tão ignorantes sobre o que exatamente está ocorrendo: transcrições paradigmáticas, pós-modernidade, globalização... A coerência entre a análise do presente e a construção da vontade do futuro não é um ato científico, já que os dois procedimentos se dão em planos gnoseológicos distintos. É um ato político que articula a análise científica com o pensamento utópico.

Especificamente em relação aos profissionais de informação (cientistas, docentes, intelectuais, gestores, técnicos), penso que o nosso desafio (**10ª constatação**) seja lidar de forma criativa com os liames existentes entre Poder e Saber, buscando as transformações necessárias a partir das contradições e paradoxos informacionais e não procurando um consenso harmonioso entre interesses conflituosos e contraditórios, ou mesmo deixando "tudo como está para ver como fica", afinal sou um "simples técnico" (ou um "simples pesquisador").

Enfim, as transformações necessárias a uma nova *práxis* informacional poderiam se dar sob a tutela de *Palas* patrona de Atenas, deusa da sabedoria em um sentido amplo, e não apenas deusa da ciência: a complexa unidade entre uma razão teórica capaz de conhecer o mundo e de uma razão prática capaz de criar uma civilização humana voltada para a democratização radical da vida pessoal e coletiva. Isto significa vincular o desenvolvimento tecnológico das informações em saúde ao alongamento incessante dos campos de participação e emancipação, que pode ser exemplificado pela criação de Comissões de Informações em Saúde, no âmbito dos Conselhos de Saúde que têm a participação de representantes do governo eleito pelo voto direto: articula-se assim a democracia representativa e a democracia participativa .

Articulam-se também múltiplos sujeitos. Isto assumindo a proposta de Santos (1996) para quem todos nós, cada um de nós, é uma rede de sujeitos em que se combinam várias subjetividades correspondentes às várias formas básicas de poder que circulam na sociedade. Somos, assim, um arquipélago de subjetividades que se combinam diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas. Nesta perspectiva o sujeito histórico da transformação pode ser cada um de nós, articulando a nossa subjetividade individual e coletiva, procurando compatibilizar democracia emancipadora com subjetividade e cidadania. O alargamento da cidadania abre novos horizontes ao desenvolvimento da subjetividade. As lutas cotidianas, locais e específicas, tecem uma rede de defesa, de resistência e/ou de exercício de um contrapoder (seja em prol de

interesses específicos, seja de interesses coletivos onde quem os titula é potencialmente a humanidade no seu todo) e passam a ser oportunidades de investimento e protagonismo pessoal e grupal, coletivo. Daí a relação entre cidadania e subjetividade, sem que uma procure subsumir a outra: é o alargamento da política para o social, o cultural e mesmo para o pessoal.

Este processo de alargamento e articulação da cidadania e da subjetividade representa a transformação das relações de poder em relações de autoridade partilhada. No caso específico de Conselhos de Saúde e/ou Comissões de Informações em Saúde, o conceito de autoridade partilhada só se efetivará se estiver assentado em uma troca de informações não desigual. Pressupõe a tecnodemocratização dos saberes sobre a Informação e sobre a Saúde. Implica um novo modo de gestão da informação, onde representantes dos movimentos populares participem das decisões sobre a meta-informação, sobre a PIS. Pressupõe, assim, a articulação não só da subjetividade e da cidadania mas também da emancipação, compondo o tripé sobre o qual a utopia de uma sociedade mais livre, igualitária e fraterna, posto que solidária, poderá se erguer. O sentido de lutas cotidianas, locais, sem um fim definido é o que confere o sentido político da processualidade das lutas que, como diz Santos (1996), caracteriza o campo social da emancipação enquanto a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social.

Nada parece mais difícil que a construção da solidariedade em tempos de globalização, massificação, individualismo... Mas há os que não cruzam os braços e procuram saídas. São sujeitos sociais, heterogêneos entre si, que de diferentes modos e em suas múltiplas trincheiras vêm conferindo espessura política ao enfrentamento dos problemas, às reivindicações, promovendo ligações entre as suas manifestações locais em diferentes partes do mundo. Eles estão tecendo uma rede de solidariedade e esperança envolvendo o planeta Terra, fincando as bases materiais, as interlocuções, as relações de poder e produção de saberes em torno de interesses que, sem negar a importância das lutas pelo bem-estar pessoal, defendem pactos transnacionais e transgeracionais, procurando (re)elaborar coletivamente nossas realidades, apesar da existência de forças centrífugas na economia globalizada.

No contexto da globalização há outros, novos ou (re)criados, sujeitos, atores, agentes sociais. No bojo dos paradoxos existentes no próprio processo da globalização, pode-se

encontrar as sementes de florescimento de uma cidadania também em escala mundial. As mesmas condições que reproduzem e acirram as desigualdades alimentam a interdependência e a integração. Em uma sociedade global aberta, há a possibilidade de fomentar-se uma espécie de sociedade civil global onde pode se gestar o *Cidadão do Mundo*, onde sua soberania apenas começa a ser pensada, esboçada no âmbito das utopias contemporâneas. As experiências ainda incipientes de organizações multilaterais podem ser mobilizadas criativamente, de tal modo que o próprio processo democrático precisará ser (re)pensado, avançando para todos os níveis da vida social, da esfera pública, das políticas, do poder e saber. Já se podem identificar formas iniciais de um novo *ethos* de dimensão mundial se criando, se tornando realidade em processos de transformação que não são tranquilos, ao contrário, são conflituosos, turbulentos e às vezes violentos.

Mas, como lembra Ianni (1996), ainda o que predomina é a existência de multidões de populações ou coletividades nacionais enquanto membros de uma aldeia global. Articulados pelo alto, a partir de centros decisórios desterritorializados que vêm recebendo mais ou menos as mesmas informações em todos os lugares, sendo levados a pensar os problemas, sejam os locais ou mundiais, de uma forma aproximadamente homogênea. Uma perversa aldeia global onde está dispersa uma imensa multidão de solitários, inventada pelo alto, satelizada, eletrônica, desterritorializada.

Entretanto, vive-se um desses raros momentos no qual um novo sentido de humanidade pode ser criado. Onde a cidadania - livre, igualitária e fraterna - implica autoconsciência e autonomia enquanto o "eu" situado neste mundo, mas também o "outro" - os "outros". E é neste contexto que as informações e suas Políticas detêm uma função estratégica, pois se constituem em instrumentos concretos ao posicionamento do homem - como indivíduo e como coletividade de cidadãos - diante dos acontecimentos locais/globais. Apesar de não ser suficiente, a informação é necessária para a criação de condições mais plenas para o exercício das lutas democráticas emancipadoras.

O conceito de uma cidadania fundada na autoconsciência e autonomia pode encontrar sua gênese no ideal de *autarcia*, isto é, auto-suficiência e independência, de Aristóteles (384-321 a.C.). Este afirma que somente Deus (o primeiro motor imóvel) é autárquico, é plena e totalmente auto-suficiente e independente. Os homens não podem ter essa plenitude, mas podem desejá-la (e como a desejam!) e imitá-la através da amizade (*philia*). Os amigos formam uma unidade mais completa e mais perfeita do que os indivíduos

isolados e, pela ajuda recíproca e desinteressada, contribuem para que cada um seja mais autônomo e independente do que se estivesse só. "*A amizade é, pois, a maneira como a ação humana imita a autarcia divina e faz a pólis imitar a autarcia do kôsmos*" (Chauí, 1994:323). Ao ligar o sentido de cidadania à autonomia e esta à amizade, estabelece-se um vínculo entre cidadania e solidariedade. A construção da cidadania se dá no espaço de relações solidárias: relações de poder e produção de saberes que se dão em um novo patamar - um novo pacto ético!

Aristóteles vai mais longe quando afirma que a ação solidária, fraterna entre os indivíduos (livres e iguais), é a essência da força da *pólis* - da vida na comunidade política. E esta vida política corresponde ao modo como os membros da cidade (*pólis*) esperam alcançar o objetivo final da vida política que é a vida justa e o bem comum. Assim, Aristóteles insere definitivamente, a busca do bem comum como a base da vida política. Apresenta afirmações importantes para o desafio contemporâneo de compatibilizar a plenitude da esfera individual, singular - a busca da felicidade (privada) com as necessidades do bem comum (esfera pública). Para os gregos antigos, a vida ética (o bem viver) só se realiza plenamente na Cidade, pois a comunidade política torna possíveis as virtudes individuais e as coletivas, as virtudes morais e as intelectuais. É na vida política, nas relações de poder que se encontram os liames existentes entre subjetividade, cidadania, ética e produção de saber!

... "*o Estado (ou pólis) nasce da ação deliberada e voluntária dos homens e por isso a política não é uma ciência natural teórica e sim uma ciência prática, em que a ação tem a si mesma como seu fim. Ninguém nasce cidadão, mas torna-se cidadão pela educação, que atualiza a inclinação potencial e natural dos homens à vida comunitária ou social*" (Chauí 1994:325). Esta afirmação, baseada no pensamento de Aristóteles, permite que se retome a abordagem que trabalha a informação como processo mental de elaboração de conhecimento (Capítulo II), onde o entendimento de informação está vinculado ao de educação. E à Cidade cabe a educação dos cidadãos! Nos pactos de governamentalidade da *pólis* cabe a definição de políticas que se coloquem como instrumentos e tenham por finalidade contribuir para o processo de construção de cidadania. Mas em um sentido abrangente, onde ser um cidadão (esfera pública) não é simplesmente nascer na cidade, agir de conformidade com a lei ou ser descendente de outros cidadãos, mas fundamentalmente **participar do governo**. Ser cidadão não é votar para ter representantes, mas sim participar diretamente do governo, votando diretamente nos assuntos públicos em

discussão e deliberação. É neste sentido que se propõe o conceito de uma *cidadania informacional* onde os cidadãos participem de todas as etapas do processo informacional, principalmente das decisões que antecedem a própria produção e disseminação.

A *cidadania informacional* aqui preconizada se realiza no contexto do contraponto local/global. As experiências já em andamento em diferentes países de constituição de Comissões de Informações (conforme relato anterior) vêm imprimindo uma dinâmica de intercâmbio entre os sujeitos sociais mais diretamente envolvidos, propiciando um movimento de fomento para a constituição de uma nova *práxis* informacional com repercussões transnacionais, construindo uma ampliada massa crítica ao atual *modus operandi* das informações. Uma rede solidária de pensamento crítico, um coletivo cosmopolita que permite que se pense na utopia de construção de uma *cidadania informacional* do mundo.

A palavra *cosmo-polités*, que significa cidadão do cosmos (do mundo), foi cunhada pelos filósofos *cínicos* e retomada pelos *estóicos*, que se contrapõem à noção excludente de cidadania (presente em Aristóteles). Para os *cínicos* (seu filósofo mais conhecido foi Diógenes de Sinope 413 - 323 a.C.) a verdadeira felicidade está ao alcance de todos, pois todos os homens são iguais na busca e a todos é dado buscá-la e, uma vez alcançada, não pode ser mais perdida. Os *cínicos* foram de grande importância para a filosofia estóica, que surgiu em Atenas por volta de 300 a.C. Para os estóicos todas as pessoas são parte de uma mesma razão universal ou *Logos*. Eles consideravam toda e qualquer pessoa um mundo em miniatura, um *microcosmo*, que era reflexo do *macrocosmo* (micro/macro - local/global?). Isto levou à idéia de um direito universalmente válido, o chamado *direito natural*. Eles possuíam uma visão ainda mais "cosmopolita" que a dos cínicos, ao enfatizar a importância da convivência entre as pessoas. É no bojo dessas idéias que Cícero (106 - 43 a.C.) cunhou o conceito de *humanismo* enquanto cosmovisão na qual o homem ocupa o ponto central. Alguns anos depois, o estóico Sêneca (4 a.C. - 65 d.C.) escreveu que "*para a humanidade, a humanidade é sagrada*". Esta afirmação ficou para a posteridade como uma espécie de *slogan* do humanismo.

É neste sentido que se preconiza uma *cidadania informacional* local/global, como parte inerente a um projeto de cidadão do mundo. Tarefa coletiva que pode se constituir na grande utopia do terceiro milênio - promover uma organização e dinâmica das forças sociais, econômicas, políticas, culturais e informacionais que operam em âmbito mundial,

transpondo fronteiras, idiomas e religiões sem sufocar as multiplicidades e singularidades, fazendo emergir o cidadão do mundo no século vindouro. Para isso as tecnologias informacionais são cada vez mais indispensáveis e estratégicas, quando se trata de identificar, desenhar, tecer, movimentar a aldeia global, traduzindo as configurações e os movimentos da sociedade mundial.

Cabe, portanto, refletir cuidadosamente sobre a hipótese de que a globalização dos meios informacionais, dinamizada e generalizada pelas técnicas da eletrônica, leva consigo a formação e a premência de um coletivo crítico, composto por intelectuais, movimentos sindicais internacionais, organismos internacionais, ONG, lutas locais que encontram eco em outros "distantes locais"... Sujeitos sociais cômicos de que a realidade é fruto da ação do homem na luta constante contra a morte, a opressão, a humilhação, a dor, os sofrimentos singulares... Sujeitos sociais que se articulam em redes eletrônicas, informáticas, telemáticas, *on line*, *worldwideweb*. É como se o mundo todo, em sua organização e dinâmica, em suas articulações, tensões e fragmentações, fosse continuamente, minuto a minuto, descrito e interpretado, fotografado por uma coletividade que tem a hegemonia dos meios informacionais. É a mesma racionalidade da "rede de olhares" que produz uma imagem da realidade, uma visão de mundo. Mas também há a contra-hegemonia, o contrapoder, a resistência que denuncia, que descreve as rupturas e interpreta as contradições, divulga os efeitos perversos, a morte... enfim, também tece uma outra "rede de olhares" que produz uma outra realidade buscando a sua (re)construção, a (re)invenção do futuro, a abertura de novos horizontes de possibilidades.

Neste quadro a única saída está na esperança utópica. Como lembra Santos (1996), não é fácil defender ou apresentar propostas explicitamente assumidas como utópicas. Esta dificuldade talvez resida na perda da esperança na possibilidade de uma vida melhor, o que determina a emergência de uma subjetividade individualista, egoísta, conformista, conservadora que considera melhor (ou inevitável) o que estiver ocorrendo por pior que seja! É novamente Santos (1996) que coloca no ar a seguinte pergunta: Será que a recusa da utopia não acabou por redundar na recusa das idéias por realizar? Na recusa do novo, pelo medo de experimentar novas possibilidades, de correr riscos, de ousar dar lugar a novas vozes, mentes e corações...

Mas, afinal, a quem pode interessar a afirmação de uma utopia da cidadania informacional no mundo? Seria ela ao menos realizável? Sartre diz que "*uma idéia antes*

de ser realizada se parece estranhamente com a utopia". A construção de utopias coloca-se sempre diante destas incertezas. A utopia revelada e assumida não oferece garantias. Ao se oferecer à aceitação pública, como simples imagem de um mundo novo, não se faz acompanhar de qualquer garantia quanto a sua realização! Ela é uma visão construída para um futuro humano que se pretende realizável. A utopia é uma construção imaginária que estabelece as fronteiras de um mundo ainda por-*vir*, situado para além da realidade dada. Simples proposta criativa de um devir humano desejável e realizável pela ação coletiva de um povo. (Levy, 1992).

Realizável pela Política e pela Esperança, essências da luta, que ganham vida pelo movimento e energia despendida a partir do **conflito** de interesses em disputas inerentes à vida humana e pelo sentimento da solidariedade entre os homens, que gera a produção de saberes solidários e relações calcadas no poder/força da **solidariedade**. Ambos (conflito e solidariedade) regam o terreno fértil onde se processam complexos feixes de encontros, desencontros, choques e interlocuções que remetem para o reconhecimento de que para "*garantir a singularidade ontológica e a dignidade metafísica do Homem, deve haver apenas uma Humanidade e não uma pluralidade de humanidades*" (Schäffer, 1988:18).

"O maior perigo para a vida moral não provem do egoísmo consciente do indivíduo, mas do egoísmo coletivo, sancionado pelas instituições e pelos códigos, e que constitui nossa atmosfera social."

Frédéric Rauh (1861-1900, filósofo francês)

Pensar em *democracia emancipadora*, em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que se considera indispensável para si é também indispensável para o próximo, para o outro.

Penso ser esta a essência matriz de todas as lutas emancipadoras, as lutas que propõem transformar a superação das desigualdades, da opressão, da mutilação em um desafio, e ao mesmo tempo em mais uma possibilidade de recuperar em nossa sociedade, em nós mesmos, em cada um de nós e em todos nós, o sentido primeiro da vida e da dignidade. E com este sentido da vida e da dignidade confiar na capacidade, na força e no poder de luta pela construção de uma sociedade mais democrática, de uma sociedade justa e fraterna. Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos espero que permaneça: nossa confiança nos Homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

Quando o importante é lutar pela emancipação de todos os homens, significa que se faz a opção pela vida - contra a morte, a violência, a dor e o sofrimento gerados pela discriminação, pela alienação, pela dominação... É abrir a mente e o coração para sentir pulsando a vida, é estar de braços dados com o próximo, com o outro - o ser humano pleno da humanidade que liga o "eu" ao "outro" em busca de uma vida digna, alegre, fraterna entre irmãos em uma mesma nave, em uma mesma viagem, construindo o presente!

"As noites estão grávidas e ninguém sabe qual será o dia que nascerá!"

(ditado turco)

CAPÍTULO VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRASCO/ABEP, 1994. Grupo Técnico de Informações em Saúde e População (GTISP). Informação em Saúde a Serviço da Sociedade. In: *Uso e Disseminação de Informação em Saúde: Subsídios para a elaboração de uma política de informações para o SUS*. Ministério da Saúde e ABRASCO: Oficina de Trabalho - Relatório Final, anexo 01, pp. 27-44.
- AMARD, L. V. F., 1821. Association Intellectuelle, Paris, Apud: FOUCAULT, M. 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- ANDERSEN CONSULTING, 1991. *Trends in Information Technology*. Barbara McNurlin Ed. Arthur Andersen & Co.
- ARANTES, P., 1996. Entrevista à *Revista ADUSP*, 7, São Paulo.
- ARENDT, H., 1993. *A Dignidade da Política: Ensaio e Conferências*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.
- ARENDT, H., 1994. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.
- ARISTÓTELES, 1996. *Ética a Nicômaco, Arte Poética, Organon* (VI. Elencos Sofísticos). São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores.
- BACHER., A. De la médecine considerée poliquement, Paris: ano IX. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- BAGDIKIAN, B. H., 1994. *O Monopólio da Mídia*. SP: Scritta,
- BARRETO, A. A., 1994. A Questão da Informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4): 3-8.
- BARRETO, A. A., 1995. A Transferência de Informação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Produção do Conhecimento. *Revista Informare*. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - ECO/UFRJ e IBICT/CNPq, 1(2):2-10.
- BARTHOLO Jr., R., 1992. *A Dor de Fausto. Ensaio*. Rio de Janeiro: Editora Revan
- BEAUCHAMP, T. et al., 1991. Ethical Guidelines for Epidemiologists. *Clinical Epidemiology*, 44:123-149.
- BERLINGUER, G., 1994. Prioridades en Salud y Prioridad de la Salud. *Revista Saúde em Debate*, 42: 70-75.
- BERLINGUER, G., 1996. *Ética da Saúde*. São Paulo: Editora Hucitec.
- BIGNOTO, N., 1992. As Fronteiras da Ética: Maquiavel. In: *Ética*. (A. Novaes, org.), pp. 113--126, São Paulo: Editora Companhia das Letras e Secretaria Municipal de Cultura.

- BOLETIM DO RECURSO UM. Nº 2, abril 1974. Berkeley, California, USA.
- BORKO, H., 1968. Information Science: What is it? In: *American Documentation*, 19(1): 3-5, Jan.
- BOURDIEU, P., 1994. *Sociologia*. (Renato Ortiz, org). São Paulo: Editora Ática.
- BOURDIEU, P. 1996. *Razões Práticas - sobre a teoria da ação*, Campinas, SP: Papirus.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BREILH, J., 1991. *Epidemiologia - Economia, Política e Saúde*, São Paulo: Editora UNESP, Editora Hucitec.
- CABANIS, R. J. G., 1819. Du degré de certitude de la médecine, 3^a ed., Paris. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- CAMILLERI, J. A. & FALK, J., 1992. *The End of Sovereignty? (The Politics of a Shrinking and Fragmenting World)*, Hants, England: Edward Elgar Publishing.
- CARDOSO, I. de A. R., 1995. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, 7 (1-2): 53-66.
- CARVALHO, A. F. & PARAHYBA, M. I., 1992. *O Índice de Desenvolvimento Humano Para os Estados Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE.
- CASTELLANOS, P., 1992. Health Situation Analysis and Inequities in Health. Trabalho apresentado no 120th A.P.H.A., 120th Annual Meeting, Washington, DC, USA.
- CASTIEL, L. D., 1994. *O Buraco e o Avestruz. A singularidade do adoecer humano*. Campinas, São Paulo: Editora Papirus.
- CAVA, R. D. & MONTEIRO, P., 1991. E o Verbo se faz Imagem/Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- CHAIA, M. W., 1994 Universidade, Informação e Movimentos Sociais. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4): 46-50.
- CHÁTELET, F., 1978. *Histoire des Ideologies*, Vol. 1. Paris: Hachete.
- CHAUÍ, M., 1989. Direitos Humanos e Medo. In: *Direitos Humanos E* (A.C. R. Fester, org.). pp. 15-35, São Paulo: Editora Brasiliense.
- CHAUÍ, M., 1993. *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Editora Cortez.
- CHAUÍ, M., 1994. *Introdução à História da Filosofia dos pré-Socráticos a Aristóteles*, V. 1. São Paulo: Editora Brasiliense.

- CHRISTOVÃO, H. T., 1995. A Ciência da Informação no contexto da Pós-Graduação do IBICT. *Revista Informare*. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - ECO/UFRJ e IBICT/CNPq, 1(1):5-13.
- COELHO NETO, A. 1996. Entrevista à Revista ADUSP, 7, São Paulo.
- CONDILLAC. "Essai sur l'origine des connaissances humaines", ano VI, T. I. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- CORTINOVIS, D. et al., 1993. Construction of a Socio-Economic Index to Facilitate Analysis of Health Data in Developing Countries. *Soc. Sci. Med.*, 36(8):1087-1097.
- COSTA, J. F., 1994. *A Ética e o Espelho da Cultura*, Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- COSTA, L., 1994. A População sob a Ótica da Informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4):89-94.
- COX, R. W., 1990. Globalization, Multilateralism and Social Change. *Work in Progress*, Tóquio:United Nations University, 13(1).
- DELEUZE, G., 1988. *FOUCAULT*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- DEMANGEON, J. B. Des moyens de perfectionner la médecine, Paris, ano VII. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- DERR, R. L., 1983. Linguistic Meaning and Language Comprehension. *Information Process and Management*, 19(6): 369-380.
- DERRIDA, J., 1994. *Espectros de Marx*, Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.
- DESBARATS, P., 1992. Conferência: Natureza e Limites da Liberdade de Imprensa. In: *Relatório Final do Colóquio Internacional: Direito e Jornalismo*. Quebec: Universidade de Laval, org.
- DESCHA'TELET, A. 1990. Ciência da Informação. Apud: JARDIN, J. M. & FONSECA, M. O. As relações entre a arquivística e a Ciência da Informação.. *Revista Informare*. Cadernos de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, ECO/UFRJ e IBICT/CNPq. 1(1):41-50.
- DESROSIÈRES, A., 1996. *Du Singulier au general: L'Information Statistique et la Construciton de L'Etat*. Conferência proferida na Confest e Confège, RJ, IBGE.
- ERIBON, D., 1996. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.
- ESPINOSA, B. de, 1997. *Tratado Político*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores.
- FELLEGI, I. P., 1991. Maintaining Public Confidence in Official Statistics. *Journal of the Royal Statistical Society*, 154(Part.1): 1-22.

- FERNANDES, G. C., 1993. *O que é Ciência da Informação: Identificação através de relações conceituais a partir de três visões*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CNPq(IBICT)/UFRJ(ECO).
- FERNANDES, G. C., 1995. O Objeto de Estudo da Ciência da Informação. *Revista Informare*. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. ECO/UFRJ-IBICT/CNPq, 1(1): 25-30.
- FIENBERG, S. E. et al., 1995. The Committee on National Statistics: Fostering Interactions Between Statisticians in Academia and Government. *International Statistical Review*. 63(3): 257-269.
- FIORI, J. L., 1993. Globalização, Estados Nacionais e Políticas Públicas. *Revista Ciência Hoje*, 16(96):24-31.
- FIORI, J. L., 1997. *Dos impérios à aldeia global: a sobrevida dos Estados Nacionais*. Palestra proferida no Ciclo: Fim de milênio: um balanço do século 20. Fundação Planetário da Gávea, Rio de Janeiro.
- FLEURY, S., 1994. *Estado sem Cidadãos - seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- FÓRUM NACIONAL de USUÁRIOS, 1996. *Informação para uma Sociedade Democrática: por uma Política Nacional de Produção e Disseminação de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE.
- FOUCAULT, M., 1977. *La Vie des Hommes Infâmes*. Paris: Les Cahiers du Chemin.
- FOUCAULT, M., 1977. *Vigiar e Punir - História da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro. Editora Forense - Universitária.
- FOUCAULT, M., 1982. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FOUCAULT, M., 1984. Le souci de la verité. *Le Magazine Littéraire*, Paris, 207:maio.
- FOUCAULT, M., 1984. O que é o iluminismo? In: *The Foucault Reader* (Rabinow, P). New York: Pantheon Books.
- FOUCAULT, M., 1984. *História da Sexualidade II - O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FOUCAULT, M., 1985. *História da Sexualidade I - A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FOUCAULT, M., 1985. *História da Sexualidade III - O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FOUCAULT, M., 1992. *As Palavras e as Coisas*. 6ª. Ed. SP: Martins Fontes.

- FOUCAULT, M., 1993. Verdade e Subjetividade (Howison Lectures). *Revista de Comunicação e Linguagens*, 19:203-224.
- FOUCAULT, M., 1996. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora e PUC-RJ
- FREIRE, P., 1977. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- FREIRE, P., 1992. *Pedagogia da Esperança. Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- FREIRE, F. R. F., 1993. *Pró-Censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos Recenseamento do Brasil*. Memória Institucional, 3. Documento para Disseminação, Rio de Janeiro: IBGE.
- FREIRE, P. & FREI BETTO, 1988. *Essa Escola Chamada Vida*. Depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Editora Ática.
- FUNDAÇÃO IBGE, 1992. *Teixeira de Freitas: pensamento e ação*. Memória Institucional, 1. Documentos para Disseminação, Rio de Janeiro.
- GANDHI, M., 1997. *Minha missão - Ética, Política e Espiritualidade*. Rio de Janeiro: Editora Multiletra.
- GIDDENS, A., 1991. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- GOFFMAN, W., 1970. Information Science: discipline or disappearance. *Aslib Proceedings*, 22(12): 589-96, Dec.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. 1982. *A Configuração Temática da Ciência da Informação no Currículo dos Cursos do IBICT: estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IBICT/CNPq.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1987. O Papel do Conhecimento e da Informação nas Formações Políticas Ocidentais. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, 16(2):157-167, jul/dez.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1990. O Objeto de Estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Revista Ciência da Informação*, 19(2):1/7-22, jul./dez.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1992. *Informação, Inovação e Democratização: A Transferência de Conhecimento e o Movimento Associativo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2 volumes.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1993. A Representação do Conhecimento e o Conhecimento da Representação: algumas questões epistemológicas. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3:217-222, set./dez.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1994. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalização da Informação. *Revista do Serviço Público*, ano 45, v. 118, n.3:143-152, set/dez.

- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1994. A Ciência da Informação e a Informação Científica e Tecnológica. Trabalho apresentado IX Encontro Regional de M. G. da Associação Nacional de Professores de História, Juiz de Fora.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1995. *A Informação: dos estoques às redes*, RJ. (mimeo)
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1996. Da Organização do Conhecimento às Políticas de Informação. *Revista Informare*. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, ECO/UFRJ e IBICT/CNPq. 2(2):58-66.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N., 1997. Las Acciones de Transferência de Información y la Comunicación. Trab. apresentado em Mesa Redonda do XV Coloquio de Investigación Bibliotecológica 'Información y Lenguajes', México.
- GRAMSCI, A., 1976. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, R. & TAVARES, R. (org.), 1994. *Saúde e Sociedade no Brasil - anos 80*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.
- HABERMAS, J., 1989. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J., 1990. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.
- HOBBSAWM, E. J., 1996. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOSHOVSKY, A et al. , 1968. Information Science: Its Ends, Means and Opportunities. In: *American Society Information Science. Annual Meeting*. Columbus, Ohio, Oct. 20-24. *Proceeding, V. 5. Information Transf.*, New York, Greenwood: 47-55.
- HUSEIN, K., et al., 1993. Developing a Primary Health Care Management Information System that Supports The Pursuit of Equity, Effectiveness and Affordability. *Soc. Sci. Med.*, 36(5):585-596.
- IANNI, O., 1996. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- IANNI, O., 1996. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- JACOBI, P., 1994. Acesso à Informação e Consciência de Direitos e Deveres. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4):51-56.
- JARDIM, J. M. & FONSECA, M. O., 1995. As Relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Revista Informare - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. ECO/UFRJ e IBICT/CNPq, 1(1):41-50.
- JONAS, H., 1974. *Philosophical Essays. From Ancient Creed to Technological Man*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

- KANT, I., 1996. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Pensadores.
- KUBLER, G., 1962. *The Shape of Time: remarks on the history of things*. New Haven: Yale University Press.
- LANIER, J., 1989. Virtual Reality at Texpo. Apud: VIRÍLIO, P., 1996 *A Arte do Motor*. SP: Estação Liberdade.
- LATOUR, B., 1994. *Jamais Fomos Modernos*, Rio de Janeiro: Ed.34.
- LEAL, M. C. et al., 1992. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento - Uma Análise Interdisciplinar*. Vol. 1 e 2. São Paulo - Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco.
- LESPAGNOL, N. L., 1790. Projet d'établir trois médecins par district pour le soulagement des gens de la campagne, Charleville. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- LEVY, N., 1992. Uma Reinvenção da Ética Socialista. In: *Ética* (A. Novaes, org.), pp.17-34. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura.
- LEVY, S., 1984. Hackers: Heroes of the Computer Age. A Spreadsheet Way of Knowledge. *Haper's*.
- LEVY, P., 1993. *As Tecnologias da Inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- LEVY, P., 1996. *O que é virtual?* São Paulo: Ed. 34.
- LIMA, C. R. M. de., 1993. AIDS - As Epidemias dos Vírus e das Informações. *Revista Ciência da Informação*, 22(3):201-209.
- LYOTARD, J. F., 1979. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- MACHADO, R. A., 1982. A História Epistemológica de Georges Canguilhem. In: *Ciência e Saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault*.(R. A. Machado, org.) Rio de Janeiro: Editora Graal.
- MACHLUP, F. & MANSFIELD, U., 1983. *The Study of Information*. New York: John Wiley & Sons.
- MAGALHÃES, R. 1993. Foucault e Habermas: a propósito de uma crítica filosófica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 19:183-200.
- MAIA, A. C., 1995. Sobre a Analítica do Poder de Foucault. *Tempo Social. Revista Sociologia da USP*, 7(1-2):83-103.
- MALIN, A. B., 1994. Economia e Política de Informação - novas visões da história. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4):9-18.
- MAQUIAVEL, N., 1991. *O Príncipe*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

- MARTELETO, R. M., 1987. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? *Revista Ciência da Informação*, 16(2): 169-180.
- MARTINS, M. S., 1991. *A mortalidade hospitalar: novas abordagens metodológicas*. RJ. Dissertação de Mestrado. ENSP/Fiocruz.
- MARX, K., 1977. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- MARX, K. & ENGELS, F., 1988. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Editora Vozes.
- MATOSSIAN, C., 1993. Foucault e La Mettrie: o corpo na distorção do corpus. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 19:69-76.
- McLUHAN, M., 1973. A Imagem, o Som e a Fúria. In: *Cultura de Massa* (Rosenberg, B & White, orgs.). São Paulo: Editora Cultrix.
- McLUHAN, M. et POWERS, B., 1989. *The Global Village - Transformation in World Life and Media in the 21st Century*. New York: Oxford University Press.
- McPHERSON, C. B., 1978. *A Democracia Liberal*, São Paulo: Zahar.
- MENURET, J. J., 1791. Essai sur les moyens de former de bons médecins, Paris. Apud: Foucault, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- MILLER, J., 1993. A política de Foucault numa perspectiva biográfica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 19:11-20.
- MINAYO, M. C. (Org.), 1995. *Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80*. Rio de Janeiro: ABRASCO, São Paulo: Editora Hucitec.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE - ABRASCO, 1994. *Uso e Disseminação de Informações em Saúde: subsídios para a elaboração de uma política de informações para o SUS*. Oficina de Trabalho, Relatório Final.
- MOORE, P. G., 1992. A National Statistical Commission. *Journal of Royal Statistical Society*, 155 (Part.I):5-28.
- MORAES, I. H. S. de, 1991. *Sistemas de Informações em Saúde: Reflexões sobre sua prática fragmentada*. Dissertação de Mestrado. ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro.
- MORAES, I. H. S. de, et al., 1992. Informação em Saúde e Gestão Democrática. In: *Conferência Nacional de Saúde*, 9. Brasília: Cadernos da Nona: Descentralizando e Democratizando o conhecimento, 2:35-42.
- MORAES, I. H. S. de, 1993. *Diretório de Bases de Dados de Interesse da Saúde*. Brasília: FNS e RJ: Fiocruz.

- MORAES, I. H. S. de, 1994. *Informação em Saúde: Da Prática Fragmentada ao Exercício da Cidadania*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Hucitec e ABRASCO.
- MORIN, E., 1991. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MOSTAFA, S. P., 1994. As Ciências da Informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4):22-27.
- NEGROPONTE, N., 1995. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NIETZSCHE, F., 1996. *Obras Incompletas*, São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Pensadores.
- NORONHA, M. F. et al, 1996. Proposta de Indicadores e Padrões para Avaliação de Qualidade da Atenção Hospitalar: o caso da asma brônquica. *Cadernos de Saúde Pública*; 12 (Supl. 2):43-58.
- NOVAES, A. (org.), 1992. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OCDE, 1986. Politiques d'Information, d'Informatique et de Communications. L'Economie de L'Information: Tendences. PIIC, 11, Paris. Apud: MALIN, A. B., 1994. Economia e Política de Informação - novas visões da história. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8 (4):9-18.
- OCDE (Organization de Coopération et de Développement Économiques), 1992. *Télécommunications et Radiodiffusion: convergence ou collision?* Paris.
- OFFE, C., 1984. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OFFE, C., 1994. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- OLIVEIRA, J. P. M., 1994. Informação, Informática e Sociedade. São Paulo: *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4):34-39.
- OPAS, 1989. Análisis de la Mortalidad - Nuevos Usos para Indicadores Antiguos. *Boletim Epidemiológico*, 10(2):1-6.
- ORTIZ, R. (org.), 1994. *Pierre Bourdieu - Sociologia*. SP: Ática.
- PACHECO, L. M. S., 1992. *Informação e Contexto - uma análise arqueológica*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ e IBICT/CNPq.
- PACHECO, L. M. S., 1995. A Informação enquanto artefato. *Revista Informare - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. ECO/UFRJ e IBICT/CNPq, 1(1):20-24.
- PAIM, J. S., 1993. A Reorganização das Práticas de Saúde em Distritos Sanitários. In: *Distrito Sanitário - O processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. (E. V. Mendes, org), pp. 187-310. São Paulo - Rio de Janeiro: Editora Hucitec - ABRASCO.

- PAIM, J. S. & TEIXEIRA, M. G. C., 1992. Reorganização do Sistema de Vigilância Epidemiológica na Perspectiva do SUS. *Informe Epidemiológico do SUS*. Ministério da Saúde, 1(5).
- PAMPACON et al., 1990. Les Variations Géographiques de la Santé au Québec: une Analyse de l'Enquête Santé Québec par Aire Homogène. *Cahiers de Géographie du Québec*, 34(92): 137-160.
- PEDERSEN, D., 1992. El Dilema de lo Cuantitativo y lo Cualitativo: de las Encuestas a los Métodos Rápidos de Investigación en Salud. *Ciencias Sociales y Medicina*. Santiago de Chile.
- PENHA, E. A., 1993. *A Criação do IBGE no contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Memória Institucional, 4. Documento para Disseminação. Rio de Janeiro: IBGE.
- PIERNES, G., 1990. *Comunicação e Desintegração na América Latina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- PINEL, Ph., 1815. *Médecine Clinique*, Paris. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- PITTA, A. M. da R. (Org.), 1995. *Saúde e Comunicação - Visibilidades e Silêncios*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Hucitec, ABRASCO.
- POPPER, K. R., 1975. *Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolucionária*. São Paulo: EDUSP e Editora Itatiaia.
- PORAT, M. U., 1976. *The Information Economy*. California: Universidade de Stanford.
- PORTOCARRERO, V., 1994. Foucault: A História dos Saberes e das Práticas. In: *Filosofia, História e Sociologia das Ciências - abordagens contemporâneas*, 1994 (V. Portocarrero, org.), pp. 43-66. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- RAGO, M., 1995. O Efeito - Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 7(1-2):67-82.
- RIBEIRO, L. B., 1995. A construção metodológica de um Objeto de Pesquisa na Ciência da Informação - o conceito de sistema. *Revista Informare*, Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. ECO/UFRJ e IBICT/CNPq, 1(1):31-40.
- RIBEIRO, R. J., 1993. *A última razão dos Reis. Ensaios sobre Filosofia e Política*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- RICOEUR, P., 1988. *O Discurso da Ação*. Lisboa: Edições 70.
- RICOEUR, P., 1991. *O Si - mesmo como um Outro*. Campinas, SP: Papyrus.
- RORTY, R., 1993. Êxtase e Política. *Revista de Comunicação e Linguagem*, 19:21-26.
- ROSENFELD, D., 1992. *A Ética na Política - Venturas e Desventuras Brasileiras*. São Paulo: Editora Brasiliense.

- ROSZAK, T., 1988. *O Culto da Informação. O folclore dos computadores e a verdadeira arte de pensar*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ROUSSEAU, J. J., 1997. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Vol. II. São Paulo: Nova Cultura. Coleção os Pensadores.
- ROUSSEAU, J. J., 1997. *Do Contrato Social*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Pensadores.
- ROUVIÈRE, A. Essai sur la topographie physique et médicale de Paris, Paris, ano II. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária.
- SÁ, G., 1980. Cadastros, Tabelas e Padrões: Um Exame do Sistema Estatístico Nacional. *Revista de Administração de Empresas*, 20(2): 25-34.
- SABROZA, P., 1991. *Espaço e Produção de Endemias*. Trabalho apresentado no 2ª Taller da Associação Latino-Americana de Medicina Social - Caracas.
- SAMAJA, J., 1993. *El Proceso de La Ciencia: Una Breve Introducción a la Investigación Científica*. Buenos Aires.
- SANDIFORD, P. et al., 1992. What Can Information Systems Do for Primary Health Care? An International Perspective. *Soc. Sci. Med*, 34(10):1077-1087.
- SANTOS, B. de S., 1996. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Editora Cortez.
- SARACEVIC, T., 1991. Information Science: origin, evolution and relations. Apud: PACHECO, L. M. S., 1992. *Informação e Contexto: uma análise arqueológica*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IBICT/CNPq; ECO/UFRJ.
- SARTRE, J. P., 1997. *O Ser e o Nada. Ensaios de Ontologia Fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- SCHAFF, A., 1992. *A Sociedade Informática - as conseqüências sociais da segunda Revolução Industrial*. São Paulo, Brasília: Editora UNESP, Editora Brasiliense.
- SCHÄFFER, W. Hans Jonas und die Büchse der Pandora, Vortrag auf dem Zweiten Starnberger Carl-Friedrich-von-Weizsäcker Symposium, 24 Juni, 1988. Apud: BARTHOLO. Jr., R., 1992. *A Dor de Fausto. Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- SCHWARTZMAN, S.(coord.), 1994. Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma nova política para um mundo global. *Revista Ciência Hoje*, 102(18): 9-15. Suplemento Tecnologia.
- SEHELLART, M., 1995. A Crítica da Razão Governamental em M. Foucault. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 7(1,2):1-14.
- SENRA, N. C., 1994. Por uma Disseminação Democrática de Informações. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4):40-45.

- SÈVE, B., 1990. Hans Jonas et l'éthique de la responsabilité. *Revista Esprit*, 10(165).
- SILVA, J. V., 1994. Informação e Ação Política Democrática. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4):57-67.
- SKAK-NIELSEN, N. V., 1987. Marketing of Statistical Services in Denmark, Iceland and Sweden. *Statistical Journal of the United Nations ECE*, 5.
- SOURNIA, J. Ch., 1962. Logique et morale du diagnostic. Paris. Apud: FOUCAULT, M., 1980. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.
- SOUZA, H. de, 1989. Direitos Humanos e AIDS. In: *Direitos Humanos E ...* (FESTER, J. C., org.) pp. 37-58. São Paulo: Editora Brasiliense e Comissão Justiça e Paz de São Paulo.
- TASCA, R. et al., 1993. Sistemas de Informação em Saúde para Distritos Sanitários. In: *Distrito Sanitário - O processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. (E. V. Mendes, org.), pp. 267-310, São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Hucitec, ABRASCO.
- TEIXEIRA, C. F. & CASTILHO SÁ, M., 1996. Planejamento & Gestão em Saúde: Situação Atual e Perspectiva para a Pesquisa, Ensino e Cooperação Técnica na Área. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 1(1).
- TEIXEIRA, C. H., 1995. Onde os Intérpretes da Informação? *Revista Informare*. Cadernos do Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, ECO/UFRJ, IBICT/CNPq, 1(2):37-44.
- TERNES, J., 1995. Michel Foucault e o Nascimento da Modernidade. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 7(1-2):45-52.
- THYGESEN, L., 1994. Comercializando Estatísticas Oficiais Sem Vender a Alma. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4): 68-74.
- TRAVASSOS, C. M., 1997. Equidade e o SUS: uma contribuição para debate. *Cadernos de Saúde Pública*; 13(2): 325-30, abr-jun.
- TUCÍDIDES. Apud PESSANHA, J. A. M., 1996. Do Mito à Filosofia. In: *Os Pré-Socráticos*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Pensadores.
- THUILLER, P., 1989. O Contexto Cultural da Ciência. *Ciência Hoje*, 9(50):39-43, jan-fev.
- UNESCO, 1983. *Um Mundo e Muitas Vozes: Comunicação e Informação em Nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- URBAN, A. E., 1994. Gestão de Recursos da Informação na Administração Pública - *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4): 82-88.
- VASCONCELLOS, M. M., 1991. *A Relação Homem - Tecnologia. Que P & D a sociedade apoiará?* Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.

- VASCONCELLOS, M. M. 1997. *Modelos de Localização e Sistemas de Informações Geográficas na Assistência Materna e Perinatal: uma aplicação no município do Rio de Janeiro*. Tese de D. Sc, Programa de Engenharia Biomédica, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.
- VEGA, J., 1993. *Situación de Salud Y Condiciones de Vida*. Chile.
- VERAS, C. T. et al, 1990. Diagnosis Related Groups - DRG: avaliação do uso de uma metodologia de mensuração do produto hospitalar com utilização de base de dados do SAMHPS/AIH na cidade do RJ. *Cadernos de Saúde Pública*; 6(3): 330-5, jul-set.
- VERAS, C. T. et al, 1994. A confiabilidade dos dados nos formulários de autorização de internação hospitalar (AIH). *Cadernos de Saúde Pública*; 10(3):339-55, jul-set.
- VICTORA, C. et al., 1988. *Epidemiologia da Desigualdade*, São Paulo: Editora Hucitec.
- VIRILIO, P., 1993. *O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- VIRILIO, P., 1996. *A Arte do Motor*. São Paulo: Estação Liberdade.
- WAKEMAN Jr., F. E., 1989. *Transnational and Comparative Research Annual Report 1987-1988*, New York, 13-24.
- WESTERLING, R & SMEDBY, B., 1992. The European Community: Avoidable Death Indicators in Sweden 1974-1985. *International Journal of Epidemiology*, 21(3).
- ZAJDSZNADER, L., 1993. É a ética uma ciência? In: *Desafios Éticos* (J. E. Assad, coord.). Brasília: Conselho Federal de Medicina.